

**UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE COMUNICAÇÃO**  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

MARIA ALICE CAMPAGNOLI OTRE

**A PESQUISA ACADÊMICA SOBRE COMUNICAÇÃO  
POPULAR, ALTERNATIVA E COMUNITÁRIA NO BRASIL:  
análise de dissertações e teses produzidas em Programas de Pós-  
Graduação em Comunicação entre 1972 - 2012**

São Bernardo do Campo-SP, 2015

**UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE COMUNICAÇÃO**  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

MARIA ALICE CAMPAGNOLI OTRE

**A PESQUISA ACADÊMICA SOBRE COMUNICAÇÃO  
POPULAR, ALTERNATIVA E COMUNITÁRIA NO BRASIL:  
análise de dissertações e teses produzidas em Programas de Pós-  
Graduação em Comunicação entre 1972 - 2012**

Tese apresentada em cumprimento parcial às exigências do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), para obtenção do grau de Doutor. Orientadora: Profa. Dra. Círcia Maria Krohling Peruzzo

São Bernardo do Campo-SP, 2015

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

A tese de doutorado sob o título “A pesquisa acadêmica sobre Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária no Brasil: análise de dissertações e teses produzidas em Programas de Pós-Graduação em Comunicação entre 1972 – 2012”, elaborada por Maria Alice Campagnoli Otre foi defendida e aprovada com louvor em 23 de junho de 2015, perante banca examinadora composta por Profa. Dra. Cicilia Maria Krohling Peruzzo (Presidente/UMESP), Profa. Dra. Marli dos Santos (Titular/UMESP), Prof. Dr. José Salvador Faro (Titular/UMESP), Profa. Dra. Luzia Mitsue Yamashita Deliberador (Titular/Faculdade Maringá) e Profa. Dra Márcia Vidal Nunes (Titular/UFC).

---

**Prof/a. Dr/a. Cicilia Maria Krohling Peruzzo**  
**Orientador/a e Presidente da Banca Examinadora**

---

**Prof/a. Dr/a. Marli dos Santos**  
**Coordenador/a do Programa de Pós-Graduação**

Programa de Pós-Graduação em Comunicação

Área de Concentração: Processos Comunicacionais

Linha de Pesquisa: Comunicação midiática nas interações sociais

## FICHA CATALOGRÁFICA

Ot7p Otre, Maria Alice Campagnoli  
A pesquisa acadêmica sobre comunicação popular, alternativa e comunitária no Brasil: análise de dissertações e teses produzidas em Programas de Pós-Graduação em Comunicação entre 1972-2012 / Maria Alice Campagnoli Otre. 2015.  
263 p.

Tese (doutorado em Comunicação Social) --Faculdade de Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2015.  
Orientação : Cicilia Maria Krohling Peruzzo

1. Comunicação popular 2. Comunicação alternativa 3. Comunicação comunitária 4. Pós-graduação - Comunicação - Brasil - 1972 a 2012  
I. Título.

CDD 302.2

## **Dedico**

Ao Isaac, na esperança de que ele consiga transformar o mundo para melhor com a mesma força - e ao mesmo tempo sutileza - com que conseguiu me transformar.

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.  
Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais  
alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

**Eduardo Galeano (1940-2015)**

## **Agradecimentos**

A todos os que, de diversas maneiras, contribuíram para que eu completasse este ciclo tão importante. A meu marido que de forma muito paciente, me acompanhou em várias viagens, me amparou, ocupou o meu lugar em tantas situações.

Ao Isaac, por me mostrar que a dificuldade não é necessariamente ruim. Dificuldades podem ter cheiro de leite, de noite mal dormida, de neném após o banho e de esperança de que tudo vale a pena.

A meus pais pelo apoio incondicional, por acreditarem, por valorizarem, por terem renunciado a tantas coisas pelo meu sonho.

À minha orientadora, Cicilia Peruzzo, que foi mãe, amiga, confidente, educadora. Um dos maiores exemplos que já vi do ser-docente e ser-pesquisador. Uma mulher que me inspira e a quem agradeço pela oportunidade de ter convivido por 6 anos.

A tantos amigos especiais que encontrei pelo caminho, os quais agradeço em nome da Clarissa, Milena e Ariadne. Vocês foram ex-alunas, babás, professoras, mães, filhas, muito importantes! Meu muito obrigada!

À minha ex-chefe e sempre amiga Ana Tereza Reis, a quem agradeço todos meus colegas de trabalho que me ajudaram durante esta etapa de doutorado.

Aos meus grandes parceiros e companheiros do Comuni a quem agradeço em nome da Luzia, por toda a bagagem que me proporcionaram, por todas as discussões profícuas, por todos os momentos de diversão. Somos uma comunidade emergente de investigação. Obrigada!

A meus familiares que me ajudaram em muitos momentos, aos meus colegas de trabalho, aos amigos que deixei em Dourados/MS para conseguir finalizar este ciclo.

Ao corpo docente e administrativo do POSCOM Metodista por toda acolhida e ensinamentos. Vocês marcaram minha história!

À Capes pelo auxílio que me possibilitou desenvolver a pesquisa.

Por fim, agradeço a Deus por ter me possibilitado trilhar este longo caminho e por ter me dado tantas pessoas-bênçãos a quem agradecer.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Distribuição dos cursos de Pós-graduação em Comunicação Social do Brasil, reconhecidos pela CAPES, por estado, até 2014.....	54
Gráfico 2: Distribuição dos cursos de Pós-graduação em Comunicação Social no Brasil, reconhecidos pela CAPES, por Região, até 2014.....	55
Gráfico 3: Distribuição dos PPGCOM por tipo de Instituição até 2014 .....	57
Gráfico 4:Distribuição dos PPGCOM, segundo os níveis de formação ofertados, até 2014 .....	58
Gráfico 5 – Distribuição das teses e dissertações sobre comunicação popular, alternativa e comunitária por períodos (1972-2012) .....	105
Gráfico 6: Comparação da utilização dos termos “popular” e “comunitário” nos títulos das pesquisas da amostra, de 1972-1999 e de 2000-2012. ....	149
Gráfico 7 - Explicitação metodológica nas pesquisas da amostra, conforme cada fase de análise. ....	157
Gráfico 8 - Suportes analisados nas teses e dissertações da amostra total (1972-2012) .....	159
Gráfico 9 – Distribuição das Instituições que desenvolveram pesquisas sobre CPAC, segundo nossa amostra, por região (1972-2012) .....	160
Gráfico 10 - Distribuição das teses e dissertações sobre CPAC, segundo nossa amostra, por região (1972-2012).....	161
Gráfico 11 - Programas de Pós-Graduação que mais desenvolveram pesquisas sobre a comunicação popular, alternativa e comunitária (1972-2012) .....	161
Gráfico 12 - Professores que orientaram duas ou mais pesquisas sobre comunicação popular, alternativa e comunitária, conforme nossa amostra (1972-2012). ....	164

## LISTA DE QUADROS

Quadro1: Ocorrência de trabalhos que constassem as palavras do 1º filtro:.....	24
Quadro2: Seleção dos trabalhos após leitura dos títulos – aplicação do 2º filtro:.....	25
Quadro3: Comparação da distribuição dos Programas de Pós em Comunicação entre regiões, até 2014.....	54
Quadro4: Comparação entre os Programas de Pós-Graduação em Comunicação em 2005 e 2014. ....	57
Quadro 5- Composição da amostra de 1972 a 1992.....	106
Quadro 6– Eixo principal das pesquisas desenvolvidas entre os anos de 1972-1992..	107
Quadro 7 - Abordagem das pesquisas desenvolvidas entre os anos de 1972-1992.....	109
Quadro 8 – Eixo principal das pesquisas desenvolvidas entre os anos de 1993-2002 .	118
Quadro9– Denominação utilizada pelos pesquisadores entre os anos de 1993-2002 ..	119
Quadro10 - Abordagem das pesquisas desenvolvidas entre os anos de 1992-2002.....	120
Quadro11 - Explicitação metodológica nas pesquisas desenvolvidas entre os anos de 1993-2002.....	122
Quadro 12–Tipos e técnicas de pesquisa explicitadas nas produções desenvolvidas entre os anos de 1993-2002 .....	123
Quadro13– Eixo principal das pesquisas desenvolvidas entre os anos de 2003-2007 .	125
Quadro14– Denominação utilizada pelos pesquisadores entre os anos de 2003-2007	133
Quadro15– Abordagem das pesquisas desenvolvidas entre os anos de 2003-2007 .....	133
Quadro16 - Explicitação metodológica nas pesquisas desenvolvidas entre os anos de 2003-2007.....	134
Quadro17– Eixo principal das pesquisas desenvolvidas entre os anos de 2008-2012 .	137
Quadro18 - Denominação utilizada pelos pesquisadores entre os anos de 2008-2012	139
Quadro19– Abordagem das pesquisas desenvolvidas entre os anos de 2008-2012.....	144
Quadro20 - Explicitação metodológica nas pesquisas desenvolvidas entre os anos de 2008-2012.....	145
Quadro21 – Eixo principal das pesquisas (1972-2012).....	148

Quadro 22 - Explicitação metodológica nas pesquisas desenvolvidas entre os anos de 1972-2012.....	154
Quadro23 – Abordagem das pesquisas desenvolvidas entre os anos de 1972-2012....	158
Quadro 24 – Eixo principal das teses desenvolvidas entre 1972-2012.....	169
Quadro 25 - Autores mais citados quanto ao total das teses analisadas.....	209

## SUMÁRIO

<b>Resumo</b> .....	<b>13</b>
<b>Resumen</b> .....	<b>14</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>15</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>16</b>

### **Capítulo I – CAMINHOS METODOLÓGICOS E ASPECTOS DA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO** .....

1. Delineações metodológicas para o desenvolvimento da pesquisa .....	20
1.1 Seleção, coleta e categorizações da amostra da pesquisa.....	22
2. Observações importantes para a pesquisa da pesquisa.....	30
2.1. A possibilidade do conhecimento e o conhecimento científico .....	30
2.2. Conhecimento científico e transformação social .....	32
3. Ciência e Comunicação no Brasil.....	37
3.1. Sobre o objeto da Comunicação.....	42
3.2. O estatuto interdisciplinar .....	48
4. Pós-graduação em Comunicação no Brasil .....	53

### **Capítulo II - ABORDAGENS TEÓRICAS DA COMUNICAÇÃO POPULAR, ALTERNATIVA E COMUNITÁRIA** .....

1. Contexto histórico .....	60
1.1 Em discussão, os fluxos comunicacionais: Informe MacBride e Nomic .....	62
1.2 Força e explosão dos movimentos sociais.....	67
2. Do povo, para o povo, pelo povo: o universo da comunicação popular.....	74
2.1 Imprensa alternativa .....	84
2.2 Comunicação popular alternativa .....	86
2.3 Comunicação popular e comunitária .....	88

### **Capítulo III – A COMUNICAÇÃO POPULAR, ALTERNATIVA E COMUNITÁRIA EM 40 ANOS DE PRODUÇÃO DISCENTE NO BRASIL**.....

1. De 1972 a 1992: reflexões fundantes para a comunicação popular, alternativa e comunitária no Brasil .....	106
1.1 A importância do contexto .....	110
2. De 1993 a 2002: legalização e democratização em destaque .....	116
3. De 2003 a 2007: testando as experiências e forjando identidades .....	124
3.1 A metodologia nas pesquisas de 2003 a 2007 .....	134
4. De 2008 a 2012: na contramão tecnológica, o grito por cidadania .....	136
4.1 Sobre quais veículos populares falam as pesquisas de 2008 a 2012? .....	141
5. Considerações gerais sobre o capítulo.....	146
5.1 Temas paralelos .....	150
5.2 Questões metodológicas .....	152
5.3 Instituições e professores-orientadores que centralizam produções na subárea .....	160

### **Capítulo IV – AS TESES SOBRE COMUNICAÇÃO POPULAR, ALTERNATIVA E COMUNITÁRIA NO BRASIL** .....

168

1. Pesquisadores-ativistas? A relação dos autores com os movimentos sociais....	171
2. Locais analisados pelas teses quanto às experiências de comunicação.....	174
3. Sobre as classes populares representadas nas teses .....	175
4. Agentes que dão suporte às classes populares.....	180
5. O papel da participação .....	183
a) Explicações sobre seu caráter educativo e autorrepresentação em um contexto pelo direito à voz; .....	185
b) Horizontalidade e dialogicidade como possibilitadoras das práticas participativas;.....	188
c) Exemplos de participação da comunicação popular; .....	189
6. Formas, conteúdos e objetivos da Comunicação popular, alternativa e comunitária .....	193
6.1 Objetivos da comunicação e conteúdo trabalhado .....	196
7. Destinatários .....	206
8. Autores referência e conceitos importantes para a subárea.....	208
<b>Conclusões .....</b>	<b>215</b>
<b>Referências .....</b>	<b>220</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>230</b>
<b>ANEXO B.....</b>	<b>233</b>
<b>ANEXO C.....</b>	<b>236</b>
<b>ANEXO D.....</b>	<b>240</b>
<b>ANEXO E.....</b>	<b>242</b>
<b>ANEXO F.....</b>	<b>245</b>
<b>ANEXO G.....</b>	<b>248</b>
<b>ANEXO H.....</b>	<b>253</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>256</b>

OTRE, Maria Alice Campagnoli. **A pesquisa acadêmica sobre Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária no Brasil: análise de dissertações e teses produzidas em Programas de Pós-Graduação em Comunicação entre 1972 – 2012.** 2015. 263p. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

## **Resumo**

Mapeamento das dissertações e teses referentes à subárea da comunicação popular, alternativa e comunitária (CPAC) desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação stricto sensu no Brasil, de 1972 a 2012. Dentre os objetivos estão localizar as pesquisas; os autores; sua distribuição no tempo e espaço; identificar as instituições e orientadores que impulsionam a subárea; definir as abordagens teórico-metodológicas; e apontar autores/conceitos referência. Por meio de pesquisa exploratória e aplicação de quatro filtros, chegou-se a uma amostra final de 102 pesquisas, 87 dissertações e 15 teses, submetidas à análise quantitativa, por meio de Análise de Conteúdo a partir de partes pré-definidas (Resumo, Palavras chave, Introdução, Sumário, Considerações Finais e capítulo metodológico, quando presente), e a uma análise qualitativa do conteúdo completo das 15 teses. O método que orienta esta pesquisa é o histórico dialético, na perspectiva da busca de uma análise de conjunto e atenta às contradições e mudanças que o objeto está implicado; e a pesquisa bibliográfica que a fundamenta se ancora em autores como Jorge González, Círculo Peruzzo, Regina Festa, Pedro Gilberto Gomes, Gilberto Giménez e Augusto Triviños e foi realizada com o apoio do software NVivo. Resultados quantitativos indicam: a) predominância de pesquisas sobre comunicação comunitária (68%) b) predominância de estudos empíricos (79%); c) a variedade de denominações atribuídas às experiências pelos pesquisadores; d) a constante luta das classes populares por democratização da comunicação e por direitos sociais ao longo dos anos; e) a influência e importância dos intelectuais orgânicos nas experiências estudadas, f) problemas metodológicos; g) UESP, USP e UFRJ como instituições protagonistas, e, h) Círculo Peruzzo e Raquel Paiva como as que mais orientam teses e dissertações sobre a temática. Quanto à análise qualitativa verificaram-se alguns critérios que permeiam a CPAC: 1) a definição de classes subalternas; 2) a importância da participação ativa das comunidades nos processos de comunicação; e 3) formas, conteúdos e objetivos que se complementam e dão identidade às experiências

**Palavras chave:** Comunicação Popular. Comunicação alternativa. Comunicação Comunitária. Pós-graduação. Brasil. 1972 a 2012.

## Resumen

Análisis de disertaciones y tesis sobre la Comunicación Popular, Alternativa y Comunitaria (CPAC) desarrolladas en los Programas de Postgrado, *Stricto Sensu*, en comunicación en Brasil, entre 1972 y 2012. Entre los objetivos están localizar las investigaciones e investigadores; su distribución en el tiempo y el espacio; identificar las instituciones y maestros que impulsan la temática; definir los enfoques teóricos y metodológicos; y señalar los autores referencia. A través de la investigación y la aplicación de los cuatro filtros de exploración, se alcanzó una muestra final de 102 producciones, 87 disertaciones de maestría y 15 tesis doctorales, observadas en análisis cuantitativo mediante análisis de contenido a partir de piezas predefinidas (Resumen, Palabras llaves, Introducción, Resumen, Consideraciones finales y el capítulo metodológico, cuando presente), y un análisis cualitativo del contenido íntegro de las 15 tesis. El método que guía esta tesis es el histórico dialéctico, en la búsqueda de una análisis del conjunto y atenta a las contradicciones y cambios del objeto; y la literatura que la sostiene está anclada en autores como Jorge González, Cicilia Peruzzo, Regina Festa, Pedro Gomes Gilberto, Gilberto Giménez y Augusto Triviños y se llevó a cabo con el apoyo del software NVivo. Los resultados cuantitativos indican: a) el predominio de la investigación sobre la comunicación comunitaria (68%) b) predominio de estudios empíricos (79%); c) una variedad de nombres atribuidos a las experiencias de los investigadores; d) la constante lucha de las clases trabajadoras para la democratización de la comunicación y de los derechos sociales en los últimos años; e) la influencia e importancia de los intelectuales orgánicos de las experiencias estudiadas, f) los problemas metodológicos; g) UMESP, USP y UFRJ como instituciones protagonistas, y h) Cicilia Peruzzo y Raquel Paiva como las profesoras que más orientaran disertaciones y tesis sobre el tema. En cuanto al análisis cualitativo hay algunos criterios que impregnan el CPAC: 1) la definición de las clases subalternas; 2) la importancia de la participación activa de la comunidad en los procesos de comunicación; y 3) las formas, contenidos y objetivos que se complementan entre sí y dan identidad a experiencias

**Palabras clave:** Comunicación popular. Comunicación alternativa. Comunicación Comunitaria. Posgrado. Brasil. 1972 a 2012.

## **Abstract**

Mapping of the dissertations and theses regarding the subarea of popular, alternative and community communication (PACC) developed in the Post Graduate Programs in *stricto sensu* Communication in Brazil, from 1972 to 2012. Within the main objectives, we intended to track the researches; the authors; their distribution within time and space; identify the institutions and advisors which promote the subarea; define the theoretical methodological approaches; and point referential authors/concepts. By means of exploratory research and the application of four filters, we got to a final sample of 102 researches, 87 dissertations and 15 theses, subjected to quantitative analysis, by means of Content Analysis towards the pre-established parts (Abstract, Key Words, Introduction, Summary, Closing Remarks and Methodological Chapter, when existing), and a qualitative analysis of the full content of the 15 theses. The method guiding this research is the historical dialectic with a view to finding an analysis of a context and attentive to the contradictions and changes that the object is involved; and the bibliographic research which supports it is anchored in authors, such as, Jorge González, Cílicia Peruzzo, Regina Festa, Pedro Gilberto Gomes, Gilberto Giménez and Augusto Triviños. The research was held with software NVivo support. Quantitative results indicated: a) predominance of community communication research (68%); b) prevalence of empiric studies (79%); c) the variety of denominations attributed to the experiences by the researchers; d) the constant struggle of the popular classes to democratize communication and to achieve social rights; e) the relevance and influence of the organic intellectuals on the studied experiences; f) methodological problems; g) UMESP, USP and UFRJ as the lead producers on this sub-area, and; h) Cílicia Peruzzo and Raquel Paiva as the supervisors who mostly advise theses on the theme. As for the qualitative analysis, there were some criteria that permeate the PACC: 1) the definition of subaltern classes; 2) the importance of the communities' active participation in the communication processes and; 3) forms, contents and objectives that complement each other and give identity to the experiences.

**Keywords:** Popular Communication. Alternative Communication. Community Communication. Post-Graduation. Brazil. 1972 to 2012.

## Introdução

Apesar de novo, o campo da Comunicação já sedimentou diversas subáreas de pesquisa que ganham cada vez mais consistência e relevância teórica. Dentre elas, localizamos a subárea da Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária (CPAC), que diz respeito à comunicação das classes subalternas no contexto dos movimentos populares.

Com diversas experiências quanto à comunicação popular, alternativa e comunitária acontecendo no Brasil e no exterior, os pesquisadores encontraram campo fértil para o estudo e a CPAC ganhou ao longo do tempo espaço significativo nos programas de Pós-Graduação do Brasil, munindo-se de abordagens multidisciplinares, que acompanham o dinamismo das experiências comunicacionais populares e as novas ferramentas incorporadas a esses processos.

Mas, no geral, essas pesquisas, pesquisadores e instituições que se dedicam sobre a temática encontram-se dispersos no território nacional, deixando uma lacuna informacional que envolve a própria conceituação da comunicação no âmbito dos movimentos populares e sua relação com as profundas transformações históricas que marcaram o Brasil de 1972 (surgimento da pós-graduação em comunicação no Brasil) até 2012, período em que definimos nosso recorte temporal.

A pesquisa surge, portanto, de um interesse da autora em mapear a produção discente da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Comunicação no Brasil desde seu surgimento, a fim de identificar as principais tendências teórico-metodológicas da subárea, assim como os objetos iluminados por essas pesquisas e o quanto elas refletem as transformações vividas na prática comunicacionais dessas experiências populares de comunicação em um período que englobou a ditadura militar, a abertura política, o crescimento econômico do país, a regulamentação da televisão e rádio comunitárias e a chegada ao poder de um partido de esquerda.

A subárea marca as relações sociais e comunitárias em um momento em que o desenvolvimento político, econômico, cultural e educacional conquistado ainda não possibilitou incluir e acolher os diversos setores populacionais, pelo contrário, continuam promovendo as desigualdades, a negação da cidadania e a privação das classes subalternas à expressão nos meios de comunicação massivos, causando ora a deturpação das realidades que os envolvem, ora o silenciamento sobre seus problemas, seus projetos culturais, suas necessidades mais básicas e suas lutas por dignidade.

Metodologicamente, a pesquisa exigiu várias técnicas que serão explicitadas de maneira detalhada no Capítulo I. Convém adiantar, porém, que ancoramo-nos no

materialismo histórico dialético enquanto método de pesquisa, por meio do qual entendemos que dos próprios fenômenos à nossa volta surgem as ideias e concepções sobre eles, abordagem que marcará todo o percurso desta tese, a começar pela relação entre as práticas da CPAC e as formulações teóricas que foram se alterando ao longo do tempo. Desta forma, dedicamo-nos a identificar concomitantemente às produções discentes, o contexto que envolvia tais produções e, justamente por isso, optamos por analisá-las por período; e não por descritores aglutinadores (temáticas), como era a ideia inicial.

Dentre as hipóteses que nortearam essa pesquisa está a de que não há consensos entre os conceitos utilizados pelos pesquisadores para denominarem as experiências; também de que os autores mais citados nas teses como referência para a subárea são predominantemente nacionais ou latino-americanos, o que identifica a força desta área em nosso país e continente. Supúnhamos ainda, quanto aos métodos e técnicas utilizados nas pesquisas, que os trabalhos se valem em sua maior parte de estudos de caso, pesquisa-ação ou pesquisa participante, devido às especificidades das práticas de comunicação popular, alternativa e comunitária. Ainda quanto à metodologia, verificamos a hipótese de os pesquisadores relegarem à questão metodológica importância de segunda ordem, o que não condiz com os pilares científicos para que uma área de pesquisa avance. Por fim, consideramos hipoteticamente que a subárea da CPAC tenha como pilar a identificação com o contexto político, econômico, social e cultural em que estão inseridas e que a partir daí, de maneira multidisciplinar, os conceitos têm sido desenvolvidos, superados, aprimorados.

Em síntese, esta investigação valeu-se de pesquisa bibliográfica e de pesquisa documental, além de pesquisa em banco de dados de teses e dissertações fornecido pela Capes, com os títulos das pesquisas desenvolvidas de 1987 a 2012, totalizando 9.787 produções. Foi necessária ainda a complementação de dados diretamente junto aos PPGs, cujos trabalhos foram defendidos antes de 1987, pois o banco de teses da Capes não atendia este recorte temporal. Em sua fase final, foi aplicada análise de conteúdo nas teses e dissertações conforme explicitado nos capítulos 3 (análise quantitativa de dissertações e teses) e capítulo 4 (análise qualitativa das teses). No decorrer da revisão teórica da tese, contamos com o apoio do software NVivo que, por meio de mapas conceituais e definições de nós temáticos, mostrou-se uma ferramenta importante para a pesquisa bibliográfica.

A pesquisa que aqui se apresenta está dividida da seguinte forma:

No primeiro capítulo apresentamos os caminhos metodológicos importantes para o desenvolvimento desta tese, assim como uma discussão teórica sobre aspectos da pesquisa em

comunicação. O capítulo é encerrado com um panorama sobre a Pós-Graduação em Comunicação no Brasil, desde aspectos históricos quanto de distribuição, conquistas e desafios.

O segundo capítulo dedica-se a discutir as abordagens teóricas sobre a comunicação popular, alternativa e comunitária, desde o contexto histórico que se delineia a partir dos anos 1970, passando pelos conceitos de comunicação popular e imprensa alternativa, a fim de traçar as abordagens que nos nortearam, com enfoque em autores latino-americanos e brasileiros.

No terceiro capítulo apresentamos a análise de conteúdo quantitativa das pesquisas, caracterizando-as conforme o período histórico delimitado e uma análise de conjunto dos 40 anos de pesquisa.

No quarto e último capítulo, analisamos a totalidade das teses, qualitativamente, por meio do texto completo, a fim de identificar os pontos aglutinadores referentes às características da comunicação popular, alternativa e comunitária.

As informações colhidas nos possibilitam traçar um panorama das pesquisas desenvolvidas sobre comunicação popular, alternativa e comunitária no País, além de fornecer dados sobre o que tem sido explorado, o que une essas pesquisas e quais métodos e técnicas são majoritariamente utilizados nesta área no Brasil.

Por fim, classificamos os autores que aparecem como referência para a subárea da comunicação popular, alternativa e comunitária, com base nas teses analisadas. São pensadores, educadores, sociólogos, teólogos, filósofos, antropólogos e comunicadores que são pilares para a composição da subárea. Por meio desses nomes, confirmamos o quanto a interdisciplinaridade é importante para a CPAC.



## Capítulo I – CAMINHOS METODOLÓGICOS E ASPECTOS DA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO

Antes de nos debruçarmos sobre a produção discente da pós-graduação em comunicação brasileira, na subárea da Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária, de 1972 a 2012, discutiremos, com o aprofundamento que consideramos pertinente para a análise que se desdobra, os procedimentos metodológicos utilizados nesta tese, assim como questões importantes sobre a pesquisa em comunicação.

### 1. Delineações metodológicas para o desenvolvimento da pesquisa

A proposta de se detectar o estado de conhecimento de determinada área de não é nova. Conforme aponta Sérgio Vasconcelos de Luna (2003, p.82), “o objetivo deste tipo de trabalho é descrever o estado atual de uma dada área de pesquisa: o que já se sabe, quais as principais lacunas, onde se encontram os principais entraves teóricos e/ou metodológicos”. A pesquisa para definir o estado da arte é comum em todas as áreas do conhecimento. Quando se elabora uma pesquisa científica, há quem se preocupe em captá-la em estudos mais amplos ou de subáreas, como, por exemplo, os autores Manuel Luís Petrik Pereira e Jacques A. Wainberg, que produziram um levantamento intitulado “A Estado da arte da pesquisa em Jornalismo no Brasil: 1983-1997”. Tem-se ainda na área de educação o trabalho “O Estado da arte das pesquisas em educação de jovens e adultos no Brasil: a produção discente da pós-graduação em educação no período 1986-1998”, coordenado por Sérgio Haddad; na área de física o “Estado da arte dos estados da arte da pesquisa em ensino de Física”, de Sonia Salem e Maria Regina D. Kawamura, ambas do Instituto de Física da USP; sobre musicoterapia, pesquisa desenvolvida por Lia Rejane Mendes Barcellos, “Levantamento sobre o ‘Estado da Arte’ da Pesquisa em Musicoterapia no Mundo”; na área de biologia, “O estado da arte da pesquisa em ensino de Biologia no Brasil: um panorama baseado na análise de dissertações e teses”, de Paulo Marcelo Marini Teixeira e Jorge Megid Neto; e assim por diante.

Norma Sandra de Almeida Ferreira questiona em artigo publicado pela Educação e Sociedade (2002) o que move os pesquisadores que se aventuram na realização de pesquisas bibliográficas objetivando detectar o estado de conhecimento de determinada área. Segundo a autora (FERREIRA, 2002, p. 258-259),

A sensação que parece invadir esses pesquisadores é a do não conhecimento acerca da totalidade de estudos e pesquisas em determinada área de conhecimento que apresenta crescimento tanto quantitativo quanto qualitativo, principalmente reflexões desenvolvidas em nível de pós-

graduação, produção esta distribuída por inúmeros programas de pós e pouco divulgada.

Estão ainda dentre os desafios desses pesquisadores “dedicar cada vez mais atenção a um número considerável de pesquisas realizadas de difícil acesso, de dar conta de determinado saber que se avoluma cada vez mais rapidamente e de divulgá-lo para a sociedade” (FERREIRA, 2002, p. 259).

Dentre as fases importantes para uma investigação, Jiani Bonin fala sobre o que denomina de pesquisa da pesquisa. No caso desta tese, a pesquisa está focada nesta abordagem, considerada pela autora “uma prática relevante para tomar contato com esta produção, a fim de que as novas investigações contemplem e considerem estes desenvolvimentos e aquisições e busquem efetivamente avançar *com e a partir* deles” (BONIN, 2008, p. 123).

Segundo ela, o mapeamento, análise e tensionamento dos conceitos e das abordagens já pesquisadas contribuem para elucidar importantes observações sobre o campo analisado.

Realizar pesquisa da pesquisa implica trabalhar concretamente com investigações produzidas no campo (e em áreas de interface) relacionadas ao problema/objeto, para fazer desta produção elemento ativo na sua elaboração. Tal movimento exige desde ações mais operativas de levantamento das pesquisas quanto trabalho alentado de reflexão e desconstrução, que permita ao pesquisador empreender apropriações, reformulações e alargamentos de proposições, em vários níveis. Um mapeamento geral das pesquisas realizadas é importante para situar-se neste processo, e orientará o trabalho de reflexão aprofundada daquelas que se mostrem relevantes. (BONIN, 2008, p. 123).

É, portanto por meio desta abordagem que nos dedicamos à tese, pois “A pesquisa da pesquisa também permite visualizar os problemas já enfrentados na investigação, os conhecimentos obtidos e daí trabalhar na formulação de questionamentos que tragam à luz novas dimensões dos fenômenos comunicacionais”. Nosso objetivo é a partir disso, contribuir para o avanço do entendimento e das pesquisas sobre a subárea.

No âmbito de interesse desta pesquisa, a comunicação, identificamos por meio de levantamento bibliográfico a dissertação de mestrado de Xavier Joseph Fredrick, intitulada “A comunicação popular no Brasil sob a ótica da pesquisa-acadêmica nos anos 80”, apresentada em 1992 ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da USP. Em sua dissertação, Xavier analisa as teses defendidas na década de 1980 em São Paulo, nos cursos de Comunicação *Stricto Sensu* da Universidade Metodista de São Paulo (na época IMS/SBC) e da Escola de Comunicações e Artes da USP,

sob a vertente da comunicação popular, com um entendimento diferenciado, porém, no que diz respeito às especificidades teóricas, já que, para esta pesquisa nos propusemos a analisar as dissertações e teses sobre comunicação popular, alternativa e comunitária defendidas nos 44 Programas de Pós-Graduação em Comunicação, *stricto sensu*, então existentes, de 1972 a 2012.

Destaca-se ainda que, nesta tese, buscamos caminhar ao encontro do método histórico-dialético, pois acreditamos que os fenômenos não podem ser visualizados isoladamente, assim como só podem ser entendidos à luz do contexto histórico, político, social e cultural que os rodeiam. Desta forma, dedicamo-nos a identificar concomitantemente às produções discentes, o contexto que envolvia tais produções e, justamente por isso, optamos por analisá-las por período; e não por descritores aglutinadores (temáticas), como era a ideia inicial.

### **1.1 Seleção, coleta e categorizações da amostra da pesquisa**

Em agosto de 2013, identificamos no site da Capes 44 Programas de Pós-Graduação<sup>1</sup>, registrados na grande área de Ciências Sociais Aplicadas I e na subárea de Comunicação, reconhecidos pela instituição, que formaram a base de nossa análise. Dos 44 Programas que aparecem na lista, seis foram criados a partir de 2011, e no momento de seleção dos trabalhos (agosto de 2013) ainda não tinham teses e dissertações concluídas e cadastradas no banco de teses da Capes, portanto, não foram analisados; sendo eles, o Programa em Comunicação da UFMS (criado em 2011), Comunicação da FUFPI (2011), Comunicação da FUFSE (2011), Mídia e cotidiano da UFF (2012), Jornalismo da UFPB/J.P. (2013) e Jornalismo da UEPG (2013).

O banco de dados diretamente da Capes fez-se necessário, pois o sistema de filtragem dos trabalhos on-line era insuficiente para garantir fidedignidade na seleção. Diferentemente do sistema da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) que permitia filtrar os trabalhos por Programa de Pós-Graduação, o Banco de Teses da Capes não oferecia tal filtro. A princípio, este critério havia sido decisivo para usarmos a BDTD como suporte para delimitação da amostra, porém, verificamos que os Programas estavam deixando de participar dessa Biblioteca; e os links que em 2012 conseguíamos acessar os trabalhos, apareciam quebrados, sem a possibilidade de conferirmos o material. Diante disso, retomamos os diálogos com a Capes.

---

<sup>1</sup> Demonstrado no anexo A.

Após 7 (sete) meses de contato com o Portal de Periódicos da Capes, de janeiro a agosto de 2013, conseguimos com a equipe uma relação de 9.787 produções, entre mestrados e doutorados, que refletem todas as dissertações e teses desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação do Brasil, reconhecidos pelo MEC, e compilados desde o ano de 1987 - quando o Portal começou a receber sistematicamente dos Programas de Pós este material - até o ano de 2012, quando encerramos nossa amostra, conforme delimitação da pesquisa.

A partir desta explicação necessária para o entendimento da pesquisa, esta tese envolve quatro fases principais de observação e análise.

a) Estudo exploratório que 1) se iniciou em 2011 e foi realizado durante 5 (cinco) meses, nos bancos de teses dos programas de Pós em Comunicação do Brasil, a fim de selecionarmos nossa amostra. Devido à dificuldade de obter informações com as instituições e por nem todas elas estarem cadastradas na BDTD (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações), optamos por utilizar o Banco de Teses da Capes, que conseguimos após sete meses de conversações, conforme explicado acima. 2) Nesta segunda etapa, por meio da qual selecionamos o universo que comporia a amostra da tese<sup>2</sup>, exploramos os títulos e tivemos subsídios para o desenvolvimento do projeto de pesquisa – possibilitando-nos delinear hipóteses e clarear objetivos condizentes com a proposta, assim como definir os filtros que seriam aplicados. Neste banco de dados, temos disponíveis os trabalhos defendidos nos Programas de Comunicação, de 1987 a 2012. Por fim, como parte do estudo exploratório, desenvolvemos a 3) Análise nos programas com início antes de 1987 para filtrar os trabalhos de interesse

b) Pesquisa bibliográfica e revisão de literatura, com a ajuda do software QSR NVivo<sup>3</sup> em que foram fundamentados os conceitos importantes para o trabalho; dentre eles, questões referentes à natureza da Comunicação e da Comunicação popular, alternativa e comunitária, dispostas nos capítulos I e II.

c) Análise quantitativa das 87 dissertações e 15 teses produzidas e defendidas nos 44 Programas de Pós-graduação em Comunicação do Brasil, que versam sobre o tema comunicação popular, alternativa e comunitária<sup>4</sup>, aplicando às produções as seguintes

---

<sup>2</sup> A seleção se deu por meio de aplicação de filtros que serão detalhados adiante

<sup>3</sup> Software que garante apoio à análise de conteúdo e discurso, assim como favorece a organização dos materiais para a revisão da literatura

<sup>4</sup> Após a explicitação das três fases serão demonstrados os critérios de seleção da amostra.

categorias: 1) Eixo principal; 2) Denominação usada pelo pesquisador; 3) Abordagem; 4) Suporte; 5) Momento histórico; 6) Explicitação metodológica; 6.1) Método explicitado; 7) Tipos e/ou técnicas de pesquisa; 8) Áreas correlacionadas

d) Análise qualitativa das teses já que a elas são atribuídas o compromisso de produzir conhecimento avançado em determinada área. Como bem observou Cicilia Peruzzo (2013, p. 26),

Para a tese de doutorado, as exigências são maiores. Além de revelar compreensão e domínio do “estado da arte” da produção científica da área da pesquisa, há que se demonstrar compreensão e domínio do arcabouço teórico que sustenta a tese ou de teorias que serão por ela refutadas, complementadas etc., além da adequação metodológica (capacidade de manejo dos procedimentos metodológicos formais e materiais de pesquisa), e conter originalidade. A tese deve representar um avanço na área de conhecimento (descoberta inovadora, invenção conceitual ou inovação metodológica)(PERUZZO, 2013, p. 26).

Na análise qualitativa, nosso foco está nas abordagens teóricas que fundamentam as pesquisas, especificamente quanto aos conceitos trabalhados pelos autores referentes à caracterização da comunicação popular, alternativa e comunitária.

As etapas “c” e “d” são detalhadas mais adiante, após esclarecermos a sistemática de aplicação de filtros desenvolvida para a seleção da amostra. Só a partir do conhecimento da amostra é que é possível compreender como a análise de conteúdo quanti-qualitativa será desenvolvida.

- 1) Como primeiro filtro a ser aplicado no banco de dissertações e teses da Capes, que reúne 9.787 trabalhos<sup>5</sup>, realizamos em uma planilha do Excel, uma busca individual por 11 palavras: “popular”, “alternativo(a)”, “comunitária”, “comunidade”, “cidadania”, “cidadã(o)”, “ativismo”, “ONG”, “movimentos sociais”, “mobilização” e “terceiro setor”. Neste primeiro filtro obtivemos o seguinte quadro:

Quadro1: Ocorrência de trabalhos que constassem as palavras do 1º filtro:

Palavra	Ocorrências

<sup>5</sup> O banco inclui trabalhos de 1987 a 2012. Isto faz parte do estudo exploratório. Para a tese serão acrescentados os trabalhos de 1972 a 1987 que estão sendo pesquisados com informações de cada Programa surgido antes de 1987.

Popular	170
Alternativo	41
Comunitário	108
Comunidade	128
Cidadania	105
Cidadão / Cidadã	37
Ativismo	24
ONG	78
Movimento(s) social(is)	16
Mobilização	19
Terceiro Setor	16
	742

- 2) Após obtermos os 11 arquivos com as listagens, selecionamos novamente os trabalhos que comporiam nossa amostra, desta vez por meio da leitura dos títulos e de sua adequabilidade ao contexto que nos propusemos a estudar. Excluímos os trabalhos que perceptivelmente não se adequavam ao contexto de nosso trabalho, pois, mesmo usando as palavras chave tratavam de outros temas, e demos destaque aos títulos que deixavam a menor dúvida que fosse sobre sua adequabilidade ou não. A título de exemplificação, das 37 ocorrências encontradas sobre as palavras Cidadão /Cidadã nos títulos, 30 trabalhos foram descartados. Obtivemos os seguintes dados:

Quadro2: Seleção dos trabalhos após leitura dos títulos – aplicação do 2º filtro:

Palavra	Ocorrências	Descartes	Total
Popular	170	141	29
Alternativo	41	17	24
Comunitário	108	35	73
Comunidade	128	97	31
Cidadania	105	61	44
Cidadão / Cidadã	37	30	7
Ativismo	24	4	20
ONG	78	69	9
Movimento(s) social(is)	16	4	12
Mobilização	19	7	12
Terceiro Setor	16	10	6
	742	475	267

- 3) Aplicação do 3º filtro – Leitura dos resumos dos 267 trabalhos que compunham o nosso total para uma nova seleção quanto à adequação a nossa área de estudos. Após esta leitura do resumo, e quando necessário da introdução e sumário,

descartamos todos os trabalhos que não diziam respeito a nosso tema, ou que se repetiam em nossas buscas. Após o 3º filtro, obtivemos uma amostra de 155 trabalhos.

- 4) Procedemos a busca dos trabalhos na Rede Mundial de Computadores, recuperando-os em formato digital. Aos que não foram encontrados on-line, partimos para as seguintes estratégias: contato com o autor via e-mail; contato com o autor via formulário disponibilizado pela Plataforma Lattes; contato e solicitações de textos via bibliotecas, por meio do COMUT; e, por fim, contando com a ajuda de colegas que teriam acesso às bibliotecas depositárias para conseguirmos as cópias.
- 5) Ao final de todo este trabalho de seleção dos materiais, com prazo máximo delimitado para agosto de 2014, compusemos nossa amostra com 87 dissertações e 15 teses, totalizando 102 pesquisas sobre CPAC. Quanto às dissertações de mestrado, analisamos 98% da amostra conforme pretendido, ou seja, por meio da leitura da introdução, sumário, resumo, palavras-chave, considerações finais e capítulo metodológico (quando havia e conseguíamos acesso) e apenas duas delas, 2%, foram analisadas por meio do resumo. Quanto às teses de doutorado, procedemos a análise do texto completo em 100% da amostra, ressalvando-se que uma delas (PAIVA, 1997) fora analisada no formato livro, originado da tese, por não estar disponível na biblioteca depositária e também não termos conseguido o exemplar com a autora.

Laurence Bardin (1977) nos guiou quanto à formulação das categorias, avaliadas com inferências. Em suma, a Análise de Conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de textos de maneira sistemática, apontando dados que devem ser interpretados por meio da inferência.

Na sua evolução, a análise de conteúdo tem oscilado entre o rigor da suposta objetividade dos números e a fecundidade sempre questionada da subjetividade. Entretanto, ao longo do tempo, têm sido cada vez mais valorizadas as abordagens qualitativas, utilizando especialmente a indução e a intuição como estratégias para atingir níveis de compreensão mais aprofundados dos fenômenos que se propõe a investigar (MORAES, 1999, p. 7)

Laurence Bardin (1977, p. 28) foi categórica ao propor o método de forma a garantir rigor científico nas análises de conteúdo. Para ela

Apelar para estes instrumentos de investigação laboriosa de documentos, é situar-se ao lado daqueles que [...] querem dizer não “à ilusão da transparência” dos fatos sociais, recusando ou tentando afastar os perigos da compreensão espontânea. É igualmente “tornar-se desconfiado” relativamente aos pressupostos, lutar contra a evidência do saber subjetivo, destruir a intuição em proveito do “construído”, rejeitar a tentação da sociologia ingênua, que acredita poder apreender intuitivamente as significações dos protagonistas sociais, mas que somente atinge a projeção da sua própria subjetividade (BARDIN, 1977, p. 28).

Justamente no intuito de sistematizar, a autora aponta os três polos cronológicos em que deve estar organizada a A.C.: 1) Pré-análise; 2) Exploração do material; e 3) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 1977, p. 95).

Na pré-análise, cabe ao pesquisador realizar a escolha dos documentos a serem submetidos à análise. Em nosso caso, a escolha dos documentos só foi possível após a definição de nossos objetivos; porém, o caminho inverso também seria permitido (BARDIN, 1977, p. 95-96). Constituímos nosso *corpus* de maneira cuidadosa por meio da aplicação dos quatro filtros, conforme já explicitados, de forma a atender a regra da exaustividade, por meio da qual, não se permite deixar de fora qualquer um dos elementos que caibam nas regras definidas por qualquer motivo que seja (BARDIN, 1977, p. 97).

Também seguimos a regra da representatividade, escolhendo todos os trabalhos encontrados por meio dos filtros definidos, assim como a homogeneidade dos tipos de textos (dissertações e teses de Programas de Comunicação) e a pertinência. (BARDIN, 1977, p. 98).

O segundo passo foi a exploração do material por meio da codificação de categorias aplicáveis a todos os trabalhos (dissertações e teses). Optamos por analisar as seguintes partes constitutivas das dissertações: i) título; ii) resumo; iii) palavras chave, iv) introdução; v) sumário; vi) capítulo metodológico (quando houver) e vii) considerações finais, aplicando às produções as seguintes categorias:

**1) Eixo principal:** nesta categoria identificamos e classificamos se a tese trata de a) Comunicação popular e alternativa; b) Comunicação popular e comunitária; c) Comunicação popular, alternativa e comunitária; e d) Jornalismo popular Alternativo

**2) Denominação usada pelo pesquisador:** a) comunicação popular; b) comunicação comunitário-alternativa; c) mídia-ativismo; d) comunicação cidadã; e) contrainformação; f) comunicação comunitária; g) informação popular; h) comunicação popular alternativa; i) comunicação popular e comunitária; j) Vídeo popular; k) jornalismo popular e alternativo; l)

comunicação transformadora; m) Comunicação alternativa; n) Comunicação participativa; o) Comunicação alternativa participativa; p) Não denomina (embora fale sobre o processo); n) Outro (qual)

**3) Abordagem:** a) Estudo teórico; b) Estudo empírico

**4) Suporte:** a) Rádio; b) Televisão; c) Jornal impresso; d) Alto falante; e) Vídeo; f) Mídias sociais; j) Suportes múltiplos (quais); k) Outro (qual?); l) Não se aplica (não analisa suportes específicos)

**5. Momento histórico:** a) anos 1970; b) anos 1980; c) anos 1990; d) anos 2000; e) 2010-2012; f) Não explicitado; g) Outro (qual)

**6) Explicitação metodológica:** nesta categoria procuramos identificar se a pesquisa: a) Explicita com clareza métodos e técnicas; b) Não explicita métodos e técnicas; c) Embora cite os métodos e técnicas utilizados, não o faz com clareza; d) Apenas explicita tipos e/ou técnicas de pesquisa

**6.1 Método explicitado:** a) Dialético; b) Fenomenológico; c) Positivista; d) Funcionalista; e) Não se aplica; f) Outro (qual)

**7) Tipos e/ou técnicas de pesquisa:** a) Pesquisa bibliográfica; b) Pesquisa documental; c) Pesquisa histórica; d) Pesquisa-ação; e) Estudo de caso; f) Análise de conteúdo; g) Análise de discurso; h) Observação participante; i) Entrevista; j) Diário de Campo; k) Estudo de recepção; l) Pesquisa etnográfica; m) Outro; n) Não apresenta

### **8) Áreas correlacionadas à pesquisa**

Após esta fase de exploração do material, partimos para o tratamento dos dados obtidos e interpretação.

Por fim, realizamos uma análise qualitativa apenas das teses da amostra, constituída de fato por todo o universo, ou seja, 15 pesquisas, por meio da leitura do texto completo, em que buscamos discutir: 1) Pesquisadores-ativistas? A relação dos autores com os movimentos sociais; 2) Locais analisados pelas teses quanto às experiências de comunicação; 3) Sobre as

classes populares representadas nas teses; 4) Agentes que dão suporte às classes populares; 5) O papel da participação nas experiências; 6) Formas, conteúdos e objetivos da CPAC; 7) Destinatários e 8) Autores referência e conceitos importantes para a subárea.

Estas informações nos possibilitam traçar um panorama das pesquisas desenvolvidas sobre comunicação popular, alternativa e comunitária no País, além de fornecer dados sobre o que tem sido explorado, o que une essas pesquisas e quais métodos são majoritariamente utilizados nesta área no Brasil.

## 2. Observações importantes para a pesquisa da pesquisa

Triviños (1987) inicia sua obra com questões preliminares básicas em que critica a indisciplina intelectual dos cientistas no Brasil; a incoerência teórica e uma confusão intitulada de ecletismo “que revela, ao contrário do que se pretende, nossa *informação indisciplinada* e nossa fraqueza intelectual” (TRIVIÑOS, 1987, p. 15-16).

Consideramos necessário, seguindo a ideia do autor, localizar algumas questões filosóficas que certamente contribuirão para o desenvolvimento desta tese, assim como para a análise da produção discente de pós-graduação *stricto sensu* em Comunicação no Brasil.

Triviños (1987, p. 18) lembra que o mundo é formado de fenômenos e objetos de natureza material ou espiritual, e, assim, retoma uma das grandes questões que sustentam a filosofia desde os pré-socráticos até atualmente: a discussão entre idealismo e materialismo.

Segundo ele, o idealista acredita que a realidade está na consciência, e que a partir dela o material se coloca. Citando Berkeley, ele mostra que nesta perspectiva, não é possível algo existir sem que alguém o perceba (TRIVIÑOS, 1987, p. 19).

Já o materialista entende que a realidade está no mundo material, sendo que é a partir dele que a razão consegue conceber um entendimento. O autor lembra que o “Materialismo Filosófico apóia-se nas conclusões da ciência para explicar o mundo, o homem e a vida”. Segundo ele, “Isso significa que, não obstante os materialistas considerem a matéria o princípio primeiro e o espírito, a ideia, o aspecto secundário, suas concepções mudam de acordo com a evolução do pensamento científico” (TRIVIÑOS, 1987, p. 21).

São estas duas formas de ver o mundo, entre outras, que norteiam também o saber epistemológico.

### 2.1. A possibilidade do conhecimento e o conhecimento científico

A proposta de realizar uma pesquisa bibliográfica sobre a produção discente de pós-graduação nos faz refletir sobre uma série de questionamentos pautados pelos filósofos, pelos cientistas do conhecimento e também por pesquisadores da comunicação e de outras áreas. Afinal, o material analisado teria sido capaz de captar o conhecimento em sua realidade? Quais os critérios ali seguidos para se considerar com fidedignidade as conclusões obtidas? Objetivando problematizar estes preceitos, fazemos aqui algumas observações. Ao encontro de nossos questionamentos, pergunta Triviños (1987, p. 24):

Pode o sujeito captar o objeto em toda sua dimensão, isto é, não só o fenômeno mas também o “noumeno”, “o numeno”, “a coisa em si”? É capaz o homem de desvendar as leis que regem o universo? Nossa consciência tem a capacidade de refletir de maneira adequada a realidade objetiva?

O pesquisador mexicano Jorge González (2007) defende não ser possível que vejamos os objetos e as situações da realidade de forma “pura”, mas por meio de filtros que advêm de nossa linguagem e metalinguagem, num processo de interpretação do real. Segundo ele, “Não podemos observar sem interpretar ao mesmo tempo. A realidade “real”, sempre que percebida por um ser humano, nunca será “crua”, pelo contrário, sempre estará interpretada” (GONZÁLEZ, 2007, p. 38, tradução nossa).

Para o autor, esses filtros são permeados pela doxa, pano de fundo que enviesa nosso olhar, segundo uma naturalidade imposta socialmente.

Esse Mega-sistema de informação que é a Doxa só pode existir se concretizada em instituições especializadas na metabolização e elaboração permanente do discurso social (igrejas, cortes, escolas, galerias, televisões, universidades etc) e outras não especializadas como as famílias e redes de convivência cotidiana. Só é eficaz quando ganha corpo (se incorpora) nos diversos agentes sociais por meio de esquemas de disposições cognitivas de ação, de percepção e de valoração (o que Bourdieu chama de habitus), que formam o que chamamos de um **Sistema de Informação Subjetivo, mas não individual das pessoas**. Por meio deste efeito de formatação da subjetividade, as correspondências estabelecidas historicamente (mas sem responsável) pelo sistema da Doxa, se tornam evidentes, lógicas, naturais (GONZÁLEZ, 2007, p. 41, tradução e grifos nossos).

A doxa não é fixa. Como a moral, varia conforme o tempo e o lugar. Forma-se das relações entre os agentes sociais e deles com o mundo, “desde o ponto de vista do sentido”, como destaca González (2007, p. 42). Para o autor, as crises são ápices para que a doxa seja transformada.

Vale questionarmos ainda se a realidade pode ser considerada objeto estático, esperando para ser pesquisado de forma a não relacionar-se com o pesquisador. Em seu texto, González (2007, p. 44) chama a atenção para o perfil estruturante da realidade. Segundo ele, a realidade é tanto estruturável quanto estruturante, já que na interação com o homem ela também deixa registros.

A partir de um ponto de vista epistemológico, podemos afirmar com toda clareza que a realidade não está estruturada, é estruturável; não está ordenada, é ordenável, mas não de qualquer forma, pois não se deixa estruturar de qualquer modo. A “realidade” é teimosa, obstinada, rebelde; tem suas próprias determinações. Devido a elas, “a realidade” não é somente estruturável, mas estruturante. Nos faz coisas, nos marca, nos coloniza, nos delimita e, a seu modo, nos força a interagir com e dentro de suas

condições. O conhecer depende da estrutura de quem conhece, não dos conteúdos (GONZÁLEZ, 2007, p. 44, tradução nossa).

Trazendo Piaget, o autor descarta as visões totalmente empiristas, em que a realidade é real e capturada por meio de experiências sensoriais; assim como descarta as visões apriorísticas, baseadas na razão e que ignoram as evidências empíricas. Para ele,

a realidade nem é inventada assim do nada, nem surge da própria experiência sensorial: os objetos que conhecemos se constroem permanentemente, ao modificar os esquemas de organização dos elementos a conhecer, nos quais uma parte muda, uma parte permanece e uma parte é inédita (GONZÁLEZ, 2007, p. 50, tradução nossa).

Marconi e Lakatos (2002, p. 20) ao apresentarem os tipos de conhecimento, caracterizam o conhecimento científico como contingente, sistemático, verificável, e ainda, “aproximadamente exato” e “falível”. Essas duas últimas esferas não podem ser perdidas de vista, já que se busca sim a exatidão e a objetividade, porém muitos fatores podem influenciar neste processo, sendo elas próprias – a exatidão e a objetividade - limitadas e questionáveis.

Conforme aponta Richard Romancini (2006, p. 27),

a autonomia da ciência é sempre relativa e o ideal de uma pura atividade “desinteressada” de obtenção de conhecimento e verdade é, sobretudo, uma representação, um “tipo ideal”, no sentido weberiano. Mesmo que esse “tipo” seja almejado por muitos, sua plena concretização é improvável tanto pela historicidade que marca a produção da ciência, quanto pelo caráter social que esta atividade comparte com outras realizações humanas.

Ao destacarmos o caráter social, citado por Romancini, apontamos também as relações existentes entre conhecimento científico e sociedade.

## **2.2. Conhecimento científico e transformação social**

O cerne desta pesquisa enfoca a produção discente *stricto sensu*, ou seja, as teses e dissertações desenvolvidas sobre a comunicação em sua vertente cidadã, comunicação enquanto possibilitadora de mudança social. Nas leituras sobre o conhecimento científico, chamou-nos também a atenção a abordagem de alguns autores que discutem o papel social da própria pesquisa. Afinal, são dois caminhos que se encontram e que, a nosso ver, se completam neste trabalho.

Ao caracterizar a pesquisa moderna, Urbano Zilles (2008) faz críticas aos objetivos dos pesquisadores. Em seu texto, o autor coloca o egoísmo e o individualismo como próprios

da modernidade, em um processo que se alimenta do automatismo e interesses escusos, ignorando o contexto em que se inserem as pesquisas. Assim diz:

A pesquisa moderna explora o mundo baseada em sua ilimitada divisão do trabalho. Tornou-se uma empresa que se desenvolve de maneira automática e autônoma, sem necessidade de indagar pelo contexto no qual estão inseridos os projetos particulares. É um operar técnico-científico interessado na eficiência de tarefas de fabricação, na produção, melhorada pela divisão do trabalho (ZILLES, 2008, p. 142).

Também são marcantes as afirmações feitas por Gusdorf, no prefácio do livro de Hilton Japiassú (1976), em que analisa a ineficiência da pesquisa no que diz respeito à redução dos problemas mais comuns, aparentes e urgentes da humanidade, como a fome, por exemplo; em um tempo marcado pela proliferação de *experts*.

O especialista, dizia G.K. Chesterton, é aquele que possui um conhecimento cada vez mais extenso relativo a um domínio cada vez mais restrito. O triunfo da especialização consiste em saber tudo sobre nada. Os verdadeiros problemas de nosso tempo escapam à competência dos experts, porque os experts, via de regra, são testemunhas do nada. As questões urgentes de nosso século XX são não apenas as da coexistência pacífica entre os povos [...] mas também as questões colocadas pela desigualdade de *desenvolvimento* econômico, técnico e cultural, entre as nações do mundo. As questões colocadas pela *fome*, pelo respeito às *liberdades*, são indissociáveis da situação geral da humanidade sobre o planeta Terra, na última etapa do século XX (GUSDORF, 1976, p. 8-9).

O autor chega a comparar o aumento vertiginoso de especialistas em todas as esferas, a um câncer – uma proliferação de células vivas; criticando nitidamente os processos de especialização do conhecimento científico, em oposição a uma interdisciplinaridade verdadeira que se aproximasse da realidade social.

Já se ressaltou que o número dos “cientistas” atualmente vivos é superior ao dos sábios que se sucederam em toda a história da humanidade. Se essa afirmação é verdadeira, devemos concluir que a multiplicação dos “cientistas”, muito longe de ser o sinal de um progresso do conhecimento, constituiria antes, o sintoma mórbido de uma regressão. O câncer é uma proliferação de células vivas. Esse pululamento anárquico não é um sinal de saúde. Quanto mais se desenvolvem as disciplinas do conhecimento, diversificando-se, mais elas perdem o contato com a realidade humana. Nesse sentido, podemos falar de uma alienação do humano, prisioneiro de um discurso tanto mais rigoroso quanto mais bem separado da realidade global, pronunciando-se num esplêndido isolamento relativamente à ordem das realidades humanas (GUSDORF, 1976, p. 14).

Não há como ler Gusdorf e Japiassú (1976), assim como ler Zilles (2008), sem adentrarmos nos escritos de Jorge González, que caminha ao encontro dessas observações.

De todas as formas de conhecer, o autor critica justamente o dito conhecimento científico, talvez pela aura da qual se vista o cientista, que se sente produtor de um saber inquestionável. Assim diz:

No entanto, de toda a pluralidade das doxas regionais ou especializadas, como as artísticas, as religiosas, as econômicas, as médicas, as educativas, a Doxa mais soberba e cega talvez seja justamente a Doxa científica, quando renuncia ao próprio ofício de inteligibilidade e crítica permanente das pré-noções que lhe conferem seu ofício de inteligibilidade racional, e ao assim fazê-lo, se converte em dogma, em verdade única, em lei inexorável que converte os cientistas em “experts” (GONZÁLEZ, 2007, p. 43, tradução nossa).

Ao cunhar o termo *cibercultur@*, escrito assim, com @, o autor descreve um processo de desenvolvimento do conhecimento científico em que informação, conhecimento e comunicação caminham juntos, com o objetivo de transformar a realidade. Para González (2007, p. 65-68), os problemas práticos devem ser transformados em problemas de pesquisa, contribuindo para a solução dos problemas sociais. Sem este fim, a pesquisa não teria porque existir.

O conceito utilizado pelo autor, com @, distancia-se do uso comum da palavra cibercultura, ou seja, aquele relacionado ao ciberespaço. Segundo Peruzzo (2014, p.2), a *cibercultur@*

[...] está interessada em entender a geração de conhecimento e a constituir formas de organização social em comunidades que possam favorecer processos de mudança social. No fundo, se desenvolve a ideia de empoderamento; a constituição de processos de autodeterminação e a instituição de condições para as comunidades se apropriarem coletivamente da informação, gerarem conhecimento e se tornarem capazes de se comunicar entre si e com a sociedade.

Ao explicar como se dá a formação da palavra *cibercultur@*, ouvimos o próprio González (2014, p.3), que assim explica.

- a) **Ciber**: significa essa capacidade de autodeterminação, o *kybernetes* decide para onde ir, e para isso, como timoneiro, deve *aprender a escutar* com muito cuidado o ambiente, porque você não pode navegar contra o mar, você deve navegar com o mar.
- b) **Cultur**: Eu uso este termo em Latim que significa cultura, “desenvolvimento”. Esta capacidade de autodeterminação (ciber) – que nada tem a ver com os computadores – pode ser gerada, aprendida, desenvolvida: podemos crescer e desenvolver capacidades para a própria autodeterminação, que não temos ou mesmo que perdemos cotidianamente. Ser capaz de ter uma postura de autodeterminação, é algo que pode e deve ser cultivado, mas não é “natural” fazê-lonas condições sociais “normais” em que vivemos. Tem que ser trabalhada e muito intensamente.
- c) @: finalmente decidi colocara “@” como um elemento gráfico polêmico e sugestivo, para discutir uma problemática que permanece em grande parte

ideologizada. Embora pareça que a @ possa ter algo a ver com a Internet, neste contexto não tem. [...] Eu uso o signo de “@” porque em duas dimensões é o mais parecido com um loop de feedback positivo, um círculo virtuoso que não se fecha em si mesmo, uma espécie de helicóide semelhante ao processo da inteligência, ou seja, a nossa capacidade para resolver problemas concretos utilizando o intelecto.

Segundo o autor, seria possível, através da pesquisa e da criação de nós interconectados em redes, desenvolver uma cultura da informação, do conhecimento e da comunicação, que culminasse na mudança social.

Um empenho que, ao realizar-se coletivamente, ajuda a redesenhar as ecologias simbólicas desde os estudantes e professores até as comunidades desprotegidas socialmente, reconstruindo suas relações que geralmente são negativas se vistas a partir do vetor tecnológico (GONZÁLEZ apud PERUZZO, 2014, p. 2).

Georges Gusdorf é também enfático ao dizer que a ciência de nada serve se não tiver o objetivo de pensar a existência do homem contribuindo para uma vida mais harmônica. Segundo ele (GUSDORF, 1976, p.16),

As disciplinas científicas, cada vez mais distanciadas da existência concreta, constituíram-se como linguagens herméticas, reservadas aos iniciados, e que parecem absorver-se, ou perder-se, no niilismo de suas abstrações bem comportadas. A verdade que elas procuram, e que por vezes encontram, é uma verdade em si e para si, que nada mais diz a ninguém ou, pelo menos, que renunciou a assumir a função primordial da vinculação do homem com o mundo onde ele reside.

Jorge González compartilha do mesmo pensamento quando fala sobre transformar a realidade em objeto de conhecimento comunicável, quando fala em uma cultura do conhecimento.

Descobrir a vacina contra a AIDS (HIV) não põe fim à epidemia nem à mortalidade espantosa, lamentável e solucionável em alguns países africanos. Das respostas de conhecimento que geramos à aplicação social delas há um caminho que já não depende da pureza ou do rigor do produto de conhecimento. Outras variáveis e outros processos intervêm aí, especialmente a forma como os sistemas científicos estão relacionados com os sistemas sociais e suas forças econômicas, políticas e culturais (GONZÁLEZ, 2007, p. 87, tradução nossa).

Segundo ele, à ciência caberia o papel de produzir formas de enfrentar as fragilidades/crueldades humanas; de tal maneira que por meio deste conhecimento fôssemos capazes de nos empoderarmos racionalmente e de oferecermos mais qualidade de vida para todos. E completa:

Ao fazer isto com toda militância e disciplina, contribuímos para a libertação de vastas áreas de territórios simbolicamente ocupados por “explicações” que muitas vezes são apenas justificativas e por descrições de processos da vida e do mundo que são na realidade prescrições (GONZÁLEZ, 2007, p. 87, tradução nossa).

Também Minayo (2002, p. 17) destaca a importância da vinculação entre pesquisa e prática, para a construção da realidade.

Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula o pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática.

Nos livros de metodologia científica, a discussão de uma ciência que deve interagir com o meio ambiente, transformando-o, parece ainda estar distante. Nas 17 características<sup>6</sup> elencadas por Marconi e Lakatos (2002, p. 30-42) para descrever o conhecimento científico no âmbito das ciências factuais, apenas a última, “O conhecimento científico é útil”, chega mais próxima da noção de que a ciência não deva existir apenas com objetivos intelectuais e acadêmicos, mas de forma a atingir a sociedade. Mesmo assim, a tal “utilidade” apresentada está relacionada apenas ao desenvolvimento tecnológico. “Assim, a Ciência e a tecnologia constituem um ciclo de sistemas interatuantes, retroalimentando-se: o cientista torna inteligível o que faz o técnico, e este, por sua vez, oferece à Ciência instrumentos e comprovações, assim como indagações” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 42).

Interação muito aquém do que falávamos; pois não aparece em nenhum momento como possibilitadora de transformação social, visando a aproximar o mundo acadêmico do mundo real.

Ao caracterizar a Ciência, Rabuske (1987, p.16) nos dá pistas da existência de uma ciência que incorpore a crítica e a denúncia, ao destacar que ela evoluiu tanto na investigação dos objetos quanto na tomada de consciência dos procedimentos subjetivos, e ressalva:

É insuficiente a caracterização da Ciência, que ocorre em certos livros de Filosofia: que a Ciência é objetivante, voltada inteiramente ao objeto, sem reflexão, sem consciência crítica; que é privilégio da Filosofia ser reflexiva e crítica. Em lugar desta oposição simplista, deve-se colocar uma graduação. A Filosofia é *mais* crítica, pelo menos tem a missão de ser mais crítica. Também as Ciências, na medida do seu desenvolvimento, se tornam reflexivas e críticas (RABUSKE, 1987, p.16).

---

<sup>6</sup> Racional, objetivo, factual, transcendente aos fatos, analítico, claro e preciso, comunicável, verificável, dependente de investigação metódica, sistemático, acumulativo, falível, geral, explicativo, preditivo, aberto e útil.

Neste contexto, parece ser característica das pesquisas sobre comunicação para a mudança social, trazerem marcas crítico-reflexivas e o interesse de transformarem a realidade vivida. É a ciência que verifica, analisa, sistematiza, mas também denuncia.

Discutamos neste próximo tópico o conceito de Ciência e sua relação com a Comunicação em nosso país.

### **3. Ciência e Comunicação no Brasil**

De acordo com Boaventura de Souza Santos (1989, p. 31), ruptura, construção e constatação, são os três atos epistemológicos fundamentais para a construção do conhecimento científico; opondo-se e rompendo antes de tudo com o que o autor classifica como opiniões: “O ‘senso comum’, o ‘conhecimento vulgar’, a ‘sociologia espontânea’, a ‘experiência imediata’, tudo isto são opiniões, formas de conhecimento falso com que é preciso romper para que se torne possível o conhecimento científico, racional e válido” (SANTOS, 1989, p. 31).

Segundo o autor, a mesma ruptura deve acontecer tanto nas ciências naturais, quanto nas sociais, porém, são estas últimas as que apresentam maior grau de dificuldade de aplicação, devido a duas razões:

Por um lado, porque as ciências sociais têm por objeto real um objeto que fala, que usa a mesma linguagem de base de que se socorre a ciência e que tem uma opinião e julga conhecer o que a ciência se propõe a conhecer. [...] Por outro lado, porque o próprio cientista social sucumbe facilmente à sociologia espontânea, confundindo resultados de investigação com opiniões resultantes da sua familiaridade com o universo social (SANTOS, 1989, p. 31-32).

E citando outros autores, conclui Santos (1989, p. 32):

Consequentemente, a ruptura epistemológica é mais vezes professada do que realizada (Bourdieu, Chamboredon, Passeron, 1968:36) e, por isso, ‘a sociologia é uma ciência que tem como particularidade a dificuldade particular em se tornar uma ciência como as outras (Bourdieu, 1982a: 34).

Embora fale de sociologia, podemos transpor as mesmas dificuldades à ciência da comunicação, que é parte das ciências sociais. O advento da tecnologia e acessibilidade a várias formas de comunicar faz com que a comunicação seja considerada atividade de domínio geral. Facilmente identificamos a mistura da comunicação enquanto atividade prática, sendo confundida com a comunicação enquanto atividade científica. E ao final,

lidamos com objetos-sujeitos que muitas vezes consideram já saber o que ainda deve ser resultado de uma pesquisa científica em comunicação. Há, pois, uma grande dificuldade de rompermos desde o início com nossas opiniões e ideologias (senso comum), mas também de rompermos com a falsa ilusão de que qualquer um, de qualquer maneira está apto a falar de comunicação; sem rigor metodológico, sem reflexão sistematizada e sem verificação objetiva das hipóteses levantadas.

Tanto Freixo (2009, p. 32-33), quanto Marconi e Lakatos (2011, p. 21-22) apresentam a mesma lista de definições gerais sobre o conceito de ciência<sup>7</sup>; e ambos os livros optam pelo conceito de Ezequiel Ander-Egg, segundo o qual: “A ciência é um conjunto de conhecimentos racionais, certos ou prováveis, obtidos metodicamente sistematizados e verificáveis, que fazem referência a objetos de uma mesma natureza” (apud MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 21-22).

Para fins de apresentarem a classificação das ciências (formais-factuais / formais-reais / dentre outras), Marconi e Lakatos trouxeram esquemas atribuídos a Comte (apud MARCONI; LAKATOS, 2011, p.26), Bunge e Wundt (apud MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 27). Verificamos, curiosamente, que em nenhum desses esquemas há espaço para a Comunicação, embora saibamos que ela faça parte das ciências sociais.

Vamos considerar, portanto, uma definição formal e abrangente do que seja o campo acadêmico da comunicação, baseadas em Maria Immacolata Vassalo de Lopes (2000-2001, p. 48), segundo a qual, trata-se de “um conjunto de instituições de nível superior destinado ao estudo e ao ensino da comunicação e onde se produz a teoria, a pesquisa e a formação universitária das profissões de comunicação”.

Baseada nas ideias de Bordieu, a autora apresenta também os subcampos que podem ser identificados, sendo estes:

**1) o científico**, que implica em práticas de produção de conhecimento: a pesquisa acadêmica tem a finalidade de produzir conhecimento teórico e aplicado (ciência básica e aplicada) através da construção de objetos, metodologias e teorias; **2) o educativo**, que se define por práticas de reprodução desse conhecimento, ou seja, através do ensino universitário de matérias ditas de comunicação; e **3) o profissional**, caracterizado por práticas de aplicação do conhecimento e que promove vínculos variados com o mercado de trabalho (LOPES, 2000-2001, p. 48, grifos nossos).

---

<sup>7</sup> Destaca-se que ambos apresentam a mesma lista, com os mesmos conceitos sem citar a fonte referenciada. A lista é a mesma.

Percebe-se, porém, de maneira acentuada, a interferência do subcampo profissional da comunicação na relação com o científico e educativo; apontando certa tendência dos estudos comunicacionais.

De acordo com a tabela de áreas de conhecimento e avaliação da Capes<sup>8</sup>, fazem parte da grande área de Ciências Sociais Aplicadas, as áreas básicas de conhecimento: Administração, Ciências Contábeis e Turismo; Arquitetura e Urbanismo; Planejamento urbano e regional/Demografia; Ciências Sociais Aplicadas I (que inclui Comunicação, Ciências da Informação e Museologia); Direito; Serviço Social e Economia (CAPES, 2014, p. 19-23).

Nesta divisão, a subárea de Comunicação figura dentre as Ciências Sociais Aplicadas I, dividindo espaço com as subáreas Ciências da Informação e Museologia.

Ao produzirem o relatório de avaliação de área das Ciências Sociais Aplicadas I do triênio 2010-2012, Weber; Kobashi e Dodebei (2013, p. 1) contemplam a atualidade das discussões e centralidade “dos processos de midiaticização, comunicação e informação da sociedade”, destacando, ainda, a importância de a Pós-Graduação acolher o viés intervencionista e de aplicação empírica da área.

A formação de pós-graduação das CSAI objetiva aprofundar o conhecimento e a discussão teórica e metodológica das questões da Comunicação, da Ciência da informação e da Museologia e as **possibilidades de sua aplicação**, considerando a diversidade dos contextos nos quais as ações desses campos se realizam ou podem ser realizadas. A missão da pós-graduação é promover uma formação emancipadora, devendo, para isso, **reunir elementos que não se restrinjam a conferir títulos de mestre e doutor, mas favoreçam as oportunidades de desenvolvimento do pensamento crítico, da reflexão sobre seu papel na sociedade e no desenvolvimento de capacidades para aprender e fazer aprender**. A formação pós-graduada deve perseguir, portanto, o compromisso com o ato de pensar, com o autodesenvolvimento e a busca de autonomia e emancipação na pesquisa. Deve, além disso, **ser inovadora, com significado social, cultural e econômico visíveis, por trazer benefícios à sociedade**(WEBER; KOBASHI; DODEBEI, 2013, p. 1, grifos nossos).

E se autores como Hugo Levisolo (2002) apontam a tendência da graduação em agir desta forma, as então coordenadoras da área demonstram, por meio do relatório, que esta vertente também está presente na pós-graduação, mesmo que indiretamente.

---

<sup>8</sup> Disponível em <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>. Acesso em 24 de novembro de 2014.

Embora pareça ser uma questão irrelevante, ao considerarmos esta vertente prática da comunicação, campo de conhecimento que compõem a Área das Ciências Sociais Aplicadas I, retomamos a reflexão desenvolvida por Hugo Levisolo (2002, p. 125) quando indica presente no campo da comunicação uma “ansiedade epistemológica produto de anseios de reconhecimento e legitimidade, ao invés de problemas epistemológicos estritos”. Ele fala em seu texto de uma epistemologia prática da comunicação, já que os cursos de graduação (de onde advêm as pós-graduações) debruçam-se sobre currículos extremamente práticos – intitulados de profissionais, pelo autor - em oposição aos disciplinares ou acadêmicos.

Para fins de esclarecimento, Levisolo (2002, p. 129) destaca que, quanto aos currículos acadêmicos, “Produção e transmissão de conhecimentos são seus valores orientadores. As figuras típicas que representam esses valores em termos de ocupação são as do pesquisador e professor, desenvolvimento e educação científica os campos de atividade”. Já o currículo prático ou profissional, dentre os quais situa o campo da comunicação,

pretende formar pessoas capazes de intervir na sociedade a partir do horizonte de inserção profissional específico. Domina na formação do médico, do engenheiro, do jornalista, do advogado, do relações públicas, do publicitário, do contador, do administrador de empresas, entre outros, a vontade de formar um profissional capaz de intervir para solucionar ou responder a demandas sociais. As figuras típicas que as representam são as de perito, experto ou especialista. São pessoas contratadas para resolver problemas de áreas de atividade social no campo privado ou das políticas públicas (LEVISOLO, 2002, p. 129).

Além de apresentar o currículo mosaico das graduações, o autor traz também a discussão para o nível da Pós. Segundo ele, a pós-graduação em comunicação no Brasil, que surge com enfoque acadêmico, transformou-se acompanhando o contexto:

As primeiras pós-graduações foram disciplinares e acadêmicas, mais tarde entrariam áreas de tipo mosaico e profissionalizante. Entretanto, na medida que entravam no sistema de ciência e técnica nacional, tinham que assumir os objetivos da pesquisa e da formação do pesquisador. Esse processo iniciado nos anos setenta acelerou-se nos oitenta. Nos anos setenta creio que consolidou-se o acordo de que uma atividade científica de pesquisa tinha que ter teoria e esta seu objeto teórico definido. A ansiedade pela teoria e seu objeto se espalhou pelas pós-graduações nascidas de cursos profissionalizantes, como administração, serviço social e comunicação. O problema era simples em sua formulação: como considerar como científica áreas que não detêm teorias e objetos definidos e aceitos enquanto tais pelos acordos da área? (LEVISOLO, 2002, p. 134)

Ele defende o fato de que o que se espera de um profissional formado em áreas com enfoque prático é a solução de problemas, não definições epistemológicas. Talvez esteja aí o

principal gargalo das Ciências da Comunicação quando se lança o desafio de olhá-la epistemologicamente.

A sociedade está interessada em que os peritos ou especialistas solucionem problemas, façam que as coisas funcionem. O fato de não podermos explicar o mecanismo de funcionamento de uma droga não impede que a usemos se ela é eficiente no tratamento de certas doenças. Não creio que um científico militante se negue a realizar massagens que aliviam suas dores de coluna porque não há uma teoria dos efeitos da massagem. [...] Sempre usamos conhecimentos derivados e destilados pela experiência embora não fossem científicos. Aceitamos os peritos e especialistas e seus conhecimentos práticos e familiares como úteis e mesmo necessários (LEVISOLO, 2002, p. 133-134).

Para o autor, o fato de os cursos de comunicação contarem com currículos mosaicos, ou seja, compostos por disciplinas que tem como objetivo a formação de conhecimento, de pesquisadores e de professores, se existem problemas epistemológicos eles devem ser atribuídos a essas disciplinas, não à comunicação enquanto campo acadêmico. E ilustra:

Assim, por exemplo, a validade das teorias da dita escola de Frankfurt, de alta penetração na comunicação, apresentam questões epistemológicas que são da filosofia e das ciências sociais, não do campo da comunicação. O mesmo poderíamos argumentar em relação aos problemas de conhecimento da lingüística, da semiologia, a antropologia e suas teorias da cultura, da filosofia e especialmente da ética, entre outras. Nesses campos disciplinares se colocam as questões sobre o objeto, sobre as condições de conhecimento, sobre as relações dos dados com as teorias, entre outras (LEVISOLO, 2002, p. 133-134).

Para ele, o caráter prático da comunicação exigiria apenas a solução de problemas também práticos, afirmação que, embora não concordemos plenamente, faz toda a diferença para as definições referentes ao campo.

Em *Antropológica do espelho* (2002), Muniz Sodré chega a questionar como balizar as discussões que deveriam ser inerentes ao campo acadêmico da comunicação, com essa tendência mercadológica dos cursos. Assim indaga:

A partir do que até agora expusemos, como agregar-nos ao empenho de dinamização do campo acadêmico da Comunicação? Como tomar distância crítica da pura e simples preocupação – marcante nos cursos de graduação latino-americanos – com a formação de mão-de-obra especializada para o mercado profissional? (SODRÉ, 2002, p. 221).

Voltando ao documento da área de Ciências sociais aplicadas I, de 2013, verificamos fazer sentido as observações de Levisolo, pois ganham destaque na apresentação da área e do campo comunicacional, palavras que nos remetem à prática comunicacional.

A área CSAI conjuga dimensões de reflexão e **empíria**, com cruzamentos interdisciplinares e níveis de **valorização profissional** que atingem a

comunicação, a informação e a memória, em diferentes habilitações (Jornalismo, Publicidade, Relações-públicas, Produção em Rádio, Televisão e Cinema, Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia) tão caras a qualquer campo de conhecimento por **afetar as condições** de produzir, publicizar, armazenar e disponibilizar informações. Essa complexidade se refletiu na história da área quando os primeiros programas são implantados, na década de setenta, período de crescimento econômico, mas também de diferentes formas de coerção da comunicação e da informação (WEBER; KOBASHI; DODEBEI, 2013, p. 2, grifos nossos).

Mas a relação dos cursos de graduação e pós-graduação em comunicação com o mercado profissional, de toda forma, não chega a ser nenhuma novidade. O fato é que este caráter prático influencia diretamente as pesquisas desenvolvidas – da iniciação científica à pós-graduação, assim como a definição do objeto das Ciências da Comunicação, discussão que desenvolveremos adiante.

### **3.1. Sobre o objeto da Comunicação**

Adentrar a discussão sobre o objeto da Comunicação é aventurar-se em um dos maiores entraves epistemológicos da área. Eduardo Duarte, Muniz Sodré, Maria Immacolata Vassallo de Lopes, Luiz Martino, José Marques de Melo e Laan Mendes de Barros são alguns dos autores que permeiam esse debate.

Eduardo Duarte (2003, p. 41) aponta que “pensar uma epistemologia da Comunicação implica tentar circunscrever mais precisamente o termo, encontrar um conjunto de ideias que se interliguem e expressem o que se tenta tomar como tema de estudo e pesquisa de princípios teóricos e metodológicos”. Para ele, “uma epistemologia é uma forma de indagar a realidade” (DUARTE, 2003, p. 41).

Buscando a etimologia da palavra comunicação, Duarte associa um núcleo de ideias caracterizando um macroconceito, por meio da articulação de diversos outros conceitos: pertencente a muitos, comungar, tornar comum, estar em relação e ação de (DUARTE, 2003, p. 43). Apoiando-se em Merleau-Ponty, David Bohm e Gilles Deleuze, ele apresenta a comunicação como um encontro de fronteiras, como a exigência de relação. E arrisca a definir o campo da comunicação segundo o qual,

[...] pode ser teórico, quando este analisa a ontologia desses encontros, quando se preocupa com os processos que tornam comum um pensamento a um grupo que troca informações. O campo pode ser também empírico quando a mesma discussão ontológica considera a relação com os suportes nos quais os planos cognitivos estão atrelados (DUARTE, 2003, p. 51).

A grande surpresa se dá, porém, quando o autor distingue os objetos de mídia dos objetos de comunicação, destacando que os meios de comunicação (objetos de mídia) “necessariamente não estabelecem um diálogo com seus públicos” e que “a veiculação por si não indica um fenômeno comunicacional se temos por comunicação os encontros perceptivos entre agentes e os produtores cognitivos que emergem” (DUARTE, 2003, p. 52).

Nesta visão, “o que está em jogo na localização desse objeto não é o suporte no qual ele se expressa, mas qual a comunhão que ele permite a partir da informação posta na relação”. Assim, seu objeto poderia estar

no reflexo antropológico, sociológico, psicológico do encontro desses agentes cognitivos que se expressam por meio dos veículos de informação, dos discursos políticos, dos movimentos das massas. Entretanto, esse objeto pode não estar onde classicamente é visto, localizado e engessado: nos mass media (DUARTE, 2003, p. 52).

O que difere o pensamento de Duarte dos autores que seguem a discussão, é justamente a abrangência que garantem ao termo “comunicação”. Sodré (2002), Barros (2008) e Martín-Barbero (apud BARROS, 2008) também falam da comunicação como processo, como vinculação, como diálogo, mas enxergando nos meios de comunicação ferramentas facilitadoras dessa relação.

Em capítulo dedicado a estudar a relação entre *Communicatio* e *epistème*, o último do livro *Antropológica do Espelho* (2002), Muniz Sodré também incita a discussão sobre a definição do objeto do campo acadêmico da Comunicação.

O autor (SODRÉ, 2002, p. 222) relembra que diferentemente de outras disciplinas das ciências sociais que nascem de um saber filosófico, “a Comunicação partiu tanto da Academia quanto do mercado e sempre teve maior peso prático (é um tipo de saber estreitamente ligado à produção de serviços) do que conceitual, segundo o qual, nesta conjuntura simplesmente inexistente consenso teórico quanto a seu objeto”.

Ele chama atenção à ênfase tecnológica que tem sido dada aos estudos comunicacionais e destaca: “Vale lembrar a advertência de Durkheim: toda ciência que trata do futuro não tem objeto” (SODRÉ, 2002, p. 222).

Citando Newcomb, Marques de Melo (2014, p. 31-32) traz a visão do autor com relação às tecnologias e a importância delas para o campo comunicacional.

[...] nós precisamos reconhecer inicialmente a existência de problemas definidos não por nós, através das complicadas fendas abertas pelos nossos pressupostos ou metodologias, mas efetivamente pelas circunstâncias que configuram os objetos reais do nosso estudo. Trata-se de desafios e mudanças na evolução, aplicação e desdobramento das novíssimas

tecnologias da comunicação, que exigem, segundo meu ponto de vista, novas perspectivas para o nosso trabalho. Eu não estou reivindicando que nossas tarefas sejam “determinadas” pela tecnologia. Ao contrário, eu estou preocupado com o modo pelo qual nós criamos verdadeiramente nossas questões. Na minha opinião, as atividades acadêmicas de vanguarda e a pesquisa de ponta devem ser definidas pelas questões nas quais elas estão enraizadas (NEWCOMB apud MARQUES DE MELO, 2014, p. 32).

Segundo o autor, a tecnologia, apesar de ainda fazer referência a algo atual, mas sempre com um olhar no futuro, ocuparia papel central na discussão da comunicação.

Em artigo apresentado à Compós, em junho de 2008, Laan Mendes de Barros também propõe a discussão sobre o objeto da comunicação, aproveitando-se de um seminário<sup>9</sup> promovido pela Cásper Líbero, em 2007, que ressaltou a questão do “midiacentrismo” nos estudos de comunicação; visão por meio da qual a análise metodológica comunicacional se dá a partir dos meios de comunicação.

Aproveitando-se das contribuições de Martín-Barbero, Barros (2008, p. 3) problematizou em sua pesquisa se estaria o objeto da comunicação nos meios ou nas mediações.

Como se sabe, Martín-Barbero opta pelo termo “mediações”. E ele não o faz apenas por uma questão de semântica. Ele opta pelas mediações em contraposição aos meios, como centro de atenção da pesquisa em comunicação. Trata-se, portanto, de um deslocamento metodológico – ou epistemológico.

Ao citar Dominique Wolton, Barros tece uma argumentação em que destaca que o objeto da comunicação não deveria ser escolhido entre meios e mediações; ou entre uma coisa (experiência antropológica) e outra (conjunto de técnicas que representa atualmente uma necessidade social); mas que deve ser a junção dessas dimensões, que devem estar articuladas.

Intuitivamente, comunicar consiste em um intercâmbio com o outro. Por outro lado, ele [Wolton] lembra também, que a comunicação é “o conjunto de técnicas que, no período de um século, rompeu as condições tradicionais da comunicação direta, para substituí-la pelo reinado da comunicação à distância”. E, por fim, que “a comunicação se converteu em uma necessidade social funcional para economias interdependentes” (WOLTON, 1997, p. 14-16). Por certo, essas três dimensões da comunicação encontram-se articuladas entre si e são interdependentes. A comunicação não é isso ou aquilo, mas isso e aquilo. Ela é, ao mesmo tempo, uma “experiência antropológica”, um “conjunto de técnicas” e uma “necessidade social” (BARROS, 2008, p.8).

---

<sup>9</sup>O Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero promoveu, em agosto de 2007, o seminário Comunicação: saber, arte ou ciência? Debateram no seminário o professor da UnB, Luiz Martino, Lucrecia D’Alécio Ferrara, da PUC-SP e Cremilda Medina.

Refletindo sobre os argumentos, Barros destaca que “estudar comunicação implica em trabalhar com as contradições da sociedade moderna, mediadas pelos fenômenos midiáticos” (BARROS, 2008, p.9), indicando a importância de se articular meios e mediações nos estudos da comunicação.

Segundo ele,

há de reconhecer que o ser humano é, sim, elemento essencial de nosso objeto de estudo. Afinal, estamos no campo das ciências humanas. E se reconhecemos a dimensão antropológica de nossa disciplina, não basta trabalhar na esfera da produção – por certo humana – das mensagens, que se dá, na maior parte das vezes em um contexto institucional, fortemente marcado pelas demandas da sociedade mercantilizada. É preciso pensar a reelaboração dessas mensagens por parte do receptor para além da mídia, no campo das mediações (BARROS, 2008, p.9).

Apesar de considerar as mediações como necessárias no contexto comunicacional, Barros deixa claro, porém, que a mídia deve fazer parte do processo a ser analisado como fator determinante para o processo de investigação em comunicação.

Entendo que os estudos de comunicação não podem se limitar ao universo restrito da mídia. Mas, ao alargar a mirada, prefiro acompanhar a proposta de Martín-Barbero, na concepção de “mediações” como parte integrante do processo comunicacional, como contexto no qual os fenômenos midiáticos são vivenciados pelas pessoas e grupos que produzem e re-produzem sentidos. As mediações, neste caso, não se configuram como antítese da mídia, mas como contexto no qual os “textos” midiáticos ganham sentido. **A mídia é, a meu ver, componente determinante, sim, de nosso objeto de estudo. Ocorre que o processo não se limita a ela.** A mídia deve ser tomada no contexto das mediações, como parte integrante – mas determinante – delas (BARROS, 2008, p.13).

Muniz Sodré amplia a discussão, destacando que não adianta buscarmos um objeto que dê conta da complexidade do campo comunicacional e apresentando uma solução que representa bem o campo comunicacional: a figura do nó, onde se entrelaçam diversas vertentes. Assim diz: “[...] é possível sustentar que a Comunicação ocupa hoje uma posição reflexiva sobre a vida social, se não com “um” objeto claramente discernível, certamente com um “nó” ou um núcleo objetivável, onde se entrelaçam problematizações diversas do que significa a vinculação ou a atração social”(SODRÉ, 2002, p. 222). Não obstante, o autor destaca ser “compreensível que o comportamento indisciplinar dos estudos comunicacionais – resultante dessa incômoda condição de estar espremida entre as grandes disciplinas do pensamento social e uma multiplicidade de práticas socioculturais – costume lançar uma sombra sobre este núcleo objetivo” (SODRÉ, 2002, p. 222).

Mais adiante, o autor (SODRÉ, 2002, p. 223) destaca que entre tantas adversidades para a definição do objeto comunicacional, é possível identificar um “fio condutor do sentido

pertinente à variedade das ações sociais”, segundo ele, um “núcleo teórico da comunicação: a vinculação entre eu e o outro”; sendo esta não um “compartilhamento de um fundo comum”, mas a vinculação como “a radicalidade da diferenciação e aproximação entre seres humanos” (SODRÉ, 2002, p. 223).

Ele diferencia a realidade midiática da sócio-histórica, e atribui à não-percepção desta distinção, o erro de diversas abordagens teóricas. (SODRÉ, 2002, p. 233). Segundo o autor, são níveis diferentes de realidade e nem a inter, nem a transdisciplinaridade dariam conta de resolver os embaraços epistemológicos advindos dessa relação. Sociologia, psicologia, antropologia e outras disciplinas calcadas no real, “ligam-se apenas aleatoriamente (caoticamente) sem linearidade discursiva, ao que se passa no *bios* midiático”. A partir dessa não-diferenciação ele conclui:

Daí, 1) os conhecidos fracassos dos prognósticos sociológicos, psicológicos etc, sobre o evento midiático; 2) a incoerência, senão a inconsistência teórica do que se chama de campo comunicacional; 3) a indisciplina metodológica desses estudos; 4) o agigantamento do campo com a ideia enganosa de que a comunicação esteja em tudo (SODRÉ, 2002, p. 234).

Muniz Sodré define então três espectros de ações ou práticas para classificar o campo comunicacional que, segundo ele, tem uma larga, mas delimitada atuação. Vejamos, nas palavras do próprio autor:

- a) veiculação: práticas de natureza empresarial (privada ou estatal), voltadas para a relação ou o contato entre os sujeitos sociais por meio das tecnologias da informação, como imprensa escrita, rádio, televisão, publicidade, etc. trata-se, portanto, do que se tem chamado de midiatização. Os dispositivos de veiculação (mídia) são de natureza basicamente societal. Em torno deles é que se tem articulado preferencialmente a maior parte dos estudos ou análises de Comunicação;(SODRÉ, 2002, p. 234)
- b) vinculação: práticas estratégicas de promoção ou manutenção do vínculo social, empreendidas por ações comunitaristas ou coletivas, animação cultural, atividade sindical, diálogos, etc. diferentemente da pura relação produzida pela mídia autonomizada, a vinculação pauta-se por formas diversas de reciprocidade comunicacional (afetiva e dialógica) entre os indivíduos. As ações vinculantes que têm natureza basicamente sociável, deixam claro que a comunicação não se confina à atividade midiática. A problemática do ser-em-comum ou das trocas simbólicas demanda abordagens a que não são estranhas as obras de sociólogos como Georg

Simmel, Alfred Schutz ou de filósofos de variadas linhagens; (SODRÉ, 2002, p. 234-235)

- c) cognição: práticas teóricas relativas à posição de observação e sistematização das práticas de veiculação e das estratégias de vinculação. Aqui, a Comunicação emerge não como uma disciplina no sentido rigoroso do termo, mas como uma maneira de por em perspectiva o saber tradicional sobre a sociedade, portanto, como um constructum hipertextual (interface de saberes oriundos de diversos campos científicos) a partir de posições interpretativas. A “ciência” da comunicação impõe-se, a exemplo da filosofia concebida por Wittgenstein, como uma atividade crítica, só que voltada para a sociabilidade, a eticidade e as práticas de socialização pela cultura, uma espécie de “filosofia pública”. (SODRÉ, 2002, p. 235)

Compartilho da perspectiva de Sodré ao enxergar não um objeto, mas núcleos de objetos possíveis; assim como da perspectiva de Barros quando aponta as media es como objeto. Ao relacionar o societal e o sociável, conseguimos situar os estudos de comunica o popular, comunitária e alternativa. Pois até então, colocava-se como questionamento pessoal, que lugar ocuparia o estudo de uma comunidade que se organiza com foco nos processos e não nos produtos comunicacionais?

A vincula o e o âmbito sociável da comunica o, enfocado por Sodré (2002), assim como a visualiza o das media es como objeto (BARROS, 2009), nos relembram que há sim na comunica o um “núcleo objetivável” com diversas problematiza es que podem elucidar a que diz respeito o campo da comunica o.

Buscar objeto único em campo tão complexo e proveniente de várias outras disciplinas que compõem as ciências sociais, seria negar uma gama de discussões importantes para a Comunica o. Além disso, enxergar nós nos objetos da comunica o nos parece muito familiar. Em tempos de sociedade interconectada, o que a ciência como um todo e a comunica o, no particular, têm buscado   isso: fazer rela es para ampliar os resultados.

Vale chamar a aten o, porém, para a questão da interdisciplinaridade nos estudos de comunica o e os problemas identitários que sempre são colocados como gargalo epistemológico do campo. Ao justificar a op o pelas media es como objeto da comunica o, Laan Mendes de Barros destaca como premente a necessidade de

tom -las em suas articula es com o universo midiático, a fim de respeitar as delimita es de nosso campo de estudos. Caso contrário, corremos o risco da dispersão. Poderemos cair em um fosso que nos levará não  

interdisciplinaridade, mas à extradisciplinaridade. E, com isso, ficaremos sem identidade (BARROS, 2008, p.13).

Atentas a esta discussão, discutiremos a questão interdisciplinar nos estudos de comunicação no Brasil.

### 3.2. O estatuto interdisciplinar

O fato é que a discussão sobre o objeto da comunicação, sempre perpassa a reflexão do interdisciplinar. Martino (2006), buscando traçar de forma esquemática as fases pelas quais passou o desenvolvimento do pensamento comunicacional de 1920 aos dias atuais, categorizou cinco fases, sendo a última, de 1980 até os dias atuais, a que ele chama de Interdisciplinar. Vale a pena passarmos pelas divisões elencadas pelo autor.

Caracteriza o primeiro período reconhecido pelo autor, os anos que antecederam 1920. Chamado por Martino (2006) como período *Pré-científico*, aponta a consolidação de uma imprensa que surge na invenção dos tipos móveis em metal até seu emprego regular e sistemático com os periódicos cotidianos do final do século XIX. Mas, segundo o autor,

o verdadeiro debate se instaura junto mesmo com a consolidação da imprensa ainda na primeira metade do século XIX, quando é cunhada a expressão “quarto poder”. Inaugurava-se, assim, um novo setor do conhecimento, com novos personagens, como o intelectual e as figuras públicas que se engajam em um amplo debate em torno das questões da atualidade. Nesse período, o campo comunicacional se confunde com a discussão da própria atualidade, não havendo ainda um recuo teórico, necessário à elaboração de um conhecimento específico. Essa etapa é marcada pela liberação do objeto de estudo, ou seja, a formação histórica de um processo comunicacional singular, isto é, a própria atualidade como produto da atividade dos meios de comunicação (MARTINO, 2006, p. 43).

O segundo período vai de 1920-1930 e foi chamado de *Flerte com a ciência*. Para Martino, abre-se aqui a possibilidade de discutir os efeitos e influência da imprensa, do telefone e do telégrafo com base no então “método científico”.

Fortemente marcados pelo espírito da época, os anos 1920 e 1930 começam a empregar análises e teorias científicas para avaliar a ação dos meios de comunicação, mas não são pesquisas, apenas ilustram seus pensamentos com material retirado de trabalhos científicos. Trabalhos como os de Walter Lippmann e Serge Tchakhotine são paradigmáticos dessa nova tendência. Trata-se de uma primeira aproximação com a ciência, mas ainda não são propriamente trabalhos científicos (MARTINO, 2006, p. 43).

A terceira etapa vai de 1940 a 1950 e é chamada de período *Científico*. Marcado pelo “contexto da Segunda Guerra Mundial e a demanda de tratamento da informação, seja de cunho civil ou militar” (MARTINO, 2006, p. 43). Segundo o autor,

A experiência acumulada em conflitos anteriores (desde a Guerra de Secessão norte-americana) leva o exército estadunidense a investir maciçamente em pesquisas para desenvolver estratégias de uso de meios como a imprensa, o rádio e o cinema. Psicólogos, cientistas políticos e sociólogos são mobilizados para dar conta da questão e põem em marcha um processo que culminará com o desenho de um domínio de pesquisas e conhecimentos relativos à comunicação mediada. O campo é constituído pela contribuição das várias disciplinas envolvidas com processos comunicacionais de modo geral: psicologia, sociologia, ciências políticas, lingüística etc.

O quarto período, que vai de 1960 a 1970 fora denominado de *Cético*. Segundo o autor, foi justamente nesta década que se iniciam os debates epistemológicos e o trabalho de sistematização teórica.

Dois tendências, formadas no período anterior, vão repercutir suas diferenças nesse domínio: a científica, de viés empírico, e a crítica, comprometida com as lutas sociais e políticas. Apesar de suas diferenças, essas tendências convergem, por razões muito diferentes, na compreensão do saber comunicacional como um domínio interdisciplinar. Seja porque ele é tributário do saber de outras disciplinas científicas, seja porque a própria divisão dos saberes é contestada como um dispositivo ideológico. De qualquer modo, é a interdisciplinaridade que prevalece e se impõe, não obstante suas contradições, como pano de fundo do pensamento epistemológico. O campo é percebido como interdisciplinar, seja porque se trata de uma etapa em seu desenvolvimento, seja porque isso vem de sua própria natureza do fenômeno em questão (MARTINO, 2006, p. 43).

O quinto período categorizado pelo autor é posterior aos anos 1980 e foi chamado de Interdisciplinar. Martino destaca que esta visão dominou o pensamento epistemológico da área da Comunicação e segundo, ele, negou-a enquanto ciência.

O estatuto disciplinar fica suspenso, ou melhor, o saber comunicacional passa a ser identificado com a interdisciplinaridade, a ponto de serem tomados como sinônimos (ver, por exemplo, Bounoux 1999), ou simplesmente trata-se de uma questão superada, declarada sem interesse, proclamando-se peremptoriamente o saber comunicacional como uma forma de conhecimento *sui generis*, produto e produtor de um novo estado das coisas e do mundo. [...] Do ponto de vista epistemológico, o êxito de elementos tão frágeis não deixa dúvidas sobre o pouco desenvolvimento do pensamento teórico em nossa área. A comunicação ainda é vista como área interdisciplinar, colocando-se para além e acima da ciência (MARTINO, 2006, p. 43).

Já para Hilton Japiassu (1976) a interdisciplinaridade não seria uma negação da ciência, mas, se desenvolvida de maneira coerente e aprofundada, uma saída para a patologia

do saber, que o autor destaca vivermos. O que ele critica, na verdade, é a especialização das ciências; em que se sabe muito sobre pouco, de maneira esfacelada e de forma a não contribuir com a sociedade.

Dessa forma, a pesquisa interdisciplinar seria necessária para solucionar diversos problemas atuais.

Se analisarmos mais detidamente o fenômeno da “interdisciplinarização”, veremos que essa exigência, longe de constituir real progresso do conhecimento, revela muito mais o sintoma da situação patológica em que se encontra, hoje, o saber. O número de especializações exageradas e a rapidez do desenvolvimento de cada uma culminam numa fragmentação crescente do horizonte epistemológico. O saber chegou a um tal ponto de esmigalhamento, que a exigência interdisciplinar mais parece, em nossos dias, a manifestação de um lamentável estado de carência. Tudo nos leva a crer que um saber em migalhas seja o produto de uma inteligência esfacelada. Nesse domínio até parece que a razão tenha perdido a razão, desequilibrando a própria personalidade humana em seu conjunto (JAPIASSU, 1976, p.30-31).

Georges Gusdorf, no Prefácio do livro de Hilton Japiassu, anuncia a necessidade de se pensar de maneira não-fragmentada.

Chegou o momento de uma nova epistemologia que não seria mais somente uma reflexão sobre cada ciência em particular, separada do resto, e comprazendo-se com uma deleitação morosa sobre seu próprio discurso. Invertendo a marcha do pensamento, os sábios de nossa época devem renunciar a se confinarem em sua especialidade, para procurarem, em comum, a restauração das significações humanas do conhecimento. Esqueçemo-nos demais de que o saber representa uma das formas da presença do homem em seu mundo, um aspecto privilegiado da habitação do homem no universo (GUSDORF, 1976, p.15).

A fragmentação seria tanta para Japiassu, que ele chega a nomeá-la de “alienação científica”. Além disso, ele destaca que “Diagnosticar o mal é apenas o primeiro momento” e que diante de tal patologia, o interdisciplinar poderia ser cotado como o “remédio mais adequado à cancerização ou à patologia geral do saber”. Faz, porém uma ressalva: “No entanto, na medida em que a maioria das análises permanece superficial, os remédios propostos também não atingem o fundo das coisas” (JAPIASSU, 1976, p.31).

Avançando na discussão, Japiassu (1976, p. 40) destaca que é preciso romper essa noção de fragmentação do saber em busca de pesquisas interdisciplinares que realmente possibilitem a transformação social por meio da ciência. Assim apregoa:

Nada mais há que nos obrigue a fragmentar o real em compartimentos estanques ou em estágios superpostos, correspondendo às velhas fronteiras de nossas disciplinas. Pelo contrário, tudo nos leva a

engajar-nos cada vez mais na pesquisa das aproximações, das interações e dos métodos comuns às diversas especialidades. Eis o que chamaremos de pesquisas interdisciplinares.

Contribuindo para a discussão, em texto que discute o campo da comunicação, com reflexões sobre seu estatuto disciplinar, Maria Immacolata Vassalo de Lopes adverte que “O trabalho interdisciplinar não é, *per se*, uma crítica da compartimentação existente nas ciências sociais, além de lhe faltar o toque político para afetar as estruturas institucionais existentes” (LOPES, 2000-2001, p. 53-54).

Para ela, trabalhar de maneira integrada não seria forma de anular um conhecimento, mas de fortalecê-lo, reafirmando suas fronteiras.

Um pesquisador, ao justificar que precisa aprender do outro o que não pode conseguir no seu próprio nível de análise com suas metodologias específicas e que o “outro” conhecimento é pertinente e significativo para a resolução dos problemas intelectuais sobre os quais está trabalhando, tende a reafirmar e não a embaralhar os dois conhecimentos (LOPES, 2000-2001, p. 53).

O que seria afinal compreendido como o interdisciplinar ideal, segundo Japiassu?

O autor nos alerta sobre a necessidade de se entender primeiro o que a interdisciplinaridade não é, para depois entender o que deve ser realmente uma experiência científica interdisciplinar. Segundo ele (JAPIASSU, 1976, p.31),

Em primeiro lugar a interdisciplinaridade não é uma *moda*, pois corresponde a uma nova etapa de desenvolvimento do conhecimento e de sua repartição epistemológica. Em segundo lugar não pode ser considerada uma *panacéia*, porque a ciência pode adotar outros caminhos, utilizar outros métodos e empregar outros procedimentos. Não se trata também de uma simples questão de instaurar *novos programas* educativos. Por outro lado, não se confunde com a pluridisciplinaridade. Esta se apresenta como uma *prática de ensino*, ao passo que a interdisciplinaridade reivindica as características de uma *categoria científica*, dizendo respeito à *pesquisa*. Nesse sentido, corresponde a um nível teórico de constituição das ciências e a um momento fundamental de sua história.

Adverte o autor que para se entender o interdisciplinar é preciso, antes, que se entenda o que é a disciplina científica e que ela estabeleça e defina suas fronteiras constituintes, dentre elas, “seus objetos materiais e formais, seus métodos e sistemas, seus conceitos e teorias” (JAPIASSU, 1976, p. 61). Ele levanta um problema, ao comparar ciências naturais com humanas, expondo que a primeira tem a possibilidade de determinar hipóteses mais facilmente explicadas por meio de métodos definidos, enquanto as ciências humanas não conseguem explicar, por meio de métodos claros e diretos. Ele chega inclusive a dizer que nas ciências sociais “a confusão [quanto à diversificação metodológica] chega a ser a regra”

(JAPIASSU, 1976, p. 61). E questiona: “devemos recorrer aos métodos ‘redutores’, inspirados nas ciências naturais e tentando a construção de *modelos*; ou não seria preferível recorrer a métodos talvez menos ‘explicativos’ mas seguramente mais *compreensivos* dos fenômenos humanos?”(JAPIASSU, 1976, p. 61).

O autor apresenta, porém, cinco tipos de interdisciplinaridade, passíveis de serem reduzidos a apenas dois, conforme elucidamos:

1. Interdisciplinaridade linear ou “cruzada”, que se trata de uma forma mais elaborada da pluridisciplinaridade, segundo a qual, explica o autor, as disciplinas apenas trocam informações, sem manter uma posição de igualdade e reciprocidade, sendo a cooperação metodológica quase nula e estando as disciplinas “auxiliares” dependentes e subordinadas às principais.
2. Interdisciplinaridade estrutural: ao interagirem, as disciplinas estão em pé de igualdade, sem supremacia de umas sobre as outras, com trocas recíprocas e enriquecimentos mútuos. São colocados em comum, conceitos, axiomas e métodos. “Trata-se de um tipo de interdisciplinaridade que não se efetua por simples adição nem tampouco por mistura. O que há é uma *combinação* das disciplinas, correspondendo ao estudo de novos campos de problemas, cuja solução exige a convergência de várias disciplinas” (JAPIASSU, 1976, p. 81).

Parece-nos claro que a crítica ao caráter interdisciplinar feito por Martino e por outros no campo da comunicação, diz respeito a experiências superficiais de interdisciplinaridade. Talvez esteja mais explícita aqui a advertência sobre a indisciplina dos cientistas brasileiros, em geral, e das ciências sociais e da comunicação em particular, feitas em momentos e contextos diversos por Triviños (1987) e Sodré (2002). Tais deficiências metodológicas e conceituais situam a comunicação, muitas vezes, como a disciplina auxiliar, que não está em pé de igualdade com suas antecessoras já epistemologicamente reconhecidas, tais como filosofia, sociologia, antropologia, psicologia etc.

Trata-se, portanto do que Japiassu chama interdisciplinaridade linear, que não dá conta de solucionar os problemas colocados pelo campo de maneira coerente, já que estas disciplinas dizem respeito à realidade sócio-histórica e não midiática, como advertiu Sodré (2002, p.233).

Japiassu (1976, p. 81) nos esclarece: “Não podemos alimentar ilusões: ainda está por ser construída uma teoria do interdisciplinar”. A expectativa é a de que o campo

comunicacional ganhe consistência teórico-metodológica a ponto de reafirmar suas fronteiras de conhecimento ao se envolver em pesquisas interdisciplinares, como destacou Lopes (2000-2001, p. 53), não como forma de preencher suas lacunas e deficiências conceituais.

Os desafios são grandes, mas a considerar que a Comunicação passa a ser vista cada vez mais como exigência para o desenvolvimento mundial, igualitário e eficiente, está posto um espaço de discussão passível de ser investigado.

Buscando visualizar em quais regiões estão dispostos estes Programas de Pós-graduação em Comunicação e seus pesquisadores, passaremos a informações mais específicas sobre a Pós-graduação em Comunicação no Brasil, que, em 2014, totalizava 45 Programas de Comunicação reconhecidos pela Capes<sup>10</sup>, conforme demonstrado no Anexo A. A análise desta tese, porém, foi baseada nos cursos reconhecidos até o ano de 2012, que eram 44, conforme quadro apresentado no anexo B. O mais novo curso refere-se ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades, da Universidade Federal do Espírito Santo, que abriu edital para primeira turma no primeiro semestre de 2014.

#### **4. Pós-graduação em Comunicação no Brasil**

Segundo documento intitulado “Recomendações da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação/COMPÓS para o PNPG 2011/2020”, de maio de 2010,

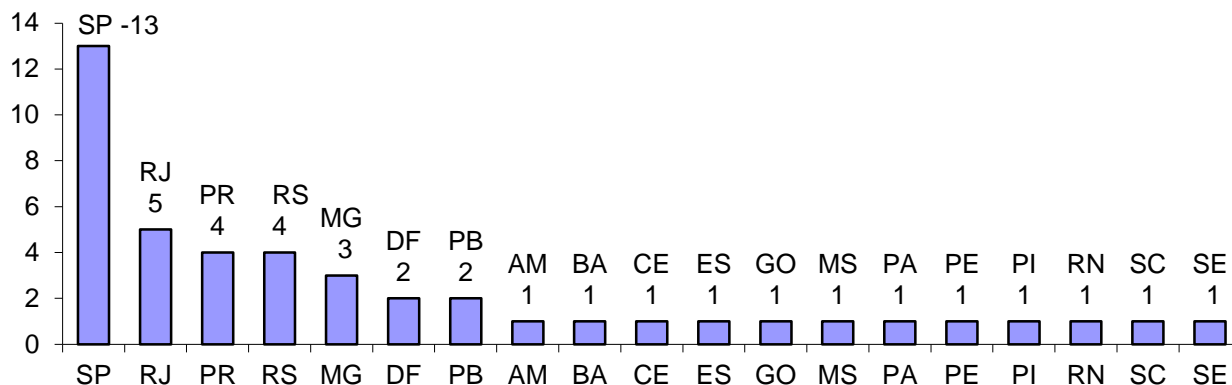
No final do século XX, existiam 15 Mestrados e Doutorados, sendo 7 Mestrados e 8 Programas de Mestrado e Doutorado em Comunicação. Entre 2000 e 2010, 18 Mestrados e 6 Programas de Mestrado e Doutorado foram criados. Os dados mostram que, nesse período, a área cresceu 260 por cento. Apesar do crescimento no número de cursos de pós-graduação existentes, porém, permanecem nossos problemas relativos à internacionalização e às assimetrias (ASSOCIAÇÃO, 2010, p.2).

E por falar em assimetrias, analisaremos primeiramente a distribuição dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Comunicação. Se considerarmos a localização geográfica dos atuais Cursos, teremos um gráfico com a seguinte representação:

---

<sup>10</sup>Informação disponível em <http://goo.gl/u1Y31h>. Acesso em 05 de agosto de 2014.

Gráfico 1- Distribuição dos cursos de Pós-graduação em Comunicação Social do Brasil, reconhecidos pela CAPES, por estado, até 2014.



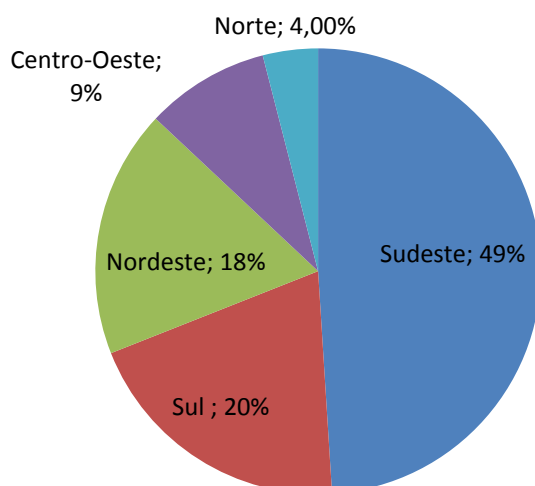
Percebe-se, neste cenário, a preponderância de Programas na região Sudeste (composta por quatro estados que contemplam 22 Programas) e Sul (três estados que somam nove Programas), em detrimento do Nordeste (nove estados com oito Programas), do Centro-Oeste (quatro estados com três Programas), e do Norte (sete estados com dois Programas).

Quadro3: Comparação da distribuição dos Programas de Pós em Comunicação entre regiões, até 2014

Região	Quantidade de estados	Quantidade de Programas
Norte	7	2
Nordeste	9	8
Centro-Oeste	4	4
Sudeste	4	22
Sul	3	9
Total	27	45

Se a disposição dos dados em quadro permite-nos analisar de maneira comparativa a quantidade de estados de cada região *versus* a quantidade de cursos por região, a disposição no gráfico abaixo permite-nos, de maneira mais clara, enxergar a profunda desigualdade.

Gráfico 2: Distribuição dos cursos de Pós-graduação em Comunicação Social no Brasil, reconhecidos pela CAPES, por Região, até 2014



A disparidade soa como imensa se somarmos as regiões Sul e Sudeste, sete estados, com 31 Programas, e compararmos com os sete estados do Norte, que têm apenas dois Programas. Sabe-se que as desigualdades de nosso país, de porte continental e com potencialidades tão centralizadas por questões políticas, históricas, sociais e de logística, refletem este cenário em muitos outros índices. Não soa como surpresa ver tamanha desproporção nos centros de pesquisa em comunicação do Brasil; que tendem a ser encampados pelos Programas de Pós-Graduação. Mas fizemos esta ressalva, pois a nosso ver, isto reflete diretamente nas regiões, culturas, comunidades representadas (ou silenciadas) na produção discente da Pós-graduação *Stricto Sensu* em Comunicação.

A história tem muito a dizer destes dados. Os primeiros Programas de Comunicação foram implantados no Brasil, ainda na década de 1970. As informações não batem quanto às datas de criação. Segundo Lopes e Romancini (2012, p. 200) a ordem de criação, na década de 1970, foi USP e UFRJ (1972); UNB (1974); e UMESP e PUC-SP (1978). Já segundo o documento de área CSAI – 2010-2012; e as Recomendações da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação/COMPÓS para o Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG 2011/2020); a PUC-SP aparece como instituição pioneira na oferta da PG em Comunicação, com curso datado de 1970.

Em consulta via e-mail com o prof. José Marques de Melo<sup>11</sup> que viveu todo o contexto de implantação da Pós-Graduação no Brasil, o pesquisador destaca que o pioneirismo da PUC-SP é uma informação equivocada, pois “o Programa da PUC surgiu na área de Letras (1970), transformando-se depois em Curso de Comunicação”. Richard Romancini também justificou, via conversa on-line, a mesma informação dada pelo professor Marques de Melo.

O fato é que a assimetria retratada na recomendação da Compós (ASSOCIAÇÃO, 2010, p.2), assim como combatida pelo PNPG (BRASIL, 2010, p. 145) faz-se presente desde a primeira década de criação dos PPGCOM, expressando nos anos de 1970, 80% dos Programas centralizados na região Sudeste e 20% na Centro-Oeste.

As assimetrias existentes no sistema de pós-graduação brasileiro têm sido apontadas nos seus vários documentos, assim como nos planos nacionais para o seu desenvolvimento. Nesse contexto, pode-se falar em assimetrias entre regiões, entre instituições na própria região, nas mesorregiões ou nos estados e entre áreas de conhecimento. Homólogas às desigualdades sócio-econômicas e culturais entranhadas na nação brasileira, as assimetrias regionais constatadas no sistema nacional de pós-graduação vêm sendo combatidas por meio de políticas de incentivos e indução (BRASIL, 2010, p. 145).

Segundo o documento de 2010 da Compós,

Do ponto de vista das assimetrias regionais, verifica-se um desequilíbrio dos programas por região do país. [...] Dos doutorados, apenas 2 estão no Nordeste. Não há doutorados na região Norte. Além dos desequilíbrios regionais, intra-regionais e entre estados, há ainda o desequilíbrio em relação à presença da pós-graduação nos municípios brasileiros: [...] Apenas 4 cidades não-capitais possuem doutorados em Comunicação – São Bernardo do Campo e Campinas, no Estado de São Paulo, Niterói, no Rio de Janeiro, e São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Assim, no caso da Comunicação, verifica-se a necessidade de permanência e ampliação das ações de incentivo à diminuição das assimetrias (ASSOCIAÇÃO, 2010, p.2).

Apesar de enxergar avanços, o Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 também vê quão grandes são os desafios pela frente. Até porque ele não trata apenas dos Programas de Comunicação, mas de todas as áreas; e não fala apenas de disparidades quanto à distribuição geográfica, mas de diversos níveis.

Não há dúvida de que estas políticas [públicas para o desenvolvimento da PG] têm obtido sucesso: hoje temos universidades com programas de pós-graduação consolidados na grande maioria dos estados brasileiros. Mas também não há dúvidas de que grandes assimetrias ainda persistem em vários níveis: em termos quantitativos, na distribuição geográfica dos programas pelo país; em termos qualitativos, na distribuição dos conceitos dos programas constatados pela avaliação da CAPES; em termos de áreas de

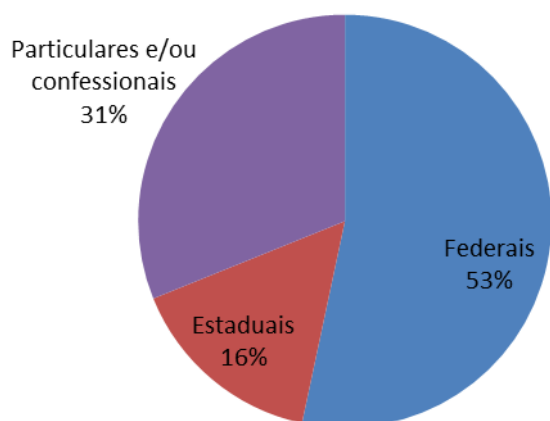
---

<sup>11</sup> Recebido por [maliceotre@yahoo.es](mailto:maliceotre@yahoo.es), em 18 de agosto de 2014.

conhecimento, como demonstram os dados apresentados no documento referência do PNPG 2011-2020 (BRASIL, 2010, p. 145).

Analisando a natureza jurídica desses cursos, verifica-se que, atualmente, 69% são ofertados por instituições públicas (federais e estaduais) e 31% por instituições particulares e/ou confessionais.

Gráfico 3: Distribuição dos PPGCOM por tipo de Instituição até 2014



Em 2005, Romancini (2006, p. 102) demonstra que as instituições públicas representavam apenas 51% dos Programas. Além disso, segundo o autor (ROMANCINI, 2012, p. 101), 86% do total de PPGCOMs em 2005 estavam localizados nas regiões sudeste e sul. Hoje, apesar de ainda discrepante, cerca de 69% dos Programas estão nestas regiões e as instituições públicas já representam 69%.

Quadro4: Comparação entre os Programas de Pós-Graduação em Comunicação em 2005 e 2014.

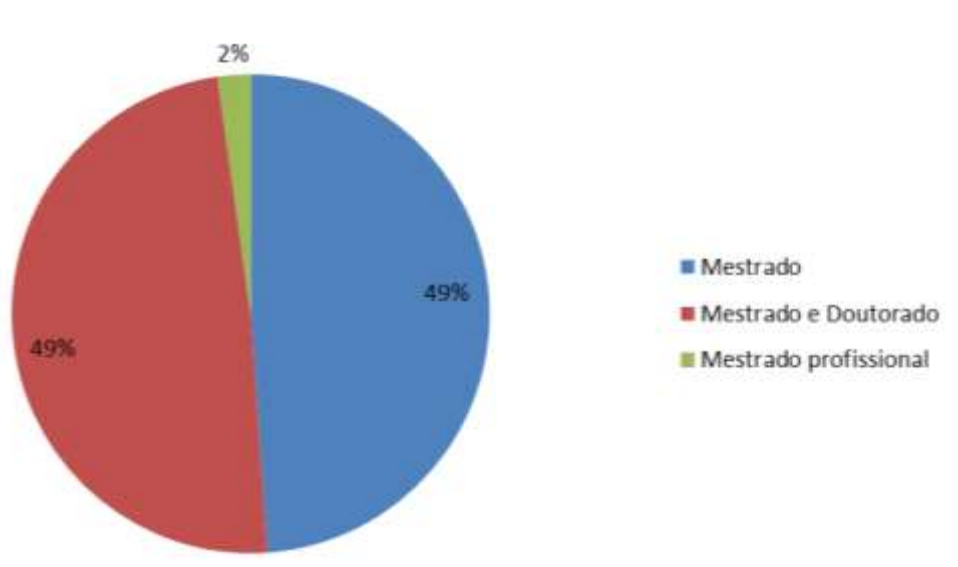
	2005	2014
Instituições públicas	51%	69%
Distribuição no sul e sudeste	86%	69%

Estes dados, que apontam o crescimento das instituições públicas e maior descentralização dos programas, demonstram o forte trabalho desenvolvido pelo MEC, de 2005 para cá. Aparece nos documentos do PNPG 2011-2020, que, dentre os objetivos da pós-graduação entre os anos de 2005 e 2010 constava da “necessidade primordial de se buscar o

equilíbrio no desenvolvimento acadêmico em todas as regiões do País”, metas de expansão e equilíbrio ancoradas na “qualidade, estabilidade e pertinência” (BRASIL, 2010, p.33).

Dos 45 atuais Programas de PG em Comunicação, segundo a tabela da Capes (anexo A), 22 oferecem a formação nos dois níveis (mestrado e doutorado), outros 22 oferecem apenas o mestrado acadêmico e um PPGCOM em Jornalismo, da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, oferece a modalidade de mestrado profissional.

Gráfico 4: Distribuição dos PPGCOM, segundo os níveis de formação ofertados, até 2014



Apesar de indicar inclinação de atuação prática, da graduação até a pós-graduação como destacou Levisolo (2002), a área da comunicação contempla atualmente apenas um mestrado profissional, não contribuindo de maneira enfática aos desejos manifestos no PNPG. Em 2010, o Brasil registrava o índice de 356 cursos de mestrado profissional autorizados pela Capes, sendo que, até hoje, a Comunicação tem apenas um curso *stricto sensu*, com enfoque profissional. “O mestrado profissional nasce regulamentado desde 1995 [...]. Com formato e denominação polêmicos, o mestrado profissional esbarra na concepção acadêmica da pós-graduação, sedimentada por práticas e modelos tradicionais.” (BRASIL, 2010, p.264)

Segundo o PNPG, “a pós-graduação retoma o mestrado profissional como estratégia de formação para os setores não-acadêmicos”, título que costuma ser também atribuído à área da Comunicação, com currículos práticos e profissionais (LEVISOLO, 2002; SODRÉ, 2002). O embate se dá, pois, no geral, apesar de alguns cursos terem vocação prática,

tradicionalmente, se “encontra um sistema fortemente orientado para formação de professores e pesquisadores” (BRASIL, 2010, p. 265). Assim diz o PNPG:

Oscilando entre valores, padrões e critérios estritamente acadêmicos e as exigências de formação no mundo do trabalho, o mestrado profissional é a forma mais visível de disputas ideológicas entre as áreas do conhecimento e entre as lideranças acadêmicas que defendem tradições versus inovações como se fossem excludentes, reforçando a inércia estrutural e a hipervalorização do eixo-acadêmico (BRASIL, 2010, p. 265).

No documento de área CSAI – 2010-2012, o mestrado profissional em Ciências Sociais Aplicadas I é incentivado e justificado, “com objetivo de promover a formação de profissionais, com elevada qualificação, aptos a atender as demandas sociais”. O documento retrata ainda que “para os campos de formação vinculados à Comunicação, Ciências da Informação e Museologia, o MP permite a qualificação das práticas associadas à produção científica e à inovação” (WEBER; KOBASHI; DODEBEI, 2013, p. 14).

Apesar do incentivo registrado no documento da área, percebe-se que este tipo de Programa ainda tem, na Comunicação, como em outras áreas, grandes desafios a serem enfrentados.

O mestrado profissional teve uma trajetória difícil, com rejeições explícitas de algumas áreas e dificuldades em ser reconhecido e valorizado. Talvez porque seja um corpo relativamente estranho no desenho do eixo acadêmico. O que se propõe, a partir da experiência do mestrado profissional, é que este tenha a função de elo perdido que contribui para a ressignificação da educação profissional (BRASIL, 2010, p. 265).

Vamos nos deter agora a apresentar as abordagens teóricas da comunicação popular, alternativa e comunitária (CPAC).

## Capítulo II - ABORDAGENS TEÓRICAS DA COMUNICAÇÃO POPULAR, ALTERNATIVA E COMUNITÁRIA

### 1. Contexto histórico

Por mais que se busquem outras formas de fundamentar teoricamente a subárea da comunicação popular, alternativa e comunitária (CPAC), é impossível contextualizar o tema sem retomar o histórico de contestação, cerceamento da liberdade, mobilização social e eclosão teórica sobre o tema que se deu na América Latina, principalmente a partir dos anos 1960 e 1970.

Não que a comunicação que objetiva transformações sociais tenha surgido neste determinado momento histórico. A antologia de textos sobre a “Comunicação para a mudança social”, organizada por Alfonso Gumucio-Dagron e Thomas Tufte (2006<sup>12</sup>) traz, por exemplo, a partir de 1932, pesquisas que enfocam formas de comunicação cidadã, processos que se apoiam na participação e dialogicidade e em situações em que a comunicação figura como ferramenta importante para o desenvolvimento humano e social<sup>13</sup>.

Interessa-nos, porém, considerar este período pelo fato de que foi no ano de 1972 que o país criou seus primeiros programas de pós-graduação em comunicação, na Universidade de São Paulo e na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1974 iniciaria o curso da Universidade de Brasília e em 1978 da Universidade Metodista de São Paulo e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e assim, podemos verificar qual foi o reflexo do momento vivido na produção discente de pós-graduação, no que diz respeito à comunicação popular, alternativa e comunitária a partir desta década (LOPES; ROMANCINI, 2012, p. 200).

Importante reiterar, neste sentido, que quando se fala em comunicação para a mudança social ou para o desenvolvimento, há que se considerar o contexto histórico, político, econômico, cultural e social vivenciado pela população. Segundo Gumucio-Dragon e Tufte (2008<sup>14</sup>, p. 22, tradução nossa),

Desde a década de 1940, os países do terceiro mundo vivem as convulsões das lutas anticoloniais e pela liberdade na África, os movimentos antiditatoriais na América Latina e Ásia. Os países industrializados ricos criaram modelos de cooperação e desenvolvimento internacional enquanto

---

<sup>12</sup> Versão em inglês

<sup>13</sup> Em grande parte da produção dessa época a comunicação era tomada na linha do desenvolvimentismo e não na perspectiva de mudança social como se apregea atualmente. Ver Peruzzo (2014, p. 161- 195).

<sup>14</sup> Versão em espanhol

mantinham laços de dependência na África, Ásia e América Latina. No calor das lutas por liberdade e independência, surgiram intelectuais que asseguraram que o subdesenvolvimento e a pobreza não eram somente o resultado de defeitos culturais ancestrais, mas de um sistema de exploração das nações pobres pelos países ricos e de enormes desigualdades sociais entre os ricos e os pobres no interior de cada nação

Já em 1971, Eduardo Galeano publicara um clássico latino americano, *As veias abertas da América Latina*, em que denunciava a situação de exploração a que o continente estava submetido desde a chegada de Colombo e que havia mudado de eixo –da exploração europeia pela estadunidense.

Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países especializam-se em ganhar, e outro em que se especializaram em perder. Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalçaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta. Passaram os séculos, e a América Latina aperfeiçoou suas funções. [...] Mas a região continua trabalhando como um serviçal. Continua existindo a serviço de necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que ganham, consumindo-os, muito mais do que a América Latina ganha produzindo-os (GALEANO, 1971, p. 5).

Num texto ácido e por vezes irônico, o autor relata o imenso abismo que separava os habitantes do primeiro e do terceiro mundo. Como pano de fundo, a crítica ao capitalismo estadunidense apontado como o responsável por tanta miséria e desigualdades nas bandas de cá.

Em meados do século passado, o nível de vida dos países ricos do mundo excedia em 50% o nível dos países pobres. O desenvolvimento desenvolve a desigualdade: Richard Nixon anunciou, em abril de 1969, em seu discurso perante a OEA, que no fim do século XX a renda *percapita* nos Estados Unidos será quinze vezes mais alta do que esta mesma renda na América Latina. [...] A renda média de um cidadão norte-americano é sete vezes maior que a de um latino-americano, e aumenta num ritmo dez vezes mais intenso. [...] No topo, com efeito, seis milhões de latino-americanos açambarcam, segundo as Nações Unidas, a mesma renda que 140 milhões de pessoas situadas na base de pirâmide social. Há 60 milhões de camponeses, cuja fortuna ascende a 25 centavos de dólares por dia; no outro extremo, os proxenetas da desgraça dão-se ao luxo de acumular cinco milhões de dólares em suas contas privadas na Suíça ou nos Estados Unidos [...](GALEANO, 1971, p. 6).

E o que resta à população latinoamericana diante de um cenário tão obscuro pelo qual passavam? Mais adiante o autor deixa uma dica do que viria a incomodar o sistema vigente: a

mobilização popular que se propõe a romper a ordem estabelecida, de forma a lutar por mudanças. Questiona Galeano (1971, p. 9):

Tudo nos é proibido, a não ser cruzarmos os braços? A pobreza não está escrita nos astros; o subdesenvolvimento não é fruto de um obscuro desígnio de Deus. As classes dominantes põem as barbas de molho, e ao mesmo tempo anunciam o inferno para todos. De certo modo, a direita tem razão quando se identifica com a tranqüilidade e a ordem; é a ordem, de fato, da cotidiana humilhação das maiorias, mas ordem em última análise; a tranqüilidade de que a injustiça continue sendo injusta e a fome faminta.

Num momento em que esta dependência passava a ser vista criticamente a partir da Teoria da Dependência<sup>15</sup>; dos preceitos da Escola de Frankfurt; da influência dos conceitos de Gramsci; da mobilização dos países do então chamado “terceiro mundo” em torno da Ordem Internacional da Informação e da proposta de formação de uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC), entre outros fatores; a UNESCO lança internacionalmente um documento que indica os problemas de comunicação – principalmente enfocando os fluxos desiguais entre os países do norte e do sul – como co-responsáveis pelo fortalecimento das disparidades entre os países de primeiro e de terceiro mundo.

### **1.1 Em discussão, os fluxos comunicacionais: Informe MacBride e Nomic**

A necessidade de uma Nova Ordem Mundial de Comunicação foi detectada pela Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, presidida por Sean MacBride e encomendada pela UNESCO. O relatório final, conhecido como Relatório MacBride foi finalizado em dezembro de 1979, conforme consta no próprio prefácio do documento (MACBRIDE, 1987, p.9).

Em 1980, o relatório MacBride da UNESCO – Um mundo e muitas vozes – revelou dados alarmantes acerca da comunicação no mundo. Está ali delineado (MACBRIDE, 1987, p.94-113), o fluxo desigual da comunicação quando se pensa na relação entre países pobres e

---

<sup>15</sup> Segundo Jan Servaes (2004, p. 29), o enfoque da dependência surgiu teoricamente ao convergir duas tradições intelectuais: uma é o neomarxismo ou estruturalismo e a outra a partir do debate sobre desenvolvimento formulado na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Ainda segundo o autor (SERVAES, 2004, p. 29), Paul Barán é considerado o pai da teoria da dependência; e de acordo com sua visão, “a continuidade da dependência imperialista após o período colonial é assegurada pela reprodução das estruturas políticas e socioeconômicas da Periferia em concordância com os interesses dos Centros de Poder”. Servaes (2004, p. 31) destaca que é o desenvolvimento do centro que perpetua o subdesenvolvimento da periferia, daí a importância de os países buscarem autonomia frente aos grandes centros.

países ricos, mas também entre regiões de um mesmo país; sempre mantida a dicotomia – pobres e ricos; por vezes substituída por área urbana e rural.

O fato que os países mais pobres possam investir menos que os países mais ricos e que suas populações estão crescendo num ritmo muito maior, ajuda a explicar o alargamento da fenda que separa os dois grupos. Tal fenda poderia ser reduzida apenas mediante a um grande esforço cooperativo, muito maior do que tudo que se tentou até o presente (MACBRIDE, 1987, p.100, tradução nossa).

O Brasil aparece como exemplo de país com bom nível de desenvolvimento, porém, com grande disparidade no fluxo informacional. Segundo o documento, que fundamenta-se no texto *Communication Policies in Brasil*<sup>16</sup> “em 1975, 440 dos 971 jornais do país eram publicados em apenas dois dos 22 estados brasileiros, Rio de Janeiro e São Paulo. O mesmo se aplicava às revistas: 512, dentre 700” (MACBRIDE, 1987, p.95, tradução nossa).

Também são tratadas nestas páginas a tendência à concentração dos oligopólios de comunicação, assim como o fenômeno da transnacionalização. O relatório não nega a importância da emergente indústria da comunicação que disseminou mais possibilidades de que informações variadas chegassem a um número maior de pessoas (1987, p.101), porém, aponta a tendência da concentração de poder dessas indústrias e a necessidade de pensar qual variedade está realmente disponível à sociedade.

A concentração da imprensa desperta um alarme crescente já que pode ser uma ameaça grave para a existência de uma imprensa livre e plural. O decrescente número de jornais diários [causado pelas fusões entre empresas] reduz a possibilidade de o leitor contar com uma diversidade de opiniões e um debate amplo. Este fato pode promover um conformismo e conceder a uma minoria o poder de apresentar suas próprias opiniões e valores, em detrimento das demais (MACBRIDE, 1987, p.100, tradução nossa).

E para resolver o problema, diz o documento, não se deve investir apenas em assistência técnica e financeira e em transferência de tecnologia, como se costuma fazer.

A assistência deste tipo, por mais necessária que seja, não pode conduzir por si só a uma nova ordem da comunicação que melhore intrinsecamente a ordem existente. As desigualdades não são apenas materiais, também se relacionam com questões mais amplas como o controle, a pressão, a dependência (MACBRIDE, 1987, p.100-101, tradução nossa).

---

<sup>16</sup> Publicado em Paris, pela UNESCO em 1975

Ao analisar o documento, em artigo<sup>17</sup> produzido para a Revista Logos, José Marques de Melo chama a atenção para a contribuição do relatório quanto a dois conceitos tão importantes para nosso trabalho, o de comunicação alternativa e o de comunicação horizontal. Segundo o autor (MARQUES DE MELO, 2008, p. 48), “O primeiro foi inspirado pelo chileno Fernando Reyes Matta e está contido no item referente às “brechas comunicacionais” que permitem romper a muralha interposta na sociedade pelas indústrias midiáticas”. Sobre o conceito de comunicação horizontal, o autor aponta que

ancora-se na proposta de um novo modelo de comunicação - “humanizado, não elitista, democrático e não-mercantil” -, formulada pelo boliviano Luis Ramiro Beltrán na reflexão intitulada “Desarrollo rural y comunicación social: relaciones y estrategias” (New York, Cornell University, 1974). Ele foi resgatado pelo Relatório MacBride, fundamentando o “direito à comunicação” como uma das condições necessárias à democratização comunicacional (MARQUES DE MELO, 2008, p. 48)

Na versão resumida, publicada em espanhol pela Unesco (MACBRIDE, 1987), o tema da comunicação como direito fundamental encontra-se em um capítulo que se dedica a discutir “Uma comunicação mais democrática”, por meio da qual seria possível escutar um pouco mais a voz do povo. “Desta forma, os indivíduos poderiam deixar de se encontrar no extremo receptor e se converteriam a sócios ativos do processo de comunicação, aumentaria a diversidade das mensagens e melhorariam o grau de qualidade da participação do público” (MACBRIDE, 1987, p.144, tradução nossa). Apesar de reconhecer que naquele contexto muitos países viviam sob o comando de governos antidemocráticos e ditatoriais, o documento destaca que, pelo menos em tese, todos os regimes governamentais fundam sua legitimidade por meio na “vontade popular” e esta voz deve iniciar a mudança.

São citados neste capítulo (MACBRIDE, 1987, p. 146) diversas experiências de comunicação denominadas como “alternativas” e de “contra-informação”. Os grupos que se envolvem com este tipo de informação, aponta o relatório, buscam de certa forma se opor à informação institucionalizada ou oficial. Utilizam-se de cartazes, altofalantes e outras formas de comunicação que privilegiam o conteúdo à forma, embora alguns deles já lancem mão de rádios “piratas” ou “verdes” e até mesmo de canais televisivos para disseminarem suas mensagens (MACBRIDE, 1987, p. 147).

Devido ao fato de ser ainda incipiente, não existe no documento análises mais profundas sobre a comunicação alternativa, contanto, a necessidade de que houvesse espaço

---

<sup>17</sup> Artigo intitulado “MacBride, a NOMIC e a participação latino-americana na concepção de teses sobre a democratização da comunicação”.

para uma comunicação mais democrática como meta para o desenvolvimento dos países – principalmente mais pobres – era sabido.

Uma análise feita pelo professor Marques de Melo (2008) demonstrava porém que o documento carregava consigo propostas consideradas utópicas para reduzir as desigualdades tecnológicas, os equilíbrios informativos e os problemas educacionais e culturais existentes no planeta. Segundo o autor, “Não foi sem razão que ele foi rotulado como “missão impossível” por Nordestreng, líder da corporação mundial dos jornalistas e conceituado estudioso da comunicação internacional, que sugeria como inexequível a plataforma que embasou a Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação” (MARQUES DE MELO, 2008, p.44).

Em outro momento de sua análise, Marques de Melo é ainda mais crítico ao delinear o histórico da NOMIC e do Relatório.

A verdade, nua e crua, é que a UNESCO foi desqualificada como fórum competente para sinalizar os problemas mundiais da comunicação. Mais do que isso: viu-se desprovida de recursos suficientes para implementar as metas prioritárias da NOMIC. [...] Na gestão conciliatória do espanhol Federico Mayor Saragosa, a própria NOMIC converteu-se em peça histórica. Em seu lugar foi entronizado um programa de fomento às telecomunicações nos países em desenvolvimento (MARQUES DE MELO, 2008, p.46).

O autor destaca, porém, que ainda assim, a essência do diagnóstico contido no Relatório de 1980, foi preservada por entidades em diversas partes do mundo, promovendo reflexões. “Elas potencializam a consciência coletiva sobre os desequilíbrios internacionais, as desigualdades regionais e as carências locais persistentes no panorama global da comunicação, suscitando evidentemente novas soluções, consentâneas com o espírito dos tempos atuais” (MARQUES DE MELO, 2008, p.46).

Dentre os problemas apresentados quanto ao Relatório, ele destaca que “torna-se indispensável reconhecer que inúmeras tarefas continuam pendentes, esquecidas, inacabadas, mas também que outras caducaram, envelheceram, perderam o sentido”. (MARQUES DE MELO, 2008, p.50).

Elenca, a princípio os pressupostos em que se fundamenta a equipe liderada por MacBride para responder o que significa democratizar a comunicação:

- 1) existe uma “falha das relações democráticas” na sociedade contemporânea, dificultando a sintonia entre o mundo da comunicação e os desejos populares;
  - 2) na medida em que a comunicação vive ‘uma época de rápidas mutações’, torna-se indispensável estabelecer relações democráticas de forma “dinâmica, evolutiva e não estática”.
- Assim, o processo de democratização consiste essencialmente na transformação do indivíduo em sujeito ativo, superando o estágio em que

figura como mero objeto da comunicação. Para tanto, deve-se aumentar: a) a variedade de mensagens intercambiadas; b) a participação cidadã, logrando melhorar a qualidade da representação social (MARQUES DE MELO, 2008, p.51).

O caráter utópico do documento, atribuído por Marques de Melo, justifica-se ao identificar que essas metas só poderão ser atingidas “se houver infra-estrutura comunicacional suficiente para atender as demandas sociais e se forem asseguradas condições de liberdade capazes de permitir o desempenho responsável dos agentes comunicacionais”. Prossegue o autor: “Nas sociedades economicamente pauperizadas e nos países onde predominam regimes políticos autoritários o processo de democratização da comunicação está previamente bloqueado” (MARQUES DE MELO, 2008, p.51).

Ele cita como outro obstáculo para que a democratização da comunicação seja atingida a necessidade de competência cognitiva para compreender as mensagens transmitidas pelos meios de comunicação. Destaca como tarefas pendentes, portanto, o desenvolvimento econômico, político e educativo, para que seja possível atingir as metas (MARQUES DE MELO, 2008, p.51).

Quatro métodos são propostos pelo Relatório, segundo o autor, para “queimar etapas” enquanto os obstáculos socioeconômicos e políticos-culturais não são superados:

1. Fortalecimento do direito de resposta e de crítica, estimulando a retroinformação, no sentido de permitir que os responsáveis pelos meios de comunicação venham a captar os anseios do público;
2. Incremento da participação de “leigos” na produção e emissão de programas, utilizando “ativamente” as fontes de informação;
3. Fomento da comunicação “alternativa”, geralmente de caráter local;
4. Estímulo à participação da coletividade na “gestão” midiática, culminando até mesmo com sua forma mais radical, a “autogestão” (MARQUES DE MELO, 2008, p. 51-52).

O que avalia o autor, é que não há como falar de comunicação alternativa, leitura crítica de mídia, participação, gestão midiática e tudo o que envolve essas quatro propostas sem falar de uma sociedade politicamente fortalecida, com liberdade de pensar-comunicar-agir, com competência cultural e educacional para administrar esses processos.

Dessa forma voltamos à mesma questão antes formulada. A comunicação não atua independentemente de fatores como educação, tecnologia e vontade política. Em outras palavras, as tarefas pendentes no sentido de democratizar a comunicação na nossa sociedade situam-se em patamares prévios aos processos midiáticos – escolarização eficaz, investimentos em infra-estrutura e distribuição de renda. Sem que tais fatores sejam acionados e produzam efeitos duradouros, as tarefas de democratização da comunicação correm o

risco de ficarem simplesmente reduzidas a figuras de retórica (MARQUES DE MELO, 2008, p. 53).

O peso do documento, se não possibilitou muitas mudanças na prática, serviu para chamar a atenção para o potencial da comunicação massiva, e, por consequência, deu destaque e pautou na agenda internacional dos movimentos sociais o fenômeno da comunicação para a mudança social, ou seja, como a comunicação pode ser usada como ferramenta das classes subalternas para garantir visibilidade às suas lutas.

E como pano de fundo destas lutas, destaca-se a importante atuação dos movimentos sociais populares – que, no Brasil, lutaram contra a condição de isolamento imposta pela ditadura, repressão e censura.

## **1.2 Força e explosão dos movimentos sociais**

Em plena Guerra Fria<sup>18</sup> (1945-1991), a potência representada pelos Estados Unidos e apoiada pelos militares do sul e centro-oeste do continente, consideraram qualquer movimento nacionalista e de contestação da realidade deplorável em que viviam os latino-americanos numa tentativa comunista de tomada de poder. Países como Chile, Uruguai, Argentina e Brasil, que tinham grande expressão no continente, foram tomados por ditaduras militares que propunham como uma de suas premissas, calar o povo impedindo a tomada de poder pelo “inimigo vermelho”, conforme os preceitos dos regimes militares da época.

Miséria, descontentamento da população, insegurança e tomada de consciência. Os ingredientes para que houvesse interferências políticas na América Latina. E foram anos conturbados para o continente governado por regimes políticos autoritários e violentos, mas anos marcados pelo surgimento de movimentos sociais que interferiram paulatinamente na história da América Latina e, particularmente do Brasil. É justamente no âmbito dos movimentos sociais populares e na organização da sociedade civil por meio de uma comunicação que buscava romper com o cerceamento das liberdades, garantir cidadania e dar autonomia, possibilidade de participação e voz aos subalternos que enfocamos o trabalho.

A utilização do termo “movimentos sociais” gera discussões principalmente quanto à sua banalização, a ponto de que, a qualquer ação pautada por interesses comuns seja atribuída

---

<sup>18</sup>Período que marcou uma série de conflitos indiretos entre Estados Unidos e União Soviética, em uma disputa ideológica, política, tecnológica, econômica e social na busca por conquistarem novas zonas de influências. Como pano de fundo, a forte disputa entre capitalismo e socialismo.

a denominação. Maria da Glória Gohn (2004) alerta-nos quanto aos problemas do uso ampliado da expressão.

Interesses comuns de um grupo são um componente de um movimento mas não bastam para caracterizá-lo como tal. [...] Este grupo deve estar constituído enquanto um coletivo social e para tal necessita de uma identidade em comum. Ser negro, ser mulher, defender as baleias ou não ter teto para morar são atributos que qualificam os componentes de um grupo e dão a eles objetivos comuns para a ação. Há uma realidade em comum anterior à aglutinação de seus interesses. As inovações culturais, econômicas ou outros tipos de ação que vierem a gerar partem de um substrato comum que possuem (GOHN, 2004, p. 245).

Outro ponto a ser ressaltado é que o termo movimento indica uma ação histórica, como a organização das classes trabalhadoras. Para a autora não se trata, portanto de um movimento específico da classe, mas a ação da classe em movimento (GOHN, 2004, p. 245-246).

Outra observação proposta por ela, neste sentido, é a da necessidade de diferenciação entre modos de ação coletiva e o movimento social propriamente dito. Para Gohn (2004, p. 246) “um protesto (pacífico ou não), uma rebelião, uma invasão, uma luta armada, são modos de estruturação de ações coletivas, poderão ser estratégias de ação de um movimento social mas, por si sós, não são movimentos sociais”.

Por fim, como quarta e última diferenciação apresentada por Gohn, considerada pela autora como a mais importante para o campo teórico que tenta construir, “refere-se à esfera onde ocorre a ação coletiva” (GOHN, 2004, p. 246-247). E completa, “trata-se de um espaço não-institucionalizado, nem na esfera pública nem na esfera privada, criando um campo político, como observou Offe (1988)” (GOHN, 2004, p. 247).

A autora (2004, p. 251) destaca assumir o risco de cometer equívocos, formulando uma conceituação própria acerca do conceito.

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento [...]. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio de solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados (GOHN, 2004, p. 251).

Ao analisar os movimentos sociais no Brasil de 1978 a 1989, Maria da Glória Gohn (2004, p. 273-294) enfocou os movimentos sociais urbanos, por terem apresentado segundo

ela, grandes novidades no cenário latinoamericano; pela expressividade numérica e pelo fato de a autora ter concentrado sua produção nesta temática.

Pelo mesmo olhar, L. Jesús Galindo Cáceres (1987), pautado em observações do cenário latinoamericano e, especialmente, do mexicano, também versou sobre a importância do movimento urbano popular que comoveu o mundo latinoamericano nos últimos 20 anos. Para ele, é tamanha a força da presença destes movimentos que todas as organizações partidárias ou não partidárias, modificaram seus parâmetros de ação ao considerar cada vez com maior importância a magnitude e a centralidade das contradições urbanas (GALINDO CÁCERES, 1987, p.1). O autor aponta ainda que “entre todos os diversos movimentos sociais urbanos manifestos neste tempo, são os urbanos populares os mais importantes pelas proporções de sua composição quantitativa e a projeção qualitativa de suas tensões na organização geral do social” (GALINDO CÁCERES, 1987, p.1).

Dentre as considerações levantadas a respeito de pesquisas bibliográficas feitas sobre os movimentos urbanos até 2004, Gohn sintetiza que os balanços apontam uma significativa concentração de estudos na década de 80; “com um declínio [nos anos 1990] pelo estudo dos movimentos em geral, e pelos populares em especial, assim como declinou a preocupação com seu registro histórico contemporâneo” (GOHN, 2004, p. 273-294).

Além da verificação de diminuição de estudos sobre os movimentos, encontra-se também na literatura um refluxo dos próprios movimentos, o que, para Silveira (2000, p. 80-81) “deve ser considerado como indicação de conquistas realizadas e da afirmação de um novo tempo e jamais, porque impróprio, como um abandono, pela população, dos valores e princípios democráticos tão fantasticamente afirmados como discurso e como prática dos anos anteriores”.

Sobre as contribuições dos movimentos que marcaram os anos 70 e 80 principalmente para o Brasil, Vigevani (1989, p. 94) destaca a novidade destas experiências.

Há pontos que são inquestionáveis. Estes movimentos fazem emergir de forma profunda a idéia de cidadania. Neste sentido, têm um significado próprio na história brasileira. Os movimentos sociais, até mesmo as revoltas, sempre existiram. Os quilombos, Canudos, a revolta da Chibata, o Contestado etc., são antecedentes mas com conteúdos qualitativos totalmente distintos: trata-se de descontentamento, de rejeição, mas na maioria dos casos não se coloca qualquer objetivo capaz de generalização (VIGEVANI, 1989, p. 94).

Para o autor, nas ações que antecederam o período histórico em destaque, a concepção a qual se fazia frente era com relação a projetos políticos numa perspectiva reformista ou revolucionária.

Por esta razão, no caso brasileiro, quando nos anos setenta inicia-se o desenvolvimento dos novos movimentos sociais, a pesquisa e análise concentram sua atenção sobre o fator que surgia como peculiar: a espontaneidade e a gênese a partir do patamar inferior da escala social. [...]. Surge portanto a possibilidade de analisar estes movimentos como portadores dos elementos constitutivos para a introdução da consciência dos direitos do cidadão, da cidadania (VIGEVANI, 1989, p. 95).

Além da questão da cidadania, Vigevani inclui outra contribuição dada pelos movimentos sociais dos anos 70, especialmente no Brasil. Ao lado da cidadania, pauta-se a igualdade apresentada pelo autor como a maior contribuição dos movimentos sociais daquele período tanto nas discussões diárias quanto, mesmo que marginalmente, inserindo-a no campo da política (VIGEVANI, 1989, p. 97).

Silveira (2000) também se dedicou a apresentar contribuições dos movimentos que mudaram o panorama brasileiro em 1970-1980. Para o autor, uma das grandes novidades está no fato de os setores populares tornarem-se atores políticos e não simples objetos das políticas públicas.

O dado novo aqui é o fato de, em primeiro lugar, questionar a noção de atraso e impotência, de incapacidade de auto-organização que, até então, se imputava às classes populares; em segundo, o fato de desmontar o argumento das elites dominantes que, baseada na falsa afirmação de incapacidade dos setores populares, justificava a necessidade que têm esses setores de ser tutelados pelas elites para a construção democrática. Um argumento autoritário, evidentemente, do qual sempre se valeu a classe dominante brasileira para a manutenção e defesa dos seus interesses, e que, portanto, era plenamente refutado pelos movimentos populares daqueles anos. Nesse sentido, o que se evidenciava era a politização da vida social, pondo em questão o caráter tecnoburocrático da gestão pública realizada nos governos militares (SILVEIRA, 2000, p. 90).

Fazia parte de um espectro peculiar da América Latina e do Brasil, a hegemonia de movimentos populares que lutavam por terra, comida, moradia, equipamentos coletivos básicos, necessidades materiais necessárias à sobrevivência; direitos sociais elementares, como bem destaca Gohn (2004, p. 228). Segundo ela, “não há nada de modernidade nestas lutas. Elas são seculares dos excluídos”.

Em outro livro, Maria da Glória Gohn (2010, p. 23) observa que os movimentos sociais dos anos 1970/80, estimulados pela Teologia da Libertação sempre foram heterogêneos quanto a temáticas e demandas. Ela reitera, porém, que “o que unifica o universo de suas demandas [naquele contexto] são as carências socioeconômicas” (GOHN, 2010, p. 23).

Blumer, apontado por Gohn (2004, p. 30) como um dos mais conceituados teóricos dos movimentos sociais na abordagem clássica do paradigma norte-americano, diagnosticou os pontos principais para o estopim dos movimentos sociais neste contexto, destacando a “insatisfação com a vida atual” e o “desejo e esperança de novos sistemas e programas de vida” (BLUMER apud GOHN, 2004, p.30); em uma teoria que fora denominada “das carências sociais”.

Já em 1987, Jacobi falava sobre o reconhecimento das carências, em amplo sentido, como alavanca para a eclosão dos movimentos sociais.

Os movimentos populares urbanos têm tornado manifesta uma identidade que se concretiza a partir da construção coletiva de uma noção de direitos, que, relacionada diretamente com a ampliação do espaço de cidadania, dá lugar ao reconhecimento público das carências (JACOBI, 1987, p. 13).

Mas, segundo o autor, apesar de importantes, as carências dos serviços públicos não eram as únicas que motivavam a organização da sociedade civil.

A maioria dos movimentos sociais é composta de uma base nitidamente popular, ou seja, daqueles setores da população que se vêem diretamente afetados nas suas condições de vida. Entretanto, isto não significa desconsiderar a própria heterogeneidade que lhes é inerente na medida em que muitos movimentos organizam-se a partir da percepção de carências que definem o que Durham denomina de “coletividade possível”. Estas coletividades organizam-se a partir de diferentes níveis, operando cortes muito diversos, onde os participantes não se vêem necessariamente afetados por carências nos serviços públicos mas, basicamente, no seu modo de vida, como é o caso do movimento feminista, ecológico e homossexual. Tratam-se de manifestações pautadas por aspectos de caráter sócio-cultural, enquanto que as primeiras estão centradas basicamente no plano da reprodução da força de trabalho (JACOBI, 1987, p. 13).

Desde que fora decretado no Brasil o Ato Institucional nº5, em 1968, suspendendo as garantias constitucionais e instalando a fase de maior repressão contra as instituições de comunicação e contra as liberdades do cidadão, criou-se no país um espaço propício ao estancamento de todo tipo de mobilização social. No entanto, com o passar dos anos, algumas formas de resistência social foram surgindo.

De um lado a repressão direta e a censura aos meios de comunicação de massa tentavam bloquear as manifestações e as reivindicações populares, com o objetivo de impor um isolamento ao movimento de base e à sociedade civil no seu todo. De outro lado, as próprias condições de marginalidade social e política, acrescida à crescente pauperização das classes subalternas, construía polos de conflito e de resistência (FESTA, 1984, p. 61).

Com o contexto de repressão ditatorial, falhas nos serviços elementares para a vida, descontentamento com o governo, vê-se iniciativas de organização da classe operária, estudantil, dos clubes de mães questionando o alto custo de vida, das associações de moradores, movimento das mulheres pela educação, movimento negro, movimento pela reforma agrária e posse de terra, surgimento da oposição sindical etc.

A história conta que ao se reprimirem determinados grupos, conquistava-se o apoio de outras parcelas da população com relação às bandeiras levantadas. Foi o caso dos estudantes:

Multiplicaram-se as manifestações e passeatas organizadas por todas as universidades brasileiras, com as reivindicações estudantis servindo de pretexto para manifestações contra o governo. A violência da polícia e do exército contra tais manifestações de insatisfação fez com que setores da classe média e também a igreja se solidarizassem com os estudantes, engrossando o número daqueles que, nas ruas, protestavam contra o regime (VICENTINO; DORIGO, 2001, p. 601).

Os autores relembram (2001, p. 601) que o ponto mais alto deste movimento foi registrado no Rio de Janeiro, em 1968, na mobilização conhecida como a passeata dos cem mil. No mesmo ano, duas greves também marcaram a história, convergindo em uma série de descontentamentos que vão desde as questões educacionais nas universidades brasileiras, passam pelas reivindicações trabalhistas e culminam na oposição ao regime, com violentas repressões governamentais.

As esferas culturais também foram afetadas. “O meio artístico e cultural, que passava por grande agitação desde o início da década, acompanhando, aliás, tendências mundiais e buscando um engajamento político, procurou resistir à repressão do regime” (VICENTINO; DORIGO, 2001, p. 601). Os autores citam o protagonismo do teatro no país, que “encontrava-se à frente do movimento, destacando-se os grupos Arena e Oficina” (VICENTINO; DORIGO, 2001, p. 601). Citam ainda o movimento do Cinema Novo, que por meio da sétima arte buscava discutir os problemas sociais e culturais do país, afastando-se dos padrões estadunidenses. Por fim, apontam a influência da ditadura na música nacional, com a presença maciça de canções de protesto nos festivais no país e com o surgimento do movimento conhecido como Tropicália. Tantas efervescências políticas e culturais culminaram na Ditadura total vivenciada pelo país de 1968 a 1977.

Médici governou o país com grande violência, de 1969 a 1974 – período em que a repressão e a tortura atingiram extremos -, além de instaurar a censura aos meios de comunicação. O pretexto desse radicalismo era a intensificação da luta armada contra o regime (VICENTINO; DORIGO, 2001, p. 602).

Na economia, porém, a realidade se modificava. O Brasil vive no governo Médici, com influência do Ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto, o que veio a ser conhecido como “milagre econômico brasileiro”. Investimentos estrangeiros, baixas taxas de juros aplicadas no mercado internacional, ampliação do mercado consumidor interno e externo, expansão do poder de compra dos trabalhadores mais qualificados, elevação do PIB ano a ano e até mesmo a conquista do tricampeonato mundial incentivaram o surgimento do mito “Brasil potência”, impulsionado pela propaganda oficial: “Ninguém mais segura este país”, “Brasil: ame-o ou deixe-o”, “Pra frente, Brasil” etc, como contam Vicentino e Dorigo (2001, p. 604-606). Porém, ao mesmo tempo as desigualdades sociais se acirravam, cujas consequências ainda perduram na sociedade brasileira.

Este histórico ditatorial, rapidamente delineado, que no Brasil fez aumentar a pobreza de grandes contingentes populacionais, e lança mão da censura para fortalecer-se, tornou-se campo propício de contestação e para a busca por uma nova comunicação, que favorecesse o protagonismo dos que pensassem diferente do governo.

Regina Festa (1984, p. 65-66) aponta três instituições como vitais para este contexto: a Igreja Católica – “que transforma a opção preferencial pelos pobres em ação concreta” por meio da atuação das pastorais tendo como princípio a Teologia da Libertação; a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - que denunciava atos de repressão, encorajava advogados a defenderem a população carente e lutou a favor da anistia, da revogação dos atos institucionais etc; e a Associação Brasileira de Imprensa – que atuava na defesa pelos direitos humanos, denunciava a censura, a repressão contra os jornalistas e invocando o papel dos meios de comunicação.

Em termos de América Latina,

Existiam motivos estruturais – políticos, econômicos, sociais, culturais, legais – que explicavam as causas do subdesenvolvimento e da pobreza. A ação social e política conduziu ao surgimento de inúmeras experiências de comunicação alternativa e participativa no contexto de comunidades marginalizadas, tanto urbanas como rurais, cujo principal objetivo era conquistar espaços de expressão e empoderar as vozes coletivas (GUMUCIO-DRAGON; TUFTE, 2008, p. 22).

Nem mesmo o aparente sucesso econômico – publicizado pelo governo mas que não refletia na melhoria de vida da população - foi capaz de calar a população e a emergente imprensa alternativa que lutava pela abertura do regime.

Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo

econômico. Inclusive nos anos de seu aparente sucesso, durante o chamado “milagre econômico”, de 1968 a 1973. Destoavam assim, do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa gerando todo um discurso alternativo. Opunham-se por princípio ao discurso oficial (KUCINSKI, 2003, p. 13-14).

Os processos desencadeados com os atos repressivos advindos da ditadura desestruturaram o social. Criaram uma condição de isolamento, de forma que o coletivo não mais se enxergava como tal. Interrompeu redes de informações e trocas comunicacionais em todos os níveis. Estava instaurada a autocensura e a autorrepressão, muito piores do que a controlada pelo Sistema.

Na América Latina, o Estado militar ultrapassou a esfera do público e atingiu o âmbito privado. Colocando-se em termos concretos, domésticos: o indivíduo por qualquer ação ou pensamento contrário ao Sistema era localizado através das listas negras. Então, por medo e autorepressão, deixava de contactar outras pessoas, a fim de não comprometê-las. O inverso também se dava. Esse círculo foi criando lentamente uma sociedade de indivíduos sozinhos e amedrontados. [...] Com isso, os indivíduos deixaram de relacionar-se e sem que houvesse uma ordem clara, deixa-se de pensar para sobreviver, deixa-se de falar para não se complicar (FESTA, 1984, p. 33).

A guerra travada com a sociedade nos anos 1960 e 1970 teve como pilar a comunicação – por meio da censura. E para combater o golpe às liberdades, a estratégia também seria a comunicação – como ferramenta para a mudança política e social.

[...] apesar de toda coerção, no final dos anos 70 empresários, militares, mendigos, profetas, classe média, intelectuais, bóias-frias, operários, camponeses, mulheres, jovens, crianças começaram a tomar os espaços públicos com um reclamo básico: retorno à democracia. E junto com a nova rebelião dos sujeitos sociais expulsos do poder político, emergiram nos espaços próprios dos grupos e classes, processos de comunicação que acompanharam passo a passo a redefinição dos novos sujeitos políticos no cenário de 1982 (FESTA, 1984, p. 53).

É neste momento que os problemas políticos, sociais, econômicos e culturais vivenciados pela América Latina e Brasil, acirrados pelos fluxos desiguais de comunicação entre hemisférios e países, e alimentados pela efervescência dos movimentos populares dando vida a um novo sujeito político; fortalecem o universo da comunicação popular e da comunicação para a cidadania, com vistas ao empoderamento das classes marginalizadas, colocando-se como ferramenta para a transformação social.

## **2. Do povo, para o povo, pelo povo: o universo da comunicação popular**

Já em 1984, em um contexto social e histórico bem mais definido política e ideologicamente, Regina Festa, na primeira dissertação de mestrado em comunicação defendida situada na subárea da comunicação popular, alternativa e comunitária no país, apresentava o pensar na comunicação popular e alternativa como um “terreno difícil, pleno de ambigüidades, rico em definições e, na maioria das vezes, mais rico ainda em questionamento” (1984, p. 163). A questão das definições não é puramente conceitual, de forma a ser facilmente resolvida por meio de revisões bibliográficas e análises de experiências. “Trata-se ainda de um terreno mediatizado por tendências, espaços sociais através dos quais se articulam projetos políticos, visões de mundo diferenciadas, conceitos e concepções que a sustentam” (FESTA, 1984, p. 163).

A autora deixa claro a impossibilidade de definição acabada, por não pretender cair no “risco de super-simplificar um problema tão complexo com o qual nos defrontamos” e complementa, destacando que prefere “dirigir este trabalho no sentido do que foi a aprendizagem que adquirimos nos últimos anos e que está baseada nas concepções e nas representações da realidade, nos juízos de valores que formamos sobre o Mundo” (FESTA, 1984, p. 163).

Na visão da autora, duas tendências marcaram a América Latina na busca por transformação social:

Uma, através dos sujeitos sociais que se reorganizaram nos espaços intermediários das relações do Estado e, a partir daí, em aliança com setores populares, exerceram pressões para a sua transformação; outro, que se reorganizou à margem da estrutura e da institucionalização do Estado, a partir de novos e múltiplos espaços sociais (FESTA, 1984, p. 163).

Respectivamente, Regina Festa fala sobre a comunicação alternativa “que se realiza dentro dos espaços da relação prévia com o poder estabelecido, apesar dos conflitos”; e da comunicação popular, que, segundo ela, “nasce à margem desse processo, a partir de uma nova possibilidade protagônica” (FESTA, 1984, p. 164). Complementa a autora: “A primeira está determinada pelas condições econômicas e simbólicas da estrutura dominante e a segunda, pela organização de novas leis de cooperação, complementariedade, pela busca de uma outra identidade social, cultural e política” (FESTA, 1984, p. 164).

Como poder político, Regina Festa apresenta a efetividade da comunicação popular e alternativa a partir de sua capacidade de estabelecer alianças com os setores descontentes com a situação política, econômica e social do país.

Trata-se, portanto, de rejeitar finalmente qualquer postura ingênua quanto à simples onipotência da comunicação, enquanto valor meramente humano de

transformação social. Comunicação é mais que nada poder político, muito embora nem sempre seja possível extrair essa caracterização se analisamos as experiências isoladamente. E é como poder político que ela tem sido empregada historicamente, inclusive pelos movimentos sociais (FESTA, 1984, p. 165).

Para Pedro Gilberto Gomes, responsável pela terceira dissertação de mestrado em comunicação sobre o tema comunicação popular<sup>19</sup> no Brasil, em 1987, analisando o *Grita Povo*, a comunicação e o jornalismo popular; o que torna uma comunicação popular é sua inserção num contexto alternativo que luta por transformações sociais. Assim diz: “Portanto a comunicação não se compreende como independente da circunstância social. Ela é uma engrenagem do contexto e, imersa nele, contribui com a sua parte para transformá-lo” (GOMES, 1990, p. 15).

No cerne da comunicação popular estão as palavras chave: povo, luta de classes, comunicação intra-classe, transformação social, instrumentalização, comunicação participativa, enfrentamento ao projeto capitalista e emancipação.

Gimenez (1984, p. 7) aponta que, para se entender a comunicação popular, é preciso desmistificar a própria conceituação de povo. Dessa forma, ele diz excluir de cara qualquer conotação romântica ou neo-romântica que proponha exaltar o popular como “uma alma, uma essência, uma qualidade ou um estilo de vida valorizado a priori e criticamente, tanto no plano político como no cultural” (GIMENEZ, 1984, p. 7). O autor destaca ainda como ação romântica do século XVIII, a visão do popular como fonte perene de ingenuidade e espontaneidade em contraposição ao caráter artificial da cultura urbana.

Em sua observação, ele ressalta que o “povo” e o “popular” não se constituem como uma essência ou substância, mas são definidos devido a sua posição relacional.

Assim, o caráter ‘popular’ de um fato cultural qualquer (seja uma canção, uma prática cerimonial, uma crença ou relato) existe na relação histórica de diferença e contraste com relação a outros fatos culturais coexistentes e co-presentes no interior de um mesmo organismo social. A transmissão oral de textos literários, por exemplo, implica uma ‘conotação’ popular apenas onde exista uma elite sócio-cultural que pratique essencial ou exclusivamente a tradição escrita [...] (CIRESE apud GIMENEZ, 1984, p. 7, tradução nossa).

---

<sup>19</sup> GOMES, Gilberto Pedro. Jornalismo nas Comunidades Eclesiais de Base: estudo de caso do jornal *Grita Povo* da região episcopal de São Miguel Paulista-SP. Dissertação. ECA-USP. São Paulo, 1987.

Como pano de fundo desta relação, há algo comum nas definições apresentadas do termo popular: a diferenciação socioeconômica e sócio-cultural como marco das relações sociais de produção. Se trataria, portanto, de definir o popular por meio da teoria das classes sociais, pois este fato seria capaz de conferir estatuto científico à questão.

Jorge Gonzalez concorda que toda a discussão do popular deva ser travada de maneira relacional e contextualizada, e nos alerta ao fato de que o que em uma época pode ser considerado popular, em outra pode não sê-lo. Assim questiona:

O que é popular e o que não é? Se tomamos a distinção metodológica dos DIC<sup>20</sup>, nos encontramos com a dicotomia de base cultura hegemônica / cultura subalterna. [...] Porém 1º) É facilmente imputável o adjetivo popular a qualquer fenômeno simbólico que se apresente? 2º) Quais os critérios que nos fazem decidir se algo é ou não é popular? 3º) Existe algo que caracterize a essência cultural do povo? Não. Não acreditamos que uma definição apriorística e romântica nos leve a algum lugar. O popular de um fenômeno deve ser estudado como um fato social com uma historicidade específica, posto que a noção povo = classes subalternas é uma variável histórica e não natural. Por isso, o que em uma época foi popular em outra pode não sê-lo (GONZÁLEZ, 1990, p. 30, tradução nossa).

O autor aponta ainda que “se partirmos de definições essencialistas (povo=alma, povo/nação) pode acontecer de os conceitos deformarem o objeto que se busca construir e na confrontação empírica deixemos escapar uma vastíssima gama de elementos que não se ajustaram a nossa definição da essência do popular” (GONZÁLEZ, 1990, p. 30, tradução nossa).

Neste sentido, questiona a definição do popular apenas por sua origem em determinados grupos sociais, que segundo o autor, são “vagamente chamados de povo por sua dupla condição de subalternidade cultural e dominação política”. Assim como questiona também o fato de que, nestas definições, tudo o que é elaborado fora desta classe passa a ser oficial, ou seja, não-popular.

[...] o popular se define não por sua origem, mas por seu uso; ou seja, porque é adotado (seja ou não criado por ele) pelo povo/classes subalternas dentro de seu modo desnivelado de conceber o mundo em oposição às concepções oficiais do mundo. Em nossa terminologia, então, o popular deve definir-se por sua crença ou reinterpretação em determinados esquemas básicos de percepção, ação e valorização (MCRS<sup>21</sup>) que o povo porta em virtude de sua posição na estrutura de classes. Fica então que, a cultura popular, como toda cultura, deve ser entendida não só por seus conteúdos, práticas ou desempenhos, mas como uma “competência cultural”, como uma “gramática” ou sintaxe de produção cultural socialmente produzida, enfim,

<sup>20</sup> “Desníveis internos de cultura”, segundo o autor (GONZALEZ, 1990, p. 8, tradução nossa).

<sup>21</sup> “Modo de construção e reinterpretação semiótica”, segundo o autor (GONZALEZ, 1990, p. 8, tradução nossa).

como uma série de modos de produção e percepção simbólica que o povo/classes (com todas as suas múltiplas estratificações) traz, em contraposição aos correspondentes MCRS das classes dominantes(GONZÁLEZ, 1990, p. 32, tradução nossa).

Neste ponto, enxergar além da classe social definida e identificar uma “gramática” específica, Gimenez (1984)e Gonzalez (1990) caminham lado a lado. Para o primeiro, enxergar o popular pelo viés da luta de classes é necessário, porém, não suficiente para definir as classes sociais. Ele destaca que se devem considerar ainda seus respectivos sistemas de identificação cultural – “com certos comportamentos e concepções diversos e contrapostos ao das classes hegemônicas” (GIMENEZ, 1984, p. 8).

A questão de classe é tão forte para o autor que ele é categórico ao destacar a probabilidade de que uma comunicação inter-classes dê errado, quando questiona “como podem se comunicar os escolarizados urbanos com os estratos populares?” (GIMENEZ, 1984, p. 13). Para ele, um representante da classe hegemônica certamente não conseguirá agir como um átomo individualizado, mas trará consigo comportamentos e concepções da classe a qual pertence. Ele também não nega terminantemente a possibilidade de dar certo, ao dizer “o que não significa que os intelectuais estejam irremediavelmente condenados a relacionar-se com o povo somente desde a perspectiva e o interesse da dominação” (GIMENEZ, 1984, p. 13). Apoiado em Poulantzas, o autor fala sobre uma relativa elasticidade dos aparelhos atravessados pela luta de classes – que permite que os intelectuais que os habitem possam adotar uma posição de classe diferente que a sua situação originária.

Para explicar a dificuldade de comunicação inter-classes, Gimenez (1984, p. 13-16) elenca quatro modelos de comunicação que podem ser visualizados em situações de desníveis de classes; tendo por trás a lógica de dominação e os códigos culturais enraizados nos aparelhos ideológicos do Estado:

1. Comunicação coativa: O emissor hegemônico desqualifica e exclui toda cultura subalterna, por racismo, elitismo ou qualquer outra coisa; tendo como características: a verticalidade unilateral, a violência simbólica e seu estilo autoritário e repressivo; objetivando substituir o popular pelo elitizado.
2. Comunicação manipuladora: em que o pólo hegemônico valoriza positivamente, de maneira parcial e interessada a cultura dos interlocutores subalternos, objetivando inseri-los no consumo capitalista ou conquistar sua lealdade para as mais “turvas” causas ideológicas e políticas.

3. Comunicação expropriatória: exemplificada pelos cientistas sociais que observam as camadas populares como “objeto” de estudo, sem o objetivo de ajudar-lhes a emancipar-se ou de contribuir para a transformação social da realidade em que vivem. São apenas observados como os zoólogos fazem com os insetos.
4. Comunicação romântica: a cultura popular supervalorizada em contraposição da sociedade técnico-industrial (fenômeno hippie) ou sobrecarregada de sentido religioso e de solidariedade com os pobres. Compartilha-se de certo modo a cultura da pobreza, porém sem o objetivo de libertá-la (GIMENEZ, 1984, p. 13-16)

Os três primeiros modelos elencados pelo autor (GIMENEZ, 1984, p. 13-16) têm como finalidade a reprodução das condições de dominação hegemônicas a custo do desmantelamento da cultura popular. O último modelo trata sobre a “identificação impossível” entre intelectuais urbanos e a cultura popular.

Contrária a estes quatro modelos de comunicação apresentados, encontra-se uma forma progressiva e crítica da comunicação popular, produzida pela e para a classe subalterna, portanto com domínio pleno de seus códigos, concepções e identidades e com objetivos de romper a lógica da dominação capitalista. Gimenez a nomeia “comunicação popular emancipadora” ou “comunicação para a liberdade”; propondo aos intelectuais uma “conversão política” de imersão social dentro da perspectiva cultural das classes subalternas. “Mas não para ficarem ali desfrutando do folclore ou compartilhando evangelicamente o ‘destino dos pobres’ mas sim para contribuir com a maturidade política e a elevação/depuração crítica de sua cultura” (GIMENEZ, 1984, p. 16).

Pedro Gilberto Gomes (1990, p. 36) sintetiza as características da comunicação popular emancipadora proposta por Gimenez:

Supõe uma prolongada imersão no meio subalterno, produzindo uma “osmósis”, isto é, uma mudança do “lugar social”; a imersão deve traduzir-se em denúncia, cólera e testemunho; assumir a condição de educador e dirigente no seio do povo, contribuindo ativamente para que as classes subalternas tomem consciência crítica de seus próprios horizontes culturais (GIMENEZ apud GOMES, 1990, p. 36).

No contexto da comunicação popular, Pedro Gilberto Gomes, Regina Festa e outros apresentam o protagonismo das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) como uma das grandes contribuições à comunicação popular no Brasil.

Autores mais recentes como Luís Eduardo Wanderley são taxativos ao afirmar que as CEBs constituem a verdadeira universidade popular. De fato, no seu interior produziu-se já nos anos 70 uma rica interação entre educação, cultura e comunicação popular, a partir do resgate popular das próprias experiências, da formação de seus participantes e dos instrumentos de comunicação utilizados para apoiar esse processo (FESTA, 1984, p. 75).

Para Gomes (apud Fredrick, 1992, p. 102) o crescimento das CEBs criou um novo “sujeito” – as classes populares. Este novo sujeito assume a palavra e muda a forma de a Igreja se comunicar. No caso do Jornal Grita Povo, analisado pelo autor, o jornal assimila sua característica popular ao falar da realidade cotidiana, dos interesses populares e de sua própria vida. “Ele se insere com o povo num contexto alternativo com a finalidade de transformação social, conforme os valores e visão cristãs”(FREDRICK, 1992, p.99).

Nesta fase, as CEBs e diversas pastorais da igreja Católica incentivaram a criação de vários centros de educação popular, documentação e comunicação popular no Brasil, possibilitando a criação de diversos materiais como “folhetos, cadernos de estudo, material para reflexão, cartazes, volantes, audiovisuais, filmes, programas de rádio, material para grupos de mães, favelados, operários, comissões de direitos humanos, alfabetização”. (FESTA, 1984, p. 73). A autora destaca ainda que por privilegiar a fala, a relação interpessoal, a convivência fraterna e cotidiana, “as CEBs constituíram-se no maior espaço de comunicação, participação, hominização como dizia Paulo Freire” (FESTA, 1984, p. 74).

Se estava claro que a imprensa alternativa dizia respeito a um tipo de jornal tablóide ou revista, que fazia oposição nos anos 1970, distribuídos por meio de bancas ou de mão em mão; com “caráter cultural, político e expressavam interesses da média burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia; eram espaços nos quais grupos de oposição ou frentes políticas emitiam uma corajosa condenação ao regime político” (FESTA, 1984, p. 69); também parecia clara a identidade da comunicação popular, que de uma forma ou outra, inspirou-se neste movimento contestador amplificado pela imprensa alternativa.

O popular vislumbrou na imprensa alternativa e sindical, uma possibilidade de voz; fazendo emergir após os anos 1970, por meio da organização de base, militantes que se apoiavam nos pensamentos de Gramsci, na Teologia da Libertação, nas idéias de educação popular de Paulo Freire e sob grande influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), exigiam espaço, direitos e participação. Ganham força as associações de moradores e outros movimentos populares que foram gradualmente se apropriando dos instrumentos de comunicação, conforme as necessidades de cada situação.

É importante esclarecer que os estudos sobre comunicação popular e alternativa, assim como o próprio processo deste tipo de comunicação, não surgem de maneira planejada, tampouco advinda de alguma teoria. Eles foram forjados pela própria dinâmica das experiências desenvolvidas com um objetivo em comum. É o que destacam Gumucio-Dragon e Tufte (2006, p. 22):

Estas experiências se desenvolveram sem seguir um modelo comunicacional previamente desenhado. Mais ainda, a teoria da comunicação associada a estas experiências participativas surgiu posteriormente. Durante muitos anos e ainda hoje, se conhece com diversos nomes estas experiências de comunicação: popular, horizontal, dialógica, alternativa, participativa, endógena, etc. Todos implicavam princípios que formam um conceito mais amplo da comunicação para a transformação social (GUMUCIO-DRAGON; TUFTE, 2008, p. 22).

Quando Gumucio-Dragon e Tufte falam sobre o fato de a teoria da comunicação associada a essas experiências decorrerem das próprias experiências, entende-se a contribuição dada por Cicilia Peruzzo (2004), quando se dedica à tentativa de sistematizar os conceitos teóricos por meio de sua vivência e contato direto com práticas de comunicação popular, alternativa e comunitária, possibilitando-nos melhor visualização, reflexão e entendimento das experiências.

Ao revisitar os conceitos e propor reelaborações atuais, Cicilia Peruzzo, em 2008, enfatiza que a comunicação popular “não se caracteriza como um tipo qualquer de mídia, mas como um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares. Essa ação tem caráter mobilizador coletivo na figura dos movimentos e organizações populares, que perpassa e é perpassada por canais próprios de comunicação” (PERUZZO, 2008a, p. 368).

Sabendo-se que a comunicação é construção social, entende-se que o conceito que se originou da resistência à ditadura, tenha se transformado, impulsionado pelas mudanças políticas, econômicas e sociais no país. Cicilia Peruzzo fala sobre esta mudança conceitual.

Nada mais natural do que ter havido mudanças desde o período auge da comunicação popular até hoje. Oportuno considerar que, num ambiente democrático, caracterizado por eleições diretas e mais liberdade de organização e de expressão no conjunto da sociedade, as lutas por comunicação, simbolizadas pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), obtiveram relevantes conquistas. Alterou-se também o processo de ação e de concepção da comunicação no contexto dos movimentos populares proporcionando o surgimento de formas mais plurais, avançadas e ágeis de comunicação (PERUZZO, 2008a, p. 371).

Segundo a autora,

Com o passar do tempo, o caráter mais combativo das comunicações populares – no sentido político-ideológico de contestação e projeto de

sociedade – foi cedendo espaço a discursos e experiências mais realistas e plurais (quanto a tratamento da informação, abertura à negociação) e incorporando o lúdico, a cultura e o divertimento com mais desenvoltura, o que não significa dizer que a combatividade tenha desaparecido. Houve também a apropriação de novas tecnologias da comunicação e incorporação com mais clareza da noção do acesso à comunicação como direito humano (PERUZZO, 2008a, p. 373).

Comparando as experiências atuais com o contexto histórico dos anos 1970, 1980 e começo dos 1990, a autora destaca o fato de que a comunicação popular, atuando como contra-comunicação, localizava-se preponderantemente no âmbito dos “movimentos populares, organizações de base, da imprensa alternativa, da oposição sindical metalúrgica, de ONGs, de setores progressistas da igreja católica, ou realizada por militantes articulados em núcleos de produção audiovisual” (PERUZZO, 2008a, p. 371), e que, nos anos recentes, devido às variadas formas de mobilização da sociedade civil “pipocam experiências comunicacionais as mais diversas, incluindo as do tipo popular tradicional (hoje mais conhecidas como comunitárias e se baseiam em premissas de cunho coletivo), além daquelas realizadas por associações, ONGs, grupos ou até por pessoas autonomamente”.

O que não se pode, atualmente, é esperar uma produção semelhante de uma sociedade completamente reformulada tanto no que diz respeito a seus anseios, formas de organização e reivindicação, quanto à disponibilidade de ferramentas de comunicação; por mais que algumas dessas experiências tenham ainda objetivos que se aproximem das bandeiras levantadas pelos movimentos populares de 1970 e 1980.

Nesta nova configuração, Peruzzo identifica o fato de esses projetos envolverem bairros, entidades sem fins lucrativos, e às vezes se destinarem especificamente a adolescentes e jovens. “Podem assumir um misto de mídia comunitária e alternativa, numa dinâmica em que se descobre que a confecção de meios de comunicação pode mediar favoravelmente à melhoria da auto-estima, despertar uma perspectiva profissional e a construção da cidadania em áreas carentes” (PERUZZO, 2008a, p. 372).

O nome atribuído à comunicação desenvolvida depende, segundo a autora (PERUZZO, 2008a, p. 368) “do lugar social, do tipo de prática em questão e da percepção dos estudiosos que avaliaram as experiências”, sendo denominadas por popular, alternativa, participativa, participatória, horizontal, comunitária, dialógica e radical. Apesar das diferentes denominações, Cicilia Peruzzo (2008, p. 368) aponta que o sentido político é o mesmo: “uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de

mobilização visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social”.

E esse é um ponto crucial na discussão da comunicação popular. Ela não pode ser definida conforme as características de uma publicação editorial, com política e objetivos claramente definidos. A comunicação popular envolve um contexto amplo de atuações, em que o foco não é necessariamente um veículo de comunicação, um instrumento, mas envolve todo processo de produção, de participação, de gestão dos meios, de desenvolvimento da criticidade, de consonância com as lutas sociais e do aprender a lidar com a própria diversidade que permeia o interior dos movimentos, pois como já dizia Pedro Gilberto Gomes (1990, p. 33), “O povo não é uma realidade sociológica ou culturalmente homogênea”.

Mattia e Lazzarotto (1996) diferenciam a comunicação popular da comunicação alternativa popular, porém, considerando outra abordagem teórica. A denominação de “comunicação popular” evocada por eles não é a mesma que consideramos. Na verdade, o que chamamos de “comunicação popular”, equivale ao que eles denominam por “comunicação alternativa popular”, enquanto o que eles chamam de “comunicação popular” é a comunicação advinda do povo, mesmo que sejam experiências malsucedidas, sem participação popular, com interesses financeiros e outros desvios. Vejamos a forma como apresentam os conceitos.

Nem toda comunicação feita nos bairros, nos sindicatos, nas associações de moradores, nos clubes de mães, nas assembléias de pais e mestres caracteriza-se como *comunicação alternativa popular*. Em muitos casos, trata-se de uma *comunicação popular*, mas que bem no fundo se reveste de características muito semelhantes às da *comunicação dominante* dos veículos de comunicação de massa. Não é pouco frequente encontrar na *comunicação popular* características autoritárias, de mistificação e de manipulação. Líderes comunitários que, em nome de interesses superiores buscam, no fundo promoção pessoal e interesses escusos (MATTIA; LAZZAROTTO, 1996, p. 93).

Segundo os autores é possível encontrar nos bairros a comunicação alternativa popular que “se coloca à serviço da transformação”; enquanto nos mesmos locais pode haver a comunicação popular que não se presta a transformar, mas a reproduzir as características da mídia dominante (MATTIA; LAZZAROTTO, 1996, p. 93). Este exercício de propor e analisar didaticamente outras denominações, nos ajuda a enxergar a pluralidade de experiências e nomenclaturas e a fixarmos melhor o que entendemos por cada uma delas.

Mesmo que haja o uso da palavra popular para designar tipos diversos de comunicação provindas do povo, é na perspectiva da comunicação do contexto dos movimentos sociais populares e comunidades que, para Peruzzo (1998, p. 370),

Em síntese, a comunicação popular, alternativa e comunitária é expressão das lutas populares por melhores condições de vida, a partir dos movimentos populares, e representam um espaço para participação democrática do “povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa (PERUZZO, 2008a, p.370).

Apesar de visualizarmos as dificuldades (e a impossibilidade) de definir com fronteiras precisas conceituações que diferenciem a comunicação popular e a alternativa da comunitária, existem algumas pistas apreendidas durante a revisão de literatura, que podem nortear nossa reflexão. A primeira é que tanto a comunicação popular e alternativa quanto a popular e comunitária têm o povo como protagonista, sendo este entendido como classe subalterna, com um perfil capaz de promover identificação (operários, mulheres, indígenas, moradores da favela x ou y) e interesses que os unem (melhores condições de trabalho, participação política, luta contra o preconceito, fortalecimento da identidade cultural, melhores condições de vida etc).

Contemplam este processo uma dinâmica por vezes conflituosa de participação e de gestão dos meios de comunicação – dada a heterogeneidade dos membros participantes – assim como o foco de que todas as diferenças sejam vencidas em prol dos objetivos macros daquele segmento.

Mais importante do que os resultados, nos processos de comunicação alternativa, popular e comunitária, a dinâmica de criação, gestão, participação e conscientização dos partícipes enquanto as experiências se desenvolvem, já deve ser considerada por si só parte fundamental para o amadurecimento e empoderamento dos grupos envolvidos<sup>22</sup>.

## 2.1 Imprensa alternativa

---

<sup>22</sup> A título de exemplificação, pudemos constatar na prática essa afirmação durante a análise de um jornal impresso produzido por jovens indígenas em Dourados/MS (OTRE, 2008), em que o *target* da publicação era em sua maioria formada por pessoas não alfabetizadas e que não dominavam a língua portuguesa, nem falada nem escrita; e a experiência havia possibilitado diversas conquistas para o grupo envolvido com o jornal, assim como para toda a comunidade indígena das aldeias do Jaguapiru e Bororó.

Dentre as várias denominações atribuídas à imprensa contestadora que surgiu no período ditatorial no Brasil, encontramos os termos imprensa nanica e alternativa, referindo-se às publicações que não aceitavam se calar pela censura, que não aceitavam a versão oficial, que não aceitavam as “maquiagens” governamentais publicadas na grande mídia para ludibriar o povo e que buscavam um espaço de liberdade editorial e resistência.

Para Bernardo Kucinski (2003), cujo livro é uma adaptação de sua tese de doutorado e aborda o surgimento e desenvolvimento da imprensa alternativa durante a ditadura militar no Brasil, a partir de 1964, o termo “nanica”, se referia a uma pequenez atribuída pelo sistema a essas publicações. O autor garante que o termo sugeria ainda “imaturidade e promessas de tratamento paternal” (KUCINSKI, 2003, p.13). Quanto ao termo alternativo, segundo ele, abarcava quatro significados essenciais dessa imprensa:

O de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e; finalmente, o do desejo das gerações dos anos 1960 e 70, de protagonizar as transformações sociais que pregavam (KUCINSKI, 2003, p. 13).

No livro *Jornalistas e revolucionários*, por exemplo, Kucinski aponta o nascimento e morte de 150 periódicos de oposição ao regime militar. Alguns ficaram nacionalmente conhecidos e se tornaram expoentes deste tipo de imprensa, naquele contexto, como *O Pasquim*, *Opinião*, *Coojornal*, *Versus*, entre outros.

O que se pretende é diferenciar o conceito de comunicação popular alternativa do conceito de imprensa alternativa; mesmo sabendo que aquele deriva deste.

Nos dias atuais, as palavras chave que definem a comunicação popular alternativa são empoderamento, protagonismo e transformação social. É verdade que estas mesmas palavras ilustravam brilhantemente a imprensa alternativa dos anos 1960, 1970 e 1980, mas naquele período também fazia parte do mesmo campo semântico a ditadura, a resistência e a luta por liberdade.

A imprensa alternativa foi concebida e produzida, em suma, por intelectuais, sociólogos, jornalistas e humoristas com tendências de esquerda. Surge como uma contra-comunicação, oposição ao regime, sendo algumas publicações baseadas na contracultura norte-americana, enquanto outras refletiam o marxismo de cunho religioso e os preceitos moralistas do Partido Comunista do Brasil (PC do B), relata Kucinski (1991, p. 14-15), ao constatar que “as esquerdas brasileiras, oprimidas pela ditadura, não tiveram tempo para

preencher as dimensões psíquicas do ideal revolucionário” (KUCINSKI, 1991, p.15); fazendo menção a Theodore Rozsak<sup>23</sup>.

## 2.2 Comunicação popular alternativa

Em pesquisa realizada na Europa, retratando a invisibilidade da comunicação alternativa e para a mudança social no ensino de teoria da comunicação Barranquero e Baeza (2010, p. 4-5, tradução nossa) questionam o que seria afinal a comunicação alternativa. Para os autores,

O âmbito da comunicação alternativa agrupa os diversos modos de discurso presentes na esfera pública que não fazem parte da esfera burguesa – a qual se opõe e da qual às vezes são excluídas -, mas que configuram melhor um espaço plebeu (Habermas, 2002), no qual se expressam os desejos de todos aqueles sujeitos e coletivos que, por razões de classe, etnia ou gênero, entre outras, não são reconhecidos como interlocutores válidos no âmbito dominante.

Ao rastrear suas origens, os autores destacam encontrar, ao menos desde o século XVII formas de expressão na Europa que “indicam a luta por se fazer ver e ouvir ou por aceder e apropriar-se de meios, por parte de grupos e coletivos historicamente excluídos”, destacando que “esta comunicação não é um aspecto periférico da modernidade”. (BARRANQUERO; BAEZA, 2010, p. 5). Eles falam ainda, citando Baeza (2008) sobre o rompimento da comunicação alternativa com o binômio estatal-comercial, referente à comunicação proveniente da esfera pública burguesa:

Enquanto na esfera pública burguesa se manifestam os interesses do binômio estatal – comercial, a comunicação alternativa e os circuitos que ela gera para sua distribuição e reconhecimento, se movem na classe da sociabilidade de base, redutos nos quais se procura o desenvolvimento de opiniões independentes deste binômio e de seus interesses (BARRANQUERO; BAEZA, 2010, p. 5).

No que diz respeito à classificação e uso do termo “alternativo” atualmente, Cicilia Peruzzo (2009, p. 133) ressalta a dificuldade de defini-lo em uma só perspectiva.

Com o passar do tempo, o uso do termo “alternativo” para qualificar uma modalidade de comunicação foi se tornando mais complicado, porque seu significado, diante das diferentes práticas que foram surgindo, não é unívoco. Ele tanto pode se referir a jornais e outros canais comunicativos independentes — orgânicos ou não a movimentos sociais e organizações congêneres — como a publicações alternativas elaboradas por segmentos da

<sup>23</sup> Cf. Theodore Rozsak, *The Making of a Counter-culture*, PP. XII e 66.

pequena burguesia e vendidas em bancas, ou à comunicação popular e comunitária, propriamente dita, e ainda àquela produzida por segmentos combativos da oposição sindical.

Neste novo contexto, ganha destaque a importância do “popular” como parte do alternativo, pois o povo em geral – não apenas intelectuais e jornalistas – passa a ter maior participação nestas experiências atuais de comunicação, principalmente os mais marginalizados: jovens pobres, mulheres vítimas de preconceito, minorias étnicas, grupos que lutam pela diversidade sexual, participantes de movimentos sociais etc. Extrapola-se, também, em iniciativas alternativas de comunicação que não só impressas, mas audiovisuais, via internet, com apoio de mídias sociais etc.

Baseada nesta dificuldade, a autora publicou em 2009 um material em que propõe, para efeito didático, o agrupamento das iniciativas deste início de século em duas correntes: de um lado a “Comunicação popular, alternativa e comunitária”, e de outro a “Imprensa alternativa”. Para fins de nossa análise, ficaremos apenas no âmbito desta primeira corrente, já que foram as teses e dissertações sobre a CPAC que enfocamos em nosso trabalho. Vejamos:

1. Comunicação popular, alternativa e comunitária: trata-se de uma vertente constituída por iniciativas populares (do povo) no contexto de localidades, bairros, comunidades (presenciais ou virtuais), movimentos sociais e organizações civis congêneres sem fins lucrativos. Surge para suprir necessidades de expressão de segmentos das classes subalternas em suas lutas pelo estabelecimento da justiça social. Constrói uma outra comunicação, que se distingue da mídia comercial pelos conteúdos difundidos, formatos, sistemas de gestão e/ou pela participação da população e pelo compromisso com o interesse público (PERUZZO, 2009, p. 140).

Esta corrente se desdobra em: Comunicação popular e comunitária, da qual trataremos no próximo tópico e Comunicação alternativa que, segundo a autora, refere-se a

processos de comunicação constituídos por iniciativas que envolvem a participação de segmentos populares, mas não respondem ou são assumidos pela comunidade como um todo. Em geral, são motivados ou viabilizados por organizações não governamentais (ONGs), fundações, projetos de universidades, órgãos públicos, igrejas etc., mas também podem funcionar a partir de iniciativas autóctones. Tendem a se confundir com a comunicação comunitária em decorrência de similaridades, ou mesmo vir a constituir-se como tal (PERUZZO, 2009, p. 140).

Este tipo de comunicação propõe, mais do que mudança de formato com relação à grande mídia, uma postura diferenciada, colocando-se como proposta jornalística comprometida com a sociedade. Propõe-se horizontal e dialógica, sem comprometer-se com

interesses comerciais e políticos, buscando ser uma alternativa informacional para o grupo que a produz e a quem representa, denunciando as situações que o afetam.

Este tipo de comunicação busca uma visão mais crítica da comunicação; além de romper com o sistema midiático atual, oferecendo outros pontos de vista. Tem geralmente um discurso facilmente reconhecível que ecoa ao fundo, algumas bandeiras de luta e conexão com outros processos de comunicação alternativa.

A fins de delimitação da análise realizada nesta tese, dentro da seleção e pesquisas em que aparecia o termo “Alternativo”, consideramos a mídia popular alternativa como aquela proveniente de uma organização da sociedade civil; em que o grupo se identifica por algumas questões (raça, classe social, gênero, etnia, interesse ambiental) e, por meio da mídia (mas não só por ela), questiona o problema que os envolve: preconceito racial ou étnico, desigualdades salariais, violências de gênero, e assim por diante.

Neste sentido, a experiência não indica buscar substituir a grande mídia; assim como não está clara a pretensão de apenas complementá-la. Porque não parece ser suficiente a estes movimentos que a grande imprensa continue a reproduzir a desigualdade que lhes é cara; já que o grupo tem outra forma de gritar. Pretende-se sim, transformar a sociedade e para isso, chamar a atenção da grande mídia; já que não há como estes veículos, tão restritos e “pouco vendáveis”, serem uma versão capaz de competir em pé de igualdade com a versão oficial. Lembra-se aqui novamente a discussão dos fluxos informacionais tratados lá no *Informe MacBride*.

Neste sentido, o que se pretende com a comunicação popular-alternativa é questionar, ser contrainformação, opor-se ao que atinge o segmento ali representado, mas, sobretudo, provocar a mudança neste cenário em que os fluxos informativos são tão desiguais. É atingir a comunicação massiva e a sociedade – não necessariamente nesta ordem -, chamando a atenção para as causas pelas quais se luta. A mídia alternativa é um grito amplificado, no sentido de dizer: “Há algo errado com o que vocês dizem e apresentam. Informem-se. Há outros ângulos. Outras verdades. Outras realidades”

### **2.3 Comunicação popular e comunitária**

Retomando o relatório MacBride, temos que “Um dos maiores defeitos da comunicação é a ausência de participação do público na administração e tomada de decisões” (MACBRIDE, 1987, p.145, tradução nossa). É justamente contra este gargalo que a comunicação popular e comunitária vem atuar: faz parte de sua proposta promover a

participação da comunidade de maneira efetiva, garantindo-lhe espaço em todas as instâncias das experiências, incluindo na gestão dos meios de comunicação.

Na sistematização didática que produziu em 2009, Cicilia Peruzzo assim descreve este tipo de comunicação:

Comunicação popular e comunitária: processos de comunicação constituídos no âmbito de movimentos sociais populares e comunidades de diferentes tipos, tanto as de base geográfica, como aquelas marcadas por outros tipos de afinidades. É sem fins lucrativos e tem caráter educativo, cultural e mobilizatório. Envolve a participação ativa horizontal (na produção, emissão e na recepção de conteúdos) do cidadão, tornando-se um canal de comunicação pertencente à comunidade ou ao movimento social e, portanto, deve se submeter às suas demandas (PERUZZO, 2009, p. 140)

No geral, esta forma de comunicação tem sido vista como eficiente para unir comunidades (geográficas ou não) em prol de seus objetivos. Não busca substituir a grande mídia, mas complementá-la, trazendo demandas particulares e que dizem respeito aos que dela se sentem parte, garantindo representação, mobilização e ampliação da cidadania; por meio de diversos meios de comunicação. De acordo com Malerba (2009, p. 60)

Além dessa possibilidade de antes se representarem que serem representados, alguns veículos de comunicação comunitários têm desempenhado um importante papel de mobilizar indivíduos em torno de demandas sociais coletivamente reconhecidas. Através de uma rádio comunitária, uma página na Internet de um movimento social, um jornal local, um sistema de alto-falantes ou um vídeo de temática reivindicatória, iniciativas de pressão ao poder público e demais ações são orquestradas, fazendo com que a mídia comunitária se torne uma figura política cada vez mais importante para a garantia da democracia nas regiões em que surge: principalmente num país como o Brasil, onde as disparidades e injustiças atingem de forma mais austera àquelas parcelas da população há muito vilipendiadas dos acordos sociais coletivos.

O autor destaca ainda a importância da vinculação e das negociações entre os indivíduos, para que essas experiências de comunicação comunitária ganhem força política e alcancem visibilidade, de forma a garantirem maior sucesso nas reivindicações.

Profundamente ligada a esse papel de mobilização, antecede e se soma uma outra importante função: a de negociação. O veículo comunitário pode funcionar como canal de negociação entre os sujeitos que nele interatuam. É que para sua constituição, a mídia comunitária solicita que atores sociais antes negociem e se reconheçam em suas demandas, promovendo um rico e propositivo vínculo entre eles. Pois será precisamente esse vínculo – constituído pelo permanente reconhecimento e valorização do outro – o amálgama capaz de conferir força política ao espaço social da mídia comunitária (MALERBA, 2009, p. 60-61).

Vale a pena aqui destacar um conceito que vem sendo estudado há décadas pela psicologia, denominado o Sentimento de Comunidade (SC).

Sarason (1976) e McMillan & Chavis, (1986) são apresentados nos textos sobre o Sentimento de Comunidade como os pais desta teoria e este conceito pode dizer muito a respeito das experiências de comunicação comunitária.

A maior parte das pessoas compreende intuitivamente o significado de sentimento de comunidade. No entanto, esta é uma ideia complexa, composta por vários elementos e, longe de ser um conceito ultrapassado, o sentimento psicológico de comunidade ou simplesmente sentimento de comunidade é um conceito sócio-psicológico que dá ênfase à experiência da comunidade, ou seja, percepção e compreende atitudes e sentimentos de uma comunidade, bem como, o relacionamento e interações entre pessoas desse mesmo contexto (ELVA; MONIZ, 2010, p. 452).

Citando McMillan e Chavis, as autoras destacam que o sentimento de comunidade baseia-se em quatro elementos essenciais, sem os quais não conseguimos vislumbrar experiências bem sucedidas de organização e comunicação comunitária.

Estes elementos são: fazer parte de; influência; integração e satisfação das necessidades e partilha de ligações emocionais, que são definidos como sendo “o sentimento que os membros têm de pertença, o sentimento que os membros importam para um outro membro e para o grupo, e a convicção de que as necessidades dos membros serão alcançadas através de um compromisso de união” (MCMILLAN; CHAVIS apud ELVA; MONIZ, 2010, p. 452).

Por meio da experiência de comunicação comunitária, o grupo que compartilha identificações físicas ou não, mobiliza-se em torno de discussões comuns; podendo ser estas, necessidades percebidas pela comunidade, acesso a direitos ainda não garantidos ao grupo, reivindicações de diversas partes. Para Elva e Moniz (2010, p. 252) “Esta mobilização e envolvimento em torno dos problemas comunitários numa localidade específica contribuem, significativamente para o aumento do sentimento de comunidade e identidade lugar” (ELVA; MONIZ, 2010, p. 452).

Mas não só de reivindicações vivem atualmente os agrupamentos comunitários, assim como os veículos que são produtos dessas experiências. Em tempos de “horas extras” e instituições que funcionam diuturnamente (redes de hipermercados, grandes lojas de varejo, shoppings centers), os meios comunitários colocam-se, muitas vezes, como possibilitadores da configuração desses vínculos, contribuindo, inclusive para o “encontro” entre vizinhos, mesmo que seja um encontro mediatizado. Daí a transformação da pauta desses veículos, se

compararmos com as experiências de comunicação popular e comunitária no período de transição da ditadura à democracia, pelo qual passou o Brasil .

Poderíamos dizer que, no âmbito da comunicação comunitária, hoje em dia se trata mais de temas locais e não somente de problemas, como era a tendência anterior. A ênfase recai em conteúdos informativos, educativos, culturais e à prestação de serviços. Por exemplo, é comum que rádios comunitárias procurem contribuir para combater a violência, para tirar crianças do caminho do tráfico de drogas, para motivar pelo exercício da cidadania etc. Costumam também abrir espaço para a música de artistas do lugar, dar avisos de utilidade pública, debater assuntos de interesse local etc. Enfim, a comunicação comunitária é aquela que faz sentido dentro de realidades específicas, e porque é produto de cada uma dessas realidades específicas (PERUZZO, 2003, p. 249).

Cicilia Peruzzo lembra ainda que o conteúdo da comunicação popular-comunitária sofre alterações desde os anos 1980, pois ali se incorporavam as pautas dos movimentos sociais populares de maneira combativa e política; com denúncias e reivindicações. “Nos últimos anos, esses conteúdos, apesar de continuar a focar as desigualdades e carências, se mostram mais plurais e amenos, sob os pontos de vista temático e político” (PERUZZO, 2003, p. 248-249).

Vale retomar que, juntamente ao Sentimento de Comunidade, que é apontado como importante para garantir satisfação e qualidade de vida, está implícito o sentimento de pertença e, portanto, de participação comunitária. Para Elva e Moniz (2010, p. 452), “A participação comunitária não se resume apenas a um suporte ou ajuda entre membros de um determinado grupo, envolve também o seu contributo efectivo nas decisões com impacto na mudança social” (ELVA; MONIZ, 2010, p. 452).

Ao discutir a participação no livro “Comunicação nos movimentos populares” (2004), baseada em autores como Pedro Demo, Juan Diz Bordenave, Francisco Ferreira e outros, Peruzzo (2004, p. 78-89) sistematiza três formas de participar, em uma perspectiva ampla de ação coletiva: Participação passiva; Participação controlada e a Participação-poder. Segundo a autora (2004, p. 78), esta sistematização não segue uma ordem cronológica, tampouco se excluem mutuamente; podendo concretizar-se dialeticamente. Resumidamente:

- 1) Participação passiva – por meio da qual, por desinteresse ou descrença na proposta em questão, a pessoa aceita o que está determinado por um poder autoritário e verticalizado, participando “pacatamente”.
- 2) Participação controlada – conquista popular ou concessão de organizações públicas ou privadas, é controlada de maneira a limitar a interferência até onde interessa ao poder

em questão. Diante do controle e dos limites impostos – nem sempre às claras -, a população está sujeita a manipulações. É a pseudo-participação que apropria-se da ideia de democracia e interferência decisória, enquanto as principais estruturas de poder permanecerão intactas. O poder continua sendo autoritário, embora disfarçado de democrático.

- 3) Participação-poder – favorece a participação democrática, ativa e autônoma, sem manipulações ou autoritarismo. Engloba os conceitos de a) **co-gestão**, por meio da qual há co-participação ativa no gerenciamento de alguma experiência, implicando acesso ao poder e partilha, com limitações em decisões reservadas à cúpula hierárquica; e de b) **autogestão**, influenciando em todos os domínios da vida pública (econômico, social, cultural, política, jurídica), o que corresponderia, por exemplo, à estrutura básica da sociedade socialista (PERUZZO, 2004, 78-84).

O grande desafio participativo nas experiências comunitárias é ainda migrar da participação passiva e controlada para a participação-poder. Considerando-se a heterogeneidade das comunidades e, ainda, o número grande de pessoas que compõem esses agrupamentos, possibilitar a existência de um poder compartilhado entre todos parece utópico. Faz parte deste processo a necessidade de fortalecimento e amadurecimento democrático dos cidadãos.

Para Bauman (2003, p. 19) existe uma heterogeneidade e pluralidade de indivíduos em uma mesma comunidade (geográfica ou não), que se relacionam também com o que está além das fronteiras comunitárias, e que precisarão por meio de acordos, discussões e negociações, decidir o melhor rumo para vencer os problemas diários.

De agora em diante, toda homogeneidade deve ser “pinçada” de uma massa confusa e variada por via de seleção, separação e exclusão; toda unidade precisa ser construída; o acordo “artificialmente produzido” é a única forma disponível de unidade. O entendimento comum só pode ser uma realização, alcançada (se for) ao fim de longa e tortuosa argumentação e persuasão, e em competição com um número indefinido de outras potencialidades — todas atraindo a atenção e cada uma delas prometendo uma variedade melhor (mais correta, mais eficaz ou mais agradável) de tarefas e soluções para os problemas da vida.

O autor destaca, porém, que “o acordo comum nunca estará livre da memória dessas lutas passadas e das escolhas feitas no curso delas” (BAUMAN, 2003, p. 19). Memória que, a nosso ver, é importante para o próprio reconhecimento e construção do sentimento comunitário, que apesar de distante – se esperarmos encontrar a utopia tonnesiana – faz-se

presente por meio de novas configurações mais realistas e adequadas às nossas configurações sociais – mesmo que não seja tácito por natureza.

É claro que um entendimento elaborado e de alguma forma alcançado também pode ser tácito, ou tornar-se uma espécie de intuição construída e internalizada. Uma negociação prolongada pode resultar em um acordo que, se obedecido diariamente, pode, por sua vez, tornar-se um hábito que não precisa mais ser repensado, e muito menos monitorado ou controlado (BAUMAN, 2003, p. 16).

É justamente neste contexto de solidão em meio à multidão, que Paiva reconhece poder existir a comunidade gerativa. Em suas palavras:

Por comunidade gerativa, queremos designar o conjunto de ações (norteadas pelo propósito do bem comum) passíveis de serem executadas por um grupo e/ou conjunto de cidadãos. A proposição parte da evidência de que o horizonte que caracteriza a sociedade contemporânea a falência da “política de projetos”, a descentralização do poder, a forte tônica individualista e cosmopolita produz a busca de alternativas. E, dentre elas, a da atuação de uma política gerativa, ou seja a ênfase nas ações práticas do cotidiano e da localidade. Isto porque o modelo neoliberal produziu um Estado mínimo, praticamente incapaz de atuar no que até então se entendia como do âmbito de suas próprias e intransferíveis atuações, como por exemplo as da saúde, educação, habitação, segurança, etc (PAIVA, 2004, p. 58-59).

Segundo a autora, “trata-se de um projeto político, ecológico, existencialista no entendimento da convivibilidade necessária entre os povos – também como projeto de vinculação identitária, educacional e, principalmente, assume o estatuto de uma proposta a ser engendrada pela área específica da comunicação”. (PAIVA, 2004, p. 58).

Este tipo de comunidade, complementa a autora, seria uma reinterpretação dos conceitos de Ferdinand Tönnies enfocando a vinculação social e preocupação territorial adaptado ao nosso século e capaz de responder ao atomismo social e à política centrada no mercado e em um Estado burocrático. “Estão ainda presentes nessa proposta aspectos próprios da sociabilidade que parecem ter perdido o sentido na nova era, mas que passam a ser o enfoque central de diversos estudiosos da atualidade como cooperação, solidariedade, tolerância, fraternidade, docilidade, amizade, cooperação, generosidade e caridade”(PAIVA, 2004, p. 59).

A visão com a qual convivemos atualmente de comunidade, longe de ser oposta ao conceito de sociedade, como propôs Ferdinand Tönnies ao separar *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* (comunidade e sociedade), se entrecruza. Rocha (2012, p. 3) apresenta bem este cruzamento:

Mesmo quando se enxerga a comunidade como espaço de comunhão e sentimentos puros, tal como propôs Tönnies, de acordo com os poderes

administrativos o espaço produtivo da comunidade não deixou de ser cooptado como instância intermediária da sociedade. São níveis de mapeamento em linhas concêntricas, onde num extremo tem-se o indivíduo, cuja individualidade está protegida na comunidade, e no outro encontra-se a máquina estatal da administração pública (ROCHA, 2012, p. 3).

Ainda assim, a comunidade congrega a diversidade individual, o desejo coletivo por melhorias, a necessidade de pertencimento para satisfação pessoal e qualidade de vida, a possibilidade de participação para colher os resultados da ação coletiva, e a valorização do que lhe diz respeito nos âmbitos culturais, sociais, políticos, entre outros.

[...] acreditamos que, longe de estar esgotada pelo caráter institucional com o qual a comunidade foi investida pelo poder disciplinar [...] a comunidade popular é hoje um território em constante ebulição de forças micropolíticas, onde encontramos “um ambiente propício para que política e arte revelem-se em sua condição de potências da vida humana – potências de resistência e de invenção, respectivamente” (ROLNIK apud ROCHA, 2012, p. 3).

Talvez seja nessa perspectiva que Peruzzo e Berti (2010) reconheçam, a partir do conceito de “comunidade de escolha” de Marshall Goldsmith, o surgimento de uma nova configuração do comunitarismo, favorecendo a ideia da comunicação popular e comunitária.

Os pesquisadores, ao trilharem o caminho conceitual da “comunidade”, apresentam a relação intrínseca entre comunidade e comunicação, citando autores como Rabaça e Barbosa (2001) e Wilbur Schramm, que indicam que “quando comunica-se trata-se de estabelecer-se uma comunidade, isto é, trata-se de compartilhar informações, ideias, atitudes” (apud PERUZZO; BERTI, 2010, p.6). Em síntese, só por meio da comunicação é possível que uma comunidade participe, interaja, conviva.

A comunicação encontra nas comunidades o seu universo de realização. Instigar os processos comunicacionais dentro desses ambientes sociais, seja para dar voz aos membros da comunidade, seja para facilitar sua participação de forma mais efetiva e com poder de decisão contribui para forjar sujeitos históricos ativos. E é na comunidade de modernidades atuais que a necessidade comunicacional aumenta entre os seus membros, pois o comunitarismo ganha novas interfaces via processos comunicacionais (PERUZZO, BERTI, 2010, p.7).

Apontando para os pressupostos de Goldsmith, os autores complementam que “No fundo são escolhas. As pessoas optam por deixar posturas passivas e escolhem em que tipo de mobilização comunitária vão se vincular” (PERUZZO; BERTI, 2010, p.7).

Pensando principalmente nas comunidades virtuais, os autores destacam a importância deste conceito para a compreensão do novo fenômeno associativo por meio das novastecnologias de comunicação, no âmbito da comunicação comunitária.

A inovação conceitual trazida pela terminologia e sua prática de comunidade de escolha denotam que essas comunidades não são impostas e muito menos são adquiridas, mas sim formadas por pessoas (membros da comunidade) segundo a evolução no grau de pertencimento e pela gestão de sentimentos compartilhados, obtenção de resultados claros e abertos, com novos estilos de liderança, concatenação e igualdade entre os membros, além da criação de uma vivência que enriqueça a pessoa e, conseqüentemente, a própria comunidade (PERUZZO; BERTI, 2010, p.13).

Importante destacar que, não seria, porém, esta nova comunidade (de escolhas) a substituição ou anulação das comunidades tradicionais. Assim finalizam:

Conclui-se que as comunidades de escolha instigam um novo comunitarismo, mas por si só não são o cerne do comunitário. A interconexão entre essa nova forma de comunidade e a potencialidade de concatenação com a atual práxis comunitária desafia as comunidades (presenciais ou virtuais) na conjuntura atual (PERUZZO; BERTI, 2010, p.13).

Neste contexto tão rico de discussões sobre o termo “comunidade”, lado a lado ao conceito de “comunicação popular”, que se configura a comunicação comunitária.

É uma comunicação desenvolvida no âmbito de uma comunidade constituída por afinidades e sentimento de pertencimento, com objetivo de contribuir com a população, refletindo seus anseios e suas necessidades informacionais com foco a questões comuns, podendo ser estas, melhorias para o bairro, mudança de visão sobre aquela comunidade, entretenimento.

Na prática, a comunicação comunitária tem sua coesão baseada no respeito às diferenças e nos objetivos comuns. Está pautada na relação, na vinculação com o outro. Neste sentido, deve ser participativa, horizontal, contar com a representação dos vários segmentos que a compõem, sem objetivos mercadológicos e, portanto, sem se render ao padrão da grande mídia.

Este tipo de comunicação, por estar a serviço do povo e ser produzido pelo povo, deve favorecer a criatividade, originalidade e liberdade de expressão; além de ser instrumento de transformação política, social e cultural de onde está inserido. Não está centrado em um veículo de comunicação específico, mas em um projeto processual que educa, motiva e que contribui para a ampliação da cidadania.

A expressão comunicação e/ou mídia comunitária não escapa, porém de fortes críticas. Dermi Azevedo (1980) e Eduardo Yuji Yamamoto (2011), apesar de separados por mais de 30 anos e cada qual analisando um contexto, denunciam o uso dos termos de maneira

ideológica para designar uma realidade inexistente, um ideal utópico e evocar uma ausência de conflitos.

Em seu texto, Yamamoto (2011, p. 14) aponta um estancamento no processo de construção da hegemonia das classes subalternas, pois, segundo ele, há uma desarticulação dos movimentos sociais e grupos que antes propunham por meio de seus veículos de comunicação romperem com o sistema vigente e atualmente, abandonaram tal ideal.

Questionamo-nos se os termos fortes e observações categóricas, não estariam generalizando as experiências de comunicação comunitária e movimentos como os feministas, os ecológicos e o MST, por exemplo. Teriam estes abandonado realmente o ideal de romper com o sistema vigente?

Em 1980, em uma publicação intitulada *Comunicação e Ideologia*<sup>24</sup>, o jornalista Dermi Azevedo adiantava algumas críticas com relação ao conceito comunicação comunitária. Vale destacar que a comunicação assim denominada há 30 anos, tem configurações completamente diferentes das que encontramos hoje. Segundo ele,

A expressão comunicação comunitária merece ser exorcizada em termos de consciência crítica, uma vez que, ordinariamente, ela é utilizada para a manutenção do status quo e quase sempre não corresponde à realidade social, econômica, política e cultural em que vive a sociedade (AZEVEDO, 1980, p 147).

Por outro lado e finalizando a discussão teórica de seu texto, Azevedo (1980, p. 152) faz uma ressalva:

É fundamental, enfim, que não nos limitemos à crítica da “Comunicação comunitária” naquilo que contém de mascaramento da realidade, mas que possamos dar um passo adiante, procurando descobrir através de que caminhos e utilizando que métodos poderemos chegar à autêntica comunicação que deve conduzir, pelo diálogo, à plena comunhão entre os homens (AZEVEDO, 1980, p. 152).

Apesar de alguns autores questionarem a utilização dos termos “comunidade” e “comunicação comunitária”, a nosso ver, quando Peruzzo (2009, p.140) propõe o conceito “comunicação popular e comunitária” ou “popular-comunitária” – e em sua grafia o termo popular está sempre junto ao comunitário – ela vai adiante, como preconiza Azevedo na citação anterior, e indica experiências que possibilitam mais do que um produto - desenvolvido nos modos de produção do sistema liberal – mas um processo educacional comunitário (PERUZZO, 2009, p. 135), que sugere favorecer em última instância “a

<sup>24</sup> NEOTTI, Frei Clarêncio (coord). *Comunicação e ideologia*. São Paulo: Loyola, 1980.

autoemancipação humana e contribuir para a melhoria das condições de existência das populações empobrecidas, de modo a reduzir a pobreza, a discriminação, a violência etc., bem como avançar na equidade social e no respeito à diversidade cultural” (PERUZZO, 2009, p. 135). A autora faz uma ressalva, ainda, de que a comunicação não se presta a fazer mudanças sozinha e que

a visão de uso dos meios meramente para difundir conteúdos educativos está superada. Trata-se de sua inserção em processos de mobilização e de vínculo local ou identitário sintonizados a programas mais amplos de organização, dos movimentos sociais populares. Estes privilegiam o atendimento às necessidades concretas de segmentos populacionais de acordo com cada realidade (PERUZZO, 2009, p. 135).

Além disso, é possível identificar que ao apresentar uma categorização com fins didáticos – e com todas as ressalvas feitas sobre a impossibilidade de definir limites claros entre as formas de comunicação popular – Peruzzo o faz utilizando como baliza as muitas experiências com as quais teve contato no Brasil e fora dele. Portanto, retomo trecho da citação utilizada no tópico 2.2 desta tese em que Gumucio-Dragon; Tufte (2008, p. 22) dizem que “[...] a teoria da comunicação associada a estas experiências participativas [de comunicação para a mudança social] surgiu posteriormente”; destacando o fato de que as tentativas de categorização advêm da práxis.

Se estão sendo detectadas experiências que reproduzem o *status quo*, a lógica de dominação capitalista, que indicam conformação social dentro das experiências ditas de comunicação comunitária, como questionam Yamamoto e Azevedo; tem-se aí apenas uma constatação, não uma aprovação desta dinâmica que contraria a participação democrática, o empoderamento das comunidades, o desenvolvimento da consciência crítica dos grupos e a educomunicação comunitária que estão presentes em muitas práticas.

Raquel Paiva, no texto “Para reinterpretar a comunicação comunitária” (2007), ao traçar um panorama sobre a presença da comunicação comunitária na atualidade, elege alguns pilares que vão ao encontro do que apregoa Círcia Peruzzo. São eles:

1. A Comunicação Comunitária constitui uma força contra-hegemônica no campo comunicacional
2. A Comunicação Comunitária atua na direção de uma estrutura polifônica
3. A Comunicação Comunitária produz novas formas de linguagem
4. A Comunicação Comunitária capacita-se para interferir no sistema produtivo
5. A Comunicação Comunitária gera uma estrutura mais integrada entre consumidores e produtores de mensagens.
6. A Comunicação Comunitária atua com o propósito primeiro da educação
7. A Comunicação Comunitária pode engendrar novas pesquisas tecnológicas

8. A Comunicação Comunitária como lugar propiciador de novas formas de reflexão sobre a Comunicação (PAIVA, 2007, p. 137-145)

A autora acredita na força da comunicação comunitária como instrumento mobilizador e de mudança social, e inclusive chega a dizer que “trabalhar, teorizar e debater a comunicação comunitária é, ainda hoje, para países como o Brasil, um chamamento político” (PAIVA, 2007, p. 136). Está claro também que para ela a participação é premissa básica neste processo.

Juan Diaz Bordenave, ao teorizar sobre o que chamou de comunicação participativa ou participatória, dá destaque à interferência deste tipo de comunicação no âmbito comunitário. Para o autor (BORDENAVE, 2002, p. 91) são requisitos da comunicação participatória:

a prática da auto-expressão em liberdade; seu caráter de direito e de função permanente (ter parte e não apenas fazer parte ou tomar parte); o espírito solidário em que a participação deve dar-se; o intercâmbio de temas próprios do grupo e a criação conjunta de conhecimento e saber; e a aquisição de poder coletivo é possível mediante a organização.

Dentro desta lógica, Bordenave (2002, p. 91) aponta algumas funções que passam a seguir os veículos que se colocam a serviço do povo. Dentre as funções, situa o diagnóstico de problemas, que possibilita às comunidades envolvidas enxergarem de maneira mais clara o que está errado e/ou o que precisa ser modificado no seu dia a dia; a autoconscientização comunitária, possibilitada por meio das discussões dos problemas percebidos pela comunidade; a reflexão comunitária, ao passo em que percebem, discutem e refletem coletivamente – o que possibilita a autoconscientização -; a comunicação intercomunitária, possibilitando que comunidades distantes se comuniquem e elaborem ações conjuntas ao perceberem que têm problemas em comum, apesar da distância; e, por fim, o diálogo governo-povo, que pode ser facilitado pelos meios de comunicação que dão voz à população.

O que precisa ficar claro é que ao situar a comunicação popular e comunitária como processo para a transformação social, Raquel Paiva, Cicilia Peruzzo, Juan Bordenave, dentre outros que não foram aqui citados, estão levando em conta os meios que têm como princípio a participação popular e democrática e a melhoria das condições de vida da população que nela se vê representado. Não se considera popular e comunitário qualquer veículo que tenha, no caso das rádios, por exemplo, uma licença para funcionar como tal, se o uso que se faz da concessão é antagônico ao que prevê o conceito de comunicação comunitária, encontrado em muitas experiências.

Assim, à comunicação comunitária são reservadas exigências de vínculos identitários: não possuir finalidades lucrativas, e estabelecer relações horizontais entre emissores e receptores com vistas ao empoderamento social progressivo da mídia e ampliação da cidadania (PERUZZO, 2008a, p. 377).

A discussão sobre a comunicação popular, alternativa e comunitária é inesgotável. Nosso desafio de agora em diante é verificar na produção discente de Pós-Graduação em Comunicação do Brasil, como esses conceitos foram trabalhados, quais as correntes consensuais e quais as divergências encontradas, a fim de entender melhor a reflexão sobre a comunicação popular – no sentido aqui delineado - no país.

### **Capítulo III – A COMUNICAÇÃO POPULAR, ALTERNATIVA E COMUNITÁRIA EM 40 ANOS DE PRODUÇÃO DISCENTE NO BRASIL**

Este terceiro capítulo da tese apresenta as análises das dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação *stricto sensu* no Brasil, de 1972 a 2012, a partir da Análise de Conteúdo (AC). Nesta etapa, avaliamos com base no protocolo de AC (Anexo C) as 102 dissertações e teses, identificadas por meio de pesquisa exploratória, sobre a comunicação popular, alternativa e comunitária (CPAC), conforme o quadro teórico explicitado no capítulo anterior, mas que será retomado aqui, de maneira resumida, para facilitar o entendimento dos critérios levados em conta para o último filtro de seleção dos trabalhos, a leitura das partes selecionadas: título, resumo, palavras chave, introdução, considerações finais e capítulo metodológico (quando havia e quando tínhamos acesso).

Quanto aos procedimentos metodológicos no que se refere aos filtros usados para compor a amostra, num primeiro momento analisamos todos os trabalhos a partir do título. Depois, analisamos título e resumo. A última forma de seleção, demonstrada neste capítulo, inclui a leitura do título, resumo, introdução, considerações finais e capítulo metodológico (quando presente) e sua Análise de Conteúdo. O resultado foi uma amostra de 102 dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, de 1972 a 2012, com enfoque na comunicação popular, alternativa e comunitária.

Esta última etapa, de leitura das partes selecionadas, foi a parte mais trabalhosa da tese, pois a) estamos comprometidos desde o início em compor uma amostra que fosse mais fiel possível à proposta da pesquisa e durante todo o processo de seleção das teses e dissertações havia uma cobrança interna da autora para não incluir nem excluir de maneira equivocada as pesquisas relativas à subárea em questão; b) a heterogeneidade de experiências e denominações utilizadas pelos autores contribuía para a dificuldade de categorizar quais eram as teses e dissertações que se debruçavam sobre a CPAC, conforme a entendemos; c) a ausência de rigor científico em muitas pesquisas fez com que as partes selecionadas para análise (resumo, sumário, introdução, considerações finais e capítulo metodológico) não satisfizessem, em muitos momentos, o nível básico de informações sobre a pesquisa, tais como sobre de qual processo comunicacional se falava, quais os objetivos da pesquisa, quais métodos, tipos e/ou técnicas de pesquisa utilizadas etc. Em muitos trabalhos, principalmente resumo, introdução e considerações finais foram dedicados a apresentar o autor da pesquisa, suas experiências profissionais ou pessoais, suas visões de mundo, o caminho trilhado até

chegar a pós-graduação, não fornecendo assim as informações básicas sobre a proposta em si. E nesses casos, foram semanas lendo e relendo muitas vezes o referencial teórico das pesquisas e as análises empíricas (apesar de isso não estar no nosso plano inicial) para tentar compreender o que não estava claramente explicitado. Digo sem sombra de dúvidas que foi a parte mais difícil, trabalhosa e desgastante da pesquisa.

Foram traçados alguns critérios que pudessem contribuir para a redução dessas dificuldades, no caso de trabalhos que não esclareciam nas partes pré-selecionadas, de maneira direta e objetiva, de que se tratava a pesquisa. Dentre eles:

1) Nos trabalhos que possuíamos a versão completa digital, a pesquisadora fazia uma busca em todo texto pelas palavras popular, alternativa e comunitária, avaliando uma a uma, o contexto em que eram inseridas.

2) Nos trabalhos com versão impressa completa, a leitura era orientada pelo sumário e muitas vezes significava 1 ou 2 horas de análises para se decidir pela inserção ou exclusão da pesquisa na amostra final.

3) Nos trabalhos que possuíamos apenas as partes elencadas para pesquisa (impressos que consegui via COMUT, ajuda de colegas ou xerocando in loco), a busca pelas palavras popular, alternativa e comunitária era manual; assim como a leitura atenta dos itens selecionados a fim de identificar nuances que garantissem nossa seleção.

4) Apesar do critério das palavras chave, há ainda trabalhos que não denominaram a comunicação da qual diziam respeito (nem de popular, alternativa, comunitária ou outra denominação), mas que entendemos ser possível que a subárea por nós analisada estivesse presente de maneira mais ou menos enfatizada<sup>25</sup>. Consideramo-los como parte da amostra.

5) Em muitos momentos nos pegamos forçando a inclusão de trabalhos na amostra final, com receio de excluir erroneamente, e isso só era realmente possível de identificar quando da realização da Análise de Conteúdo final. Após verificar que a análise não cabia nos critérios, enfim, excluíamos.

6) Vale ainda esclarecer que as pesquisas em que os autores denominaram a comunicação como “popular e alternativa” ou “popular e comunitária”, foram automaticamente incluídas na amostra. O que chamaram só de alternativa ou só de

---

<sup>25</sup> Como foi o caso das pesquisas “Movimentos sociais : cultura, comunicação e participação política” e “Mídias, Subjetividade e Terceiro Setor: a comunicação como problema social em favelas cariocas”. Durante nosso texto, daremos os indicativos destas pesquisas que apresentaram alguma particularidade para esclarecer nossa interpretação.

comunitária, avaliamos para ver se traziam consigo a noção do popular, explicitada no capítulo anterior de nossa tese.

7) Para fins de seleção, pesquisas sobre “rádio comunitária” e “televisão comunitária” foram de antemão consideradas na amostra. Pode ser que a rádio em questão não caminhe nos parâmetros exigidos pelo que se espera de uma rádio popular e comunitária (incluindo a participação popular, a propriedade coletiva, um modelo diferenciado de programação; o ecletismo musical, religioso, político etc.). Isso será considerado na análise qualitativa das teses, porém nas análises quantitativas que reúnem dissertações e teses, não era esse nosso objetivo, mas sim fazer um levantamento sobre o que diziam as dissertações e teses elencadas na subárea analisada quanto ao eixo principal, à abordagem, aos suportes analisados, ao período destacado, aos métodos e técnicas de pesquisa explicitados, às áreas correlacionadas com a pesquisa etc; como detalhamos no capítulo I, tópico referente à explicação metodológica.

8) Por fim, pesquisas que falavam sobre legislação referente às comunitárias, políticas públicas de fomento à comunicação comunitária, municipalização de outorgas etc também foram considerados mesmo que o caráter popular das experiências não seja explicitado, mas por trazerem contribuições que dão suporte às nossas análises e por entendermos que a discussão nestas pesquisas partia da premissa do direito à comunicação, refletindo nas e coadunando com as experiências populares.

Para selecionar os trabalhos e atribuir-lhes categorias específicas, o mais difícil de fazer nesta subárea precisava ser feito: separar as experiências em categorias/denominações, mesmo sabendo que elas são muitas vezes elásticas e híbridas. Também contava como empecilho o fato de não estarmos em contato direto com as experiências para analisá-las todas com os mesmo parâmetros. Nossa matéria-prima era um discurso (já enviesado pelas marcas subjetivas/discursivas do pesquisador) sobre as experiências. O ângulo que ele selecionou, os fatos que descreveu mais detalhadamente, as informações que achou desnecessárias – e que talvez nos interessasse – e assim por diante.

“O ponto de vista, diz Saussure, cria o objeto” (apud LOPES, 2001, p.122); devido a isso, consideramos importante elencar, dentre os critérios recuperados por meio de nosso quadro teórico de referência, baseado principalmente nas pesquisas de Cicilia Peruzzo (2004, 2008a e 2008b), e adaptados com base na pré-análise das teses e dissertações, alguns parâmetros que foram utilizados como critérios para o enquadramento:

- a) **Comunicação popular e alternativa:** processos diversos de comunicação (fanzine, jornal mural, vídeos) forjados, geralmente, com o apoio de um agente externo às classes populares (Igreja, movimentos populares, ONGs) e tendo como pano de fundo a questão da democratização da comunicação, do direito à voz e da crítica às desigualdades sociais. Além disso, esses veículos contam com a participação do povo em sua produção e/ou gestão. Não tematiza em primeiro plano questões referentes à localidade, como problemas específicos do bairro, mas atua em uma esfera mais ampla de luta por direitos sociais, incluindo o direito à comunicação.
- b) **Comunicação popular e comunitária:** Geralmente circunscrita a uma localidade, ou a comunidades por afinidades, em que o foco está, para além do produto comunicacional, nos processos vivenciados por meio da participação horizontal, da produção à gestão; processos educomunicativos que ampliam o olhar daquela comunidade sobre o que está “extra-muro”. Exige, para que a comunidade se aproprie da comunicação de maneira transformadora, processos que favoreçam a leitura crítica da mídia. Objetivam, na maioria das vezes, dar visibilidade às comunidades consideradas às margens da sociedade, mostrando um outro lado que na maioria das vezes a grande mídia não mostra; por isso, também se situa no âmbito da democratização da comunicação e na amplificação de vozes. Atua como contrafluxo comunicacional em um momento em que a mídia se coloca cada vez mais como legitimadora de discursos; não posicionando-se como combativa à grande imprensa, mas como fonte silenciada ou cuja imagem é frequentemente deturpada ações que contribuem para os processos exclusivos. Sua preocupação está geralmente focada nos projetos mais localizados de transformação social, como políticas públicas que digam respeito ao bairro; embora, para além dos aspectos políticos, também estejam a serviço da cultura local, da diversidade musical, religiosa; em situações de constante negociação entre seus membros, já que não se pode idealizar uma comunidade pós-moderna homogênea e sem conflitos.
- c) **Comunicação popular, alternativa e comunitária:** Especificamente nesta tese, serviu para caracterizar pesquisas, geralmente de cunho teórico, que falavam de

maneira ampla de uma comunicação transformadora e cidadã; ou de processos diversos de comunicação em comunidades periféricas, sendo, portanto também entendido como um encontro de experiências alternativas e comunitárias de cunho popular em uma mesma localidade.

- d) Jornalismo Popular Alternativo:** Menos amplo que a comunicação popular e alternativa, que pode envolver diversos processos que não apenas jornalísticos, consideramos como jornalismo popular e alternativo os processos jornalísticos forjados, geralmente, com o apoio de um agente externo às classes populares (Igreja, movimentos populares, ONGs), nas mesmas bases da comunicação popular e alternativa, no que diz respeito a temas, participação, postura ante aos grandes meios. A distribuição, geralmente, vai além da localidade, portanto, contam com tiragens volumosas, se comparadas às experiências de comunicação popular e comunitária. Devido a isso, assumem muitas vezes um padrão “mais profissional”, jornalisticamente falando, se compararmos com a mídia comunitária.

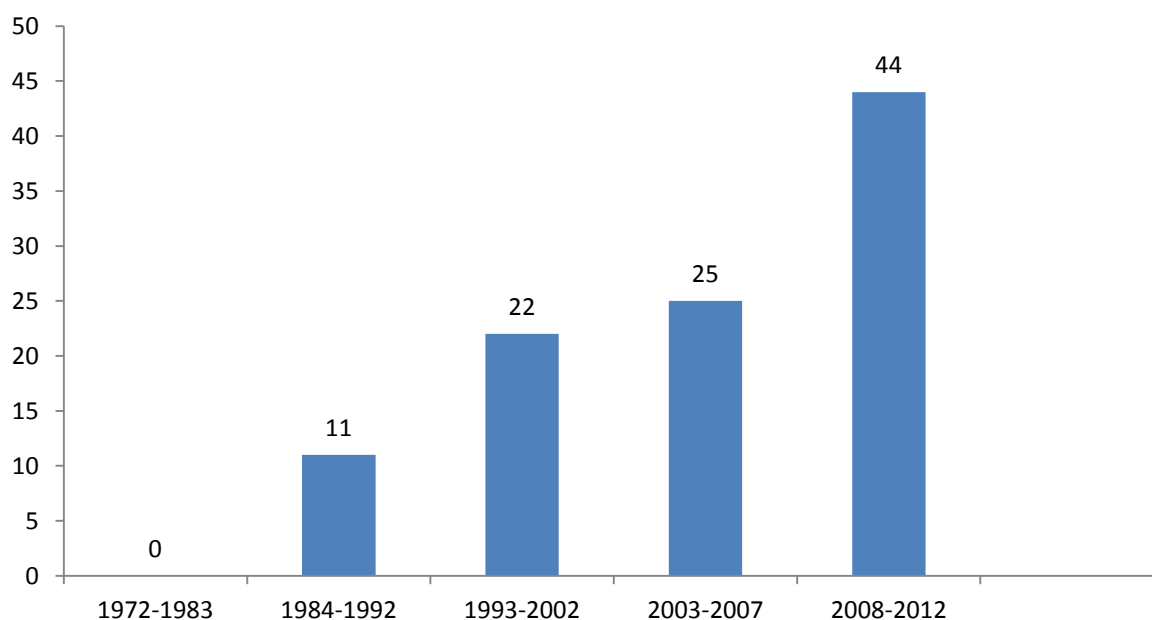
Por todas as dificuldades e razões elencadas, reconhecemos que apesar de todo esforço, não garantimos aqui a infalibilidade da amostra ou da pesquisa, e pode ser que trabalhos referentes à subárea que analisamos não tenham sido contemplados pelos filtros aplicados. Numa área tão plural, criativa e movediça, como a comunicação popular, alternativa e comunitária não esperamos que haja um consenso generalizado sobre os conceitos acima elencados. Justamente por isso, elencamos critérios e nos dedicamos a selecionar e analisar 40 anos de produção acadêmica baseados neles, analisando, inclusive, a totalidade das teses identificadas como forma de garantir alguma fidedignidade.

Destacamos, para finalizar, que apesar de não propormos uma pesquisa infalível quanto à seleção e tratamento dos dados, fizemos vários testes com base nos filtros até o momento da finalização do texto. Identificamos apenas uma dissertação, intitulada “A representação das práticas socioculturais de crianças e adolescentes do Jornal Boca de Rua: a experiência do Boquinho” (ANSELMO, 2009) que não havia sido contemplada pelos filtros, por não fazer no título menções diretas à nenhuma palavra chave prevista para a identificação dos trabalhos (comunicação popular, alternativa, comunitária, cidadã, ativismo, ONGs etc), como palavras chave, mas que foi incluída na análise.

Ressalvas feitas, vamos à análise de conteúdo.

O gráfico apresentado abaixo ilustra a divisão feita, com enfoque temporal, para fins de análise, sendo que os vinte primeiros anos de produção discente em cursos de Pós-graduação em Comunicação stricto sensu no Brasil compõem o primeiro período da análise (1972-1992). A terceira década compõe o segundo período de análises (1993-2002) e a quarta e última década (2003 a 2012) foi dividida em dois períodos, devido à grande concentração de produções nesta fase (cerca de 67% das pesquisas concentradas nesta década) e às rápidas mudanças sociais e tecnológicas que podem nos permitir diferentes análises.

Gráfico 5 – Distribuição das teses e dissertações sobre comunicação popular, alternativa e comunitária por períodos (1972-2012)



Verificamos que nos 11 primeiros anos de existência dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação no Brasil (1972-1983) que eram na USP, UFRJ, UnB, UMESP e PUC-SP, não houve produção de trabalhos com enfoque sobre a comunicação popular, alternativa e comunitária, tal como a entendemos e teorizamos neste trabalho. A produção começa efetivamente em 1984, com a dissertação de mestrado de Regina Festa, defendida na Universidade Metodista de São Paulo; mesmo assim, consideramos a análise a partir de 1972, pois a pesquisa exploratória abarcou todo o período de existência da pós-graduação em Comunicação no país.

Para fins de organização dos dados resultantes do estudo, optamos por apresentar em forma de quadros, os trabalhos que compõem cada fase de análise, por sua extensão, em

forma de anexos (D, E, F e G). Nos tópicos seguintes, apresentaremos a análise dos trabalhos em cada período elencado, remetendo aos referidos anexos.

### 1. De 1972 a 1992: reflexões fundantes para a comunicação popular, alternativa e comunitária no Brasil

Fazem parte desta primeira fase de análises, que vai de 1972 a 1992, 11 pesquisas, sendo 8 (oito) dissertações de mestrados e 3 (três) teses de doutorado, conforme quadro abaixo.

Quadro 5- Composição da amostra de 1972 a 1992

Pesquisador	Orientador	Título	Nível	Ano
Regina Festa	José Marques de Melo	Comunicação popular e alternativa a realidade e as utopias	M	1984
Carly Batista de Aguiar	Maria Angélica Madeira	CEBs: a comunicação em busca do sentido e da transformação	M	1985
Pedro Gilberto Gomes	José Marques de Melo	O jornalismo nas comunidades eclesiais de base (estudo de caso do jornal Grita Povo da região Episcopal de São Miguel Paulista - SP)	M	1987
Luiz Fernando Santoro	José Marques de Melo	A imagem nas mãos: o vídeo popular no Brasil	D	1988
Ana Maria Cardoso de Andrade	Anamaria Fadul	Um novo texto no contexto da informação popular os centros de documentação e comunicação	D	1989
Jane Brito de Jesus	Maria Nazareth Ferreira	Comunicação Alternativa: Necessidade ou Utopia? Estudo de caso: Casa da cultura de Bauru	M	1991
Cicília Peruzzo	Anamaria Fadul	A participação na comunicação popular	D	1991
Edson Silva	Jacques Marie Joseph VIGNERON	Projeto, rádio alternativa: a construção da comunicação participativa: a busca da vitória do possível	M	1992
Marina Yolanda Chávez Vargas	Luiz Fernando Santoro	“Vejam os que somos”. Projeto de comunicação nas comunidades indígenas de Otavalo, Equador, privilegiando o uso do vídeo	M	1992
Xavier Joseph Fredrick	Ismar de Oliveira Soares	A comunicação popular no Brasil sob a ótica da pesquisa acadêmica nos anos 80	M	1992
Maria Angela Mattos	Onésimo de Oliveira Cardoso	O popular no ensino de comunicação: a trajetória do curso de comunicação da PUC-MG.	M	1992

A Universidade de São Paulo e a Universidade Metodista de São Paulo ocupam neste momento posição central no interesse pela CPAC, sendo 6 (seis) pesquisas desenvolvidas na

USP e 4 (quatro) na UMESP. Neste momento histórico, dos primeiros vinte anos de produções discentes no *Stricto Sensu* em Comunicação no Brasil, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que está na atualidade entre as instituições que mais contribuíram com a pesquisa sobre comunicação popular, alternativa e comunitária não contemplou pesquisa na subárea nessa época.

Devido à importância de alguns trabalhos desta primeira fase que, pelo que percebemos, serviram de base para as produções acadêmicas seguintes no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, nos deteremos brevemente em algumas pesquisas, identificando algumas de suas contribuições.

Apesar de esta primeira fase de análise compor apenas 11 trabalhos, ela abrange uma multiplicidade de temas que engloba pontos principais da comunicação popular neste período. De maneira geral, podemos dizer que os temas abordados nesta fase marcam de maneira clara a relação da comunicação popular com a Igreja católica (principalmente representada pelo movimento de base e pelas Comunidades Eclesiais de Base); dialogam com os conceitos marxistas de classe e dos conflitos de classes como pano de fundo da comunicação popular; falam sobre experiências de vídeo, rádio e jornal impresso populares; além de discutirem a importância dos Centros de Documentação e Informação populares; enfocam a participação como peça chave para este tipo de comunicação; analisam experiências em comunidades indígenas do Equador; e, por fim, analisam a inserção do popular no ensino superior em comunicação. É um grande leque de discussões que dá conta da amplitude e complexidade do universo da CPAC.

Passemos à leitura quantitativa, com inferências, da análise de conteúdos das dissertações e teses do primeiro período analisado, para identificarmos pistas que nos auxiliem na interpretação dessas produções acadêmicas, que espelham o cotidiano da sociedade.

Quadro 6– Eixo principal das pesquisas desenvolvidas entre os anos de 1972-1992

<b>Eixo principal</b>	Comunicação popular e alternativa	7
	Comunicação popular e comunitária	1
	Comunicação popular, alternativa e comunitária	2

	Jornalismo Popular Alternativo	1
	<b>Total</b>	<b>11</b>

Como se pode observar no quadro acima, dos 11 trabalhos identificados na subárea da CPAC, a maioria, 8 (oito) – comunicação popular e alternativa (7) + Jornalismo Popular Alternativo (1) - consideram o caráter alternativo da comunicação popular como forma de luta e resistência cultural e política. Uma experiência diz respeito à comunicação popular e comunitária e uma pesquisa se refere a ambos os contextos.

Os autores por sua vez, utilizaram 9 (nove) formas diferentes de denominar os processos comunicacionais: comunicação participativa, comunicação transformadora, comunicação alternativa participativa, vídeo popular, são exemplos de denominações utilizadas por eles, que puderam ser mapeadas na segunda categoria da análise de conteúdo.

Esse período foi marcado pelo uso dos termos “popular” e “alternativo”, já que de 1972 a 1992 eram ainda muito fortes as influências da imprensa alternativa, de onde parte a denominação “comunicação popular e alternativa”, além de que estava latente uma necessidade da população em geral e dos movimentos populares em particular, respaldados pela academia, de serem uma alternativa aos modelos político, econômico, social e cultural vigentes.

Aparece ainda a expressão “comunicação participativa” por 3 (três) vezes e “comunicação transformadora” em 2 (dois) casos. Interessante verificar que a expressão comunicação popular e comunitária aparece apenas 1 (uma) vez e ainda, como outra forma de chamar o que o trabalho predominantemente nomeou de comunicação popular.

Como podemos observar no quadro abaixo, esta fase também se destacou pela abordagem teórica das pesquisas, já que a efervescência das discussões e experiências que pipocavam em todo o país exigia uma reflexão sobre qual comunicação era essa, como denominá-la, a que se propunha e como poderia ser instrumento de empoderamento das classes subalternas; o que se verificou nos trabalhos “Comunicação popular e alternativa a realidade e as utopias”, de Regina Festa (1984); “CEBs: a comunicação em busca do sentido e da transformação”, de Carly Aguiar (1985); “Um novo texto no contexto da informação popular: os centros de documentação e comunicação”, de Ana Maria Cardoso de Andrade (1989); “A comunicação popular no Brasil sob a ótica da pesquisa acadêmica nos anos 80”, de Xavier Fredrick (1992) e “O popular no ensino de comunicação: a trajetória do curso de comunicação da PUC- MG”, de Maria Angela Mattos (1992).

Quadro 7 - Abordagem das pesquisas desenvolvidas entre os anos de 1972-1992

<b>Abordagem</b>	Estudos teóricos	5
	Estudos empíricos	6
	<b>Total</b>	<b>11</b>

Dentre as pesquisas empíricas, 5 (cinco) buscam entender a produção deste tipo de comunicação, como deveria ser feita, quais eram seus fundamentos, como os grupos envolvidos participavam e se envolviam com este processo, dentre elas, a dissertação de Pedro Gilberto Gomes (1987), “O jornalismo nas comunidades eclesiais de base (estudo de caso do jornal Grita Povo da região Episcopal de São Miguel Paulista - SP); a tese de doutorado de Luiz Fernando Santoro (1988) “A imagem nas mãos: o vídeo popular no Brasil”; a tese de Cicilia Peruzzo (1991), “A Participação na comunicação popular”; a dissertação de Edson Nunes (1992), intitulada “Projeto, rádio alternativa: a construção da comunicação participativa: a busca da vitória do possível” e a dissertação de Marina Yolanda Vargas (1992), “Vejam os que somos”. projeto de comunicação nas comunidades indígenas de Otavalo, Equador, privilegiando o uso do vídeo”. Já a dissertação de Jane Brito de Jesus (1992) mudava o foco da produção para a função desta comunicação.

É importante, porém destacar que, mesmo os trabalhos que tiveram como foco entender os processos de produção da comunicação, por meio de suportes específicos (rádio, vídeo e jornal impresso), contribuíram enormemente para as definições conceituais sobre este tipo de comunicação; por meio dos referenciais teóricos que utilizaram e pela tentativa de sistematizar as experiências de comunicação popular, alternativa e comunitária, atribuindo-lhes nome e identidade.

Reforça a influência desses trabalhos nas pesquisas vindouras, apesar de a abordagem não ser apenas teórico-conceitual, mas também empírica, a importância atribuída pelos escritos de Pedro Gilberto Gomes, que publicou sua dissertação em livro e passou a ser referência para a comunicação popular, assim como a pesquisa de Cicilia Krohling Peruzzo e Luiz Fernando Santoro. Após Cicilia Peruzzo focar a questão da participação nas experiências de comunicação populares radiofônicas, por exemplo, aparecem no ano seguinte duas pesquisas de mestrado que optam por incluir na definição das experiências de

comunicação analisadas a expressão “comunicação participativa”. O mesmo também se verificou com a apresentação do vídeo como meio de comunicação e a utilização do termo “vídeo popular”, utilizado por Luiz Fernando Santoro, sendo apropriado no ano seguinte por uma orientanda sua de mestrado.

Esses exemplos são apenas para ressaltar que o fato de uma pesquisa não caracterizar-se única e exclusivamente como estudo teórico, não a impede de influenciar conceitualmente os trabalhos que virão. Por isso, é tão importante que todos os pesquisadores dediquem tempo, leitura e cuidado na apresentação de seu referencial teórico e nas angulações que definem para o tratamento conceitual.

Evidencia-se, ainda, que não há nas produções analisadas - apesar do pioneirismo que representaram como produções acadêmico-científicas da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil sobre o tema - uma intenção explícita de definir categorias estanques ou forçar a utilização de determinadas denominações para os conceitos, senão uma necessidade de os pesquisadores denominarem o processo de comunicação popular, segundo seus entendimentos, para, a partir dali, definirem os referenciais teóricos a serem utilizados nas pesquisas.

### **1.1 A importância do contexto**

Questionamo-nos também quanto ao momento histórico registrado pelos trabalhos desenvolvidos na década de 1980 e começo dos anos 1990 (até 1992) e percebemos que o período sobre o qual se falou faz parte, no geral, da história recente vivida pelos pesquisadores. Quatro deles, a maioria, retratavam como contexto histórico os anos 1970 e 1980; 3 (três) retratavam apenas os anos 1980; 1 (uma) pesquisa falava apenas dos anos 1970 enquanto 1 (uma) analisava os anos 1970, 1980 e 1990; 1 (uma) pautava-se apenas nos anos 1990 e 1 (uma) não explicitou, pelo menos nas partes analisadas do trabalho, o contexto histórico da pesquisa.

Vale lembrar que este período (1970, 1980 e começo dos 1990) marcou a passagem de um regime ditatorial para um regime democrático no Brasil, de maneira lenta e gradativa, acompanhado por experiências diversas de comunicação popular alternativa, imprensa alternativa, organização dos movimentos populares, mobilização de comunidades e, certamente, por este motivo, este período foi o mais estudado. Também deve-se considerar a questão da atualidade do tempo estudado e da vivência que marcou a vida dos pesquisadores, muitos deles também ativistas. Isso é um caráter interessante dessa fase. Em todos os

trabalhos os pesquisadores estão envolvidos ativamente com a *praxis* da comunicação popular e se propõe a estudá-la para melhor entender o que se passou naqueles anos, para registrar historicamente as experiências e para compreender o quanto aqueles processos foram ou são importantes para a consolidação da democracia, que ainda engatinhava. Destaca-se também os depoimentos pessoais dos pesquisadores, geralmente alocados na introdução das teses e dissertações, assumindo a relação passional com o tema e o esforço empreendido para analisarem da maneira mais neutra possível os fenômenos escolhidos.

De maneira ilustrativa, aproprio-me de uma fala de Regina Festa (1984, p. 20):

Do ponto de vista metodológico, traçamos um caminho que, de acordo com o exposto anteriormente, relaciona prática profissional em comunicação, na universidade e nas organizações sociais. Apesar disso, estamos conscientes de nossa impossibilidade de interpretar a totalidade dos fenômenos que abarcam essa área, na qual a principal dificuldade foi acompanhar as metamorfoses do próprio processo que procuramos compreender. E como nenhuma ciência é neutra, evidentemente esse trabalho tem objetivos acadêmicos e políticos claramente explicitados, e nem pretendemos escamoteá-los.

No que diz respeito à explicitação metodológica das produções, a sexta categoria investigada em nossa pesquisa; curiosamente apenas uma pesquisadora o fez, Círcia Krohling Peruzzo, afirmando utilizar em sua tese o método histórico-dialético e mostrar os caminhos da pesquisa participante trilhados. Dois pesquisadores não explicitam métodos, tipos nem técnicas de pesquisa no resumo, introdução e considerações finais, enquanto 8 (oito) explicitam técnicas e/ou tipos de pesquisa, sem identificar o método utilizado.

Como era de se esperar das pesquisas em Ciências Sociais Aplicadas, todos os trabalhos são de cunho qualitativo e, a maioria deles, utiliza-se de vários tipos e técnicas de pesquisa, dentre eles, destacam-se: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa histórica, coleta de dados por meio de entrevistas, 2 (dois) trabalhos compostos por pesquisa-ação, 1 (uma) observação participante, 1 (uma) análise de conteúdo, 1 (uma) análise de discurso e um (1) estudo de caso.

Pudemos verificar também que estes 11 trabalhos relacionavam-se muito proximamente a áreas como a sociologia (principalmente ao invocar conceitos como o de classes, capitalismo, subalternidade), a história (na contextualização do período em que ocorriam as experiências analisadas ou usadas para exemplificar os trabalhos teóricos); a educação, com conceitos sobre educação popular e forte influência de Paulo Freire, além da teologia; enfocando as experiências da Igreja Católica, com destaque para o papel das CEBs neste contexto.

Apresentado o panorama geral da produção referente a este período, optamos por fazer uma breve apresentação dos trabalhos e autores que mais influenciaram nos anos seguintes, a produção sobre comunicação popular, alternativa e comunitária.

A dissertação de Regina Festa (1984), orientada pelo prof. José Marques de Melo, é um marco teórico para a comunicação popular e alternativa. Além de ser a primeira pesquisa produzida sobre o tema em Programas de Pós-Graduação em Comunicação, a autora relaciona sua vivência prática com o esforço de teorizar sobre a comunicação das classes populares.

Apesar da vontade de transformar e horizontalizar as práticas comunicacionais, ela aponta a dificuldade de fazer isso num contexto em que reproduziam a lógica comunicacional de mercado nas comunidades. Na própria introdução do trabalho, a autora assume o *mea culpa*, não sem antes deixar claro que o objetivo era mudança, embora tivessem que reaprender tudo de novo para se aproximarem do saber popular.

Dizíamos que o povo construía seu destino. Entretanto, ministrávamos cursos de capacitação em comunicação, repassando dogmas da grande imprensa e da cultura dominante. Era o que sabíamos fazer. Estávamos convencidos de nosso heroísmo e dedicação, sobretudo depois dos intermináveis fins de semana de estudo da realidade, de metodologia de educação e comunicação com os grupos populares (FESTA, 1984, p. 12).

E o aprendizado foi longo, mas a relação com o mundo popular por meios dos movimentos populares e sindicais com os quais conviveu; com a Universidade Metodista onde cursou seu mestrado e com instituições preocupadas em entender essa realidade, dentre as quais a autora cita a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), a União Cristã Brasileira de Comunicação (UCBC) e a União Católica Latino-Americana de Imprensa (UCLAP), que lhe possibilitaram um novo olhar.

Com o passar desses anos, a experiência do cotidiano, a prática política, o compartilhar sonhos e derrotas com novos amigos, aprendemos na solidariedade própria das classes populares a reciclar-nos, a compreender nossas limitações individuais que o mundo letrado escamoteia, a respeitar e re-valorizar o lado reverso da vida, que havíamos aprendido a desprestigiar (FESTA, 1984, p. 12).

A grande contribuição da dissertação está no âmbito da discussão teórica. Apesar de no capítulo 5 a autora escrever sobre a “Comunicação na Selva Amazônica”, retrata-se no capítulo uma entrevista com membros do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santarém, em que Festa (1984, p. 19) busca explicitar como se “desenvolve a crítica popular aos aparatos e à ideologia dos grandes meios, a partir da consciência dos trabalhadores organizados”. A nosso ver, este capítulo funcionou a título de exemplificação apenas, assim como o tópico em

que fala sobre o projeto da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro e o projeto da Equipe de Comunicação Sindical (ECOS) de Recife.

Nas considerações finais, a autora (FESTA, 1984, p. 232) reforça que o interesse de sua pesquisa estava nos processos que fundamentam a comunicação popular, da resistência cultural de grupos e classes em relação ao projeto dominante. Dentre as constatações elencadas pela autora, todas de fundo teórico, destaca-se o que ela chamou de uma hipótese central; “de que as atuais teorias que fundamentam o estudo da comunicação são insuficientes para se compreender tais processos comunicativos” (FESTA, 1984, p. 233), já que por um lado está presente a crise dos modelos teóricos e políticos citados por cientistas sociais da América Latina e, por outro lado, porque não se tem tratado com clareza “a especificidade” latino-americana apontada por Martin-Barbero.

A comunicação popular não se refere exclusivamente a meios e técnicas, mas principalmente a processos culturais que se articulam através de redes populares que constituem sentidos e símbolos sociais e políticos diferenciados da classe dominante.

Pedro Gilberto Gomes defendeu em 1987, sob orientação do prof. José Marques de Melo, na Universidade de São Paulo, a terceira dissertação de mestrado sobre comunicação popular no Brasil, com pesquisa intitulada “O jornalismo nas comunidades eclesiais de base (estudo de caso do jornal Grita Povo da região Episcopal de São Miguel Paulista - SP)”. Para esta análise, utilizamos como base o resumo da dissertação, encontrado na internet, e o livro “O jornalismo alternativo no projeto popular”, editado pelo autor em 1990, pelas Edições Paulinas, fruto da pesquisa de mestrado. Seguindo o mesmo esquema das análises das dissertações, pautamo-nos no resumo, introdução, capítulo metodológico e conclusão da pesquisa.

Apesar da proximidade com a temática da comunicação católica, que beira todo o universo tratado na pesquisa, com enfoque nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); o movimento é visto como uma forma de mobilizar, por meio da fé, os pobres e marginalizados, excluídos da cultura dominante, e que passam a se posicionar como opositores desta lógica excludente e ao mesmo tempo reivindicar um novo papel na sociedade (GOMES, 1990, p. 11). Neste contexto, a comunicação é uma forma de mobilizar, articular, conscientizar, disseminar os valores da Comunidade envolvida e ser canal de expressão popular na região episcopal de São Miguel Paulista.

Na conclusão, destaca o autor:

Aos analisar os escritos que vêm das CEBs, descobre-se que tanto o sujeito quanto o conteúdo desses escritos estão modificados. Isto é, o sujeito não é

mais aquele investido de autoridade, mas o homem simples, das bases. Por outro lado, os assuntos tratados não são mais os que falam da vida e dos interesses das cúpulas eclesiais (sacerdotes, bispos etc.). Pelo contrário, nestes materiais pulsa a vida e os interesses das classes populares (GOMES, 1990, p. 175).

Luiz Fernando Santoro é o responsável por desenvolver a primeira tese de doutorado com o enfoque que propusemo-nos a recortar: a comunicação popular, alternativa e comunitária. A defesa aconteceu no ano de 1988, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, sob orientação, primeiramente, de Carlos Eduardo Lins da Silva, e concluída por José Marques de Melo. Sua pesquisa desenvolve-se como uma pesquisa bibliográfica sobre o vídeo popular no Brasil e na América Latina; sendo este entendido como instrumento de ampliação de voz dos movimentos populares; assim como suporte para capacitações, articulações, leitura crítica de mídia, dentre outros.

Desde o início o autor já apresenta o vídeo como meio de comunicação, não como suporte para outros meios, pois, segundo Santoro (1988, p. 17) a partir do momento em que ele cria modo de produção e exibição próprios, com conteúdos e públicos específicos, diferencia-se da TV ou do Cinema.

O autor observa que o vídeo popular situa-se nesses anos na “expectativa de democratização da comunicação, não como algo vinculado à contestação, mas como uma democratização num espaço próprio, definido pelo alcance e potencialidade do vídeo” (SANTORO, 1988, p. 204).

Dentre os pontos favoráveis dessa atividade que começara a despontar nos 1970 e ganham força nos 1980, estão: o volume da produção, sendo que neste caso a quantidade é importante “pois cria uma disponibilidade potencial”; o compromisso social dos grupos produtores de vídeo; a adaptabilidade da tecnologia do vídeo como suporte já que possibilitava a baixo custo o intercâmbio de informações entre os grupos; a disposição dos grupos produtores de vídeo para compartilharem programas e informações, abrindo mão da questão financeira para suprir as demandas do movimento; o interesse em desenvolver estruturas que facilitassem o fluxo de informações e de programas; e a importância crescente que tanto o vídeo comercial quanto o popular adquiriam em toda a América Latina (SANTORO, 1988, p. 205-206).

Outra obra a que nos deteremos nesta primeira fase de análises, também de grande importância para a fundamentação dos estudos que viriam a ser desenvolvidos nos anos seguintes, é a tese de doutorado de Cicilia Maria Krohling Peruzzo, intitulada “A participação

na comunicação popular”, defendida em 1991. Pela primeira vez a questão da participação ganhava destaque teórico na análise de experiências de comunicação popular. Para a autora

a questão da geração de condições que favorecem a participação popular em todos os processos de comunicação, também tem a ver com uma opção política. Se as táticas utilizadas para atingir a estratégia forem no sentido de democratizar o poder e a sociedade, eles indicarão a necessidade de democratizar o poder de comunicar (PERUZZO, 1991, p. 173).

Faz-se necessário neste sentido entender para que participar, assim como entender o como participar; por isso, a pesquisadora considera a participação uma questão política e metodológica, traçando pistas para uma metodologia participativa.

Apesar de analisar quatro experiências radiofônicas (Rádio Popular de São Pedro, no Espírito Santo; Rádio do Povo, em São Miguel Paulista; Rádios mineiras bolivianas e a Rádio Enriquillo, na República Dominicana); além de apresentar outras cinco experiências em contextos históricos diferenciados, o trabalho traz grandes contribuições teóricas sobre a constituição da sociedade brasileira; a negação da participação; os movimentos sociais populares no Brasil; sobre o próprio conceito de participação; além da questão teórica da comunicação popular, pois sistematiza conceitos até então um tanto dispersos, e em sua relação com os meios de comunicação de massa.

Após todo o esforço de pesquisa bibliográfica e análise, a autora traz na conclusão, alguns apontamentos importantes, dentre eles, o de que as várias formas de participação na comunicação popular são válidas. “É participando que se aprende a participar cada vez mais e com mais competência e poder” (PERUZZO, 1991, p. 185). Apesar de as experiências radiofônicas analisadas não promoverem a participação nos níveis de co-gestão e autogestão, com exceção das rádios mineiras bolivianas, a comunicação popular participativa ajuda a construir uma cultura democrática no contexto dos movimentos sociais populares (PERUZZO, 1991, p. 185).

Outra obra deste período que consideramos importante citar foi a dissertação intitulada “A comunicação popular no Brasil sob a ótica da pesquisa acadêmica nos anos 80”, em que Xavier Joseph Fredrick se propõe a realizar, nos anos 1990, análise similar a que realizamos agora. Ressalta-se, porém que no trabalho do autor, ele considera seis pesquisas para análise, todas defendidas na Universidade Metodista de São Paulo, naquele momento ainda Instituto Metodista, e na Universidade de São Paulo. Das seis, quatro fazem parte de nossa pesquisa, sendo elas, a dissertação de Regina Festa, Pedro Gilberto Gomes, Luiz Fernando Santoro e Ana Maria Cardoso Andrade. Duas delas foram excluídas de nossa amostra: “Legibilidade

visual em cartilhas políticas da Igreja Católica destinada a trabalhadores” e “A morfologia e o conteúdo dos boletins diocesanos”, pois, a nosso ver, tanto o título quanto o resumo destes trabalhos enfocam a comunicação eclesial mais do que a comunicação popular, alternativa e comunitária, segmento que optamos estudar.

Vale destacar, ainda, que nossa seleção precisou ser mais rigorosa e delimitada para o que nos propusemos a estudar do que a do autor que, naquele período, 1992, tinha um universo composto por 80 pesquisas para selecionar sua amostra; enquanto nós tínhamos quase 10 mil. Neste sentido, buscamos analisar apenas as produções acadêmicas que enfocavam clara e enfaticamente a comunicação popular, alternativa e comunitária. Por isso, vale ressaltar, começamos aplicando os filtros que nos ajudaram a selecionar, já desde os títulos, como já explicitado anteriormente.

Feito esse esclarecimento, partimos para o segundo período analisado.

## **2. De 1993 a 2002: legalização e democratização em destaque**

Das 24 pesquisas que faziam parte destes dez anos de pós-graduação stricto sensu em Comunicação, delimitados como o segundo período de nossa análise, não tivemos acesso, além do resumo, a duas: o mestrado de Félix Ortiz Castillo<sup>26</sup>, intitulado Comunidade, Sociedade e comunicação no Ande Peruano; indicado pela bibliotecária da UFRJ como material extraviado; e a tese de doutorado de Irene Cristina Gurgel do Amaral<sup>27</sup>, intitulada “Os sem tela na TV: Contribuição ao estudo da presença da TV na comunidade como vetor de novas transformações sociais”, após inúmeras tentativas de conseguir o material. Devido aos fatores elencados em rodapé, optamos por excluir as pesquisas da amostra, finalizando então este segundo período com 22 trabalhos analisados.

---

<sup>26</sup> Quanto à pesquisa de Félix Castillo, estávamos buscando o texto completo para aplicar os filtros e ver se o trabalho realmente dizia respeito à CPAC. Título e resumo não foram suficientes para nos esclarecer este questionamento. Diante do extravio(?) e da impossibilidade de conferirmos se a dissertação se encaixaria ou não em nossa amostra, optamos por excluí-la da análise.

<sup>27</sup> O mesmo aconteceu com a tese de doutorado de Irene Cristina Gurgel. Por não termos conseguido acessar ao texto completo desta tese, utilizamos apenas o resumo para tentar interpretar a abordagem da pesquisa. No resumo a autora não nomeia a comunicação pesquisada (comunitária, alternativa etc); apenas fala sobre "propostas inovadoras" e "produção independente" nas comunidades, como vetor de transformação social. Não é possível nem ter a certeza de que a pesquisa se enquadra em nosso recorte. Além disso, não esclarece, no resumo, metodologia, período de análise, local em que se insere a comunidade; ou outras questões. Ou seja, finalizamos a análise do resumo sem conseguir definir segundo as categorias analisadas, pois o resumo não era capaz de esclarecer. Optamos por também excluir a pesquisa da amostra, finalizando então este segundo período com 22 trabalhos analisados.

Cabe aqui uma ressalva acerca da dificuldade de se realizar uma pesquisa no âmbito da produção discente de pós-graduação em Comunicação no Brasil. As bases de dados dos programas são falhas, incompletas, com materiais digitalizados geralmente apenas a partir de 2005; e no geral, não encontramos muitos bibliotecários dispostos realmente a democratizar o conhecimento que está engavetado.

Neste segundo período de análises (referente à terceira década de existência dos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Comunicação no Brasil), identificamos 22 pesquisas referentes à comunicação popular, alternativa e comunitária, sendo 17 de mestrados e 5 (cinco) de doutorados.

Neste período (1993 a 2002), a USP começa a se destacar com 7 (sete) pesquisas desenvolvidas, com orientadores bem diversos, sendo que apenas José Manuel Moran Costas aparece como orientador em mais de um trabalho, no caso, com duas (2) orientações de mestrado. A Metodista (UMESP) aparece com 5 (cinco) pesquisas, duas (2) delas – um mestrado e um doutorado - orientadas pela professora Cicilia Peruzzo. Os outros orientadores foram Sandra Reimão, José Marques de Melo e José Salvador Faro totalizando 4 (quatro) mestrados e um (1) doutorado nesta década.

A UFRJ também aparece com 6 (seis) trabalhos, como instituição importante nestas discussões; 2 (dois) doutorados e 4 (quatro) mestrados. Do total de pesquisas, duas (2) foram orientadas por Muniz Sodré (um mestrado e um doutorado) e os outros cinco trabalhos tiveram orientadores diversos que não se repetem, conforme pode ser visto no Anexo E.

Se nas duas primeiras décadas de pesquisa o total de trabalhos com esta abordagem era 11, vivenciamos no final do século XX e início do século XXI o dobro de produções sobre os temas, aumento certamente impulsionado pelo maior número de programas de mestrado e doutorado em Comunicação no País, mas também pela importância que tais temas representaram nos últimos anos. Acreditamos que as eleições diretas (1989) e a sensação de liberdade política, de expressão e de mobilização da sociedade civil tenham contribuído para esse salto de 100% nas pesquisas. Como optamos por analisar de maneira dialética essas pesquisas, consideramos a seguir o contexto que permeavam essas produções.

Segundo destacou Malerba (2009, p. 60) em sua dissertação de mestrado, quando identificou um crescimento no interesse acadêmico sobre o estudo da Comunicação Comunitária, este resultado se daria devido ao “aumento no número e na importância das próprias mídias comunitárias e o consequente avanço do seu poder de influência na sociedade e na própria mídia tradicional”.

Além disso, esse período se destaca por dois marcos legais: a institucionalização dos canais comunitários através da Lei Federal nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995 – conhecida como Lei do Cabo; e a Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o serviço de radiodifusão comunitária.

Depreendemos da análise de conteúdo que das 22 pesquisas de mestrado e doutorado deste período, apenas uma fixava seus olhos para um período histórico maior que 10 anos atrás, estudando os jornais alternativos da Amazônia numa análise que foi de 1971 a 1981. Trata-se da tese de doutorado de Pedro Vicente Costa Sobrinho (2000), intitulada “Meios alternativos de comunicação e movimentos sociais na Amazônia ocidental”. Outros trabalhos que diziam respeito a períodos anteriores (1920 e 1962); faziam um resgate sobre Rádio comunitária (SANTIAGO, 2002) e TV comunitária (SILVA, 2000), porém, de forma que o momento histórico retratado durante toda a pesquisa, embora começasse em anos passados, fora atualizado até os anos 2000.

Duas (2) pesquisas analisaram apenas a década de 1980 e outras seis (5) não especificaram período, embora 3 (três) delas falassem sobre TV e Rádio comunitária, relacionando-se com a legislação recentemente instituída.

Essas observações são importantes para demonstrarem o quanto o momento histórico vivido pelos pesquisadores influencia na definição dos temas e problemas analisados. Muitos pesquisadores destacaram em seus trabalhos que analisavam o objeto que ainda estava em movimento e, mais do que enxergar um problema nisso, viam uma oportunidade de verificar durante o processo de desenvolvimento do objeto (por exemplo, a instalação dos canais comunitários na TV a Cabo) como as experiências se davam, servindo de motivação para futuros projetos.

Essa relação com o momento histórico se reflete na forma como os temas são abordados, como podemos verificar no quadro 7.

Quadro 8 – Eixo principal das pesquisas desenvolvidas entre os anos de 1993-2002

<b>Eixo principal</b>	Comunicação popular e alternativa	2
	Comunicação popular e comunitária	18
	Comunicação popular, alternativa e comunitária	1

	Jornalismo Popular Alternativo	1
	<b>Total</b>	<b>22</b>

Se no primeiro período de análise 90% das pesquisas falavam da comunicação ou do jornalismo popular alternativo, neste segundo período este número se resume a cerca de 9%. Neste período, 82% dizem respeito à comunicação popular e comunitária, contra os 10% da fase anterior. Está claramente refletido o crescimento das experiências e reflexões sobre comunicação comunitária e o abrandamento das discussões em torno do alternativo; pois com o fim da ditadura, o eixo de discussão se modificara do enfrentamento para a democratização.

Há que se destacar também que encontramos neste segundo período maior clareza conceitual por parte dos pesquisadores com relação ao tipo de comunicação investigado. Na categoria 2 da análise de conteúdo, em que verificamos qual a denominação usada pelo pesquisador para caracterizar seu objeto, encontramos mais similaridades do que no período anterior, conforma aponta o quadro abaixo.

Quadro9– Denominação utilizada pelos pesquisadores entre os anos de 1993-2002

<b>Denominações utilizadas pelos pesquisadores</b>	Comunicação comunitária	14
	Comunicação alternativa	2
	Comunicação popular	4
	Imprensa Alternativa	1
	Jornalismo Alternativo	1
	<b>Total</b>	<b>22</b>

Se no primeiro período (1972-1992) foram 9 (nove) denominações diferentes para comunicação popular, alternativa e/ou comunitária, no total de 11 pesquisas; neste segundo período são 5 (cinco) denominações que dão conta de caracterizar os 22 trabalhos. Comunicação popular e comunicação comunitária passam a ser os conceitos mais difundidos e os termos mais utilizados.

Na terceira categoria da análise de conteúdo, procuramos identificar a abordagem das pesquisas, o que resultou no seguinte quadro:

Quadro10 - Abordagem das pesquisas desenvolvidas entre os anos de 1992-2002

<b>Abordagem</b>	Estudos teóricos	6
	Estudos empíricos	16
	<b>Total</b>	<b>22</b>

Dos 6 (seis) estudos teóricos, 5 (cinco) se referem à comunicação popular e comunitária e 1 (um) sobre a popular e alternativa. Nos estudos teóricos sobre comunicação comunitária, 1 (um) versa sobre comunidade, 3 (três) sobre o próprio conceito da televisão comunitária, suas propostas e sobre como fazer e 1 (um) sobre as funções das Relações Públicas como agente de comunicação comunitária. No estudo teórico sobre comunicação popular e alternativa, Pedro David Russi Duarte (2001) sai dos suportes convencionais e teoriza sobre as pichações como comunicação alternativa.

Rádio e televisão foram os canais estudados em 13, das 22 pesquisas. Ao cruzarmos estes dados com o quadro referente à abordagem, podemos perceber que, no geral, a preocupação está nos processos de produção, organização, mobilização para o uso destes meios. Apenas dois trabalhos empíricos se pautaram no receptor, dentre eles, a pesquisa de Denise Maria Cogo (1994), a primeira produção discente no stricto sensu em Comunicação no Brasil que analisa sistematicamente a recepção de meios comunitários de comunicação; e a pesquisa de Denise Marília Augusto Dias Namburett (2000), intitulada “Rádio comunitária de Ançonia: um estudo de recepção em Moçambique”.

Uma pesquisa propõe uma análise holística da experiência - produção, distribuição, mensagem e consumo; outra debruça-se sobre a análise do conteúdo/programação.

Há ainda duas (2) pesquisas que enfocaram a contribuição das rádios para a cidadania ativa e 1 (uma) que abordou os discursos fundantes sobre as rádios comunitárias.

Jornal impresso e alto-falantes são suportes analisado em duas (2) pesquisas cada, apenas. Rádio é foco em 6 (seis) trabalhos e televisão em 7 (sete). Na década em que se regulamenta Rádio e TVs Comunitárias, estes canais são maioria, atraindo o interesse de 59% dos autores que enfocaram a CPAC.

Com relação a temáticas paralelas que conseguimos identificar com as leituras, destaca-se a diminuição de pesquisas que falavam da Igreja Católica, agente tão importante nos trabalhos da primeira fase de análises. Neste contexto, apenas 13% do total de produções

falavam sobre comunicação relacionada à Igreja, enquanto na primeira fase eles representaram 36%. Com o fim da ditadura e a abertura política, as CEBs e a Teologia da Libertação parecem ter perdido sua força.

Em entrevista à revista *Catolicismo*<sup>28</sup>, ainda em janeiro de 1993, o Pe. Joseph Comblim, que vivia em Serra Redonda, Paraíba, já falara sobre o enfraquecimento das CEBs. A explicação, segundo ele, é que

A desindustrialização arrefeceu muito a força da classe operária, que cedeu lugar ao setor de economia informal. Neste mundo da economia informal, em que cada um se arranja por si, as CEBs se enfraqueceram, pois foram elaboradas para atuar junto às massas operárias.

Carmen Lúcia N. do Amaral Costa (2003, p. 20), também contribui para a contextualização do processo ao identificar a mudança dos atores sociais.

Ao longo dos anos 70 e 80, os movimentos populares progressistas contaram com o apoio irrestrito de uma grande aliada: a Igreja Católica, em sua ala da Teologia da Libertação. Os anos 90, foi um momento de redefinição do cenário das lutas sociais no Brasil fazendo surgir as Organizações Não-Governamentais (ONGs), que trabalham segundo princípios da ética e solidariedade, enquanto valores motores de suas ações, resgatando as relações pessoais diretas, e as estruturas comunitárias da sociedade, dadas pelos grupos de vizinhança, parentesco, religião, hobbies, lazeres, aspirações culturais, laços étnicos, afetivos, etc (COSTA, 2003, p. 20).

Justamente pelo crescimento das ONGs neste período, colocamos como um de nossos filtros para a seleção dos trabalhos analisados o termo ONG. Porém, as pesquisas que encontramos neste período que haviam sido pré-selecionadas, como por exemplo os textos de Simone Brombay (Diagnósticos e perspectivas da comunicação nas ONGs atuantes em questões de gêneros) e Henrique Wendhausen (Comunicação e Mediação das ONGs: uma leitura a partir do Canal Comunitário de Porto Alegre); não enfocavam especificamente a comunicação popular alternativa e/ou comunitária promovida por ONGs, mas a Comunicação no Terceiro Setor, numa abordagem mais institucional.

Voltando à questão da Igreja Católica, se considerarmos que as produções discentes da pós-graduação em Comunicação refletem a prática, podemos dizer que de protagonista em quase todos os históricos traçados sobre a comunicação popular, alternativa e comunitária; as CEBs e a Igreja Católica foram lentamente se silenciando (ou sendo silenciadas) na

---

<sup>28</sup> Disponível em <http://catolicismo.com.br/materia/materia.cfm/idmat/B0F9D145-3048-313C-2ED4ED41E74C3C35/mes/Janeiro1993>. Acesso em 21 de dezembro de 2014.

academia. Verificaremos nas próximas fases como essa questão se encaminha até o ano de 2012.

Verificaremos ainda nesta fase, metodologicamente, como as pesquisas se comportaram. O quadro abaixo nos dá um panorama do que verificamos na Análise de Conteúdo.

Quadro11 - Explicitação metodológica nas pesquisas desenvolvidas entre os anos de 1993-2002

<b>Explicitação metodológica</b>	Explicita com clareza métodos e técnicas;	6
	Não explicita métodos e/ou técnicas	2
	Apenas explicita tipos e/ou técnicas de pesquisa	14
	<b>Total</b>	<b>22</b>

Metodologicamente, apenas 27% das teses e dissertações explicitam com clareza os métodos e técnicas utilizados para a sistematização da pesquisa. Cerca de 64% apresentam tipos e/ou técnicas de pesquisa utilizados e 9% (2 pesquisas) não fazem menção alguma à metodologia, tipos e/ou técnicas utilizadas. Vale lembrar que a análise foi pautada prioritariamente no título, resumo, sumário, introdução, capítulo metodológico (quando houvesse e tivéssemos acesso) e considerações finais; mas em alguns casos conseguimos as respostas apenas no acesso ao texto completo. Isso significa que alguns autores, que não conseguimos acesso integral ao texto, podem ter citado a metodologia no decorrer dos capítulos e não conseguimos filtrar essa informação.

Fica, porém a ressalva da importância de que trabalhos acadêmicos tragam essas informações desde o resumo; para garantirem o entendimento lógico do trabalho e indicarem até mesmo o nível de confiança da pesquisa, já que métodos, tipos e técnicas de pesquisa incoerentes podem prejudicar a resolução dos problemas e objetivos identificados.

Dentre os 6 (seis) autores que citaram o método utilizado na pesquisa, todas de cunho marxista, consideramos sob a mesma categoria, o método dialético, as denominações “dialético”, “histórico-dialético”, “materialismo-histórico” e “materialismo dialético”, por entendermos que guardam como pano de fundo o interesse em entender todo o processo que envolve o objeto estudado, sem considerá-lo de maneira estática e isolada, mas

contextualizado; além de garantir durante a investigação a confrontação, seguindo a argumentação dialética: tese, antítese e síntese.

Quadro 12–Tipos e técnicas de pesquisa explicitadas nas produções desenvolvidas entre os anos de 1993-2002

<b>Tipos e técnicas de pesquisa explicitados</b>	Pesquisa bibliográfica	13
	Pesquisa documental	13
	Pesquisa histórica	4
	Estudo de caso	7
	Observação participante	8
	Análise de discurso	3
	Estudo de recepção	2
	Análise Metodológica Crítica	1
	Pesquisa etnográfica	1
	Entrevista	14

Quanto aos tipos e técnicas de pesquisa utilizados, dos 20 autores que os especificaram, 7 (sete) desenvolveram estudos de caso; 8 (oito) a observação participante; 4 (quatro) citaram a pesquisa histórica; 3 (três) fizeram análises de discurso; 2 (dois) estudos de recepção; 1 (uma) pesquisa etnográfica; 13 explicitaram ter usado pesquisa bibliográfica e documental e 14 utilizaram entrevistas. Um autor (FREDRICK, 1992) destaca utilizar como modelo metodológico, que entendemos como tipo de estudo, a Análise Metodológica Crítica (AMC), formulado pela profa. Maria Immacolata Vassalo de Lopes no livro Pesquisa em comunicação (2001). Aqui, o total de tipos ou técnicas de pesquisa utilizados jamais poderia ser igual a 22, já que as teses e dissertações usam multitécnicas e apropriam-se, em sua maioria, de 3 (três) ou mais descrições de tipos ou técnicas de pesquisa para apresentarem a

sistematização metodológica. Acreditamos ser importante, porém fazer o levantamento dos métodos, tipos e técnicas de pesquisa utilizados, para caracterizarmos qual a estrutura majoritariamente utilizada para as pesquisas no campo das Ciências da Comunicação.

Excluindo as pesquisas bibliográfica, documental e histórica, que geralmente estão presentes em todos os trabalhos (apesar da não explicitação), observação participante e o estudo de caso são os tipos de pesquisa mais utilizados pelos autores desse período e indicam o desejo de imersão do pesquisador nas experiências, entendendo-as em sua completude.

Uma curiosidade desta fase de análises foi que começamos com 35 pesquisas como amostra e, após leitura aprofundada de todas elas, com muito cuidado na seleção, chegamos às 22 apresentadas. Imprecisões conceituais e de informação nos resumos ou a utilização de expressões dúbias foram responsáveis pela não-exclusão, já nos primeiros filtros<sup>29</sup>, destes trabalhos. Foi necessário reler título, resumo, introdução, considerações finais e na maioria dos casos excluídos, fizemos leitura detalhada do texto completo para termos certeza de que não se tratava do nosso recorte. Alguns trabalhos falavam de ONGs, de maneira a apresentar a comunicação institucionalizada e não popular; outros de comunicação e classes populares (ABREU, 2002) e (ESCOSTEGUY, 1993) com foco na cultura popular e não na comunicação popular; outros ainda sobre comunidades no digital-virtual; todos temas muito próximos e que pela falta de clareza quanto ao objeto e objetivos do trabalho nas partes definidas para análise; ou ainda pelo excesso de cuidado em descartar uma pesquisa que deveria ser analisada, geraram muitas dúvidas e uma grande demanda de tempo à autora.

### **3. De 2003 a 2007: testando as experiências e forjando identidades**

Fazem parte deste período de análise, que vai de 2003 a 2007, 25 pesquisas sobre comunicação popular, alternativa e comunitária, sendo 20 mestrados e 5 (cinco) doutorados.

A UMESP apresenta neste período, um total de cinco produções neste subcampo: 4 (quatro) mestrados e um (1) doutorado, todos orientados por Cicilia Peruzzo. A USP aparece com 3 (três) mestrados e 2 (dois) doutorados, sendo Luiz Fernando Santoro orientador de duas dissertações e a UFRJ produziu nesta fase 4 (quatro) dissertações de mestrado, sendo duas orientadas por Raquel Paiva.

---

<sup>29</sup> 1º filtro: busca nos títulos por palavras chave. 2º filtro: leitura dos títulos filtrados na primeira etapa para ver a adequação temática. 3º filtro: leitura dos resumos. 4º filtro: leitura de todas as partes selecionadas nas pesquisas para análise de conteúdo.

Achamos interessante apresentar os orientadores mais participantes nestas abordagens de pesquisa, porque essa informação já nos auxilia no reconhecimento de pesquisadores “nós” para a temática da CPAC no Brasil; já que tendem a congregar pesquisas referentes às suas áreas de atuação nos Programas.

Cabe aqui elucidar que, das 25 pesquisas, apenas duas (2)<sup>30</sup> foram analisadas com base nos resumos, pois não conseguimos acesso ao texto completo. Apesar de termos a impressão de que em pleno século XXI, os programas de pós-graduação e, Comunicação, assim como as bibliotecas universitárias já terem dado conta de disponibilizar essas pesquisas na Internet, infelizmente isso ainda não acontece de maneira integral. Há casos em que não se encontra nada além do resumo<sup>31</sup>.

Partindo para a análise de conteúdo das dissertações e teses, identificamos que, conforme quadro demonstrativo, das 25 pesquisas, 21 tratam da comunicação popular e comunitária, o que representa cerca de 84% das pesquisas de 2003 a 2007, dado muito expressivo, pois indica novas configurações nas pesquisas - e também nas experiências – sobre CPAC: do alternativo para o comunitário. A mudança do cenário político, assim como as novas formas de as classes populares se organizarem e se apropriarem da comunicação contribuem para isso.

Quadro13– Eixo principal das pesquisas desenvolvidas entre os anos de 2003-2007

<b>Eixo principal</b>	Comunicação popular e comunitária	21
	Comunicação popular e alternativa	0
	Comunicação popular, alternativa e comunitária	1
	Jornalismo Popular Alternativo	3
	<b>Total:</b>	<b>25</b>

<sup>30</sup> Paulo Cezar Nogueira (2003) e Carlos André Cantisani Maranhão (2006).

<sup>31</sup> Muitas vezes disponibilizados por outras instituições. Destaca-se o trabalho realizado pelo Núcleo de Pesquisa em Informação, Tecnologias e Práticas Sociais (Infotec) ligado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que, sob a coordenação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ida R. C. Stumpf, catalogou e disponibilizou resumos de teses e dissertações de 1992 a 2008.

Ao cruzarmos os dados referentes ao tipo de suporte analisado nas pesquisas sobre comunicação popular e comunitária, identificamos que 14 trabalhos falaram sobre rádios comunitárias, 3 (três) sobre TV comunitária, 2 (dois) analisam suportes múltiplos (rádio, tv e jornal), um (1) trata de jornais impressos e um (1) sobre as TICs, no período de 2003 a 2007.

Sobre jornalismo popular e alternativo, ou seja, o jornalismo alternativo de base popular, a dissertação de Aline Fernanda Lima (2007), defendida na Metodista, que falou sobre o jornal impresso da Pastoral da Criança, traz a temática do ativismo em rede, por meio de um exemplo de comunicação popular alternativa utilizada como apoio no Brasil todo para a conscientização, educação e politização das comunidades. Curiosamente, em um momento em que a tecnologia é o foco das pesquisas sobre movimentos em rede e sobre a comunicação em geral - são 21 dos 25 trabalhos analisando suportes eletrônicos como rádio, vídeo, TV, internet – a dissertação da de Lima (2007) apresenta um exemplo de comunicação popular alternativa, que se configura a partir de um movimento em rede, exigindo ampla abrangência e cujo suporte é um jornal impresso. O jornal está disponível na internet, mas segundo a pesquisadora, quando os líderes das comunidades não recebem sua edição impressa, reclamam, pois sabem que cada líder tem direito a uma edição (LIMA, 2007, p. 114). Certamente já estão adaptados com essa forma de distribuição. Nesta dissertação constatamos, ainda, o retorno da Igreja nas pesquisas sobre comunicação popular, alternativa e comunitária, que, desde o ano 2000, com a pesquisa de Pedro Vicente Costa Sobrinho não aparecia.

Ainda sobre jornalismo popular alternativo, temos duas pesquisas enfocando a experiência do Jornal O Cidadão, que, segundo André Luis Esteves Pinto (2004), é direcionado para as 16 comunidades populares que compõem a Maré, bairro situado na periferia do Rio de Janeiro, como um projeto do CEASM - Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, e tinha tiragem de 20 mil exemplares, à época.

Os dois trabalhos sobre O Cidadão, oriundos da UFRJ, classificam o jornal como comunitário e não como popular alternativo como fizemos. Nas análises gerais do tópico falaremos sobre essa diferença de nomenclatura e referenciais.

Com relação aos períodos analisados, 12 dos 25 trabalhos (2003 a 2007) trataram de experiências com base no período compreendido entre os anos 1990 e 2007. Todos eles analisaram rádio ou tv comunitárias, influenciados ainda pela regulamentação que acontecera na década anterior: Lei Federal nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995 – conhecida como Lei do

Cabo (TV Comunitária); e a Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o serviço de radiodifusão comunitária. 1 (uma) pesquisa fala especificamente da década de 1990 e 5 (cinco) atualizam a discussão, retratando as experiências apenas a partir dos anos 2000. Outras 5 (cinco) pesquisas não identificaram período estudado, enquanto apenas duas dissertações enfatizam a retomada histórica que fazem em período anterior à década de 1990: o texto “Rádio comunitária: na era digital a audiência no fundo de quintal”, que retoma a história do rádio de 1920 à atualidade e a dissertação “Vídeo e experimentação social: um estudo sobre o vídeo comunitário contemporâneo no Brasil”, que a autora (ALVARENGA, 2004) analisa o vídeo desde a ótica do vídeo popular, em 1970, até o que ela chama de vídeo comunitário, em 2004.

Sedimentadas algumas conquistas nos anos anteriores - fim da censura, fim da perseguição pela ditadura, regulamentação dos sistemas de Rádio e TV Comunitárias etc - os pesquisadores voltam seus olhos para uma vertente da comunicação popular que não é exclusiva desta década - sempre se falou da relação intrínseca entre comunicação popular e cidadania - porém, neste contexto, a relação parece ganhar mais destaque. É como se a conquista da cidadania fosse atividade-fim do processo de comunicação popular e estivéssemos chegando lá; após duras batalhas.

Outro tipo de perseguição, que não o da ditadura, está presente nas pesquisas da década: perseguição às rádios que não têm a autorização conquistada. As pesquisas retratam as dificuldades desses veículos e os problemas identitários (discutem se são ou não piratas, são ou não legítimas) e, nesse sentido, a dissertação de Cristiano Aguiar Lopes defendida na UnB em 2005 e intitulada “Política de Radiodifusão Comunitária no Brasil – Exclusão como Estratégia de Contra-reforma” deu grande contribuição.

O objetivo primordial do estudo foi demonstrar o quão restritiva é a política de radiodifusão comunitária vigente no Brasil, que, segundo o pesquisador, “termina por ser não um fator de inclusão, mas de exclusão radiofônica” (LOPES, 2005, p. 5). Com revisão bibliográfica seguida de pesquisa empírica junto aos processos de outorga, os dados demonstraram que

Entre 14.006 processos, apenas 2.189 foram capazes de vencer todas as barreiras burocráticas levantadas pela legislação de radiodifusão comunitária no que concerne ao processo de outorga. [...] Também fica claro que o aviso de habilitação é a etapa mais demorada de todo o processo de autorização, e aquela que mais cria dificuldades para o acesso a uma autorização de funcionamento de radiodifusão comunitária. São 6.112 entidades que aguardam a publicação do aviso de habilitação para que possam efetivamente iniciar os seus processos de outorga de radiodifusão comunitária (LOPES, 2005, p. 93).

Outro dado trazido pelo autor, que contribui para que entendamos o cenário vivido nesta década quanto às rádios comunitárias, aqui destacadas já que em 14 dos 26 trabalhos se fala de RadCom, é a disparidade de dados entre os que conseguiram e os que estão excluídos do processo. Assim, explica:

Portanto, o que é apresentado como sucesso pelo atual governo - o fato de o número de entidades outorgadas ser superior a duas mil - na verdade esconde um outro fato, quase 5 mil entidades foram excluídas definitivamente do direito de prestarem os serviços de radiodifusão comunitária por terem seus processos arquivados, e outras mais de 6 mil têm esse direito indefinidamente postergado devido à espera pela publicação de aviso de habilitação que não tem qualquer data prevista para acontecer (LOPES, 2005, p. 95).

Em pesquisa realizada por Cláudia Lahni, na Rádio Comunitária Mega FM, de Belo Horizonte, essa dificuldade de conseguir as concessões apesar de atuar dentro do que prevê a comunicação comunitária, conforme definiu a autora:

Esta emissora, situada no bairro Santa Cândida - onde moram pessoas das classes populares de Juiz de Fora (MG) -, há mais de sete anos tem uma organização democrática, transmite informação plural do bairro, da cidade, nacional e internacional, de forma contextualizada. Também promove a solidariedade, valoriza a cultura popular e trabalha pela democratização da comunicação (LAHNI, 2005, p. 276).

Ela faz ainda em sua tese, um “desabafo” quanto a essa política de concessões públicas, que no Brasil sempre esteve relacionada com poder político e moeda de troca, já que a Mega FM, com o slogan “a verdadeira comunitária” teve outorga negada pelo Ministério das Comunicações: “A negação oficial, por parte do Ministério das Comunicações, vereadores e outros representantes do poder, à história construída pela comunidade é lamentável”. Por fim, nas considerações finais, acrescenta:

É muito oneroso e difícil para comunitárias autênticas chegarem a Brasília e garantirem sua concessão, mesmo porque essas emissoras verdadeiramente estão nas mãos das classes populares e muitas vezes, não obstante o trabalho necessário e admirável que fazem, mal têm dinheiro para seu sustento (LAHNI, 2005, p. 279).

Devido a esse problema, alguns autores pontuaram em suas pesquisas a questão da municipalização das RadCom como uma possibilidade, uma saída para agilizar o processo das concessões, inclusive sendo este o foco da dissertação de Adriane Lorenzon dos Santos (2004).

A discussão identitária de “é uma comunitária verdadeira, mesmo sem a outorga?” ou ainda “é verdadeiramente comunitária só por ter a outorga?” também esteve presente nas discussões do período. Gisele Sayeg Nunes Ferreira (2006), por exemplo, estudou as rádios

comunitárias legalizadas da Região Noroeste do Estado de São Paulo, comparando-as com as comerciais e identificando que, “criadas sob a modalidade de ‘comunitárias’, as novas RadCom autorizadas, em grande parte, reproduzem o modelo de programação irradiada pelas redes comerciais constituindo-se como instrumentos dos poderes políticos, econômicos e religiosos locais” (FERREIRA, 2006, p.6).

Lilian Bahia (2006, p. 18) também tinha como um de seus objetivos “averiguar se e de que forma as comunidades locais participam e interagem com as programações e até que ponto essas emissoras comunitárias estão, de fato, inovando e rompendo com o modelo radiofônico praticado pelas emissoras comerciais”. Em suas considerações finais, os resultados da comparação são positivos para as experiências comunitárias analisadas em Belo Horizonte, sendo as emissoras apontadas como colaboradoras para a reconfiguração da esfera pública midiática na região. Assim diz:

As experiências das rádios comunitárias Inter-FM e União apresentam diferenças e similaridades com as emissoras convencionais, pois esta pesquisa revelou que, ao mesmo tempo em que buscam romper com o modelo vertical de comunicação e com a lógica comercial vigentes no setor, elas se referenciam em determinados formatos de programação das emissoras comerciais. No entanto, apesar das grandes dificuldades e limitações das rádios comunitárias no Brasil e, em particular, das emissoras da Região Metropolitana de Belo Horizonte analisadas neste estudo, essas experiências enfatizam um modelo comunicativo democrático e colaboram para reconfigurar a esfera pública midiática na região, ainda que de forma embrionária e descontínua (BAHIA, 2006, p. 183).

Outra que utilizou a mesma abordagem foi Maria Rita Teixeira Afonso (2007), que ao analisar “Mídia e comunidade: estudo sobre produção e recepção da Rádio Heliópolis”, também traça paralelos entre o modelo desenvolvido pela comunitária e pelas comerciais, encontrando similaridades e singularidades na experiência.

Uma abordagem que se diferencia bastante do que vimos até agora é o trabalho de Fayga Naira Rocha Moreira, defendida na UFRJ em 2007. Sob o título “Mídias, Subjetividade e Terceiro Setor: a comunicação como problema social em favelas cariocas”, a pesquisadora tece críticas à comunicação – com foco nos projetos institucionalizados pelo terceiro setor (ONGs) – porém, no meio do caminho utiliza os termos comunicação popular, alternativa e/ou comunitária. Devido a isso, nos detivemos também na análise deste material.

Em suas críticas, Moreira (2007) aponta essas iniciativas como uma construção discursiva que ao invés de mobilizar, conscientizar uma classe, busca apenas tornar-se visível aos olhos da sociedade. Assim diz, num dos trechos:

Se para os marxistas, a imprensa e os meios de comunicação de forma geral exercem o papel claro de divulgar as lutas e conscientizar uma classe/grupo da dominação ideológica que os oprime, essa função não faz tanto sentido diante desses novos veículos “alternativos”, cuja preocupação central parece não passar mais pela opressão econômica que atinge as comunidades pobres, mas pela imagem que vigora sobre a pobreza. A questão, aqui, não é defender uma suposta postura marxista, contra um viés, digamos, multiculturalista, mas observar um possível deslocamento da idéia de uma classe que precisa ser conscientizada, para a de um grupo estigmatizado que precisa dar a ver a sua realidade, como forma de combate à exclusão (MOREIRA, 2007, p. 41).

De certa forma, a autora constata aqui o que já foi dito com relação a uma mudança do fazer popular, já que o contexto social, político, econômico é outro e, com eles, o objetivo da comunicação também. Ela inclui, porém outro ingrediente: o investimento que o terceiro setor tem dedicado às iniciativas de comunicação.

Ao trazer a comunicação como um problema nas favelas, ela critica a comunicação comunitária ao apresentá-la como "exigência para locais excluídos" simplesmente simulando visibilidade; não uma luta popular, [...] “visto que muitos se aproximam de uma perspectiva factual para pautar os problemas, ou simplesmente, os acontecimentos da “comunidade” e, desse modo, contribuirão para uma melhoria do local" (MOREIRA, 2007, p. 41).

Ao invés de incitar a luta e mobilização, pressuporia uma união em torno do meio, caracterizando um território existencial. Pela visão da autora (MOREIRA, 2007, p.42), “desse modo, a chamada “comunicação comunitária” se aproxima, em muitos momentos, mais de um discurso eloqüente que, apoiado no pressuposto de que os veículos são neutros, legitimam a necessidade dessas mídias nos espaços considerados excluídos”. Fayga Moreira diz ainda que "Os moradores de favelas, nesse caso, já não se comportam como uma minoria, pois falam uma língua “maior” e participam dos valores “hegemônicos”" (MOREIRA, 2007, p. 44).

Achamos complicada uma análise em que experiências de comunicação a partir de ONGs - muitas vezes elaboradas de fora pra dentro da comunidade de maneira vertical, com valores externos à comunidade - e experiências de comunicação popular, alternativa e comunitária – desenvolvidas e legitimadas por seus moradores -, sejam estudadas como uma coisa só: projetos sociais em favela com o apoio do terceiro setor. A produção do site e revista Viva Favela, produzida pela ONG Viva Rio, utilizado pela autora como um dos exemplos para demonstrar padrão e discursos consonantes com a grande mídia, diferencia-se certamente de um jornal de bairro produzido enquanto comunicação popular e comunitária, com proposta, gestão, instrumentos desenvolvidos pela comunidade, com sua linguagem, seus padrões, sua política editorial. No Viva Favela, os moradores podem participar, segundo

informa o site<sup>32</sup> do projeto, de duas maneiras: “na seção de blogs, com conteúdos independentes, ou em parceria com a Redação, realizando reportagens remuneradas” (COMO... [s.d], p.1). Sem tirar a importância e a validade da experiência, que dá visibilidade, promove a autoestima dos correspondentes comunitários e da própria comunidade, os níveis de participação são superficiais. A homepage diz ainda que “Além do site, o projeto oferece um programa de formação de correspondentes comunitários através de oficinas de capacitação para o trabalho, com diferentes ferramentas de mídia” (COMO... [s.d], p.1).

Provavelmente fundamenta a crítica de Moreira com relação ao padrão tão próximo da mídia comercial o fato de haver uma política editorial, uma estrutura, um padrão a ser seguido e do qual a comunidade não parece participar ativamente da elaboração. Isso influencia nos resultados da comunicação. O foco parece estar no meio e não na comunidade. A meu ver, o Viva Favela seria uma experiência de jornalismo alternativo, portanto diferencia-se de uma experiência de comunicação popular e comunitária. Como analisá-los sobre o mesmo olhar?

A comunicação popular e comunitária pressupõe outras formas de organização, outros objetivos, outros níveis de participação e conscientização política, outros processos de educomunicação; que talvez não sejam contemplados por um projeto social de comunicação desenvolvido em ONGs<sup>33</sup>. Não é recomendável, sob a chancela de terceiro setor, nem mesmo sob os termos comunitário e alternativo, avaliarmos como se comportam as experiências. A nosso ver, cada iniciativa deve ser estudada e verificada em seus limites e possibilidades de transformação social, não sendo assim rotuladas nem de salvadoras nem de impotentes para transformar e representar a luta de uma comunidade.

De toda forma, acreditamos que as observações feitas pela autora contribuem para que nos atentemos quanto ao que a comunidade espera e quais seus objetivos, afinal. Pode ser que as interferências externas induzam a resultados que não são esperados/pretidos pela comunidade; e isso precisa ser levado em conta. Assim como classificam-se os níveis de participação da comunidade nas experiências, seria interessante estudar e verificar o nível de transformação alcançado. O que o processo comunicacional trouxe de benefícios? Em que

---

<sup>32</sup> Consultamos o site <http://www.vivafavela.com.br/> para entender como o jornal favorece a participação da comunidade.

<sup>33</sup> Cabe ressaltar que minhas observações a respeito do Viva Favela vêm de quem observa de fora, não conhece intimamente a instituição, nem se debruçou cientificamente sobre ela. Teço algumas observações por meio do que vi no site da instituição, apenas para registrar a necessidade de avaliarmos cada experiência em suas particularidades e ressaltando a dificuldade de analisar práticas comunicacionais de diversas modalidades, sob a chancela de “comunicação das favelas”.

favoreceu? O que mobilizou? Qual a função daquele processo de comunicação popular para aquela localidade? Destaca-se que o foco não está no meio de comunicação, mas no processo educacional, crítico, mobilizador que se desenvolveu para construí-lo.

A título de exemplificação da importância de analisar cada caso, na experiência que acompanhei, de 2007 a 2008, em minha dissertação de mestrado<sup>34</sup>, analisando a comunicação popular e alternativa desenvolvida entre jovens indígenas de Dourados (MS), encontramos uma comunicação que se utilizava de aparatos hegemônicos (Jornal, Blog, Fotografias etc) porém carregada de singularidades, modos de falar, modos de fazer, que representavam a luta daquela população em torno do que os oprimia. Tornarem-se visíveis e desenvolverem sua autoestima enquanto emissores de informação, enquanto aqueles que também têm voz, foi uma etapa importante e necessária para que o grupo encontrasse representatividade entre os indígenas e entre os não-indígenas para reivindicar, criticar a forma como eram tratados politicamente, como eram representados pela mídia e combaterem uma situação que não lhes era favorável.

Por fim, nas considerações finais, a autora faz uma observação que já dá pistas da dificuldade de a favela se comportar e se expressar via mídias como uma classe subalterna em enfrentamento com a sociedade e com o Estado.

Existe, então, uma dificuldade de pensar a favela com a perspectiva de classe. Primeiro, porque existe uma pluralidade de condições econômicas, sociais, trabalhistas que compõem esse contexto urbano. Depois, porque existe uma série de posições subjetivas diante dessa pulverização. Muitos moradores de favelas, inclusive, não se consideram pobres nem excluídos, e de fato não são, se tomarmos os conceitos de pobreza e exclusão como relacionais (MOREIRA, 2007, p. 112).

Se era essa sensação de classe social que unia os representantes da comunicação popular antigamente, de forma a enfrentar o “inimigo”, essa constatação da mudança social, política e econômica de bairros periféricos já dá dicas da mudança que acompanha o tipo/formato/objetivos da comunicação promovida. Ressalta-se, por fim, a importância dessa dissertação, justamente por propor essa reflexão dialética para e sobre a comunicação popular, alternativa e comunitária.

Fechando as observações sobre as temáticas subjacentes nestes cinco anos que foram de 2003 a 2007, no geral, apesar de identificarem problemas e limitações nas experiências comunitárias, os pesquisadores demonstraram acreditar que as experiências, quando bem

---

<sup>34</sup> OTRE (2008)

conduzidas pela comunidade, entidades e associações suporte e pelos gestores das experiências, podem fazer diferença na localidade em que estão inseridas.

Partimos agora à segunda categoria de análise, contando com a ajuda do quadro abaixo sobre a denominação utilizada pelos pesquisadores desta fase.

Quadro14– Denominação utilizada pelos pesquisadores entre os anos de 2003-2007

<b>Denominações utilizadas pelos pesquisadores</b>	Comunicação comunitária	19
	Comunicação alternativa / comunicação popular alternativa	2
	Outro	2
	Não denomina (embora fale sobre o processo de comunicação popular, alternativa e/ou comunitária)	2
	<b>Total</b>	<b>25</b>

Em “outro” Adriane Lorenzon dos Santos (2004) conceitua mídia alternativa para falar das rádios comunitárias e Clarisse Alvarenga (2004) apresenta pela primeira vez o conceito de vídeo comunitário, como uma mudança advinda do vídeo popular, expressão usada desde a década de 1980 por Luiz Fernando Santoro.

Mais uma vez verificamos a maciça utilização do termo comunicação comunitária, seja devido à especificidade das experiências analisadas (já que se regulamentou tanto o rádio quanto a TV comunitária na década anterior e a denominação legal legitima o conceito) ou à própria modificação do conceito, motivada pelas mudanças sociais, políticas e organizativas em torno das experiências.

Quadro15– Abordagem das pesquisas desenvolvidas entre os anos de 2003-2007

<b>Abordagem</b>	Estudos teóricos	4
	Estudos empíricos	21
	<b>Total</b>	<b>25</b>

As 21 pesquisas empíricas deste período enfocaram, na maioria das vezes (12) uma análise bem ampla das experiências, não polarizando a discussão para a produção, função ou recepção da comunicação, mas abarcando a experiência como um todo: discutiam a produção da comunicação, como a comunidade se apropria e constrói sentidos daquela experiência, como se dá a gestão do veículo em discussão, qual o foco das mensagens, narrativas, linguagem utilizada, a importância daquela produção para a comunidade. Buscavam, assim, compreender os fenômenos em toda sua complexidade, analisando produção, recepção, mensagem, gestão, participação, função da experiência etc.

### 3.1 A metodologia nas pesquisas de 2003 a 2007

Entendemos que esta característica foi ao encontro do que visualizamos neste período: os autores buscavam entender, avaliar, testar as experiências em andamento, a fim de traçar um diagnóstico sobre suas características, limitações, contribuições para os grupos envolvidos. Corrobora com essa inferência o fato de termos registrado 7 (sete) pesquisas caracterizadas por seus autores como estudo de caso, ou seja, tendendo a avaliar a experiência como um todo. E já que entramos na discussão metodológica, sobre a explicitação por parte dos autores tivemos o seguinte quadro:

Quadro16 - Explicitação metodológica nas pesquisas desenvolvidas entre os anos de 2003-2007

<b>Explicitação metodológica</b>	Explícita com clareza métodos e técnicas;	2
	Não explícita métodos e/ou técnicas	3
	Apenas explícita tipos e/ou técnicas de pesquisa	20
	<b>Total</b>	<b>25</b>

Percebe-se que o avanço do tempo, de 1972 a 2007, não possibilitou que o cuidado metodológico fosse prioridade nas escolas de pós-graduação em comunicação. No geral as pesquisas apresentam de maneira técnica as definições metodológicas, ou nem apresentam, sendo que estas informações são importantes para o entendimento dos processos de pesquisa ali desenvolvidos.

Quanto às técnicas utilizadas neste período, identificamos a mesma tendência dos outros anos. Além dos 7 (sete) estudos de caso, tivemos 3 (três) observações participantes, pesquisa ação (1), etnográfica (1), *survey* (1), além das pesquisas bibliográficas (16) e documentais (8), e coleta de dados via entrevistas (15); citados pela maioria dos trabalhos. Em duas dissertações e uma tese não houve identificação por parte do pesquisador dos métodos, tipos e/ou técnicas utilizados, de maneira clara.

Num dos mestrados o autor afirma realizar um trabalho teórico utilizando-se porém, de exemplos "concretos e empíricos" para "demonstrar o impacto causado pelo advento das RadComs" (MORETTI JUNIOR, 2003, p.19). Ele destaca ainda que a abordagem será qualitativa e quantitativa e, embora seja perceptível que ele faz uma pesquisa bibliográfica ampla, assim como uma pesquisa histórica, que utiliza de relatos pessoais, depoimentos, fotos, ele não explicita de maneira adequada a metodologia utilizada.

No doutorado, quanto à metodologia, o autor (NOGUEIRA, 2005) se dedica a dizer o que a pesquisa não é; ao invés de dizer o que é. Segundo ele, "a busca do conhecimento se deu também com compromisso e participação"; porém, ele não enquadraria o trabalho "no rótulo de pesquisa participante", tampouco buscaria uma "neutralidade que não existe nas relações humano-sociais (NOGUEIRA, 2005, p. 17). Finaliza dizendo que "pôde sentir tanto a força dos sujeitos - individuais e coletivos - pesquisados, quanto suas alegrias, seus sonhos e também suas dores, seus ódios, suas profundas decepções surgidas quando o poder, em suas diferentes fazes, mostra suas armas e declara-se vencedor" (NOGUEIRA, 2005, p. 17).

O terceiro trabalho que não explicita o passo a passo metodológico é um dos que analisamos apenas o resumo; o que pode ter interferido na análise, embora, vale ressaltar, pede-se estruturalmente que os textos científicos apresentem já no resumo uma breve descrição da metodologia utilizada na pesquisa para que o leitor identifique os caminhos percorridos para análise dos resultados.

Quanto às relações com outras áreas, sociologia, história, educação, semiótica estão novamente entre as mais utilizadas como suporte para as pesquisas de comunicação popular, alternativa e comunitária. A sociologia, pois, é impossível estudar comunicação popular sem saber de que povo, de que sociedade falamos; história por garantir o caráter contextual das experiências; educação pelas possibilidades de processos de educação junto a experiências de comunicação – ressalta-se aqui a influência de Paulo Freire para estas discussões – e a semiótica por fim na análise dos discursos e mensagens.

#### 4. De 2008 a 2012: na contramão tecnológica, o grito por cidadania

Os anos de 2008 a 2012 foram muito frutíferos para pesquisa sobre comunicação popular, alternativa e comunitária. Em cinco anos, foram 44 produções acadêmicas, sendo 42 dissertações e 2 (duas) teses, número que representa 43% do total de produções.

A Metodista se destaca, no período de 2008 a 2012, com a defesa de 11 dissertações e 1 (uma) tese sobre o enfoque pesquisado, sendo todas as publicações orientadas pela Profa. Cicilia Peruzzo. Na UFRJ defende-se neste período cinco (5) mestrados, todos sob a supervisão da Profa. Raquel Paiva. A Unisinos aparece como uma das instituições que mais produziu nesta abordagem, sendo 4 (quatro) dissertações e 1 (uma) tese publicada. A Profa. Denise Cogo orienta duas destas pesquisas (um mestrado e um doutorado). A PUC-RS apresenta 3 (três) pesquisas, sendo 2 (duas) orientadas pela Profa. Beatriz Dornelles e a UFRGS, também situada no Rio Grande do Sul, aparece com duas pesquisas sobre a subárea.

Percebe-se uma ramificação das pesquisas sobre o tema do eixo RJ-SP para o RS. Isso também confirma o fortalecimento dos Programas em Comunicação de outras regiões, que não a sudeste. A região nordeste ainda está pouco representada, com duas pesquisas realizadas uma no Ceará e outra em Pernambuco<sup>35</sup>. Isso não significa que os problemas de pesquisa e experiências de comunicação popular dessa região não estejam sendo contemplados em Programas de Pós-Graduação de outras regiões. Destaca-se, por exemplo, o mestrado de Orlando Berti, analisando rádios comunitárias no Sertão piauiense, que fora desenvolvido em São Paulo, na Universidade Metodista.

Vimos nestes cinco últimos anos um declínio na produção da USP sobre comunicação popular, alternativa e comunitária, com apenas um trabalho produzido neste período. Certamente isso se deve a falta de um professor-pesquisador que oriente e represente a subárea analisada, como acontece na Metodista, na UFRJ e mais recentemente na Unisinos.

Neste período, pela primeira vez, tivemos acesso a 100% das teses e dissertações completas, sendo que todas elas podem ser acessadas via internet. Isso demonstra um grande avanço no Brasil com relação à democratização da ciência no que diz respeito à produção discente *stricto sensu*, pelo menos no recorte estudado.

---

<sup>35</sup> Situação que tende a mudar com a criação de novos programas de Pós-Graduação em Comunicação nas regiões norte e nordeste

Quadro17– Eixo principal das pesquisas desenvolvidas entre os anos de 2008-2012

<b>Eixo principal</b>	Comunicação popular e comunitária	29
	Comunicação popular e alternativa	6
	Comunicação popular, alternativa e comunitária	4
	Jornalismo Popular Alternativo	5
	<b>Total</b>	<b>44</b>

Apesar de serem maioria as pesquisas sobre comunicação popular e comunitária, o âmbito alternativo das experiências parece ganhar novo fôlego, se somarmos a comunicação popular alternativa e o jornalismo alternativo de base popular. Indígenas, moradores de rua, moradores das periferias, movimentos sociais se levantam, de diversas maneiras. Jornal impresso, revistas, mídias digitais, vídeo, teatro aparecem como suportes que amplificam o descontentamento da população. No contexto atual, não há uma ditadura a enfrentar, mas há um estado de ausência de direitos e uma economia neoliberal, que moldaram, para além da luta de classes, um grupo que exclui e outro que é excluído. O grito é por cidadania.

Vamos pormenorizar a classificação de três jornais impressos em específico, pela particularidade que tivemos em defini-los resguardando os conceitos primeiramente utilizados pelos pesquisadores que os estudaram: Brasil de Fato (ligado a movimentos sociais como o Movimento dos Sem Terras, a Via Campesina, a Consulta Popular e as pastorais sociais); o Jornal O Trecheiro e o Boca de Rua (ambos tematizando a população em situação de rua, respectivamente publicados em São Paulo e Porto Alegre).

Certamente a opção de os pesquisadores (MOURA, 2009); (CASSOL, 2010) incluírem a denominação popular se dá, pois sente-se a necessidade de diferenciar o jornal com tanta influência nos e dos movimentos sociais, dos veículos considerados “imprensa alternativa”, como a Caros Amigos, por exemplo, que se dão num âmbito diferenciado do Brasil de Fato, principalmente quanto ao projeto político que os mantém.

Cabe também ressaltar a diferença de classificação de dois jornais que parecem ter o mesmo perfil: O Trecheiro e Boca de Rua, ambos retratam a temática das pessoas em situação de rua, mas isso não é suficiente para que sejam classificados da mesma forma. No caso de O

Trecheiro e do Boca de Rua, as classificações dadas pelos pesquisadores que os estudaram são justificadas claramente.

Pelo que apreendemos da dissertação de Costa (2010), O Trecheiro é posto como jornalismo alternativo de base popular, ou seja, é considerado dentro da vertente da comunicação popular, alternativa e comunitária; já que, simplificadamente é, a) **alternativo**, pois luta pelo direito à comunicação ao tratar de temáticas muitas vezes silenciadas pela grande mídia de maneira combativa e crítica e b) **popular**, pois é produzido no âmbito dos movimentos sociais, com certo nível de participação, além de ser elaborado para e sobre a população de rua, com colaborações.

Já o Boca de Rua, no estudo feito por Natália Ledur Alles (2010) é apresentado como um jornal comunitário. O que diferencia os dois, pelo menos quanto à abordagem dada pelos pesquisadores que apresentaram as experiências<sup>36</sup>, é o espaço dedicado à explicação da produção do jornal. Pelo que identificamos, no Boca de Rua (Porto Alegre), os moradores são responsáveis por todo o processo de produção, das pautas às produções de textos, fotos e seleção/abordagem de todo o material (exceto a edição/diagramação, por ainda não dominarem os computadores) (ALLES, 2010, p. 39). O jornal se coloca ainda como um veículo que representa a comunidade dos moradores de rua, que, embora não ocupem determinadas fronteiras geográficas, formam um grupo com objetivos e problemas em comum, que se identificam pelas batalhas travadas no dia a dia e que buscam transformar suas condições. Além disso, está claro na dissertação o viés educacional da experiência, de forma que as pessoas em situação de rua se sintam protagonistas de um processo comunicacional, deixando de lado a invisibilidade, mesmo que por alguns momentos, e tendo suas vozes ampliadas. Na voz de uma das fundadoras do jornal, Clarinha Glock (apud ALLES, 2010, p. 42) apresenta uma definição que vai ao encontro de seus objetivos comunitários: “Através da comunicação, o projeto procura atuar como um incentivador da auto-estima destes sujeitos, gerando um sentimento de pertencimento a um grupo e propiciando discussões sobre direitos dos cidadãos, políticas públicas da cidade e comportamento dos habitantes em geral”.

Como adiantamos, não temos conhecimento aprofundado de todas as experiências analisadas nas teses e dissertações revistas nesta pesquisa, portanto, consideramos que ninguém melhor que o pesquisador que estudou a experiência durante dois ou quatro anos para explicá-la. Além disso, os critérios explicativos não vão contra os critérios por nós

---

<sup>36</sup> Vale lembrar que analisamos um discurso sobre a experiência, não a experiência em si.

apresentados no começo do capítulo, portanto, optamos por manter a denominação assumida pelos autores, apesar de as vezes parecer um tanto diversa.

Como já enfatizamos, é possível que outros pesquisadores, com outros olhares, “enquadrassem” esses veículos em categorias diferentes das consideradas por Costa (2010) e Alles (2010) e ratificadas por mim, porém, como o objetivo não é enquadrar, engessar, definir categorias estanques, mas organizá-las a fim de traçarmos um panorama que vai além da categorização; deixamos clara aqui a explicação.

Quadro18 - Denominação utilizada pelos pesquisadores entre os anos de 2008-2012

<b>Denominações utilizadas pelos pesquisadores</b>	Comunicação popular	3
	Comunicação comunitária	33
	Comunicação alternativa / comunicação popular alternativa / jornalismo popular alternativo	5
	Outro	3
	Não denomina (embora fale sobre o processo de comunicação popular, alternativa e/ou comunitária)	0
	<b>Total</b>	<b>44</b>

O conceito mais utilizado pelos pesquisadores no período de 2008 a 2012 continua sendo, em 75% dos casos, comunicação comunitária. Contribuem para essa utilização maciça do termo, o fato de serem analisadas experiências selecionadas conforme o aspecto legal (regulamentação de rádios e tvs comunitárias), assim como o entendimento de uma comunicação que vem para representar comunidades e/ou grupos sociais em suas lutas com teor político existente, porém diferenciado do que se vivia nos anos de repressão e ainda no período da abertura democrática.

Na categoria Outro, Fernanda Pereira Ferreira Ribeiro, da UFRJ, denomina de “comunicação do oprimido” relacionando os movimentos de resistência diretamente com as formulações de Paulo Freire. Segundo a autora (RIBEIRO, 2010, p. 67), "na mídia do oprimido aqui proposta, a ênfase recai na comunicação que emerge de um sujeito histórico que sofre a opressão de uma sociedade injusta e desigual; um sujeito que tem pouco poder de fala". Ela considera como comunicação do oprimido, diversas atividades realizadas na favela,

como iniciativas autóctones ou com apoio de agentes externos (ONGs, por exemplo). Assim explica:

Disseminam-se, mais do que nunca, no Brasil, e mais especificamente no Rio de Janeiro, movimentos populares atentos às questões de transformação social e conscientização política. Discute-se o papel da comunicação e da arte como formas de mobilização e articulação popular e meio de conhecimento. Jornal O Cidadão; Revista OCAS; rádios comunitárias; Lonas Culturais na periferia; Teatro de Rua; Teatro do Oprimido; proliferação de cursos pré-vestibulares comunitários; movimentos como CEASM, AfroReggae, CUFA, Nós do Morro, Nós do Cinema. Observatório de Favelas. Movimentos pela democratização da comunicação. Mostras de vídeo popular. Cursos de artes, dança, cultura popular. Encontros e redes de comunicadores populares e independentes. Grupos universitários contra-hegemônicos de pesquisa e discussão" (RIBEIRO, 2010, p. 86-87).

Ainda na categoria Outro, encontramos o termo “comunicação cidadã” utilizado por Daniel Barsi Lopes (2012), em sua tese de doutorado defendida na Unisinos, ao justificar que as barreiras entre comunicação popular, alternativa e comunitária estão cada vez menos claras; e ainda o termo comunicação comunitário-alternativa, cunhado por Luana Nascimento de Almeida (2011), na tentativa de explicar a hibridização da experiência, o que denominamos de comunicação popular, alternativa e comunitária.

Uma dissertação de mestrado deste período defendida em 2010 na PUC do Rio Grande do Sul, merece aqui uma observação. A pesquisa intitulada “Comunicação comunitária: Uma releitura dos principais conceitos”. Chamou-nos atenção, porém, o fato de o autor defender durante seu texto que nada tem a ver a comunicação popular e comunitária com a comunicação comunitária que ele propõe revisar.

A idéia de comunicação comunitária aparecia como mais um projeto ligado à idéia da comunicação popular e alternativa, porém, **hoje ela não faz parte** deste mesmo pensamento. É justamente **a distinção entre projetos de uma “outra comunicação” e a comunicação comunitária que queremos deixar clara com esta revisão bibliográfica** (CARVALHAL, 2010, p. 104, grifos nossos).

Em sua revisão bibliográfica sobre comunicação comunitária, ele não cita Pedro Gilberto Gomes, nem Máximo Grinberg, tampouco Cicilia Peruzzo. Escreve, em cinco páginas algumas considerações sobre a obra de Carlos Eduardo Lins da Silva, Regina Festa e Christa Berger e considera suficiente encerrar a discussão, já que se tratam de áreas diferentes.

[...] como já apresentamos autores que tratam do tema da comunicação popular e alternativa e, através deles, conseguimos demonstrar o ponto em que se diferencia nosso trabalho, não pretendemos construir mais um volume para engrossar a discussão sobre comunicação alternativa e popular, pois,

estamos sim, propondo a diferenciação entre a comunicação comunitária e todas as outras novas propostas de comunicação (CARVALHAL, 2010, p. 104).

A base da discussão de Carvalhal é a produção teórica de Raquel Paiva. Para o pesquisador (CARVALHAL, 2010, p. 111), Paiva

é a primeira teórica a tratar do tema [comunicação comunitária]. Ela trabalha exatamente com as questões sociais que envolvem a comunicação comunitária. Sua obra deixa bem claro que sua preocupação é, não só com as práticas, mas com a sua conceituação, principalmente com a questão do pensar e discutir o que seria uma comunidade na contemporaneidade, e depois, para a comunicação.

Apesar de entender a diferença de abordagem da comunicação comunitária proposta por Raquel Paiva, que se situa em um nível mais amplo que da comunicação popular, alternativa e comunitária, acreditamos que essa atualização do conceito, em uma revisão bibliográfica, exigiria necessariamente uma discussão mais aprofundada e ampla. Enfim, mantivemos o trabalho na amostra, entendendo que a discussão proposta pelo autor diz respeito à mesma área por nós analisada.

#### **4.1 Sobre quais veículos populares falam as pesquisas de 2008 a 2012?**

Passando agora à análise dos meios de comunicação enfocados nas teses e dissertações, supúnhamos que com a entrada no século XXI – de 2000 a 2012, o foco das pesquisas se lançaria sobre as mídias digitais. Meios impressos, porém, representaram uma surpresa, estando presentes em 11 das 44 pesquisas (nove sobre jornais impressos, uma sobre fanzine e uma sobre revista). Cinco pesquisas enfocavam apenas mídias digitais como suporte, enquanto duas (2) pesquisas abordavam suportes múltiplos: jornal impresso, blog, fotolog, fotografia em uma delas; e vídeo e jornal impresso em outra.

O rádio, o suporte mais pesquisado, estava em 13 das 44 pesquisas, e a televisão em apenas uma. Chamou a atenção o desinteresse pelo estudo da televisão, já que entre os anos de 2003 a 2007 ela representou 12% das pesquisas e neste último período, 2% do total. Não há como justificar que ela perdeu espaço para as mídias digitais que foram ainda pouco analisadas, tampouco para o rádio que de 56% no período anterior, esteve representado em 29% das pesquisas desse período. A surpresa foi realmente os olhares se voltarem para a mídia impressa, que de 2003 a 2007 representava 12% das pesquisas e de 2008 a 2012

destacou-se em 25%. Talvez as expectativas em torno da TV Comunitária, regulamentada nos anos 1990 e testada no começo dos 2000, não tenham sido atingidas na prática.

Corroborar com essa hipótese o fato de a dissertação de mestrado de Danielle Azevedo Souza, defendida na UnB em 2011 sobre a TV comunitária (a única pesquisa nesta fase), intitulada “Os canais comunitários na lógica de mercado da TV a Cabo no Brasil” investigar a estrutura de mercado da TV brasileira e analisar como as televisões comunitárias se sustentam. Ela dá ênfase especial à TV Cidade Livre do Distrito Federal e, por fim, aponta diversos problemas de sustentação financeira para este tipo de veículo.

É possível perceber, verificando toda a amostra, que as experiências positivas de comunicação popular, alternativa e comunitária atraem mais os pesquisadores do que as negativas. Especulativamente, acredito que esta preferência responde a um anseio dos pesquisadores de reverberar o que está dando certo, incentivando novas iniciativas, detalhando o que pode ser usado como modelo e adiantando o que não funciona na prática.

Essa suposição vem do fato de que mesmo nos trabalhos que apontavam rádios comunitárias que funcionavam nos moldes comerciais, por exemplo, não atingindo os objetivos propostos, havia certo otimismo do pesquisador de que aquela situação poderia ser mudada e de que em condições ideais a comunicação popular, alternativa e comunitária tem tudo para dar certo.

É sabido, e facilmente perceptível nas introduções dos trabalhos e opções metodológicas (altos índices de pesquisa-participante e pesquisa-ação), que em muitos momentos, ativistas e pesquisadores se confundem. Essa observação não objetiva desconstruir a validade das pesquisas, nem questioná-las, pois em todas elas os pesquisadores fazem questão de esclarecer que têm sim ideais quanto a essa “outra” comunicação, mas que a neutralidade científica era pilar em que se apoiavam para a análise científica. É apenas uma observação especulativa sobre a diminuição das pesquisas sobre TV Comunitária. Talvez as experiências na TV a Cabo não tenham atingido as expectativas dos pesquisadores e da sociedade e por isso, tenha saído do foco.

Volta, portanto, a ganhar destaque, os meios impressos e não as mídias digitais como pressupúnhamos. De um lado, enxergamos um canal apropriado desde sempre pelos movimentos sociais e cujo modelo ainda atrai o interesse dos pesquisadores (cito como exemplo o Grita Povo, nos anos 70 e 80); por outro, a dificuldade de analisar as mídias digitais, a falta de metodologias de análise que satisfaçam os rigores científicos e a

dificuldade de entender essa reconfiguração de experiências podem ser fatores que desmotivem a pesquisa.

Fica ainda um questionamento a ser estudado: será que a própria característica desses suportes digitais e a falta de domínio dos equipamentos e das técnicas por parte das classes populares têm sido obstáculos para que a comunicação popular, alternativa e comunitária se aproprie deles? Ou ainda, estão as mídias digitais reconfigurando a forma como as classes populares fortalecem suas lutas, exigindo uma redefinição conceitual das experiências?

As questões aparecem, pois, após a aplicação dos três primeiros filtros definidos em nossa metodologia, obtivemos 155 pesquisas, dentre elas, várias que enfocavam as mídias digitais. Porém, ao serem analisadas pelo viés do 4º filtro (leitura das partes selecionadas para categorização via AC) eles não se encaixavam nos conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária, mas tomavam outros vieses: ou seguiam a corrente da imprensa alternativa (com um projeto alternativo de voz mas com a participação de poucos); ou enveredavam para uma comunicação alternativa colaborativa (em que se coloca como um canal para manifestação de várias vozes, por exemplo o Centro de Mídia Independente). Embora permeados pela questão da democratização da comunicação, muitas vezes esses suportes param na participação colaborativa, não avançando no que diz respeito à organização popular, já que o espaço da web permite misturar classes sociais, objetivos de vida, níveis de dificuldades e comprometimentos que muitas vezes são incompatíveis entre si.

Foi interessante, porém, termos observados durante a pesquisa exploratória nas teses e dissertações em Comunicação Social, que pipocam trabalhos sobre as mídias digitais, mesmo que não enfocando diretamente a comunicação popular, alternativa e comunitária. Foram diversas pesquisas sobre midiativismo (MACIEL, 2012), net-ativismo (ROZA, 2012), ciberativismo (FONSECA, 2009) (CAVALCANTI, 2001), ativismo na rede (FLEISCHMAN, 2006) (CAMPO, 2006), além daqueles que falavam sobre uma comunicação cidadã ou sobre cidadania comunicativa (CORRÊA, 2012) (BANDEIRA, 2012) (ALBUQUERQUE, 2012); ou ainda sobre comunicação para o desenvolvimento (CONTEÇOTE, 2008). Isso significa que a comunicação como ferramenta importante de transformação social e como possibilitadora de processos capazes de mobilizar e dar visibilidade a diversas formas de ativismo têm sido alvo de interesse de pesquisadores da Comunicação.

O foco sai da tradicional abordagem dos *mass media* e ganha contornos diferenciados, em que a comunicação está a serviço do desenvolvimento humano e social. Apesar de não nos

debruçarmos sobre todos esses enfoques, consideramos importante situar esse panorama, abrindo deixas para trabalhos futuros.

Passemos pela abordagem das pesquisas:

Quadro19– Abordagem das pesquisas desenvolvidas entre os anos de 2008-2012

<b>Abordagem</b>	Estudos teóricos	6
	Estudos empíricos	38
	<b>Total</b>	<b>44</b>

As pesquisas empíricas em comunicação popular, alternativa e comunitária têm delineamentos cada vez mais complexos, buscando especificidades das experiências. Das 38 pesquisas empíricas, 5 (cinco) analisam a mensagem, ora buscando entender o discurso do jornalismo comunitário sobre o local, ora buscando verificar a representação que o jornal faz da comunidade e há também o questionamento de como a mensagem reflete o compromisso de mobilização com os leitores. Duas pesquisas enfocaram os comunicadores populares e sua formação. Outras 2 (duas) se basearam em estratégias de poder e nos movimentos comunitários como contrafluxos midiáticos; estiveram ainda presentes, com uma pesquisa sobre cada, o tema das políticas públicas de fomento à comunicação comunitária; as formas de organização e vinculação comunitária; a apropriação da web2.0 pelas radcom; um mapeamento de experiências de comunicação popular, alternativa e comunitária em determinada localidade e por fim uma pesquisa com foco na manutenção e financiamento de veículo comunitário.

Há além das análises de experiências que buscam especificidades, as que denominamos de análises holísticas, e representaram 28% das pesquisas. Dedicam-se a estudar produção, mensagem, processos de participação e vinculação, representatividade com a comunidade ou grupo produtor etc.

Cerca de 14% das pesquisas deste período (2008-2012) eram estudos teóricos, todos tentando entender diversas esferas da comunicação popular e comunitária: o radiojornalismo, as contribuições da comunicação comunitária, interfaces com a mídia-educação, rádios comunitárias como arenas públicas e teatro em comunidades.

Metodologicamente, 6 (seis) pesquisadores explicitaram métodos e técnicas utilizados; 36 explicitaram tipos e técnicas de pesquisa e um autor, embora cite os métodos e/ou técnicas

utilizados, não o faz com clareza. Percebe-se uma evolução no tratamento metodológico dado pelos pesquisadores. Mais atenção, detalhamento e cuidado ao explicar o passo a passo para construção, avaliação e validação dos resultados, porém, tudo com caráter bem técnico e pouco reflexivo.

Quadro20 - Explicitação metodológica nas pesquisas desenvolvidas entre os anos de 2008-2012

<b>Explicitação metodológica</b>	Explicita com clareza métodos e técnicas;	6
	Não explicita métodos e/ou técnicas	0
	Apenas explicita tipos e/ou técnicas de pesquisa	37
	Embora cite os métodos e técnicas utilizados, não o faz com clareza.	1
	<b>Total</b>	<b>44</b>

O tempo retratado nas análises foi majoritariamente os primeiros anos do século XXI. As 38 pesquisas que explicitaram o contexto temporal das experiências/análises, mesmo que tenham resgatado historicamente outras décadas - tivemos uma pesquisa sobre a década de 1980 e outra sobre a década de 1970 -, atualizaram a discussão até os anos 2000. Outras 6 (seis) pesquisas enfocaram anos 1990 e anos 2000. A grande maioria, 26, retrata tempo compreendido entre 2000 e 2010; e 4 (quatro) delas falaram mais proximamente ainda, dos anos de 2010 a 2012. Este quadro nos possibilita situar historicamente as pesquisas.

Em 2002, a vitória do Partido dos Trabalhadores, representado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva após outras três tentativas de chegar ao cargo presidencial (1989, 1994 e 1998), traz esperança para as classes populares, pois, pela primeira vez na história brasileira, um ex-operário ocuparia o posto mais importante do país. Apesar de haver certa identificação e esperança por parte das classes populares, os movimentos populares não só continuaram como inspiraram mais pesquisas sobre o assunto.

O foco não estava no embate político, mas no poder da organização popular para a reivindicação/ampliação dos direitos sociais, pois, apesar de algumas melhorias alcançadas (diminuição da pobreza, do analfabetismo, do desemprego etc), as estruturas econômicas e

sociais guardavam ainda muitas desigualdades que foram combatidas com os processos de comunicação popular, alternativa e comunitária, principalmente nos níveis locais, municipais e estaduais.

Indígenas, pessoas em situação de rua, moradores das periferias, ribeirinhos, sertanejos apesar de situados em contextos tão diversos representam nas pesquisas a mesma luta: contra a miséria, descaso políticos, falta de investimento em educação, saúde, moradia; muitas vezes vítimas de preconceito. Lado a lado com essas experiências, há também processos de mídia-educação se fortalecendo, com foco na formação crítica principalmente de jovens e adolescentes.

A cidadania foi tema recorrente. Em 20, das 44 pesquisas, identificamos que este enfoque ocupava papel de destaque. Aí está o maior desafio das classes populares ainda hoje: garantir direitos políticos, civis e sociais mínimos e, conseqüentemente, dignidade e cidadania. Como bem retrataram Jaime e Carla Pinsky (2003), em “História da Cidadania”, traçando desde os hebreus, a trajetória dessa reivindicação, “cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço” (PINSKY, J.; PINSKY, C., 2003, p.9). Então de qual cidadania tem se falado ultimamente?

Não são discutidos, como à época da ditadura, os direitos elementarmente políticos (de votar e ser votado) com os quais se relaciona a cidadania com frequência. O foco também não está na liberdade, propriamente dita. Esses são, legalmente falando, direitos adquiridos. Diziam respeito a outro contexto. Nestes últimos cinco anos, quando se falou em cidadania, falou-se do direito à educação, do direito à saúde, da igualdade de participação nas diversas esferas sociais; falou-se contra o preconceito, contra a invisibilidade, contra o silenciamento das classes populares. Falou-se em direito à moradia, que, se a legislação garante, a realidade não. E como pano de fundo contra todos esses problemas, havia um caminho para o qual se apontavam soluções: políticas públicas, a comunicação como resistência e a necessidade de redefinições da esfera pública midiática. É a bandeira da cidadania comunicativa que as pesquisas sobre comunicação popular, alternativa e comunitária levantam como caminho/proposta para se atingir a cidadania plena.

## **5. Considerações gerais sobre o capítulo**

Apesar de parecer retórica, considero importante tecer algumas considerações, haja vista que tanto a filtragem das pesquisas quanto à análise de conteúdo empreendida, partem de um entendimento sobre a comunicação popular, alternativa e comunitária da própria autora, alicerçada nos delineamentos teóricos das pesquisas empreendidas pela profa. Cicilia Peruzzo na tentativa de sistematização das experiências. Cada comunidade, grupo ou processo comunicacional analisado é único e permeado por especificidades. Não é a toa que as pesquisas da área são de cunho geralmente exploratório, na tentativa de apreender as particularidades de cada situação.

No entanto, aos nos propormos a fazer este mapeamento nas teses e dissertações, necessariamente precisamos assumir posicionamentos teóricos que nos permitissem categorizar as pesquisas, mesmo correndo o risco de não abranger todos os posicionamentos teóricos possíveis. Houve casos em que o mesmo objeto estudado nas teses parecia dizer respeito a tipos diferentes de comunicação, por exemplo, o jornal da Pastoral da Criança, que ora parecia ser popular e comunitário, ora popular e alternativo.

O amadurecimento durante as análises nos permitiu entender a dificuldade de não se trabalhar diretamente com cada experiência, mas com o discurso criado sobre a experiência. Na linha de Jiani Bonin (2008), fizemos uma pesquisa da pesquisa, ou seja, a análise de um material que já fora produzido conforme as angulações do pesquisador.

Nestes casos, ao invés de buscarmos informações externas sobre o objeto analisado, optamos por considerar as descrições feitas pelo pesquisador para denominarmos a experiência conforme nosso quadro de referência, considerando como primeira opção o que o pesquisador considerou. Em caso de divergências conceituais extremas, optamos por denominá-lo conforme acreditamos que as características seriam mais fieis a cada tipo de experiência, por exemplo, Adriane Lorenzon dos Santos(2004) chama de mídia alternativa o que denominamos comunicação popular e comunitária, já que a autora falava de rádios comunitárias para o fortalecimento de esferas públicas locais.

Isso porque cada um denomina conforme suas referências e em muitos casos aos dizer mídia alternativa ou comunitária, o pesquisador não está considerado toda a conceituação que está por trás do termo, mas utiliza-o de modo aproximativo entendendo, por exemplo, alternativo como o que não é grande mídia e comunitário como o que é feito numa localidade.

Não há, portanto aqui uma crítica a esses autores, tampouco o apontamento de que se equivocaram ao denominarem e montarem o quadro teórico que apoiou suas análises, mas o esclarecimento de nossos critérios.

Supúnhamos, com relação à dificuldade de classificação das experiências, que após 2002, os conceitos – comunicação popular, alternativa e comunitária – estariam mais consolidados, facilitando nossa análise. Porém isso não aconteceu. Amadurecemos quanto a isso também. Conceitos estáveis, neste caso, representariam ações engessadas, enquadradas, verticais; jamais garantiriam a liberdade, a criatividade, a horizontalidade, a adaptabilidade que cada grupo realiza ao construir sua experiência de comunicação popular, alternativa e comunitária. E como a práxis se faz assim, da mesma forma não poderíamos esperar conceitos certos nos trabalhos teóricos. Houve, porém uma maior tendência, mesmo que flexíveis e elásticas, sobre as denominações, o que facilitou a classificação e o entendimento das experiências, resumida no quadro abaixo, no que diz respeito à toda amostra:

Quadro21 – Eixo principal das pesquisas (1972-2012)

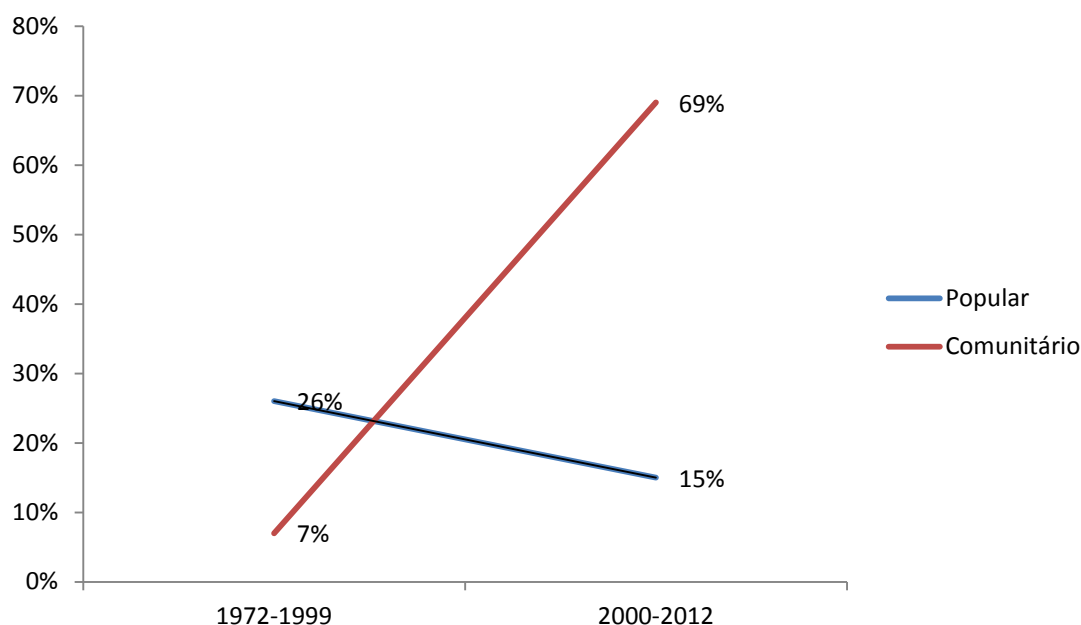
<b>Eixo principal</b>	Comunicação popular e comunitária	69
	Comunicação popular e alternativa	15
	Comunicação popular, alternativa e comunitária	8
	Jornalismo Popular Alternativo	10
	<b>Total</b>	<b>102</b>

As experiências mais estudadas em nossa amostra, 68%, dizem respeito à comunicação popular e comunitária. Se somados os trabalhos categorizados como jornalismo popular alternativo e comunicação popular e alternativa, que fazem parte de um mesmo tronco conceitual temos 24% do total. Cerca de 8% retratam ou experiências que reúnem o popular, alternativo e comunitário; ou se colocam como pano de fundo das experiências em geral; por exemplo, a formação de comunicadores populares ou ainda políticas públicas para ampliar o direito à comunicação, portanto foram consideradas de maneira ampla.

Observando a modificação dos termos usados pelos pesquisadores, verificamos que a palavra “popular” esteve presente em 26% dos títulos das teses e dissertações de 1984 a 1999. Nas pesquisas de 2000 a 2012, o termo aparece em apenas 15% dos títulos. Por outro lado, ao fazermos a mesma busca pelo termo “comunitário”, identificamos que ele está em apenas 7%

dos títulos das pesquisas até 1999; e em 69% dos títulos de 2000 a 2012. Vejamos graficamente:

Gráfico 6: Comparação da utilização dos termos “popular” e “comunitário” nos títulos das pesquisas da amostra, de 1972-1999 e de 2000-2012.



Portanto, há um movimento dos pesquisadores da área que partem da utilização do conceito mais amplo “popular”, para um uso mais atual talvez com o objetivo de demarcar historicamente os contextos. Provavelmente tenha contribuído para essa maior utilização da expressão “comunitária”, os diversos estudos que passaram a ser feitos sobre o conceito de comunidade, a começar pela tese de Raquel Paiva (1997).

Cicilia Peruzzo (2008, p. 368) já havia apontado o deslocamento da utilização do termo quando disse, que “desde o final do século passado passou-se a empregar mais sistematicamente, no Brasil, a expressão comunicação comunitária para designar este mesmo tipo de comunicação [popular], com um sentido menos politizado”.

Isto porque no contexto atual, apesar de dizer respeito a comunidades geralmente carentes e com necessidades de voz para conquistarem seus objetivos e melhorarem sua qualidade de vida, o foco está no reconhecimento de seus direitos enquanto cidadãos e nos projetos políticos, sociais e culturais que envolvem a comunidade. Além disso, o surgimento e crescimento das rádios e televisões comunitárias, possibilitados pela tecnologia, inclusive

com experiências de inserção digital, fomentaram a utilização do termo comunitário(a) de maneira tão expressiva.

Em algumas pesquisas os termos comunitário(a) e alternativo(a) também têm aparecido acompanhados pelo “popular”, demarcando o contexto de mobilização social, de luta comum, empoderamento das classes populares e a utilização da comunicação como ferramenta de mudança social.

### **5.1 Temas paralelos**

Paralelamente à análise, verificamos no momento da filtragem dos trabalhos, que experiências alternativas colaborativas, apesar de não serem populares, atraíram a atenção de pesquisadores nos últimos 10 anos. Apesar de nos propormos a analisar apenas as experiências de cunho popular, consideramos importante fazer aqui esses parênteses, pois foi um dado que nos saltou aos olhos.

Cinco pesquisas foram realizadas entre 2003 e 2007<sup>37</sup> indicando para uma reconfiguração dos movimentos sociais aos movimentos em rede. Nesta vertente, o Centro de Mídia Independente; com sua proposta de ativismo em rede; figura em 4 (quatro) pesquisas. O destaque para essa nova forma de os movimentos sociais se organizarem vão para a velocidade e alcance dos meios, além da participação colaborativa, que se dá por meio da internet utilizando-se de lista de e-mails, chat, fóruns de discussão e sites para a mobilização. São várias formas de envolvimento, participação, compartilhamento de objetivos e sentimentos. Aí, a crítica está mais uma vez na própria forma como a mídia se organiza e o foco é romper com este sistema midiático restrito. As iniciativas buscam ampliar o direito à voz e, para isso, utilizam-se de um suporte incorporado pela grande mídia para combatê-la: o segredo está na forma de desenvolvimento e participação dos interessados em participar, geralmente relacionados a movimentos sociais, com foco na mídia livre e mídia tática.

Outra observação que consideramos interessante apresentar foi quanto às pesquisas sobre as rádios/mídias livres, apesar de elas não terem sido contempladas em nossos filtros.

Três dissertações foram encontradas com relação ao tema no banco de dissertações e teses da Capes. Uma, de 1995, foi produzida por Marisa Aparecida Meliani Nunes, na USP, sob orientação do prof. José Carlos Rocha e intitulada “Rádios livres: o outro lado da voz do

---

<sup>37</sup>Ressalta-se que estas pesquisas não foram analisadas entre as 25 produções de 2003-2007, por não terem cunho popular, mas terem sido caracterizadas como imprensa alternativa colaborativa. São elas, Maria Eugênia Cavalcanti Rigitano (2004), Marcelo Wanderley Burger (2004), Adilson Vaz Cabral Filho (2005), Adriano Warken Floriani (2005) e Luciana Fleischman (2006).

Brasil”. Outras duas, defendidas em 2012, foram “A biopolítica da Mídia Livre: produção coletiva e colaborativa na rede. Um estudo do circuito Fora do Eixo”, de Flávia Flossard, pela UFRJ; e a dissertação de Ramon Bezerra Costa, defendida na UERJ no mesmo ano e intitulada “Mídias Livres: um estudo sobre formas de ação política no campo midiático”.

Apresentamos aqui estes trabalhos de maneira paralela, pois, pelas leituras feitas, inclusive nessas três pesquisas, identificamos uma tendência de que os midialivristas, apesar de reconhecerem a comunicação popular, alternativa e comunitária como antecessora das Mídias Livres; esforçam-se por não compará-la, categorizá-la ou colocar como sinônimo qualquer outra denominação, no intuito de resguardar as especificidades que atribuem ao conceito. Assim diz Flossard (2012, p. 55):

O importante é compreender que tanto as mídias populares, alternativas, comunitárias e táticas são de certa forma a gênese das mídias livres enquanto forma de intervenção social comunicativa. As mídias livres, portanto, reúnem elementos dessas formas de comunicação em uma nova configuração.

Mídia alternativa e mídia tática seriam segundo Ramon Bezerra Costa os termos mais próximos do que se entende por mídia livre.

Dessa forma, mais importante do que a nomenclatura e seu significado é o fenômeno ao qual se refere. Por isso não será utilizado nenhum dos termos mencionados anteriormente para “explicar” as mídias livres. Primeiro porque, na prática, algumas ideias expressas por aquelas nomenclaturas se “misturam” ou muitas vezes se repetem. Segundo porque, ao utilizá-las, é fácil perder a capacidade de estranhar o fenômeno. Por exemplo, ao analisar as mídias livres a partir do que se entende por mídia alternativa ou tática é muito possível deixar passar o que de singular podem apresentar, devido ao filtro ou categoria que se está utilizando. Além disso, cada uma daquelas expressões possui uma conotação do momento histórico em que surgiu, isso também se pretende evitar (COSTA, 2012, p.18).

No caso do trabalho de Marisa Aparecida Meliani Nunes, que falava especificamente em 1995 de Rádios livres e não de Mídias Livres; a pesquisadora apresenta diversos perfis para rádios livres, podendo ser elas preocupadas com a disseminação de músicas alternativas (punk, underground ou outras produções excluídas do eixo nacional); a serviço de bairros, com enfoque comunitário; rádios evangélicas com interesse puramente religioso etc (NUNES, 1995).

Diante disso, optamos por apresentar estas pesquisas de maneira separada já que, embora possa haver mídia livre com enfoque popular, alternativo e comunitário, nem toda manifestação midialivrista coloca-se a serviço das classes populares. Muitas vezes são encabeçadas por ativistas, jornalistas, blogueiros – como uma reinvenção da imprensa

alternativa – com objetivos louváveis de democratizar a comunicação, de romper com monopólios midiáticos, de oferecer conteúdo livre; mas não necessariamente com o mesmo enfoque da comunicação popular, alternativa e comunitária.

## 5.2 Questões metodológicas

Quanto à questão metodológica, foi comum identificarmos nas teses e dissertações, termos como qualitativa, analítico-descritiva, levantamento, descritiva, exploratória, hipotético-dedutiva e etnometodologia, por exemplo, sendo usados pelos pesquisadores como forma de definir o método utilizado na pesquisa. Pelo que identificamos na literatura, não há similaridade quanto à forma correta de apresentar o método. Uma forma é, como explica Antônio Carlos Gil (2002, p. 41-43), classificar a pesquisa com base nos seus objetivos, podendo estas serem exploratórias, descritivas ou explicativas. Triviños (1987, p. 109) chama-os de tipos de estudo, podendo ser exploratórios, descritivos e experimentais.

Elas podem ainda ser descritas, conforme Gil (2002, p. 43-57) com base nos procedimentos técnicos utilizados, indicando um delineamento (modelo conceitual e operativo da pesquisa); sendo divididos em duas abordagens quanto às fontes utilizadas para coleta de dados: fontes de “papel” ou fontes “humanas”. No primeiro grupo estão pesquisa bibliográfica e documental; no segundo, a pesquisa experimental, ex-post facto, o levantamento e o estudo de caso.

Constatamos que não há, entre os próprios livros e manuais de metodologia científica, consenso sobre a forma como deveriam ser apresentadas as orientações metodológicas da pesquisa. Em Gil (2002, p. 162-163), por exemplo, existe a orientação de que deve aparecer o tipo de pesquisa e delineamento adotado; população e amostra; coleta de dados e análise dos dados como foi/será feita, tudo com foco na descrição de procedimentos.

Em Peruzzo (2013, p. 17), orienta-se que a metodologia seja apresentada da seguinte forma, exigindo a explicitação dos paradigmas teórico-metodológicos, conforme consideramos:

Nesta parte do projeto é necessário descrever detalhadamente como se vai proceder para fazer a investigação explicitando os métodos e as técnicas a serem empregados. Ou seja, há que detalhar todos os procedimentos metodológicos adotados apontando:

a) Quais são os paradigmas teórico-metodológicos norteadores da pesquisa, principalmente em se tratando de projetos de pesquisa para teses de doutoramento.

- b) Qual a estratégia (o tipo de pesquisa) adotada, por exemplo, se será uma pesquisa bibliográfica, um estudo de caso, uma análise de conteúdo, uma pesquisa participante etc.
- c) Descrição dos procedimentos e técnicas, ou seja, evidenciar os instrumentos a serem empregados para o levantamento de dados e para a análise dos resultados, tais como questionário, entrevista, diário de campo, protocolo categorial etc.

No Manual para Elaboração e Normalização de Dissertações e Teses da UFRJ, não há parte dedicada ao projeto de pesquisa, portanto, à metodologia de maneira separada. Ao indicarem como deve ser feito o resumo, porém, o Manual<sup>38</sup> diz:

O resumo é digitado ou datilografado em espaço 1,5, devendo ressaltar o objetivo, o método, as técnicas de abordagem, os resultados e as conclusões do trabalho com frases, concisas, objetivas e coerentes, e não uma simples enumeração de tópicos. No resumo devem ser identificadas as novas técnicas, se for o caso, e para trabalhos não experimentais, descrever as fontes e os tratamentos dos dados.

O mesmo acontece no documento intitulado “Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: documento eletrônico e impresso<sup>39</sup>”, que não tem parte dedicada à metodologia, e traz a seguinte orientação quanto ao resumo: “Deve apresentar os objetivos, métodos empregados, resultados e conclusões”, sem grandes detalhamentos sobre o que deve ser apresentado.

No Manual da Metodista, no que diz respeito ao resumo, Peruzzo (2013, p. 29) orienta que este “deve conter uma síntese do conteúdo, indicando brevemente o tema principal (na primeira frase), os objetivos, a metodologia empregada e as principais conclusões”.

Diante das incongruências, decidi por seguir o Manual de dissertações e teses da Universidade Metodista de São Paulo como referência.

Optamos, assim, ao formular as categorias da AC, separar em métodos de pesquisa (Dialético; Fenomenológico; Positivista; Funcionalista; Outros) e Tipos e/ou técnicas de pesquisa, dentro da qual estariam apresentados os tipos de pesquisa (Pesquisa bibliográfica; Pesquisa documental; Pesquisa histórica; Pesquisa-ação; Pesquisa participante; Pesquisa Etnográfica; Pesquisa de recepção; Estudo de caso; Análise de conteúdo; Análise de discurso)

<sup>38</sup> Disponível em <http://www.sibi.ufrj.br/documentos/manual-teses-dissertacoes.pdf>. Acesso em 12 de janeiro de 2015.

<sup>39</sup> Disponível em [http://www.teses.usp.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=52&Itemid=67](http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=67). Acesso em 12 de janeiro de 2015.

e as técnicas (dentre elas, observação; entrevistas; diário de campo; questionários; protocolos; planilhas) que orientaram a pesquisa, chegando ao seguinte quadro.

Quadro 22 - Explicitação metodológica nas pesquisas desenvolvidas entre os anos de 1972-2012

<b>Explicitação metodológica</b>	Explicita com clareza métodos e técnicas;	14
	Não explicita métodos e/ou técnicas	7
	Apenas explicita tipos e/ou técnicas de pesquisa	80
	Embora cite os métodos e/ou técnicas utilizados, não o faz com clareza.	1
	<b>Total</b>	<b>102</b>

Das 102 pesquisas estudadas, em 14 há a explicitação de método, tipo e técnicas de pesquisa. Isso representa menos de 14% do total. Destas, 13, ou 93%, tiveram como referência o enfoque marxista. Método dialético, histórico-dialético, ou materialismo dialético foram os termos utilizados pelos pesquisadores. Apenas em um trabalho o construtivismo fora citado enquanto método de pesquisa.

Isso marca de maneira clara o viés com o qual a subárea é pensada, assim como o quadro teórico de referência da comunicação popular, alternativa e comunitária, relacionando a própria pesquisa com o que se espera da *praxis*: menos desigualdades; mais mudanças sociais; emancipação dos sujeitos; a defesa dos direitos sociais, dentre eles o de comunicação; etc.

Em um dos trabalhos analisados, de Maria Inês Amarante (2004, p. 156), a autora traz uma citação de Bertold Brecht (apud CANDIDO et al., 1972, p. 97) que vem ao encontro dessas últimas observações. Devido à representatividade da fala, achamos melhor fazer o que deveria ser evitado – citação da citação da citação – do que excluir a frase por não termos encontrado a fonte primária. Na frase, Bertold Brecht dizia que “tudo o que tem relação com o ‘conflito, o choque ou o combate’ nunca pode ser tratado fora da dialética materialista, pois é proveniente de uma força social real que determina essas atitudes” (AMARANTE, 2004, p. 156). Lopes (2001, p. 38) indo ao encontro da citação de Brecht, diz que “há certas problemáticas que somente se impõem a partir de determinadas teorias, ou somente com base em dada teoria é que certa problemática se resolve plenamente” (LOPES, 2001, p. 38).

Maria Immacolata Vassalo de Lopes (2001, p. 39) destaca como três posições teórico-metodológicas “básicas” ou “matrizes” de pensamento nas pesquisas sociais, o funcionalismo, weberianismo e marxismo. Segundo ela, “Os métodos aqui comparecem para fornecer *quadros de análise* através dos quais são ordenados e articulados os conceitos, elementos e variáveis, numa espécie de “arquitetônica” do discurso” (LOPES, 2001, p. 127).

Não há como negar que esses discursos representam a classe que se apropria deles, afinal, não há como produzir discursos sem interferências subjetivas de angulação, seleção, marcas da autoria. Ao falar sobre as pesquisas funcionalistas no campo da comunicação, Lopes (2001, p. 53) destaca que representam uma visão elitista e dominante da cultura; em que havia o desprezo pela cultura das classes subalternas, que não apresentariam “especificidade alguma, além de modalidades ‘atrasadas’ de relações e representações sociais” (LOPES, 2001, p.53). Em outro momento diz que, “em países subdesenvolvidos, o papel modernizador do intelectual tem sido marcado pelo mesmo viés conservador das elites dirigentes e do Estado” (2001, p.47) e aponta a baixa presença das classes subalternas no papel de pesquisadores, local em que poderiam emprestar às pesquisas o olhar das condições em que os seus estão submetidos.

Embora não tenhamos categorizado, foi possível observar assistematicamente que a vertente que nos propusemos a estudar, vai à contramão dessas observações feitas pela autora sobre o campo da Comunicação em geral. Além de muitos pesquisadores que retratam sua relação com o tema como ativistas ou enquanto intelectuais orgânicos, outros falaram de suas relações com as comunidades analisadas, como moradores ou trabalhadores dessas localidades. Ainda, a preferência pela abordagem crítico-dialética, de maneira explícita ou implícita, também contraria o viés conservador das pesquisas. É claro que nossa área de estudos é muito específica e se fizemos uma projeção rápida sobre o quanto representam essas 102 pesquisas, dentre as quase 10 mil que compunham o banco de dissertações e teses da Capes, representaríamos apenas 1% das pesquisas.

Com relação à baixa reflexão sobre o método utilizado, percebemos que as diferentes formas de abordar a metodologia da pesquisa faz com que o pesquisador opte por uma forma mais técnica de apresentação, buscando explicar o passo a passo para a realização da pesquisa, sem considerar necessário explicitar a orientação teórico-metodológica da qual se serve. Desta forma, consideramos um problema nas teses e dissertações, não apenas o silenciamento sobre os métodos de pesquisa enquanto paradigmas que norteiam a pesquisa, mas a falta de clareza na indicação dos tipos e/ou técnicas de pesquisa nos resumos e

introduções; já que embora não haja consenso do que deva ser apresentado, há consenso de que ao menos os tipos e ou técnicas de pesquisa devem ser explicitados. E em muitas pesquisas, tivemos que ir para além dessas partes para entender quais foram os passos dados pelo pesquisador para o encaminhamento das problematizações.

Alguns trabalhos situam o quadro teórico de referência com os autores x, y ou z, sem relacionarem, porém essa escolha com alguma explicitação metodológica. Lopes (2001, p. 101) critica fortemente essa ausência sobre a reflexão e a explicitação metodológica das pesquisas. Segundo ela,

É ele [caráter reflexivo da prática da metodologia] que permite alcançar o uso mais consciente dos métodos e técnicas e que possibilita fundamentar e legitimar as opções concretas dentro da pesquisa. Sabemos que as opções metodológicas são feitas em função de um conjunto *amplo* de critérios vinculados aos projetos concretos de investigação. Entretanto, é importante salientar que essas opções são normalmente tomadas com um baixo grau de consciência por parte do investigador (LOPES, 2001, p. 101).

Ao falar especificamente das pesquisas em Comunicação, já em 2001 a autora questionava sobre a ausência de explicitação metodológica o que vimos refletir na vertente da comunicação popular, alternativa e comunitária, até 2012. Assim diz:

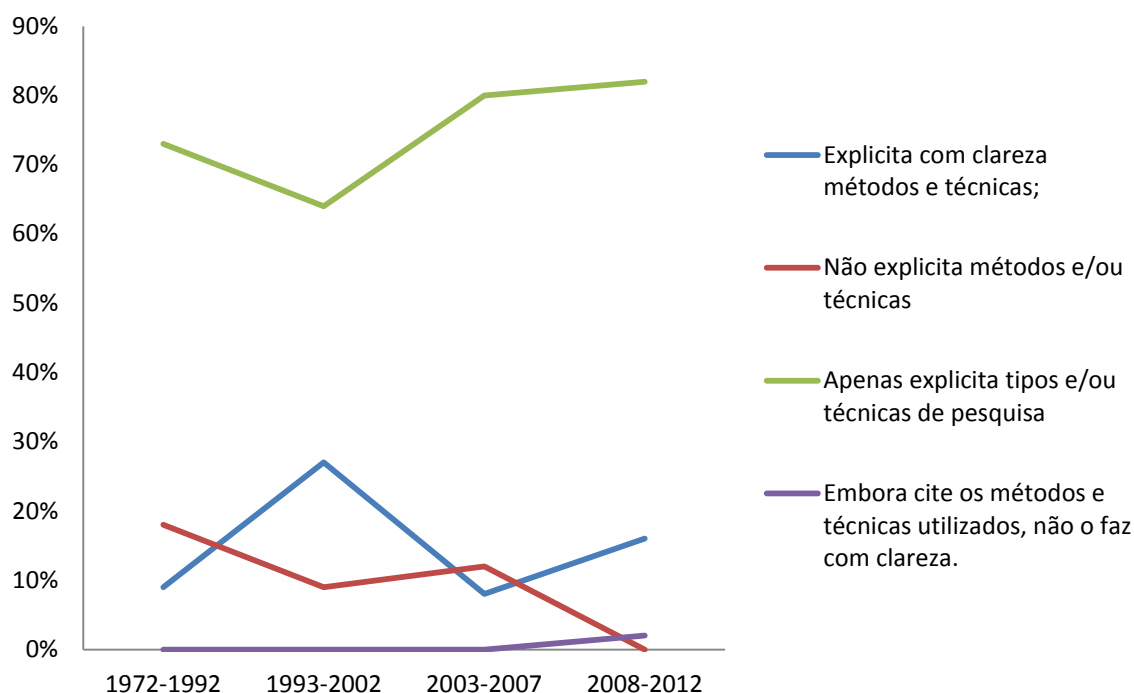
No caso das pesquisas de Comunicação Social, esse fato se expressa, em princípio, por uma quase ausência de explicitação da estratégia metodológica que sustenta a investigação. É comum nas teses de comunicação notar-se um marco teórico que guarda pouca relação com a estratégia metodológica [...] ou então um discurso inicial e bastante genérico sobre o método, que serve mais para preencher a função de “título honorífico”<sup>40</sup>, tal como apontada por Kaplan. Segundo Bachelard, a explicitação dos métodos é requisito indispensável para o exercício da vigilância epistemológica que deve ser exercida pelo investigador (LOPES, 2001, p. 101-102).

Vejamos os dados sobre o tema com o apoio de um gráfico comparativo:

---

<sup>40</sup> Segundo a autora, citando Kaplan, o termo título honorífico servia para designar uma preocupação formal, que serviria para assegurar o “status científico”, sem qualquer indicação clara de como a preocupação se incorpora à investigação (LOPES, 2001, p. 101).

Gráfico 7 - Explicitação metodológica nas pesquisas da amostra, conforme cada fase de análise.



É possível perceber melhor, pelo gráfico, o caráter instrucional e técnico que o tema “métodos e técnicas de pesquisa” tem representado. O ponto positivo é que mesmo a explicação técnica foi ascendente no último período de análise, juntamente com a explicitação plena dos métodos e técnicas, se compararmos com os anos de 2003 a 2007. Além disso, os casos de pesquisas que não explicitavam métodos nem técnicas caíram para zero e os que citam, mas com pouca clareza, representam neste último período apenas 2%.

É possível que com o amadurecimento das Ciências da Comunicação, assim como as cada vez mais frequentes discussões epistemológicas, estejam forjando uma cultura (urgente e necessária) de se dedicar mais atenção à reflexão e aos procedimentos metodológicos. Lopes (2001, p. 15) adverte sobre essa necessidade: “A legitimação da Comunicação no campo científico depende muito do avanço da prática da pesquisa, que é essencialmente uma prática metodológica”.

Entre os colegas da pós-graduação e também nos cursos da graduação com os quais tenho/tive contato, essa hipótese de amadurecimento do campo e maior espaço dedicado à metodologia tem sido uma realidade que, apesar de muito lenta e gradual, está em movimento. Esse é um dos caminhos para o fortalecimento do campo enquanto ciência e viabilizador de mais avanços acadêmicos.

Quanto à abordagem das pesquisas, elas são majoritariamente formadas por estudos empíricos (80%), enquanto 20% se referem a estudos teóricos.

Quadro23 – Abordagem das pesquisas desenvolvidas entre os anos de 1972-2012

<b>Abordagem</b>	Estudos teóricos	21
	Estudos empíricos	81
	<b>Total</b>	<b>102</b>

Percebe-se a predominância de pesquisas que vão a campo, que se misturam com o objeto, que buscam a partir de uma observação sistemática entender as transformações que se dão por meio da CPAC, na prática. O alto índice de estudos de casos (32%), observações participantes (27%) ou pesquisas-ação (6%) confirmam isso.

Especificamente quanto a tipos e técnicas de pesquisa, identificamos que 100% das pesquisas são de cunho qualitativo, apesar de algumas apresentarem técnicas quantitativas de coletas de dados, em alguns momentos, como por meio da utilização de questionários (*survey*); levantamentos de dados de acesso; audiência etc.

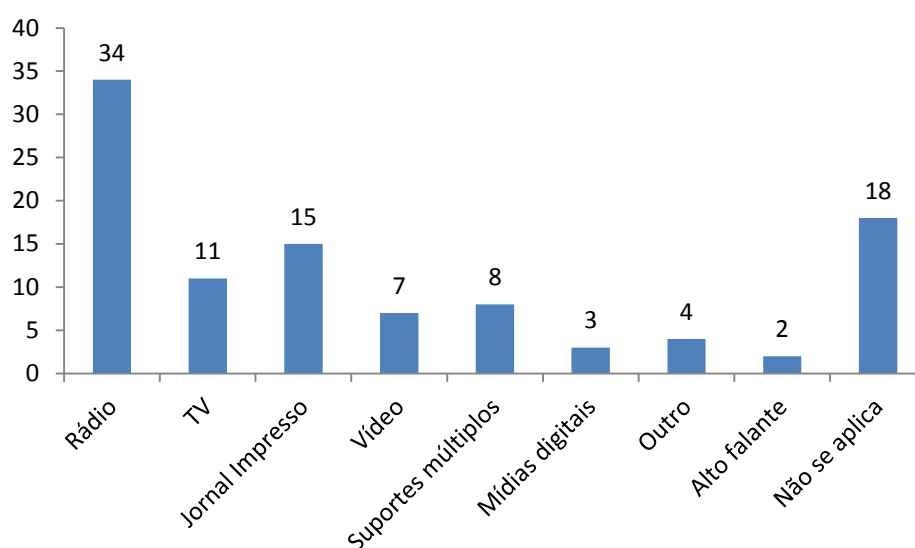
Vale destacar ainda, para encerrar a discussão sobre a metodologia, que não identificamos nenhuma pesquisa que tenha se utilizado de softwares ou outras ferramentas tecnológicas para a organização ou análise de dados (a não ser os instrumentos de coletas de dados como gravadores, as câmeras fotográficas e as cinematográficas). Há diversas ferramentas que podem auxiliar o pesquisador também nas ciências sociais. Parece haver um estigma de que as outras áreas podem utilizar tecnologias de análise, mas nas Ciências da Comunicação eles são desnecessários. Em 16 pesquisas, identificamos que foram realizadas análises de conteúdo e de discurso. Softwares como o Atlas.ti e o NVivo podem contribuir com a organização dos materiais, adaptação dos formatos, categorização, otimizando o tempo do pesquisador e favorecendo as análises.

O NVivo por exemplo, mais do que um software de análise de conteúdo, é um software que pode auxiliar sobremaneira a pesquisa bibliográfica, etapa fundamental de toda pesquisa em Ciências da Comunicação.

A utilização do NVivo na preparação do material e pesquisa bibliográfica desta tese, foi uma experiência que nos motivou a buscar novas possibilidades de aliar tecnologia e

pesquisa em comunicação. Ao colocarmos a internet, as redes sociais e os audiovisuais como objetos de análise, por exemplo, podemos e devemos nos apoiar nessas ferramentas. Este é mais um desafio para as pós-graduações em comunicação: desenvolver uma cultura tecnológica junto à pesquisa, que inclusive pode render abordagens diferenciadas e análises mais profundas, com representações gráficas e esquemáticas que, ao contrário do que muitos pensam, não engessam a pesquisa social, mas lhe dão novos suportes e a possibilidade de se aperfeiçoar.

Gráfico 8 - Suportes analisados nas teses e dissertações da amostra total (1972-2012)



Dentre os suportes analisados pelas teses e dissertações, identificamos a predominância dos estudos sobre rádios (33%), sendo que 91% destes falavam sobre rádios comunitárias. Em segundo lugar, destacam-se as pesquisas que analisaram jornais impressos (15%), sendo que, destes, 79% dizem respeito à comunicação ou jornalismo alternativo. Dentre as dissertações e teses que analisaram a televisão (11%), em 90% dos casos o enfoque era a comunicação popular e comunitária. O vídeo, por sua vez é o quarto suporte mais analisado (7%) e, na maioria dos casos, 57%, a pesquisa dizia respeito à comunicação popular e alternativa.

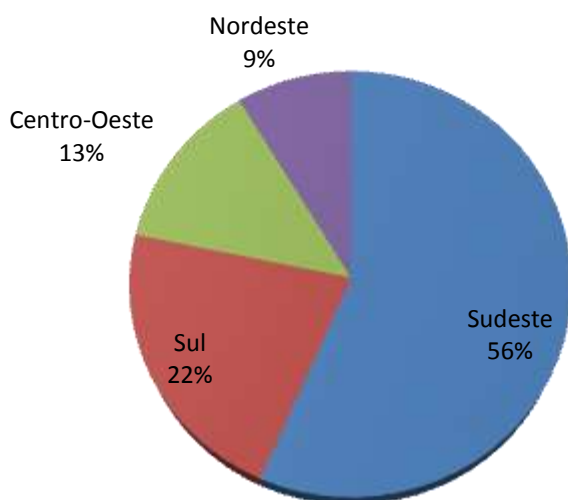
Entendemos que a definição do tipo de experiência (popular, alternativa, comunitária ou mista) não precede a escolha do meio de comunicação a ser utilizado. Parece-nos, porém, que as características técnicas, de produção, linguagem, distribuição, seus formatos e até mesmo questões legais (como no caso da regulamentação de rádios e TVs comunitárias), tornam alguns veículos mais propícios a serem usados em determinadas situações: Rádio e

TV enquanto comunicação popular e comunitária e Impresso e Vídeo enquanto comunicação popular e alternativa, por exemplo.

### 5.3 Instituições e professores-orientadores que centralizam produções na subárea

Identificamos inicialmente no que diz respeito às instituições que produziram pesquisa sobre CPAC, que estão seguindo a tendência da concentração dos Programas, predominantemente na região sul e sudeste. Apenas 23 instituições entram na lista sendo que, destas, 13 estão localizadas na região sudeste (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro), 5 na região sul (Paraná e Rio Grande do Sul), 2(duas) no nordeste (Ceará e Pernambuco) e 3(três) no Centro-Oeste (Goiás e Distrito Federal), conforme demonstrado no gráfico abaixo.

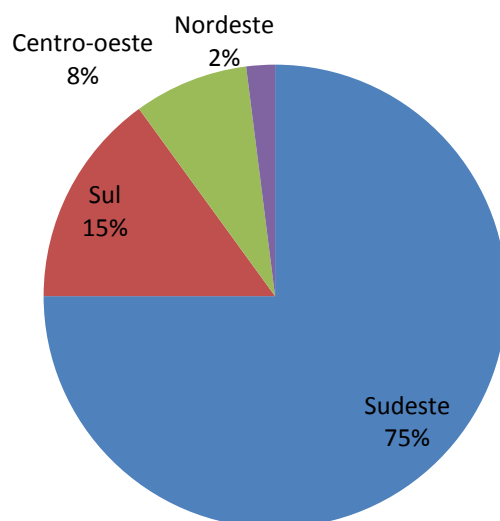
Gráfico 9 – Distribuição das Instituições que desenvolveram pesquisas sobre CPAC, segundo nossa amostra, por região (1972-2012)



Não há nas pesquisas filtradas sobre CPAC produção referente às Universidades do Norte, provavelmente pelo tempo de vida dos Programas, já que a Universidade Federal do Amazonas iniciou a oferta do mestrado em 2008 e a Universidade Federal do Pará em 2010. De toda forma, sabe-se que pesquisadores de outras regiões migram para os programas mais antigos e com mais possibilidades de vagas para aprimorarem seus estudos.

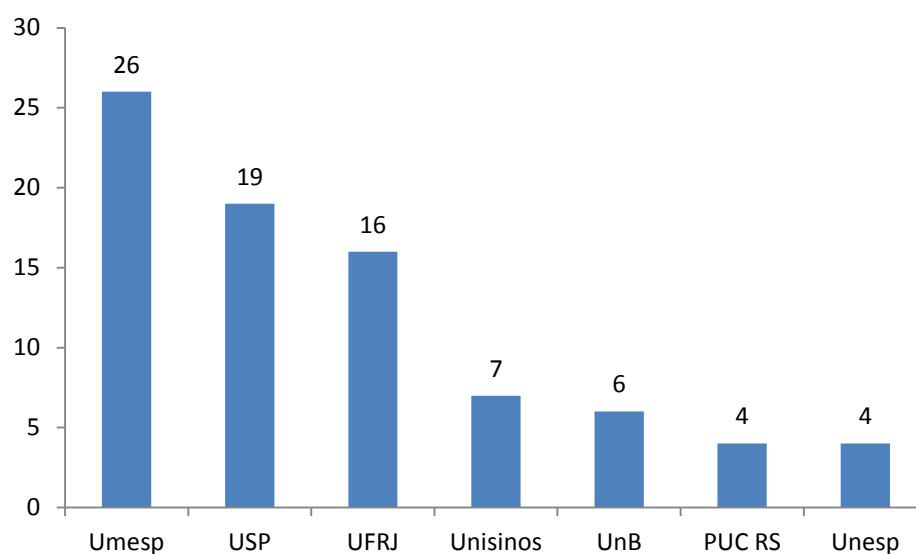
Quando buscamos identificar a porcentagem de teses e dissertações distribuídas nessas instituições, a concentração é ainda maior, pois as instituições do sudeste, até pelo tempo de existência, somam muito mais trabalhos.

Gráfico 10 - Distribuição das teses e dissertações sobre CPAC, segundo nossa amostra, por região (1972-2012)



Para encerrar essas considerações gerais sobre as análises de conteúdo quantitativas, elencamos instituições e orientadores que mais favoreceram o desenvolvimento desta subárea.

Gráfico 11 - Programas de Pós-Graduação que mais desenvolveram pesquisas sobre a comunicação popular, alternativa e comunitária (1972-2012)



Juntas, estas 7 (sete) instituições somam 82 pesquisas desenvolvidas no período de 1972 a 2012, representando 80% do total. As outras instituições<sup>41</sup> que produziram teses e dissertações sobre a subárea estudada não foram apresentadas no gráfico, pois tinham apenas 1 (uma) ou 2 (duas) pesquisas sobre o enfoque. Citamos três pontos, que precisam ser analisados de maneira cruzada, que contribuem para este protagonismo:

**1) Ano de criação do curso de pós-graduação em comunicação:** das sete instituições que mais centralizaram publicações sobre a subárea, quatro surgiram na primeira década da instalação de cursos de pós-graduação em comunicação no Brasil, ainda nos anos 1970: USP e UFRJ (1972); UNB (1974) e UMESP (1978), sendo que todas mantêm seus Programas ainda em atuação. Unisinos e PUC-RS iniciam seus Programas na década de 1990, sendo que, em ambas, o mestrado começa em 1994 e o doutorado em 1999; e a Unesp (Bauru), em 2002 inicia a oferta do mestrado e mais recentemente em 2014, o doutorado.

**2) Contemplam linhas de pesquisa específicas ou próximas da subárea:** das sete instituições, quatro possuem linha de pesquisa específica para a temática. O Poscom da Universidade Metodista, por exemplo, intitulou a linha 1 como “Comunicação midiática nas interações sociais”, destacando na ementa<sup>42</sup> que “A linha abrange pesquisas que têm como foco tanto a grande mídia quanto a comunicação comunitária e alternativa”. No Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da USP, o programa define como Área 3. Interfaces sociais da comunicação; linha 3a. Comunicação, Cultura e Cidadania; abrindo possibilidades concretas de inserção da temática na linha. Na UFRJ, sob o título “Mídia e mediações socioculturais”, a linha contempla a vertente de estudos, ao destacar<sup>43</sup> que “Desenvolve metodologias e análises críticas dos fenômenos comunicativos nas produções da mídia, nas instituições de mediação tradicional e nas práticas socioculturais”. O Programa da Unisinos propõe como a linha 3 - “Cultura, Cidadania e Tecnologias da Comunicação”. Unesp, PUC-RS e UnB não apresentam, atualmente, linhas específicas sobre a subárea. Na UnB, as linhas “Jornalismo e Sociedade” e “Políticas de Comunicação e de Cultura” acabam contemplando

---

<sup>41</sup> PUC-MG, PUC-RIO, PUC-SO, UCB, UCL, UEL, UERJ, UFC, UFF, UFG, UFJF, UFMG, UFPE, UFPR, UFRGS e Unicamp.

<sup>42</sup> Disponível em <http://portal.metodista.br/poscom/estrutura-do-programa/linhas-de-pesquisa>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

<sup>43</sup> Disponível em [http://www.pos.eco.ufrj.br/site/linhas\\_de\\_pesquisa\\_mms.php](http://www.pos.eco.ufrj.br/site/linhas_de_pesquisa_mms.php). Acesso em 15 de janeiro de 2015.

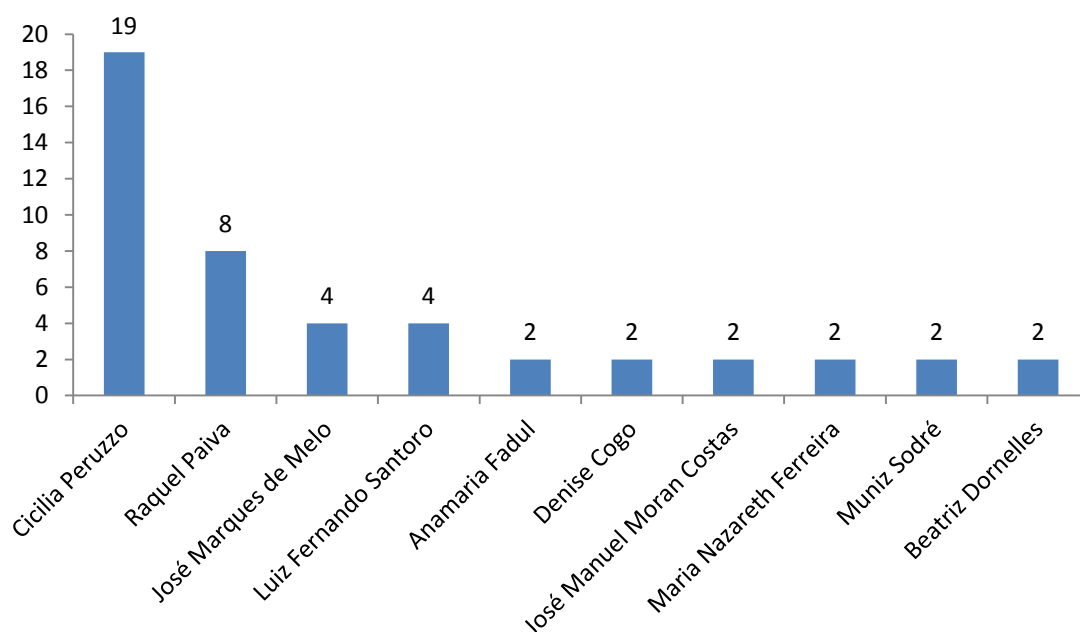
as pesquisas em comunicação popular, alternativa e comunitária pelo viés político, da regulamentação, do radiojornalismo etc. As linhas de pesquisa da Unesp são bem amplas e abrem margem para a investigação da temática enfocada. São elas: “Processos midiáticos e práticas socioculturais”; “Produção de sentido na comunicação midiática” e “Gestão e políticas da informação e da comunicação midiática”. O mesmo acontece com a linha 2 da PUC-RS, intitulada “Práticas Profissionais e Processos Sociopolíticos nas Mídias e na Comunicação das Organizações”, que é ampla e permite o desenvolvimento de pesquisas sobre CPAC.

Vale ressaltar ainda que outros programas de Pós-Graduação em Comunicação têm definido linhas de pesquisas próximas à comunicação popular, alternativa e comunitária; seguindo o aumento de interesse dos pesquisadores pelo tema; dentre eles podemos citar o Programa da Universidade Federal de Goiás, da Universidade Federal do Ceará, da Universidade Federal do Piauí, da Universidade Federal do Paraná e da Universidade Estadual de Londrina, por exemplo. O fato de serem cursos recentes certamente influenciou na quantidade não expressiva de pesquisas até 2012.

**3) Reúnem professores orientadores que se dedicam/dedicaram à temática;** o que indica o quanto estes professores estimulam a produção de conhecimento nestes locais sobre comunicação popular, alternativa e comunitária. Na Metodista, destaca-se a atuação do prof. José Marques de Melo, na década de 1980 com duas orientações; e da profa. Cicilia Peruzzo, a partir dos anos 2000, com 19 orientações concluídas. Na UFRJ, temos Muniz Sodré, com duas orientações, na década de 1990 e de Raquel Paiva, a partir dos anos 2000 (totalizando oito orientações). Na USP, apesar de não termos atualmente um nome que se dedique exclusivamente à comunicação popular, alternativa e comunitária, repetem-se como orientadores, José Marques de Melo, com duas orientações nos anos 1980; Anamaria Fadul, com duas assistências, em 1989 e 1991; Maria Nazareth Ferreira, com orientações em 1991 e 2005; José Manuel Moran Costa, orientador em 2000 e 2001; e Luiz Fernando Santoro, em 2005 e 2006. Denise Cogo, professora e pesquisadora atualmente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da ESPM-SP, orientou duas pesquisas enquanto professora da Unisinos, uma em 2010 e outra em 2012. Beatriz Dornelles é responsável pela orientação de duas pesquisas na PUC-RS. Unesp e UnB não contam com

professores que, até 2012, centralizavam pesquisas sobre o tema<sup>44</sup>. No gráfico abaixo é possível verificar melhor como se dá a distribuição das pesquisas pelos orientadores que se repetem.

Gráfico 12 - Professores que orientaram duas ou mais pesquisas sobre comunicação popular, alternativa e comunitária, conforme nossa amostra (1972-2012).



Por último, mas não menos importante, vale lembrar que tanto a Universidade Metodista de São Paulo quanto a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que estão entre as três principais referências sobre o tema no Brasil, mantêm grupos de pesquisa fortes e que muito contribuem para a subárea, promovendo encontros, discussões, investigações teóricas e empíricas. Uma pesquisa rápida nos Currículos Lattes desses professores orientadores e nas produções desses grupos de pesquisa, nos indica que a contribuição deles é muito maior se incluirmos teses e dissertações que englobam a Imprensa alternativa, a Cultura Popular, a Folkcomunicação, a Comunicação para a mudança social, entre outros temas. Não teríamos, porém como analisar as pesquisas que englobem todo esse espectro de temas correlatos e também de nosso interesse. Portanto, delimitar nosso enfoque na comunicação popular,

<sup>44</sup> Orientaram pela Unesp, Elaine da Graça de Paula Caramella, Maximiliano Martin Vicente, Juliano Maurício de Carvalho e Ricardo Alexinon Ferreira; e pela UnB, Maria Angélica Madeira, Mauro Pereira Porto, Murilo Cesar Ramos, Nélia Rodrigues Del Bianco, Cesar Ricardo Siqueira Bolaño e Luís Martins da Silva, todos com uma orientação cada.

alternativa e comunitária seguindo nosso quadro de referência, não significou menosprezar toda essa produção, mas foi estratégia metodológica para a viabilização desta pesquisa.

Para fins de conhecimento dos dois principais grupos de pesquisa, faremos uma breve apresentação.

Registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), como Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local (Comuni), desde 31 de maio de 2004, o grupo organiza-se atualmente sob a forma de Comunidade Emergente de Investigação, seguindo os princípios da cibercultur@<sup>45</sup> que vem sendo estudados pela coordenadora do grupo, Cicilia Maria Krohling Peruzzo, desde sua pesquisa de pós-doutorado na Universidade Nacional Autônoma do México, sob acompanhamento do prof. Jorge González.

Conforme explica a coordenadora do grupo,

A partir de 2005 [o Comuni] promove um Encontro anual (em 2014 aconteceu o décimo) destinado à socialização das pesquisas acadêmicas concluídas por membros do grupo e, ao mesmo tempo, acolher nas instalações da Universidade, grupos representativos de práticas de comunicação comunitária para relatar suas experiências. Portanto, trata-se de uma estratégia para provocar o intercâmbio de saberes popular e científico. Realiza também outras atividades que variam a cada semestre, que vão da realização de painéis e colóquios sobre temas emergentes, discussão a partir de leituras programadas de textos, promoção de cursos de curta duração, elaboração conjunta de *paper*, organização de livros (contribuições apresentadas no Encontro anual), alimenta lista de discussão, mantém um blog, e também tem dado assessoria (educação não-formal) a grupos de Comunicação em comunidades (PERUZZO, 2014, p. 12-13).

O Comuni que, conforme destacado em seu blog<sup>46</sup>, pesquisa os processos de comunicação popular, alternativa, comunitária e local e sua relação com o exercício da cidadania, além de investigar a comunicação protagonizada por movimentos sociais, ONGs, instituições públicas e privadas de mídia local e comunidades virtuais; congrega alunos e ex-alunos do POSCOM Metodista (mais de 30 já se vincularam ao grupo de pesquisa), além de pesquisadores de outras localidades (São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Pernambuco, Piauí, Bahia, Minas Gerais e na Paraíba, como também em outros países: Moçambique e Bélgica) que tenham interesse em participar das discussões. Além das reuniões e do encontro anual,

---

<sup>45</sup> Ler mais sobre em PERUZZO (2014)

<sup>46</sup> Ver <http://comuni.org.br/>

que são presenciais, o grupo dispõe de uma sala virtual (plataforma DEN<sup>47</sup>), em que consegue reunir os “nós<sup>48</sup>” espalhados pelo Brasil e outros países.

Na UFRJ, o Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC) relaciona graduação e pós-graduação em Comunicação, “voltados para a experimentação pedagógica e a pesquisa da comunicação articulada aos modos de comunidade e de solidariedade que não se acham inteiramente abrangidos pelo que contemporaneamente se entende como sociedade”, como afirmam no site da instituição<sup>49</sup>. O Laboratório apresenta duas modelizações do organismo social, apresentadas como opostas: **a modelização societária**, que se dá no âmbito da sociedade liberal moderna, na qual “se concentram todas as instituições e representações vinculadas ao poder de Estado e à organização da produção, destinadas a normalizar os indivíduos e produzir hegemonia, isto é, dominação por consenso”; e a **modelização comunitária**, em que o termo comunitário designa “o sentido de uma modelização de sociabilidade caracterizada por uma forte dinâmica de identificação, diferenciação e aproximação — portanto, por um sentimento de identidade grupal — que pode até mesmo prescindir de território físico, mas que normalmente se reconhece pelas marcas enunciativas de lugar”. É neste contexto teórico amplo sobre o entendimento da comunicação comunitária, que o LECC se propõe, conforme indicado no site do Laboratório, a:

- (1) Estudar textos essenciais sobre mídia, mediações socioculturais, princípios da sociabilidade no mundo ocidental e em outras formações civilizatórias.
- (2) Pesquisar a diversidade cultural e comunicacional, entendida como outra possibilidade de realizar a troca e a interação social, em busca de formas de autonomia social (desenvolvimento sustentável) e de novos padrões de sociabilidade (capital social).
- (3) Incrementar as pesquisas em comunicação comunitária tanto em nível de Graduação quanto na Pós-Graduação.
- (4) Dar continuidade a programas de formação prática de repórteres e radialistas vinculados a rádios comunitárias.

Fica o registro de quanto esses grupos contribuem para o fortalecimento de pesquisas sobre comunicação popular, alternativa e comunitária; assim como com temáticas próximas:

---

<sup>47</sup> Plataforma em que são transmitidas as reuniões mensais e encontros anuais, possibilitando interação e participação ativa (por meio de mensagens audiovisuais ou textuais).

<sup>48</sup> Cada pesquisador que forma esta rede intitulada Comunidade Emergente de Investigação, é considerado um nó de atuação do grupo em sua localidade, amplificando as discussões, propostas e resultados do grupo.

<sup>49</sup> Disponível em [http://www.pos.eco.ufrj.br/site/nucleos\\_de\\_pesquisa.php?id=7](http://www.pos.eco.ufrj.br/site/nucleos_de_pesquisa.php?id=7).

comunicação e desenvolvimento local; imprensa alternativa, comunicação sindical, comunicação e cidadania etc.

Após esta detalhada análise pautada nos aspectos quantitativos das teses e dissertações, com inferências, partiremos no próximo capítulo a uma análise qualitativa apenas das teses de doutorado; a fim de identificarmos caminhos que nos apontem para os principais aspectos e tendências teóricas dentro da CPAC, além de mapearmos os principais autores que embasam esta subárea nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação no Brasil.

## Capítulo IV – AS TESES SOBRE COMUNICAÇÃO POPULAR, ALTERNATIVA E COMUNITÁRIA NO BRASIL

A primeira sensação ao identificarmos 15 teses de doutorado<sup>50</sup> desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Comunicação no Brasil, no período que engloba 1972 a 2012 (Anexo H) sob o foco da comunicação popular, alternativa e comunitária, foi a de que a produção científica era pequena demais para a abrangência e importância do tema. O segundo momento, reflexivo, demonstrou que a abrangência aqui não estava sendo de fato considerada, pois, geralmente são incluídos no mesmo leque, os trabalhos sobre imprensa alternativa, comunicação para o desenvolvimento, comunicação e cidadania, mídia-educação, comunicação para a transformação social e nós assumimos um recorte que limita quanto a analisar tamanha diversidade temática ao definir como foco a comunicação popular, alternativa e comunitária. As pesquisas selecionadas representam um pouco de cada subtema elencado, o que não significa que todas as pesquisas referentes a cada subtema estejam aqui analisadas.

A quantidade aparentemente baixa de pesquisas também se justifica, pois, se considerarmos que o primeiro curso de doutorado surgiu em 1980, na USP (LOPES; ROMANCINI, 2012, p.200-204), havia apenas nove (9) Programas antes dos anos 2000 oferecendo o curso de Doutorado e antes dos anos 1990 apenas três (3). Deve-se considerar também que um doutorando leva geralmente cerca de quatro (4) anos para finalizar sua pesquisa e que esta subárea por nós elencada compete com todas as outras discussões referentes às Ciências da Comunicação.

A primeira tese identificada sobre o tema é defendida em 1988, na Universidade de São Paulo, por Luiz Fernando Santoro, enfocando o vídeo popular. Desta até 1999, registramos seis (6) teses, sendo as outras 10 defendidas entre 2000 e 2012.

Tabela 1– Distribuição das teses por período de tempo e por Instituições de Ensino Superior

<b>IES</b>	<b>1988 - 1991</b>	<b>1997-1999</b>	<b>2000-2005</b>	<b>2006-2012</b>	<b>Total por IES</b>

<sup>50</sup>Foram analisadas todas as teses selecionadas por nossos filtros, conforme explicitado no capítulo I e complementado no capítulo III.

<b>USP</b>	3	1	3	0	7
<b>UFRJ</b>	0	2	0	0	2
<b>UMESP</b>	0	0	1	2	3
<b>PUC-RS</b>	0	0	1	0	1
<b>UNISINOS</b>	0	0	1	1	2
<b>Total por período</b>	3	3	6	4	15

Dentre os autores que se dedicaram ao tema em suas pesquisas de doutorado, estão: Luiz Fernando Santoro, Ana Maria Cardoso de Andrade, Cicilia Maria Krohling Peruzzo, Raquel Paiva de Araújo Soares, Dalmer Pacheco de Almeida, Luiz Deganello, Pedro Vicente Costa Sobrinho, Adriana Azevedo Paes de Barros, Louise da Costa Lage, Alvaro Fraga Moreira Benevenuto Junior, Cláudia Lahni, Silas Nogueira, Tomás José Jane, Roberto Joaquim de Oliveira e Daniel Barsi Lopes.

Se considerarmos o eixo principal das pesquisas, temos o seguinte quadro:

Quadro 24 – Eixo principal das teses desenvolvidas entre 1972-2012

<b>Eixo principal</b>	Comunicação popular e alternativa	3
	Comunicação popular e comunitária	10
	Comunicação popular, alternativa e comunitária	1
	Jornalismo Popular Alternativo	1
	<b>Total</b>	<b>15</b>

O foco, mais uma vez está sobre a comunicação popular e comunitária, confirmando o interesse dos pesquisadores por entender essa forma de comunicação que se realiza de maneira dependente do envolvimento grupal – e neste caso subalterno -, e as possibilidades que se abrem de mudança social a partir do empoderamento dos grupos.

A gama de subtemas elencados é imensa. As teses versam sobre vídeo popular; sobre os centros populares de documentação e comunicação; sobre televisões e rádios comunitárias; sobre mídias digitais e novas tecnologias de informação e comunicação; sobre

correspondentes populares; teorizam sobre participação; comunidade; sobre mídia-educação, sobre a cultura das classes populares e sobre movimentos sociais. Lado a lado a essas abordagens, há também, em uma pesquisa, a utilização da expressão “comunicação comunitária” apenas pelo viés da regulamentação. Na tese citada não se demonstra potencial transformador dessa mídia, até porque ela é apresentada apenas como instrumento de comunicação e não vem de demandas comunitárias, tampouco propicia o envolvimento de pessoas com interesses comunitários.

Vê-se que a seleção garante uma variedade de abordagens que, se por um lado já demonstra a amplitude da subárea, por outro também demonstra a dificuldade de se avaliar um espectro tão grande de discussões, paralelamente.

Nosso intuito não é o de comparar teses com objetos e propostas tão diferentes, mas de analisá-las horizontalmente, de forma a destacar intersecções, consensos e dissensos teóricos; além de situarmos os conceitos e autores chave para a subárea.

Para isso, elencamos alguns eixos temáticos em forma de questionamentos, sobre os quais deteremos nosso olhar:

1. Pesquisadores-ativistas? A relação dos autores com os movimentos sociais
2. Locais analisados pelas teses quanto às experiências de comunicação
3. Sobre as classes populares representadas nas teses.
4. Agentes que dão suporte às classes populares
5. O papel da participação
6. Formas, conteúdos e objetivos da CPAC
7. Destinatários
8. Autores referência e conceitos importantes para a subárea

Apesar de não termos analisado apenas os resumos, para fins de ilustração e registro, a transcrição de todos os resumos das teses pode ser visualizada no Anexo I.

Uma das grandes dificuldades ao se propor um estudo da arte é a definição de procedimentos metodológicos que garantam a qualidade e a fidelidade das análises. Alguns autores optam por utilizar apenas títulos e resumos para a análise, outros levam em conta o teor total do trabalho, mesmo que não seja feita uma leitura detalhada, mas que seja capaz de clarear pontos obscuros dos resumos e títulos que muitas vezes não representam a obra como deveriam. Ferreira (2002, p. 265-266) aponta que

Há sempre a sensação de que sua leitura a partir apenas dos resumos não lhe dá a ideia do todo, a ideia do que “verdadeiramente” trata a pesquisa. Há também a ideia de que ele possa estar fazendo uma leitura descuidada do resumo, o que significará uma classificação equivocada do trabalho em um determinado agrupamento, principalmente quando se trata de enquadrá-lo quanto à metodologia, teoria ou mesmo tema.

Diante dessa problemática, cabe aos pesquisadores do estado da arte decidir como atuar. Alguns optam por ignorar os problemas na produção dos resumos, mas a ausência de informações importantes como metodologia e/ou breves conclusões da pesquisa prejudicam sobremaneira a análise quanti-qualitativa dos trabalhos.

Para ilustrar, identificamos que, entre as 15 teses, apenas nove (9) resumos apresentavam indicações metodológicas como tipos ou técnicas de pesquisa, o que equivale a cerca de 60% do total. Em outros 6 (seis) resumos esta informação não aparecia, constando apenas da introdução.

Devido a isso, para esta tese optamos por ter acesso ao texto completo para que pudesse ser confrontado com o resumo e garantisse maior fidedignidade na hora da análise.

A partir dos eixos temáticos definidos, aprofundaremos a análise qualitativa das teses.

## **1. Pesquisadores-ativistas? A relação dos autores com os movimentos sociais**

Chamou-nos atenção, a partir de uma observação assistemática durante a Análise de Conteúdo das 102 pesquisas, que, durante as introduções das dissertações e teses, muitos pesquisadores falavam sobre suas relações com os movimentos sociais, populares, sindicais, demonstrando a proximidade com o tema e justificando sua escolha. Seria a pesquisa outra forma de militância?

Ao escrever texto intitulado “Repensando a ciência participativa na pesquisa em comunicação”, Denise Cogo (2007) já falava sobre como a própria concepção teórica da comunicação popular interferia no fazer ciência:

Se, portanto, essa comunicação de base ou popular propunha um processo de interação comunicacional baseado na ruptura dos papéis tradicionais de produtor e receptor dos meios de comunicação para a instauração de processos comunicacionais mais horizontais, dialógicos e críticos que favorecessem a reciprocidade e a relativização de assimetrias e desigualdades nos processos de apropriação e uso dos meios de comunicação na sociedade, a restituição dessa reciprocidade não poderia ser esquecida quando da transformação dessa comunicação popular em objeto de pesquisa no campo da comunicação (COGO, 2007, p. 153).

Faz parte de sua discussão também a utilização da pesquisa-ação e da pesquisa participante como método de pesquisa sobre comunicação popular, porém, segundo Michel Thiollent (apud COGO, 2007, p. 154) “[a pesquisa-ação] é uma proposta independente de qualquer objetivo popular [...] e pode ser compatível com o positivismo e o empiricismo”, inclusive. Cogo (2007, p. 154-155) aponta porém que o método é “insistentemente colocado na fronteira com a militância” e exige uma posição diferenciada por parte dos pesquisadores que a utilizam, para que não caiam “nos riscos de conversão da ciência em um instrumento de ação militante ou comprometida”.

Nas teses analisadas, os autores esforçam-se por apresentar pontualmente suas relações com a comunicação popular, reforçando a utilização de protocolos de pesquisa e outras técnicas que contribuam para um distanciamento durante as análises.

A exemplo de Cláudia Lahni (2005, p. 35) que realiza uma pesquisa participante e esclarece:

Neste trabalho, se a escolha do objeto e o envolvimento da autora foram marcados pela subjetividade, as atividades de pesquisa foram norteadas pela busca de objetividade na coleta e exame criterioso de diferentes materiais, bem como na delimitação teórica, constitutiva de critérios analíticos.

Dentre os 15 autores, 9 (nove) explicitaram durante a tese seus envolvimento ou contribuições aos movimentos populares e/ou sociais, como comunicadores, professores ou oferecendo capacitação e assessoria às classes populares. O fato de 4 (quatro) deles não o terem feito, não significa porém que não tenham aproximação com a área fora da academia. Apenas não deixaram clara sua posição. Dois pesquisadores foram taxativos em dizer que não tinham proximidade anteriormente com a comunicação popular, alternativa e comunitária e com as classes populares, (ANDRADE, 1989, p. 57) que afirmou que, foi a partir da escolha do tema que passava a estabelecer um compromisso com as classes subalternas e Barsi Lopes (2012) que atribuiu a sua não-participação em projetos de cunho popular como importante para o desenvolvimento do papel de pesquisador, retomando a discussão sobre as interferências da militância na pesquisa. Assim explicou:

Vendo a relação pesquisador x objeto por outro viés, acredito que possa ser bastante proveitosa a construção de uma investigação que dê conta de analisar os movimentos juvenis e seus imbricamentos com as mídias e com as culturas a partir de um olhar distanciado de quem desenvolve a pesquisa. Não o olhar do militante, a reflexão do engajado na política, ou a percepção daquele que a vida inteira esteve vinculado ao movimento estudantil e/ou social, e que, muitas vezes, justamente devido ao tipo de trajetória marcada pelo ativismo político, pode não conseguir se aperceber das tantas nuances que envolvem o vínculo entre cidadania e movimentos socioculturais

juvenis. A visão, por vezes viciada, de quem está dentro da problemática de pesquisa acaba não conseguindo revelar as entrelinhas do que se procura investigar, o que pode ocasionar uma limitação aos interesses da investigação (BARSILOPES, 2012, p. 206)

Como um contraponto a esta visão do autor, sentimos na tese de Deganello (1999), intitulada “Condições e procedimentos para a implantação de uma televisão comunitária e a indicação de subsídios para elaboração da programação visando colaborar na solução de problemas comunitários”, que uma maior aproximação com o tema e com experiências de comunicação popular e comunitária poderiam ter contribuído para uma visão mais abrangente sobre o tema.

Em sua pesquisa ele simula, utilizando como exemplo a cidade de Barueri, a implantação de uma TV Comunitária; indicando de maneira instrucional, o passo a passo para se implantar a TV Comunitária e dando subsídios para a elaboração da grade de programação.

Fica a impressão de que o autor pretendia com este material ser um suporte para comunidades/entidades interessadas em montar uma TV Comunitária; dado o grau didático do texto, com fotos e explicações do tipo "como utilizar a lauda".

Parece-nos, porém que, se o pesquisador tivesse maior proximidade com o tema ou analisasse uma experiência real ao invés de simular condições para a implantação, ele perceberia outros vieses que perpassam a mídia comunitária e não dizem respeito apenas à estética ou a qualidade técnica da programação; tampouco a participação rasa apresentada.

Metodologicamente, as explicitações e defesas de pontos de vista favoráveis ou contrários ao envolvimento do sujeito com o objeto refletiram em 6 (seis) pesquisas que se utilizam da observação participante e 1 (uma) da pesquisa-ação.

Segundo Cogo (2007, p. 158) as pesquisas participativas no campo da comunicação popular mais do que a proposta antropológica de “conhecer para explicar”, valem-se do legado sociológico de “compreender para servir”.

Isso parece estar claro na tese de Adriana Paes de Barros (2002, p.8), quando diz que buscou na pesquisa uma postura crítica sem abandonar a crença e o compromisso de que “ser cientista é estar compromissado com alguma coisa que afeta a humanidade hoje ou no futuro”. (BORDA apud BARROS, 2002, p. 8).

Também aparece na pesquisa de Benevenuto Jr. (2005), que diz:

Ao viver esta parte da recente história brasileira, enriquecida com a militância nos movimentos estudantil, sindical e político, o pesquisador percebeu que a ação solidária não se completaria com o fato de ser, apenas, um participante da luta pela construção de uma sociedade de direito, livre e justa. Estas experiências precisavam resultar num registro, metodológico e

crítico, que incentivasse a reflexão sobre os caminhos possíveis para alcançar os objetivos da solidariedade, do desenvolvimento sustentável e da justiça social. Era uma missão a ser realizada com ética, sinceridade, humildade, prazer e dedicação (BENEVENUTO JR, 2005, p. 41-42).

Segundo Cogo (2007, p. 160), a introdução dos estudos culturais nos cursos de pós-graduação, por meio de autores como Jesús Martín-Barbero, Nestor García Canclini e Maria Cristina Mata, restaurou o debate acerca do compromisso social e da ciência.

A autora aponta ainda a expansão da pós-graduação em comunicação no Brasil, a constituição de uma comunidade acadêmica nacional a partir da Intercom, aliada ao início da abertura política como

insumos que concorrem igualmente para mobilizar a comunidade acadêmica em torno das modalidades de ciência participativa e as especificidades de sua apropriação para o campo da comunicação, não apenas como método mas como princípio epistemológico ou alternativa a uma demanda por politizar a pesquisa em comunicação desenvolvida no âmbito dos cursos de pós-graduação (COGO, 2007, p. 161).

No geral, os pesquisadores não prometem uma postura de neutralidade científica, pois, como já característico das Ciências Sociais e também da Comunicação, entendem a ciência a partir de valores construídos historicamente e socialmente e reconhecem a interferência do pesquisador na seleção do tema, nas abordagens, nas definições teóricas etc. Em algumas teses citam a afirmação de Paulo Freire no livro “Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos” de que toda a neutralidade proclamada é sempre uma opção escondida.

## **2. Locais analisados pelas teses quanto às experiências de comunicação**

Como identificamos no capítulo I que os Programas de pós-graduação em Comunicação concentram-se majoritariamente (69%) nas regiões sul e sudeste, verificamos nas teses quais as localidades analisadas pelos pesquisadores, pois não há obrigatoriamente uma relação direta entre o local do Programa e o local analisado / objeto. Isso diz mais respeito à origem do pesquisador do que à sede do Programa.

Classificando dentro dos níveis nacional ou internacional, temos 1 (uma) pesquisa que fala exclusivamente sobre o exterior, Moçambique, na África, e 3 (três) pesquisas que falam sobre outros países, incluindo o Brasil na análise: duas delas englobam experiências de comunicação popular (vídeo e rádio) de diversos países da América Latina (Chile, Peru, Equador, Bolívia, República Dominicana, Nicarágua, Cuba, El Salvador e Uruguai) e uma

comparando ações juvenis entre Brasil e Espanha, mais especificamente, Fortaleza e Barcelona.

Quanto às pesquisas exclusivamente nacionais, que são 10, identificamos 5 (cinco) que estudam o sudeste, sendo São Paulo e Minas Gerais os estados mais analisados; 1 (uma) que estuda exclusivamente o Nordeste (Bahia) , 2 (duas) que estudam a região Sul, especificamente o Rio Grande do Sul; 1 (uma) que estuda o Norte (Acre) e 1 (uma) que analisa concomitantemente estados do Sudeste e Nordeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Luiz). Há ainda uma pesquisa de cunho puramente teórico que não enfoca um local para análise especificamente.

Tamanha abrangência de localidades analisadas permitiu-nos conhecer um pouco mais sobre diversas realidades de resistência: posseiros, seringueiros, índios, moradores da periferia, pessoas engajadas aos movimentos populares, associações de bairro, comunidades ribeirinhas, comunidade escolar e seu entorno, movimentos rurais, CEBs, movimento estudantil, organizações de matriz africana etc. Mesmo que não seja de maneira harmônica e que haja predominância nas experiências do sul e sudeste, pode-se experimentar um pouco da diversidade brasileira no que diz respeito à comunicação popular.

Destaca-se também que apesar de tratar de diversas realidades e particularidades, essas pesquisas organizam como pano de fundo a resistência como necessidade. Em alguns casos a situação de miséria, conflito, abandono e/ou negação é mais grave que outras, mesmo assim, a força motriz que sustenta as teses é a necessidade de mudança e de apropriação de direitos.

### **3. Sobre as classes populares representadas nas teses**

É inegável que, em geral, os estudos de comunicação popular, alternativa e comunitária dizem respeito a uma população unida particularmente por um contexto de exclusão. Evidenciamos nas teses a forma como cada autor caracteriza a população envolvida, já que, como dissemos, há realidades distintas, e identificamos dentre as 15 pesquisas apenas uma que destoa na apresentação da população, caracterizando-as como acomodadas e com interesses pessoais e políticos acima dos comunitários.

No geral, os autores as apresentam como pessoas em situação de desigualdade social ou cultural, pobreza, subalternidade e como classe oprimida em oposição à classe dominante ou hegemônica. É interessante, porém, que neste viés, a apresentação se dá a partir da consciência dessas pessoas da situação desigual e injusta da qual fazem parte. Andrade

(1989, p. 26) chega a apontar essa consciência como a responsável por diferenciar massa e povo, ao dizer que “O aglomerado de indivíduos alienados recebe o nome de ‘massa’, ao passo que quando sua consciência crítica desponta, quando se reconhece como sujeito de um processo histórico, quando é capaz de lutar por suas esperanças, é chamado ‘povo’” (ANDRADE, 1989, p. 26).

Na conceituação mais politizada de classes populares, essa consciência é a que permite o link com os movimentos populares, sindicatos, associações de moradores, por exemplo, retratado em Santoro (1988, p. 97) ao analisar a produção de vídeo alternativo no Brasil e América Latina.

Dalmer Pacheco de Almeida (1999) e Pedro Costa Sobrinho (2000) baseiam-se nos conceitos de classes do marxismo para caracterizar os envolvidos nos projetos analisados de comunicação popular em cada tese. Costa Sobrinho (2000), ao analisar a comunicação dos e para os pobres, posseiros, indígenas, seringueiros e trabalhadores do Acre, adianta já na introdução que

As categorias e os conceitos considerados fundamentais do materialismo histórico, tais como trabalho, processo de produção, valor, forças produtivas, relações sociais de produção, capital, lutas de classes, classes sociais, dominação, exploração, ideologia, aparelhos ideológicos, Estado, hegemonia e outros estarão incorporados ao contexto da exposição (COSTA SOBRINHO, 2000, p.22).

Dalmer Pacheco de Almeida também aponta a questão de classe como vital para teoria e prática da comunicação popular. O autor argumenta que “as culturas das classes populares, por conseguinte, são produtos da apropriação desigual do capital cultural, aliada à elaboração das condições de vida e à relação conflituosa com as classes hegemônicas” (ALMEIDA, 1999, p. 14). Neste sentido, segundo ele, “a classe dominante busca sempre legitimar sua superioridade, daí, a necessidade de contraposição de culturas” (ALMEIDA, 1999, p. 10). Há aqui, a apresentação antagônica da cultura popular com relação à massiva, porém, ao cunhar o conceito de popular travestido, ele aponta a inserção da cultura hegemônica e opressora na cultura popular, o que neutralizaria conflitos necessários. Vejamos:

A dificuldade da obtenção de um conceito consensual sobre o que seja Comunicação Popular ou Culturas Populares reside no fato de que a ideologia hegemônica, dominante, opressora – que deveria ser rechaçada radicalmente pelos segmentos oprimidos – permeia suas culturas e consegue neutralizar conflitos e influenciar formas e conteúdos. Quer dizer que vamos encontrar nas culturas populares formulações da cultura dominante. Isto não significa, todavia, que o nível de antagonismo de classes inexista, apenas pelo fato de os indivíduos não terem alcançado a consciência crítica a este respeito (ALMEIDA, 1999, p. 38).

A tese de Peruzzo (1991) amplia o conceito ao não falar em classe na concepção marxista ortodoxa – burguesia e proletariado ou operariado – e diz que “ali estão pessoas de vários segmentos de classe, de várias profissões e que em geral nem se definem, ou que ainda não se descobriram como classe” (PERUZZO, 1991, p. 18). E prossegue:

Os estudos sobre os movimentos sociais urbanos e rurais, em geral partem de uma extração de classes (classes populares). Já havendo aí uma certa ampliação, que foi messiânico de transformação histórica. Aos poucos fomos descobrindo o mosaico heterogêneo do popular, onde convivem e circulam os espaços do subemprego e do biscate, do trabalhador por conta própria, o boia-fria, o posseiro, o acampado, o meeiro, a doméstica e várias formas de assalariados urbanos e rurais. [...] Em suma, o universo das classes é amplo e a realidade delas não cabe mais nas categorias burguesia, proletariado, campesinato” (PERUZZO, 1991, p. 18).

Outros autores, como Paiva (1998), Lahni (2005), Lage (2006) e Barsi Lopes (2012) enfatizam o aspecto da negação de direitos das classes envolvidas com as comunicações analisadas.

Paiva (1998), revisando pelo viés sociológico o conceito de comunidade um período marcado pelo capitalismo, globalização e neoliberalismo; não evoca o conceito classes populares, e sim de comunidade, focando-se principalmente nas pessoas que sofrem com a pobreza, com a ausência de direitos, com a estereotipação da grande mídia, chamados também de despossuídos de voz (PAIVA, 1998).

Ainda com viés sociológico sobre os tempos atuais, Lage (2005) também não invoca necessariamente uma luta de classes, mas considera como os protagonistas de sua análise, a população pobre, marginalizada, excluída, habitante de comunidades carentes e que têm sua situação agravada com a globalização. Assim diz:

A globalização, conforme autores como Paul Singer e Boaventura Souza Santos, entre outros, agravou o problema da fome, os bolsões de miséria, a mortalidade infantil, a subnutrição, o desemprego, o desespero, a sobrevivência indigna e tantas outras questões que perpassam o dia-a-dia de milhões de brasileiros, que se cansaram de esperar por políticas públicas que possam lhes oferecer alternativas. Por isso, eles estão se auto-organizando e buscando o auto-sustento(LAGE, 2005, p. 14).

Apesar de citar as desigualdades sociais, a autora dá outro norte à discussão de exclusão que envolve as comunidades analisadas.

Nossa idéia é discutir, ao longo deste trabalho, outro tipo de exclusão. Não mais a exclusão social, baseada somente na divisão entre as classes sociais, no nível cultural, no acesso à educação, na etnia, na língua, na religiosidade, etc., que já são dados constatados e bastante discutidos na academia, mas

também uma exclusão baseada em níveis de conectabilidade e no surgimento de novas formas organizativas de combate a essa exclusão. É, talvez, este, o grande impasse que permeia a nova sociedade global (LAGE, 2005, p. 14).

Em sua abordagem, Cláudia Lahni (2005) discute a periferia em diversos pontos de vista (periferia da cidade, periferia do país, periferia do mundo). Em determinado momento, a autora caracteriza a população responsável pela Rádio Comunitária Mega FM quanto aos extratos sociais, sendo 60,55% deles pertencentes à Classe D e argumenta que “diante de toda a negação oficial que lhes é imposta, as pessoas que participam da Mega FM têm a necessidade de resistir para ter assegurado seu direito à liberdade de expressão e a uma vida digna. Ousam, resistem e transmitem cultura e rebeldia” (LAHNI, 2005, p. 108).

Já Barsi Lopes (2012), apesar de analisar realidades diferentes - jovens moradores de periferia em Fortaleza (CE) e jovens migrantes e autóctonos de Barcelona - os reúne sobre a identidade de “jovens em situação de exclusão”, sendo ela econômica, social ou cultural. Nas palavras dele:

Os dois segmentos, independente da categoria ao qual se refiram, vivenciam um constante processo de exclusão, social e cultural, que os torna vulneráveis em suas condições de cidadãos e de sujeitos de demandas, por mais que, em alguns momentos, não se dêem conta disso, dada a naturalização que determinadas estruturas desiguais acabam adquirindo nesses contextos, fazendo com que certas exclusões pareçam uma coisa normal, já que fazem parte do cotidiano de nossos sujeitos informantes desde que eles nasceram. Mas a precariedade, ou mesmo a ausência, no acesso aos equipamentos culturais e de lazer da cidade, aos bens de consumo, à visibilidade e ao atendimento de suas necessidades, à segurança pública – visto que não somente o Brasil padece do mal da violência, bem como não são incomuns os embates violentos entre bandas ou gangues formadas por jovens migrantes em Barcelona (FEIXA, 1998) –, enfim, todos esses elementos congregam os jovens sujeitos desta investigação como excluídos (BARSILOPES, 2012, p. 40-41).

Também a pesquisa de Adriana Azevêdo de Barros (2002), ao focar sua atenção a processos de mídia comunitária na escola, se aproxima da perspectiva de Barsi Lopes (2012) ao identificar os envolvidos com a comunicação com uma característica particular de idade: são crianças. Na fundamentação, porém, a autora também fala na relação da comunicação popular e comunitária com as classes menos favorecidas.

Benevenuto Jr (2005) ao estudar o canal comunitário de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, embora fundamente sobre uma classe pobre, excluída e desprovida de voz, acaba focando-se na atuação de movimentos sociais e igrejas pela própria experiência de comunicação analisada. Da mesma forma, Silas Nogueira fala sobre a realidade do

Movimento dos Sem Terra e do Centro Cultural Orùnmilá, dedicado à luta contra o racismo e a desigualdade.

Tomás José Jane considera em suas análises sobre rádio e TV comunitária em Moçambique o envolvimento da população da zona rural, citada como referência de pessoas pobres nos países subdesenvolvido (JANE, 2006) enquanto Oliveira fala sobre a realidade dos moradores do semiárido nordestino, também marcado pelas dificuldades da população. “O semiárido nordestino, região em que a Diocese está, é uma das regiões mais secas, mais quentes e mais pobres do Brasil” (OLIVEIRA, 2008, p. 99)

Como dissemos no início, apenas uma tese apresenta visão que destoa dos outros. O autor discute a Televisão Comunitária, simulando a implantação de uma em Barueri. Ele não fala em classes populares. Fala em comunidade “como o espaço geográfico ocupado por pessoas, que se inter-relacionam de forma regionalizada, onde desenvolvem ações e atividades integradas objetivando a melhoria da vida comum e dos indivíduos” (DEGANELLO, 1999, p. 55) e em sujeitos comunitários, citando como exemplo os “trekkers”, aficionados pelo Jornada nas Estrelas como sujeitos comunitários dispostos que se formaram em torno da ficção em diversos lugares do mundo.

Com um viés mais pessimista sobre a mobilização dos sujeitos comunitários, ele destaca a importância da intervenção de agente externo, governamental ou não, para que se promova a união dos membros das comunidades e aponta que “nas camadas menos favorecidas foi gerada a chamada ‘cultura da pobreza’ que [...] consagra um estado de espírito, um estilo de vida, sem vontade para a mudança” (DEGANELLO, 1999, p. 154).

Se nas outras teses a consciência da exclusão ou desigualdade em suas diversas formas era impulso para a transformação por meio da comunicação, mesmo que contando com a participação de agentes externos à comunidade, vistos como intelectuais orgânicos, aqui o pesquisador apresenta indícios de que as mobilizações não têm dado bons resultados devido à cultura da pobreza e ao conformismo das classes populares.

Atribui à corrupção política, “suportada pelo poder público, até mesmo admitida pelos membros da comunidade” a dificuldade de se avançar em “ações pela dignidade, da conquista da cidadania e da democracia”.

Vale lembrar que na tese ele não propõe analisar especificamente nenhum canal comunitário, embora afirme ter pesquisado - sem apresentar a metodologia utilizada na pesquisa e indicando os resultados em três páginas - três operadoras na grande São Paulo: TV Alphaville (situada em bairro nobre), o Canal Comunitário ABC e o Canal comunitário de

São Paulo (DEGANELLO, 1999, p. 53-55), em que finaliza destacando que, “de maneira geral, as operadoras existentes no Brasil adotam os mesmos procedimentos, tentando adaptar seus interesses à lei da TV a Cabo” (DEGANELLO, 1999, p. 55).

O autor também argumenta que o fato de as produções estarem a cargo de membros da comunidade geram desinteresse pela audiência, pois estética e formatação dos programas são precários, “com problemas técnicos e de conteúdo duvidoso” e finaliza apregoando que “será necessário o engajamento de profissionais da área no desenvolvimento de projetos e programas da televisão comunitária para que possa verdadeiramente cumprir seu papel” (DEGANELLO, 1999, p. 153).

A nosso ver, a experiência profissional do pesquisador na área de televisão comercial e o não envolvimento com a subárea por nós estudada, certamente influenciou seu olhar sobre a comunicação comunitária, fazendo com que ele priorizasse alguns aspectos (que não são considerados o papel principal da comunicação comunitária) em detrimento de outros realmente importantes, como a participação da comunidade na produção e programação, assim como os processos educacionais que esse envolvimento lhes garante.

#### **4. Agentes que dão suporte às classes populares**

São citados como agentes facilitadores ou apoiadores das classes populares no desenvolvimento de formas alternativas de comunicação, assim como na mobilização e formação da consciência crítica, instituições religiosas tais como a Igreja Católica, que aparece na grande maioria das pesquisas (SANTORO, 1988; ANDRADE, 1989; PERUZZO, 1991, ALMEIDA, 1999; COSTA SOBRINHO, 2000; NOGUEIRA, 2005; BENEVENUTO JR, 2005; LAHNI, 2005; LAGE, 2005; OLIVEIRA, 2008), a Igreja Evangélica de Confissão Luterana, citada na tese de Benevenuto Jr. (2005) e a Igreja Batista, segundo Almeida (1999).

Aparecem, ainda, como agentes externos importantes nesta dinâmica, produtoras independentes, universidades, escolas, fundações comunitárias e culturais, ONGs, sindicatos, movimentos sociais e populares (MST, movimento negro, estudantil), agências internacionais de fomento; agências fomentadoras de pesquisas e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Destaca-se, por fim, junto às iniciativas a figura de educadores, universitários e comunicadores.

Uma das discussões recorrentes nas teses dizia respeito ao papel desses agentes externos das classes populares atuando junto às experiências de comunicação.

No âmbito dos centros populares de comunicação, Andrade (1989, p. 7) destaca que “exercem atividades de educação e comunicação, filtrando para os movimentos populares as informações sobre a realidade sócio-político-econômica do país, contribuindo para ampliar a participação e a cidadania dos indivíduos”. A autora fala também sobre a ocupação da periferia por intelectuais que, “reprimidos e impedidos pelo regime autoritário de exercer uma atividade política a nível institucional” se comprometem política e socialmente atuando nas periferias (ANDRADE, 1989, p. 44). Segundo ela, “Essas militâncias desenvolveram junto à população marginalizada um trabalho de educação e conscientização política, articulado em grande parte pelas Comunidades Eclesiais de Base, que atuaram como “fermento na massa” para a organização popular nos bairros, nos cortiços, nas favelas e nas ruas” (ANDRADE, 1989, p. 44).

Paiva (1998, p. 164) fala especificamente do papel do comunicador social como agente externo e social. Segundo ela,

Apesar do entendimento quase generalizado de que um veículo de comunicação comunitária deva ser elaborado pelos membros da própria comunidade, é possível considerar que, com as novas luzes sobre a viabilidade da estrutura comunitária na atualidade, descortina-se a função do comunicador social como o profissional que pode estar habilitado a trabalhar com esse novo desenho social. Muito mais que um publicitário, jornalista ou radialista, esse profissional deve ser alertado para o seu papel de agente social, aquele que primeiramente é capaz de promover e potencializar a articulação comunitária, seja via instituições (desde prefeituras, órgãos municipais e organismos não governamentais) ou por meio da evocação duma comunidade determinada. (PAIVA, 1998, p. 164).

Ainda, segundo a autora, a função deste agente externo seria a de provocar a participação, devendo evitar cair no paternalismo, no dirigismo burocratizante ou no autoritarismo técnico e político. Além disso, Paiva (1998, p. 165) lembra que “o exercício dessa atividade, muito mais do que manejo técnico para a elaboração de veículos de comunicação, pressupõe o compromisso político”.

A maioria das teses cita a importância do “intelectual orgânico” nesses movimentos protagonizados pelas classes populares, trazendo a tona os estudos de Gramsci. Para o autor, vale retomar,

todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de sua própria função, não somente no setor econômico, mas também nos setores social e político (GRAMSCI, 2004, p. 15),

Caberia, portanto, a estes atores sociais apresentados nas teses a função de atuarem em consonância com as classes populares no sentido de favorecer sua libertação quanto às classes dominantes.

Luiz Fernando Santoro (1988, p. 200), usando como exemplo os grupos de vídeo popular, diz que há três formas de atuação enquanto agentes: grupos neutros, que pretendem ser a voz da comunidade, onde cada um pode expressar seu ponto de vista; grupos que produzem mensagens para a comunidade, visando custear suas produções e grupos que produzem mensagens com a comunidade, da concepção à realização: são atores, participam da edição, da equipe técnica, são envolvidos num processo de intercambio constante e devolvem o material à comunidade (SANTORO, 1988, p. 200). Este último seria o tipo ideal para promover a participação da comunidade nos processos comunicacionais libertadores.

Na tese de Dalmer Pacheco de Almeida (1999), por exemplo, tem-se uma discussão baseada justamente na relação entre classes sociais com vistas à emancipação das classes populares. O autor analisa se seria a participação de membros externos à comunidade de São Pedro nas ações populares uma legítima conversão de classe ou o que ele chama de popular travestido, segundo quem, o conceito representaria as influências das classes hegemônicas na comunidade a fim de neutralizar conflitos necessários às classes populares.

Em outra tese (DEGANELLO, 1999), tem-se a apresentação deste agente como uma necessidade, já que, para o autor, falta às classes populares a vontade de mudança.

A formação do sujeito comunitário não chega a ser tarefa difícil, porém é trabalhosa. Como a sociedade não está organizada, sucumbindo a maioria das vezes diante de problemas sem que as pessoas por si só consigam se mobilizar, é importante a intervenção de agente externo, governamental ou não, para que se promova a união em busca de objetivos específicos e sociais (DEGANELLO, 1999, p. 153).

Mas não há consenso nos resultados apontados pelas teses quanto a essa afirmação de Deganello (1999). Entrevistas realizadas com membros de comunidades em Porto Alegre, por Louise Lage (2005), apostam no empoderamento e protagonismo de seus líderes e representantes internos. “Um dos entrevistados diz que esse tipo de iniciativa [agentes externos] não ajuda em nenhum tipo de re-inclusão, porque apenas gera a dependência na população assistida por aqueles que ajudam” (LAGE, 2005, p. 393). Em outro momento, a autora diz que “As respostas destacaram também que a comunidade é o próprio agente e não espera pelo governo, mesmo querendo deste maior apoio” (LAGE, 2005, p. 393), apontou.

Se em alguns momentos estas instituições ou pessoas aparecem para dar suporte às classes populares por meio da participação, do incentivo à reflexão, contribuição no nível

técnico e articulador-mobilizador, por outro, são quase que totalmente necessários principalmente para a sustentação financeira das experiências. Afinal, como lembrou Peruzzo (1991), angariar os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento dos projetos de comunicação é uma das limitações vividas pelas organizações populares e um complicador da comunicação popular. “A solução às vezes são verbas conseguidas através de projetos junto a instituições financiadoras, outras vezes se arrecadam fundos através de anúncios comerciais, festas populares, doações etc.” (PERUZZO, 1991, p. 88). A autora lembra, porém, a partir de sua experiência de atuação e pesquisa junto à comunicação popular, que

os fundos obtidos por meio de projetos e doações, prestações de serviços gratuitos etc., não têm implicado em interferência na linha política dos veículos, porque quem recorre a essas contribuições normalmente declara seu interesse pela autonomia. E, por parte dos doadores, em geral por serem entidades comprometidas com a autopromoção humana, não têm exigido contra-partida em termos de interferência político-ideológica (PERUZZO, 1991, p. 88).

Essa postura de liberdade política-ideológica e contrária à verticalização do poder entre quem supostamente sabe e quem não sabe; quem estudou e quem não estudou; quem detém o conhecimento oficial e quem não o detém, quem tem o poder econômico e quem não tem; exige vigilância e cuidados constantes para que o protagonismo não esteja nos agentes externos, mas que estes sejam impulsionadores da visibilidade e da legitimação da voz popular, que tem como sua maior representante a própria comunicação popular.

## **5. O papel da participação**

Para iniciarmos a abordagem da importância e das formas de participação nos projetos de comunicação popular, trazemos primeiramente a tese de Círcia M. K. Peruzzo (1991), intitulada “A participação na comunicação popular”, já que sua pesquisa focou detalhadamente nesta questão teórica.

Apesar de considerarmos sempre, como pré-requisito, a participação para se configurar qualquer experiência de comunicação popular, a autora destaca que “A participação não necessariamente é uma das características da comunicação popular, apesar de aparecer em geral como princípio ou aspiração” (PERUZZO, 1991, p. 82). Isso porque segundo Souza (apud PERUZZO, 1991, p. 82), “o movimento popular também é atravessado pelas contradições de classe de projetos de sociedade que disputam hegemonia em nosso mundo e país”.

É intrínseca e explicitada na tese, a relação da participação com o exercício do poder, sua concentração ou partilha (PERUZZO, 1991, p. 48). E num contexto em que o poder – de ter voz, de ter acesso a direitos básicos, de garantir espaço na sociedade – e sua negação é discussão central, participar ou não da comunicação popular faz toda a diferença.

O participar, porém também pode se dar de diversas formas, pelo que apresenta a autora: dos níveis mais superficiais aos mais elementares. Peruzzo (1991, p. 51-52) apresenta-nos três modalidades de práticas participativas, sendo elas, **1) a não-participação**: ou seja, a participação passiva, o consentimento, a delegação do poder favorecendo seu exercício autoritário; **2) a participação controlada**: é limitada e pode ser manipulada, ou seja, “favorece-se a participação popular, mas só até o ponto que interessa ao órgão promotor e que não ameace interferir em sua estrutura de poder” (PERUZZO, 1991, p. 51), sendo que pode haver aí apenas uma simulação participativa; e **3) participação-poder**: por meio da qual “favorecem a participação democrática, autêntica e com autonomia, possibilitando o crescimento das pessoas enquanto sujeitos e o exercício partilhado do poder” (PERUZZO, 1991, p. 52).

Relacionando mais especificamente à comunicação, há formas diferentes de se participar, desde sugestão de pautas, envio de cartas, telefonemas, como na participação dentro da equipe de produção dos conteúdos e ainda na gestão da experiência de comunicação.

A autora adverte que as várias formas de participação são válidas, mas as mais representativas estão no âmbito da gestão e são, mais especificamente, a cogestão e a autogestão (PERUZZO, 1991, p. 53).

Com foco nas organizações e movimentos populares, ela explica que a cogestão é participação ativa no poder de decisão, embora não seja ilimitada. As decisões centrais permanecem sob o poder de uma cúpula hierárquica. “Falar em cogestão é falar em democracia. Democratizar requer o tomar a sério as relações dialéticas com o poder. Como democratizar o Poder Público se não nos sujeitamos a tocar nele?” (PERUZZO, 1991, p. 55). Já a autogestão seria a participação direta dos trabalhadores na tomada de decisão nas empresas ou em outras organizações. Decidir, nesta perspectiva, não seria eleger “alguém competente” que decidirá. Mas participação efetiva de todos por meio da ação direta ou de delegados representativos em todos os níveis de decisão, sendo estes delegados eleitos e demissíveis (PERUZZO, 1991, p. 55-56).

Nas conclusões da tese, porém, Cicilia Peruzzo retoma o tema, destacando que se a participação na forma autogestionária é utópica para as condições concretas daquele período, é possível participar de outras formas. “Pode até ser primeiro soltando a voz, depois produzindo programa, decidindo a programação e chegando a administração por cogestão ou autogestão” (PERUZZO, 1991, p. 184).

Analisando o contexto das experiências populares de comunicação, a pesquisadora diz que, apesar da ausência de dados quantitativos quanto a isso, “pode-se afirmar com segurança que na maioria das práticas de comunicação popular há a centralização da produção das mensagens comunicativas, do planejamento e a gestão do meio em poucas mãos”, e explica que

assim, o meio vai sendo utilizado como atividade fim, perdendo potencialidades de atividade meio enquanto ação político-educativa para o conjunto das pessoas. O resultado, no que tange à comunicação popular, é que poucas pessoas fazem tudo, controlam as informações, dão a direção que lhes parece mais adequada e o veículo acaba saindo à sua imagem e semelhança e não às da comunidade ou do movimento em que está inserido. [...] Aqui perpassa o componente cultural, a não experiência participativa. Este pode estar expresso na apatia, na alienação, na acomodação ou no ‘graças a Deus’ que alguém assuma a tarefa (PERUZZO, 1991, p. 88-89).

Apesar de a realidade ainda ser reflexo de nossa baixa experiência participativa em todos os setores, Peruzzo (1991) reforça que a “participação na comunicação popular é de fundamental importância no processo de emancipação popular, contribuindo na conquista da cidadania ajudando o homem a tornar-se sujeito” (PERUZZO, 1991, p. 84).

Neste ponto, a análise das 15 teses permitiu-nos identificar a participação vista por diversos vieses, que se entrecruzam e complementam, conforme apontamos:

- a) Explicações sobre seu caráter educativo e autorrepresentação em um contexto pelo direito à voz;

Andrade (1989), Barros (2002), Lage (2005), Jane (2006), Oliveira (2008) e Barsi Lopes (2012), foram alguns dos pesquisadores que deram destaque às relações entre a comunicação comunitária e a educação, apontando o processo de envolvimento nas experiências como possibilidade educativa para a formação crítica, para uma melhor leitura da mídia hegemônica ou até mesmo como uma possibilidade profissional para os envolvidos, capacitando-os para atuar com novas experiências.

Seria, portanto, a partir da participação que as possibilidades educativas se dariam, proporcionalmente, de maneira mais ou menos aprofundada.

A educação poderia estar no processo pelo qual a comunidade se envolve e aprende novas linguagens, desenvolve sua sociabilidade, atua em funções que antes não lhe diziam respeito, como diz Barros (2002, p. 79)

Ao entender o Projeto Rádio Escola como comunitário, alternativo e popular, evidenciamos a participação como mecanismo de transformação de crianças em cidadãos críticos e reflexivos, capazes de questionar os mitos e as crenças que até então estruturaram seus modos de pensar e agir (BARROS, 2002, p. 79).

Poderia também estar no fato de se discutir amplamente as decisões, como apontou Andrade (1989, p. 75)

Tendo como pressuposto que até mesmo as atividades de assessoria aos grupos populares ocorrem em um “espaço educativo” a prática de trabalho dos centros se dá em uma forma não autoritária. Geralmente o que acontece é a formação de equipes que se responsabilizam pela execução de tarefas específicas. As decisões que afetam a todo o Centro, passam por uma ampla discussão (ANDRADE, 1989, p. 75).

Ou ainda, poderia ser citado um processo de educação quanto ao conteúdo emitido, como destaca Jane (2006, p. 127), comparando o comunicador com um educador.

A participação na criação, produção e gestão coletiva de uma rádio comunitária exige dos comunicadores uma compreensão dos aspectos funcionais, práticos e ideativos do novo tipo de gestão de bens comuns. Sua função na rádio é mais ampla que a de um simples comunicador: ele é um educador que utiliza a rádio como recurso auxiliar a educação escolar ou profissional. Sua prática na produção radiofônica leva-o à experiência de atuação na complexa função de educador no regime de produção e emissão de mensagens, bem como à compreensão do lugar fluido e contínuo em que se manifestam e deverão, cada vez mais, se manifestar, as tarefas comunicativas. (JANE, 2006, p.127)

Uma das coisas que faz a participação tão importante, assim como os processos educacionais que ali se dão, é a possibilidade de que a própria comunidade se manifeste. Essa reflexão, apesar de ter ficado subentendida quando discutimos a participação dos agentes externos, é tratada aqui de maneira direta. Como disse Santoro (1988) com relação aos grupos de vídeo popular,

Não bastaria assim a um grupo sair gravando programas de vídeo sobre problemas latentes, ou mesmo fundamentais, de uma comunidade, pois isso representaria um programa sobre essa comunidade, com o risco de apresentá-la segundo uma visão externa, superficial. O trabalho consequente de vídeo procura apresentar os conteúdos sob a ótica da comunidade

envolvida, e para chegar-se a isso, é primordial uma opção por parte dos realizadores nesse sentido. (SANTORO, 1988, p. 200).

“Abrir o microfone” favoreceria além de tudo a melhor manipulação da gramática popular daquela localidade, facilitando a comunicação e o alcance das mensagens.

A comunicação alternativa por ter a participação mais ativa do povo, faz com que haja uma comunicação mais simples, num melhor nível de entendimento, pois trata das alegrias e sofrimentos, vitórias e derrotas do povo na luta diária pela sobrevivência (NEVES apud OLIVEIRA, 2008, p. 163)

Lahni (2005) ponderou como um dos objetivos de sua tese, examinar a participação direta da comunidade em uma rádio comunitária de Juiz de Fora (Mega FM), verificando como isso interfere na cidadania. Sua hipótese era de que a contribuição se dava “principalmente enquanto exercício de direitos, defesa de sua manutenção e ampliação” (LAHNI, 2005, p. 18).

Teoricamente e a partir de autores como Pedro Demo e Cicilia Peruzzo, Lahni (2005) aponta alguns objetivos da participação, dentre os quais destacamos a realização da cidadania; a definição das regras do jogo; o controle do poder; a prática da negociação; a construção de uma cultura democrática; a abertura e manutenção de canais e a socialização da informação e do conhecimento.

Considera-se também, nas teses em geral, como bem ressaltou Jane (2006) que o termo “participação comunitária” deve ser sempre contextualizado:

Não existe uma fórmula pronta, modelo pré-estabelecido e acabado para se alcançar a participação comunitária. Há, sim, processos, mecanismos e tempos diferentes que é preciso ter em consideração. Cada comunidade é um caso singular e desenvolve seu próprio processo para ser o sujeito ativo do desenvolvimento (JANE, 2006, p. 77-78).

Apesar das diferenças guardadas entre a forma como se estabelece uma comunicação participativa, o autor aponta que é quase consensual que dentre seus objetivos estão o de liberar e emancipar pessoas (JANE, 2006, p. 77). Segundo ele, essa configuração participativa que se dá a partir das comunidades e da comunicação comunitária, tem contribuído para o desenvolvimento de diversas localidades. “Isso contribui para o reconhecimento [...] de que a transformação de uma sociedade liberal representada numa sociedade participativa passa forçosamente pela participação pessoal, e esta passa forçosamente pela comunicação” (JANE, 2006, p. 78).

Também falando sobre comunicação comunitária, Paiva (1998, p. 57-58) apregoa que os participantes da comunidade, principalmente nos casos de comunidades de bairro, “possam ter um papel real e uma tarefa nada ilusória em relação ao poder decisório”. Dessa forma, destaca a

autora, “os indivíduos podem retomar como cidadãos a possibilidade que lhes foi negada, de interferir nas decisões do poder público” (PAIVA, 1998, p. 58).

Oliveira (2008) também contribui para a discussão ao lembrar a importância da comunicação popular, alternativa e comunitária, que “ajuda a fortalecer a concepção de cidadania participativa e democrática, que possibilita a construção de uma prática diferenciada de participação, quer dizer, de maneira direta, consciente e crítica” (OLIVEIRA, 2008, p. 162).

b) Horizontalidade e dialogicidade como possibilitadoras das práticas participativas;

Falar de participação e compartilhamento de poder exigem necessariamente, segundo as teses, processos de horizontalidade e dialogicidade, ou seja, a promoção de canais que favoreçam o diálogo, o debate de ideias, a contribuição de todos os interessados sem que haja um desenho hierárquico vertical, autoritário e desmotivador.

Assim indica Andrade (1989, p. 85) quando, ao referir-se ao trabalho alternativo e suas outras opções de organização social, destaca que “procuram pautar suas relações por uma postura dialógica, em que a participação de todos os elementos envolvidos faz com que as decisões ocorram horizontalmente, tentando fugir à imposição” (ANDRADE, 1989, p. 85).

Citando Paulo Freire, Mario Kaplún e Juan Diaz Bordenave, Oliveira (2008, p. 167) fala sobre a prática de comunicação dos correspondentes populares da Diocese de Juazeiro (BA) ressaltando o fato de não serem verticais e, talvez por isso, perdurarem já por 20 anos. Para o autor,

Os correspondentes, na sua maioria moradores das periferias da diocese, viam na horizontalidade da comunicação seu maior trunfo. E sabiam tirar das contradições de um desenvolvimento para poucos seu material de questionamento da realidade em que viviam e vivem. Quem sabe seja isso que explique a continuidade do trabalho por tantos anos (OLIVEIRA, 2008, p. 167).

Barros (2002, p.33) reforça essa necessidade ao falar das rádio-escolas, lembrando que uma comunicação que se pretenda comunitária “deve possibilitar um fluxo comunicacional horizontal, permeado por constantes trocas, reduzindo distâncias, sejam elas geográficas ou emocionais, estabelecendo novos relacionamentos, abrindo espaço às múltiplas vozes, sendo personificadora de seres e de ideias” (BARROS, 2002, p. 33).

Com enfoque em rádios e TVs comunitárias em Moçambique, Tomás José Jane, além de apontar a importância da horizontalidade, fala ainda sobre o poder do coletivismo sobre o individualismo.

Conforme referimos em outros momentos, a participação comunitária é coerente com o desenvolvimento autocentrado de maneira descentralizada e “de baixo para cima”, e permite que os beneficiários, que são os melhores conhecedores das suas necessidades, potencialidades e circunstâncias de vida, se envolvam diretamente em todas as ações que visem ao seu desenvolvimento. Em alguns casos, é aconselhável que os membros da comunidade sejam tratados de maneira igual e coletiva, e não individualmente. Nesse caso, o individualismo desaparece e prevalece o coletivismo, isto é, o “nós” e não o “eu”; é a consolidação da participação comunitária como um processo, uma interação contínua, um diálogo sem tempo limite entre os membros da comunidade, uma partilha do que é de interesse comum. (JANE, 2006, p. 79-80)

c) Exemplos de participação da comunicação popular;

A partir das teses analisadas, verificamos quais foram os pesquisadores que trouxeram experiências aprofundadas de participação. Dentre eles estão Santoro (1988), Andrade (1989), Peruzzo (1991), Barros (2002), Lage (2005), Lahni (2005), Nogueira (2005), Jane (2006) e Oliveira (2008).

A fins de exemplificação, Luiz Fernando Santoro registra “participação direta dos grupos populares em sua concepção, elaboração e distribuição, inclusive apropriando-se dos equipamentos de vídeo” (SANTORO, 1988, p. 100).

No texto de Ana Maria Cardoso de Andrade, com relação aos centros de documentação popular, está posto que a co-gestão era o perfil utilizado.

As decisões são tomadas de forma participativa, com o envolvimento de todos os quadros, numa espécie de co-gestão das entidades. Os coordenadores são escolhidos pelos coordenados num processo com boas possibilidades de ser democrático. Talvez devido a este caráter de co-gestão, ou por sua imaturidade administrativa, ou ainda por recusar as posições “racionalis e comprometidas” da administração, ocorre que o gerenciamento dos CPDCs (exceto os maiores) é feita muito empiricamente, ao sabor das necessidades (ANDRADE, 1989, p. 135).

Em sua tese, Lage (2005) teoriza aprofundadamente sobre práticas participativas na comunicação popular e analisa quatro experiências demonstrando como se deu a participação em cada uma delas. Em uma das entrevistas feitas com membros das comunidades estudadas, um entrevistado disse acreditar que “o que vem acontecendo é uma conscientização da

importância de se estar engajado em iniciativas como essas. Não basta só querer, tem que participar, para poder mudar” (LAGE, 2005, p. 394).

Outra pesquisadora que se dedicou à análise de práticas participativas na experiência trazida na tese foi Cláudia Lahni. Ela manifesta em diversos momentos o quanto a participação da comunidade, de maneira “coletiva, democrática e autogestionária” (LAHNI, 2005, p. 165), é vista como um troféu da Mega FM, configurando-a como uma rádio “de fato” comunitária (LAHNI, 2005, p. 117).

Participar e resistir para assegurar direitos à vida digna e a liberdade de expressão, criam segundo a autora, uma necessidade. Ela demonstrou também que a própria programação da Rádio demonstra a existência de pluralidade e sua organização vem de um esforço coletivo da comunidade (LAHNI, 2005, p. 244).

Na realidade moçambicana, Jane (2006) lembra que a participação comunitária é um processo ativo e organizado para a tomada de ações “na solução dos seus problemas, na mobilização dos recursos necessários, na execução e na avaliação das ações de um determinado programa que visa ao seu próprio desenvolvimento”. Pelo que verificou em sua pesquisa, o autor destaca que

tanto as rádios tuteladas pelo Estado como as ligadas a associações ou instituições religiosas, são pertencas das próprias comunidades geográfica ou coletivamente definidas. Tais comunidades participam da programação, discutem os problemas enfrentados, participam da tomada de decisões e ajudam a angariar fundos para suas rádios. (JANE, 2006, p. 167)

Outro pesquisador que explicita a forma de gestão do canal analisado é Benevenuto Jr, cuja análise fora sobre o canal comunitário de Porto Alegre. Pesa sobre este caso uma série de exigências legais quanto à organização da gestão. Segundo o autor, a estrutura formada por assembleia geral, conselho deliberativo e fiscal, além de uma coordenação executiva, contemplou no primeiro quadro social 89 organizações “entre sindicatos, centrais sindicais de trabalhadores, associações de profissionais liberais, clubes de serviço, comunidades religiosas, gnósticas, humanísticas, clubes de serviço e até federações esportivas” (BENEVENUTO JR, 2005, p. 225).

Quanto à participação dessas organizações parceiras na produção da programação, ele observa que “dos 89 fundadores da Associação de Entidades Usuárias do Canal Comunitário, em outubro de 1996, apenas cinco (do movimento religioso) utilizaram com produção própria, o espaço a que todos tinham direito” (BENEVENUTO JR, 2005, p. 250). Em julho de 1999 o balanço anual registrava 16 programas na grade, porém, continua ele,

não conseguimos dotar o canal de tecnologia avançada para exibir, a qualquer hora, qualquer programa. Isso fez com que muitas entidades recuassem, muitas delas, porque não conseguiram produzir seus programas e não se sentiram contempladas com o veículo. O canal entrou numa fase de estagnação”. (BENEVENUTO JR, 2005, p. 252)

No que diz respeito à participação do público, situação mais complexa para um canal comunitário instalado numa TV a Cabo do que num meio de comunicação que surge no próprio meio de uma comunidade, de maneira mais participativa, autônoma e financeiramente mais simples de ser mantida, o autor tece algumas críticas

Constitui-se uma situação, no mínimo, contraditória: existe a possibilidade de comunicação, porém, está distante do público final. Isso porque esse canal está num sistema de acesso controlado, de uso restrito a quem responde aos protocolos de entrada tanto para a recepção como para a emissão de conteúdos. Semelhante aos sítios na rede de computadores, onde a proposta fundante é a comutação de idéias e a criação de comunidades em torno de debates sobre temas e interesse comum, destinados apenas aos que possuem a máquina e o telefone para acessar a rede (BENEVENUTO JR, 2005, p. 173-174)

O que nos parece é que quanto maior a exigência técnica das formas de comunicação, maiores parecem ser as dificuldades de participação, como no caso da Televisão Comunitária, não só pela dificuldade de apropriação técnica dos instrumentos, mas por estarem dentro de um sistema – o sistema nacional de televisão – que tem objetivos muito dissonantes da comunicação popular, o que compromete instâncias importantes no que diz respeito à participação; por exemplo, como promover a participação e o acesso de todos os interessados em produzir programação e exigir qualidade técnica?

Almeida (1999), Costa Sobrinho (2000), Deganello (1999) e Barsi Lopes (2012) também abordam a questão da participação nas experiências que analisam, porém, nessas teses, as práticas participativas são menos densas ou, muitas vezes, reduzidas a sugestões de pauta.

Almeida (1999), ao explicar sobre a saída de circulação do Jornal Pedrão, diz em determinado trecho que o jornal promovia uma “comunidade que participava, **inclusive**, da discussão de pauta”(ALMEIDA, 1999, p. 186, grifos nossos). Como o autor não dedica espaço claro na tese para explicar como era a dinâmica do jornal no que diz respeito à participação, fomos encontrando pistas sobre como esse processo se realizava. A nosso ver, a frase acima e em destaque, demonstra a participação entendida num nível superficial em que a comunidade participar da pauta, era considerado o ápice.

Além disso, o jornal era editado por um jornalista, por um fotógrafo remunerado e propunha incluir alunos da UFJF na equipe. Não há indicativos de que a comunidade participasse com a produção de notícias, na gestão do veículo, na produção/envio de fotografias. O jornal se coloca mais como um veículo local, um jornal de bairro, que carregava força política. A comunidade participava também, segundo o autor, com apoios publicitários que objetivavam não só financiar o jornal, mas “motivar a participação comunitária” (ALMEIDA, 1999, p. 175).

Deganello (1999) chama a atenção em vários momentos, inclusive na introdução, para a importância de se ouvir a comunidade antes de a televisão comunitária desenvolver sua grade de programação, para que assim possa atender suas necessidades. Em suas palavras:

Este trabalho procura demonstrar a importância da televisão e alertar para os cuidados que os responsáveis pelas televisões comunitárias devem ter no momento da elaboração da grade de programação, partindo de levantamento de problemas e necessidades da comunidade e, não, como tem sido a prática, partindo de interesses nebulosos das operadoras (DEGANELLO, 1999, s.p)

Não conseguimos identificar formas mais densas de participação propostas pelo autor.

A tese de Costa Sobrinho (2000), que analisa o Jornal Varadouro e o Nós Irmãos, também enfoca as reuniões democráticas de pautas, em que os membros, líderes e representantes da comunidade participavam, opinavam e se reconheciam.

Por fim, para exemplificação, citamos Barsi Lopes (2012) que ao comparar as experiências de jovens de Fortaleza e de Barcelona verifica que elas são acima de tudo importantes para articular e mobilizar os envolvidos. Segundo ele (BARSÍ LOPES, 2012, p. 433), “as mídias digitais e a sociedade em rede não criam processos participativos, não fazem “brotar no deserto”, mas potencializam articulações, ações e engajamento em cenários nos quais já exista a demanda de inserção cidadã”.

Por fim, o autor avalia criticamente a experiência, apontando uma limitação nos projetos quanto ao empoderamento juvenil.

O espaço da associação e do projeto podem ser tomados como abertos, livres e democráticos – e assim o são –, apoiados na atuação de coordenadores que tecem com os jovens participantes relações dialógicas, mas que, por outro lado, parecem não construir, junto a esses mesmos atores sociais, processos de autonomia de forma significativa, de modo que os rapazes e as moças desempenhem papéis protagonistas para além do término dos projetos. (BARSÍ LOPES, 2012, p. 435)

Apreendemos das teses que a relação entre os processos participativos e a identificação das pessoas com o contexto comunicacional – que não se resume somente a um

veículo em discussão – resultarão, proporcionalmente, em maior ou menor grau articulação, mobilização e empoderamento dos envolvidos.

## **6. Formas, conteúdos e objetivos da Comunicação popular, alternativa e comunitária**

Apesar da importância dos processos que envolvem o canal de comunicação popular, alternativo e comunitário – sua escolha dentro de uma realidade única, as organizações para ativá-lo, o gerenciamento da viabilização econômica, as definições do que este veículo representará – verificamos neste trabalho o conteúdo abordado nestes canais, assim como a forma como este conteúdo é apresentado e quais os objetivos de comunicação.

Quanto à forma, os trabalhos disseram respeito a experiências diversas:

a) Vídeo popular: sendo utilizado para registro da memória, autoanálise das reuniões e discursos, edição para documentários, suporte para leitura crítica, e até mesmo produções ficcionais e outras mais elaboradas;

b) Centro de documentação popular: arquivando documentos, assessorando os movimentos populares, cursos, dossiês, reuniões, leituras em grupo e produzindo comunicação popular como boletins, jornais alternativos, folhetos educativos e cartilhas, resenhas bibliográficas, programas de rádio, livros, material de cursos, revistas e relatórios. Segundo Andrade (1989, p. 73), colocavam-se como instrumentos pedagógicos, de conscientização política, de comunicação comunitária e de alternativa aos meios de comunicação de massa.

c) Jornais impressos: Como o boletim diocesano “Nós irmãos” (COSTA SOBRINHO, 2000)<sup>51</sup>, publicado rusticamente em A4 e depois em ofício; e o Jornal O Pedrão, um tabloide.

---

<sup>51</sup> A tese de Pedro Vicente Costa Sobrinho analisa dois jornais editados nos anos 1970: o Nós Irmãos e o Varadouro. Ambos são classificados por ele como “meios alternativos”, sem diferenciar a imprensa alternativa da comunicação popular e alternativa. Identificamos na apresentação feita pelo autor, elementos que garantem o caráter popular do “Nós Irmãos” como jornalismo alternativo, com a participação dos movimentos sociais, das CEBs e da Igreja de maneira enfática. Ao explicar as bases em que enxerga o conceito imprensa alternativa, em nota, por exemplo, o autor aponta, entre outras observações, “que ela não surgiu como resposta à grande imprensa, mas para constituir instrumentos de expressão de grupos sociais que não têm voz na grande imprensa”. Ainda segundo o autor, “suas páginas estiveram sempre à disposição dos calados, para que esses pudessem expressar nelas o seu humilde protesto, e denunciar a violência de que eram vítimas no interior dos seringais, nas fazendas, nos barrancos dos rios, colônias, vilas e cidades”. Era um jornal que partia da proposta das CEBs e portanto, da comunidade, por isso o consideramos como um jornalismo alternativo, garantindo-lhe seu enfoque popular e diferenciando-o de imprensa alternativa, conforme o quadro teórico de referência adotado.

d) Rádios comunitárias: com formatos dedicados à informação, educação, entretenimento, programas musicais e religiosos. São veículos de baixo custo e tecnologia, bem acessíveis às camadas populares. Abordadas por Peruzzo (1991), Paiva (1997); Lahni (2005); Nogueira (2005), que apresenta uma rádio poste do MST e Jane (2006), que analisa conjuntamente rádios e TVs comunitárias.

e) Canal comunitário de televisão: dentro da lógica da Lei Federal nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995 – conhecida como Lei do Cabo; que foram enfocados por Deganello (1999) e Benevenuto Jr. (2005).

f) As TICs, sobretudo mídias digitais e audiovisuais, como abordaram Lage (2005) e Barsi Lopes (2012).

g) Interações pessoais: para além dos veículos de comunicação, destacam-se como formas de comunicação popular, alternativa e comunitária nas teses, uma série de interações que são tão importantes para os envolvidos quanto os meios de comunicação. São reuniões, discussões, debates para politização, casas de Orixá, capoeira, o Hip Hop, grupos de Rap, participação nos Conselhos municipais, por meio das escolas de samba e do Afoxé (candomblé de rua). A tese de Silas Nogueira (2005), que analisou o MTS e um centro cultural de matriz africana contribuiu bastante para esta categoria.

Lage (2005) também enfoca as especificidades de cada situação de comunicação popular, alternativa e comunitária, fator que determina os meios, conteúdos, suas reivindicações e objetivos.

Sendo assim, podemos afirmar que a produção de bens culturais no campo popular utiliza-se de instrumentos e métodos próprios de trabalho, instrumentos estes que se estruturam e se definem a partir das necessidades da comunidade na qual estão sendo desenvolvidos, buscando atender aos seus objetivos e utilizando as motivações adequadas à realidade. Alguns desses instrumentos são, por exemplo, a alfabetização, a criação de núcleos populares (com a função de politização e mobilização da comunidade, buscando a formação de líderes populares), o teatro, desenvolvimento de praças de cultura (para lazer e recreação), atividades artísticas, publicações (que aparecem com dois aspectos fundamentais: elaboração da cultura através de meios de comunicação populares e divulgação deste trabalho de criação e outros assuntos de interesse da comunidade), festas populares, festivais de cultura popular, etc (LAGE, 2005, p. 235).

Ainda quanto à forma, esteve presente a discussão entre a dimensão política e a estética, ou seja, como conciliar uma proposta de democratização (da gestão, dos conteúdos, dos equipamentos) e participação horizontal com a qualidade técnica, já que a apropriação dos veículos se dá por pessoas sem capacitação técnica específica.

Percebe-se na tese sobre o vídeo popular, de Luiz Fernando Santoro (1988), uma dedicação dos grupos e associações de vídeo popular para capacitação técnica a fim de diminuir este abismo entre política e estética, já que o vídeo se destaca por uma maior complexidade técnica (que deve contemplar o conhecimento das linguagens audiovisuais, de edição, de manipulação dos equipamentos etc) e ao mesmo tempo por exigir qualidade e criatividade para conquistar a audiência. O autor fala também da interferência das discussões coletivas e do tom pesado, de cunho fortemente político, que pode dificultar produções mais maleáveis e atraentes, como vemos abaixo:

A grande questão parece-nos ser a contradição que existe entre a criatividade, eminentemente subjetiva e fruto da reflexão, e o processo de decisão sobre os programas e confecção dos mesmos, que resulta de discussões coletivas, onde os fatores de cunho político são preponderantes sobre os estéticos. E isso tem profundas influências nas questões relativas à linguagem, como veremos adiante, além de determinar o tipo de produção a ser realizado (SANTORO, 1988, p. 180).

Em outro momento, ele apresenta o esforço feito pelas organizações dos grupos de vídeo populares para sensibilizar as lideranças também para a questão estética. “O vídeo popular, assim como a comunicação popular, não deve ser grosseiro e mal acabado, passando a ideia de que pode ser mal realizado, pois tem sempre valor porque é popular. Deve-se procurar sempre uma melhor qualidade, em todos os sentidos, para transmitir com mais eficácia as mensagens” (SANTORO, 1988, p. 181-182).

Cicilia Peruzzo (1991) também aponta a dificuldade de se conciliar a produção popular e coletiva, marcada pela mobilização crítico-política, com produtos atraentes. Na fundamentação teórica sobre comunicação popular, escrita e de áudio, ela destaca (PERUZZO, 1991, p. 87) que as limitações são gritantes. No período então analisado, a linguagem é quase sempre dura e pesada, panfletária, doutrinária. Há um foco no convite a participar e em conscientizar rapidamente. A autora aponta ainda que os textos e falas são geralmente longos, sem variedades nos formatos.

Enfim, a comunicação popular impressa e radiofônica tem sido séria demais, abre pouco espaço para amenidades, para o deleite, o lúdico. Explora insuficientemente o humor, a canção popular, as fotografias, os desenhos etc. enquanto expressões da criatividade popular, que seria uma forma de tornar o veículo mais atraente (PERUZZO, 1991, p. 87).

Num dos textos mais atuais, Benevenuto Jr. também questiona a qualidade das produções comunitárias, mais especificamente da televisão.

No caso da televisão, em especial, para alcançar qualidade técnico-estética e sua boa distribuição dos conteúdos, com o objetivo de recuperar os investimentos, exige-se o uso de equipamentos de tecnologia avançada, percepção estética aguçada, a contratação de autores e artistas reconhecidos pela audiência, além de todo o time de profissionais anônimos (BENEVENUTO JR., 2005, p. 65)

O canal comunitário de Porto Alegre sentiu na pele essa dificuldade. Em entrevista concedida ao pesquisador (BENEVENUTO JR., 2005, p. 253) pelo então membro da Coordenação Executiva do Canal Comunitário, Léo Nuñez disse:

Assim a gente foi começando a perceber o nível de dificuldade que ia enfrentar, porque um grande número de entidades começou a produzir programas de baixa qualidade [técnica] para o canal: muita coisa em edição VHS muito amadora, e [os associados] não investiram no canal comunitário como nós achávamos.

Segundo as anotações do diário de campo do pesquisador, as críticas mais frequentes

eram em relação à edição, à qualidade das imagens e ao próprio conceito estético, formatado pela cultura televisiva nacional. Algumas vezes se falou na observância dos direitos autorais de imagens usadas em programas, geralmente copiadas dos canais internacionais e que, além da baixa qualidade de reprodução, não havia alguma citação de fonte ou pedido de cessão para o uso (BENEVENUTO JR, 2005, p. 254).

O autor conta ainda que o canal até tentou interferir nas produções com baixa qualidade técnica, mas que a atitude fora interpretada como intervenção contra o estatuto do canal.

Essa discussão, que demonstra o quão complexo é atuar na área da CPAC, pode ser um dos motivos de mudança dos veículos produzidos de 1970 a 1990, para as produções mais atuais. Percebemos uma modificação quanto ao conteúdo trabalhado, o tom do discurso utilizado e os formatos que passam a ser, esteticamente, mais valorizados, conforme veremos abaixo.

## **6.1 Objetivos da comunicação e conteúdo trabalhado**

Achamos por bem que, ao identificar o conteúdo das experiências, identificássemos também quais era os objetivos daquela comunicação. Dessa forma, pudemos dividir as teses

em dois grupos: o primeiro, composto pelas pesquisas de Santoro (1988), Andrade (1989), Peruzzo (1991) e Costa Sobrinho (2000) ao classificarem a experiência de comunicação como libertária, crítica, contestadora, emancipadora e muitas vezes panfletária. Deu-se de maneira natural uma divisão que também pode ser vista e explicada pelo enfoque temporal, já que todas essas teses falam sobre experiências dos anos 1970 e 1980.

Tanto as formas de atuação da CPAC, como os termos utilizados naquelas décadas, podem ter contribuído para essa divisão temporal. A título de ilustração, vejamos como cada pesquisador apresentou o conteúdo da experiência analisada.

Santoro (1988) destaca que havia no movimento do vídeo popular um compromisso de mudanças sociais; democratização da comunicação audiovisual; apropriação de uma tecnologia massiva em prol dos movimentos populares.

Ana Maria Cardoso de Andrade diz que dentre os objetivos que unificavam e identificavam os Centros de Informação e Documentação populares estava o de “promover a libertação das classes subalternas, contrapondo à hegemonia das classes dominantes.” (ANDRADE, 1989, p. 8). Percebe-se alto teor político, de embate entre as classes, quando a autora fala sobre preparar “os setores populares para as lutas pelo reconhecimento de seu lugar social em uma estrutura de modelo não-excludente” (ANDRADE, 1989, p. 15), sobre democratizar a comunicação; libertação dos sistemas opressores e dominantes; dos centros como uma “alternativa à indústria cultural atuando comprometidos no resgate do que é popular” (ANDRADE, 1989, p. 116) e como uma “nova posição frente ao saber oficial” (ANDRADE, 1989, p. 118).

Em Peruzzo (1991, p. 72), a comunicação popular “relaciona-se às necessidades de comunicar desse movimento de negação e ao mesmo tempo de construção de uma sociedade nova” (PERUZZO, 1991, p. 72). Busca-se uma sociedade justa, por meio de denúncias sobre as condições reais de vida, críticas às estruturas de poder geradoras das desigualdades, convites à participação e organização, reivindicações coletivas etc. (PERUZZO, 1991, p. 72). Luta-se por democracia e espaços cada vez mais democráticos, representando a abertura de novos canais de expressão.

Conforme Costa Sobrinho avalia o Jornal Nós Irmãos, “sua ação fora fundamental como veículo alternativo de comunicação a serviço dos marginalizados, abrindo suas páginas para denunciar a violência; para orientar as lideranças da resistência dos trabalhadores; para apoiar o trabalho educativo das CEBs, e até mesmo influenciando na organização dos movimentos sociais” (COSTA SOBRINHO, 2000, p. 12). O pesquisador diz também que

“seu conteúdo básico procura criar uma consciência crítica e transformadora da sociedade; os temas religiosos são tratados numa linha libertadora” (COSTA SOBRINHO, 2000, p. 12). Por fim, nas conclusões, o autor quantifica o conteúdo, destacando que “Não se constitui em exagero a afirmativa de que mais da metade do material veiculado em Nós Irmãos esteve comprometido em divulgar os conflitos de terra, denunciar a violência dos fazendeiros, em defender índios, posseiros e seringueiros, em informar e orientar trabalhadores quanto aos seus direitos” (COSTA SOBRINHO, 2000, p.201).

Já nas teses que categorizamos como parte de um segundo grupo, não que estejam excluídas as características - conteúdo libertário, crítico, contestador, emancipador e panfletário - das experiências analisadas, mas os pesquisadores dão destaque a outras abordagens sobre o conteúdo como valorização dos costumes, da cultura local, conteúdos que causem identificação dos receptores, sentimento de pertença entre outros.

Paiva (1998), por exemplo, ao situar a comunicação comunitária em contraponto com o contexto globalizante e universalista da mídia comercial, afirma que

O surgimento de veículos a partir dos grupos comunitários tem caráter basicamente local, de abordagem de temática relacionada ao particular, ao que interessa especificamente àquele grupo, e de conscientização de sua realidade. Existe, assim, a possibilidade de reforçar uma das facetas a que se refere a comunidade: a das relações de pertencimento entre seus membros e, conseqüentemente o poder reivindicatório, que se instala a partir da informação numa ótica programática, não com um propósito meramente promocional, mas de melhoria da condição de vida do indivíduo. (PAIVA, 1998, p. 58)

O tom mais suave e ameno do veículo, não lhe tira, porém a função da mobilização e da formação crítica, mas abre outros leques que precisariam ser fortalecidos com foco na transformação da realidade.

Um veículo comunitário deve valorizar a cultura local, prestigiando suas formas. Deve necessariamente fomentar a participação da população tanto em projetos urbanos como no próprio veículo. Promover a educação é ainda uma das principais diretrizes, especialmente por se tratar de lugares onde o acesso às instituições formais de ensino ainda é bastante reduzido. Entretanto, é preciso enquadrar essa preocupação educacional no propósito de entendimento do próprio cotidiano e da capacidade de transformá-lo (PAIVA, 1998, p. 166).

Ainda sobre os objetivos da comunicação comunitária, a autora fala sobre a necessidade de adequação do veículo às propostas da comunidade e não o processo contrário. Daí a exigência de que haja objetivos maiores que não a simples implantação de um veículo de comunicação. A que esse veículo se destinaria? Qual proposta ele busca cumprir? Quais os

interesses principais da comunidade? Quais outros processos de comunicação serão necessários para dar conta desses objetivos? Diz a autora:

A escolha dos veículos de comunicação dá-se em função do meio adequado a cada etapa de um processo. Não se adota um sistema de comunicação porque pode ser mais interessante, ou pela disponibilidade de profissionais para o trabalho, ou ainda porque é o mais moderno. Dentro da proposta de comunicação comunitária é imprescindível a adequação do veículo ao projeto global. Esse entendimento é importante para a compreensão da mídia a ser escolhida, bem como a utilização de mais de um veículo, a linguagem a ser adotada e a programação (PAIVA, 1998, p. 47).

Deganello (1999), que apresenta a TV Comunitária de maneira muito próxima a uma TV local, enxerga os objetivos práticos em que a comunicação comunitária deveria interferir. Segundo ele, a ação política do sujeito comunitário volta-se para a transformação do ambiente para se adequar a seus desejos e realizar obras concretas que venham a satisfazer suas necessidades (DEGANELLO, 1999, p. 68). Da mesma forma, Almeida (1999) apresenta o jornal de bairro, O Pedrão como um veículo que garante a representatividade política da comunidade, com o objetivo de conseguir melhorias como asfalto, creche, saúde, educação.

No âmbito das rádio-escolas, Adriana Azevedo de Barros apresenta essa comunicação como elemento potencializador do processo de ensino intramuros, mas também como possibilitador de transformações no entorno. Segundo ela (2002, p. 67),

A rádio-escola configura-se, então, em um projeto que propõe à comunidade escolar (professores, alunos, pais, direção, funcionários da escola, amigos da escola etc) o uso do meio de comunicação – rádio, enquanto um acrescentador de sabor às relações pedagógicas tradicionais, um estimulador de pesquisas e trocas de experiências acadêmicas escolares e extra-escolares, um veículo facilitador do movimento de ensino-aprendizagem ampliando as formas de atuação do educador e do educando na relação pedagógica, um provedor de formas horizontais de comunicação, que valoriza e personifica seres e ideias, diminuindo distâncias físicas e aproximando os atores da comunidade escolar (BARROS, 2002, p. 67).

Também falando sobre a interferência da CPAC na educação, Jane (2006) apresenta os conteúdos das rádios e televisões comunitárias de Moçambique. Segundo o autor, “sua linha de produção e apresentação se baseia em programas educativos, sociais, culturais, econômicos e desportivos” (JANE, 2006, p. 131). Como analisa diversos veículos, o autor elenca em cada um deles os conteúdos mais explorados. Versam, de maneira geral, essencialmente sobre agricultura, educação, saúde, democracia e direitos humanos, mulher e sociedade, criança, cultura e recreação, juventude, esporte, economia e negócios, HIV/Aids, entre outros.

O pesquisador fala ainda sobre os cuidados a serem observados no que diz respeito à programação quanto ao conteúdo, “à valorização dos costumes e cultura locais e à divulgação das notícias locais, provinciais, nacionais e internacionais, sem manipulação” (JANE, 2006, p. 170). Segundo ele, “O emissor deve ter a capacidade de ouvir as diversas opiniões sobre assuntos polêmicos e a crítica construtiva dos membros das comunidades. Esses elementos devem servir de base aos programas das rádios comunitárias” (JANE, 2006, p. 170).

Romper com as desigualdades e com a situação de exclusão, promover o desenvolvimento, educar e conscientizar, figuram como principais objetivos das rádios e televisões comunitárias de Moçambique, que vão ao encontro dos três principais objetivos do programa quinquenal do governo: 1) garantia da paz, estabilidade e unidade nacional; 2) redução dos níveis de pobreza absoluta, e; 3) desenvolvimento socioeconômico (JANE, 2006, p. 109). Segundo o pesquisador, “essas rádios e televisões comunitárias desempenham o papel fundamental de informar, formar, educar e mobilizar as populações locais para ações de desenvolvimento e combate à pobreza” (JANE, 2006, p. 75-76). E pela análise do pesquisador os objetivos têm sido alcançados.

Conclui-se que as rádios e a televisões comunitárias são instrumentos de educação e conscientização das pessoas das comunidades investigadas. Elas desempenham um papel importante na vida dos cidadãos, mobilizando-os a se envolverem nas ações de combate à pobreza absoluta que se vive no seu país. São bens comunitários contribuindo para o desenvolvimento sustentável das próprias comunidades (JANE, 2006, p.2).

Das rádios moçambicanas às brasileiras na atualidade, o caráter educativo é premente. Na Mega FM, Lahni (2005) destaca também os aspectos culturais, e lúdicos, que fazem mais parte desta abordagem mais recente da CPAC, como verificamos no começo deste tópico. O tom mais sisudo e panfletário dá espaço a outras possibilidades de interação, a outras motivações.

Quem fazia e faz os programas são voluntários que moram na região e em outros bairros do município e têm formação escolar, atividade profissional e idade variadas (de 13 a 58 anos). Entre os participantes estão aqueles ligados a movimentos sociais que usam o espaço para a divulgação das idéias dos grupos a que pertencem, tais como dos movimentos negro, gay, estudantil e de religiões diversas. Também participam aqueles que cantam, compõem músicas e fazem poemas e, através da Rádio, veiculam sua arte, como é o que ocorre com adolescentes e jovens que apresentam raps e funks na emissora. (LAHNI, 2005, p. 196-197).

A montagem da grade de programação segue assim o perfil editorial adotado pela rádio, de maneira plural e diversificada, sem, com isso, perder o foco na comunidade.

Assim, a programação da emissora é variada. Inclui informativos sobre saúde, movimento popular, religiões, músicas e outros. Desde o início da Rádio, sua grade é montada a partir da sugestão de programas feita por voluntários. O grupo ou pessoa interessada apresenta, à coordenação da Mega, um projeto sobre seu programa, que, para ser aprovado, além de depender da disponibilidade de horário, precisa ir ao encontro dos principais objetivos da emissora: prestar serviço à comunidade, valorizar a cultura da região, promover a solidariedade, conscientizar e informar os ouvintes. (LAHNI, 2005, p. 197)

Ao destacar que “Em geral, além de os programas apresentarem informações sobre movimentos populares e o bairro, entre outras, também transmitem um posicionamento crítico frente à realidade” (LAHNI, 2005, p. 204), a pesquisadora demonstra que não há uma ruptura entre uma CPAC crítica em um primeiro momento e outra cultural e educativa num segundo momento. Na atualidade, ameniza-se o tom e diversifica-se o formato, na busca por conciliar o discurso político com a atração por parte dos receptores.

Dentre os objetivos de comunicação elencados pela autora, encontra-se ainda a resistência, a luta por direitos sociais e a ampliação da cidadania.

Já no início da tese ela apresenta a emissora, destacando que ela

tem como objetivos transmitir informação necessária para a vida das pessoas em sociedade, valorizar a cultura local, promover a solidariedade e ser um espaço para a inclusão social de jovens em situação de risco (em função da pobreza e do tráfico de drogas existentes na região). Este último objetivo pode ser observado no dia-a-dia da Rádio, além de ser citado com certa constância pela coordenadora da Mega, Adenilde Petrina Bispo. Os demais objetivos constam do estatuto e outros documentos da emissora (LAHNI, 2005, p. 17)

Para além dos objetivos documentados, por meio da análise Lahni fala sobre o papel da rádio quanto ao rompimento da cultura do silêncio, valorização política e das Sociedades Pró-Melhoramentos dos bairros, a valorização da cultura popular para afastar a população de situação de risco. Em entrevista com a coordenadora da rádio, Adenilde Petrina Bispo, em 2003, ela diz:

Esse é que é o nosso grande objetivo, é realmente tirar esses meninos do tráfico, porque eles entram cedo e morrem cedo também. E também porque a gente precisa resgatar a cidadania, porque eles não dão valor ao bairro, eles acham que o bairro é muito ruim por ser uma periferia, alguns têm vergonha do bairro, então a gente quer mostrar que o bairro tem motivo pra se orgulhar, e a gente tem que se orgulhar e tem que transformar o nosso bairro. Essas coisas que a gente quer passar pra eles, enquanto eles vêm aqui [na Mega], é o grande trabalho que a gente quer fazer (LAHNI, 2005, p. 133).

No que diz respeito às músicas veiculadas na Mega, por exemplo, diferente da rádio comercial, em que a música está a serviço do que está na moda ou sendo agendado para estar na moda, Lahni (2005, p. 204) explica que os estilos estão ligados “principalmente, à cultura negra, como samba, pagode, rap e funk”. A autora faz ainda questão de salientar que funks comerciais como “Egüinha Pocotó” e outros do mesmo estilo não são tocados na Mega.

Nogueira (2005) também fala sobre a escolha das músicas na rádio poste do MST e, segundo ele, ali, o conceito de cultura nunca se separa do de política (NOGUEIRA, 2005, p. 251). Essa relação também foi citada pelo pesquisador com relação ao centro cultural Orùnmilá e às práticas culturais afro-brasileiras.

Quem aprende Capoeira, ou qualquer outra manifestação da cultura afro-brasileira no Orùnmilá, aprende, ao mesmo tempo, a fazer política, a continuar a luta daqueles que puxaram no berimbau os primeiros toques de guerra e cantaram ritmando a liberdade a caminho dos quilombos... (NOGUEIRA, 2005, p. 269).

Em sua pesquisa, aparecem como objetivos principais a luta política pela terra, contra a discriminação, contra as desigualdades e contra o racismo, ou seja, “promover a emancipação e a superação política da condição de exclusão e opressão a que estão submetidos, com mais intensidade, amplos setores da sociedade brasileira” (NOGUEIRA, 2005, p. 270).

No campo dos correspondentes populares discutidos por Roberto Joaquim Oliveira (2008), o formato e conteúdo das notícias publicadas pelo Setor de Comunicação e Audiovisual da Diocese de Juazeiro (SEDICA) estão totalmente vinculados ao contexto de produção. “Os temas retratam os principais problemas encontrados em cada uma das comunidades e interpretados pelos correspondentes populares” (OLIVEIRA, 2008, p. 118). O autor diz ainda que “A perspectiva é de que, com o uso adequado dos espaços alternativos de comunicação, seja fomentada a busca de direitos e acesso às políticas públicas para todos” (OLIVEIRA, 2008, p. 127).

Para isso, o Sedica conta com voluntários, que “trabalham para assegurar a visibilidade sobre os acontecimentos locais a fim de conquistar melhorias e provocar uma reflexão sobre realidades injustas” (OLIVEIRA, 2008, p. 131).

Segundo o autor, essa dinâmica de parceria entre correspondentes populares em uma diocese muito extensa, territorialmente falando, e comunicadores populares de dimensão mais localizada,

asseguram a periodicidade das reportagens e mantêm um outro tipo de discurso nas frequências das rádios da diocese. São novos discursos porque

trazem para o grande público uma interpretação feita pelas pastorais e movimentos sociais apoiada numa leitura concebida de forma participativa e democrática. A história das discussões locais, seus ganhos e avanços estão presentes em cada opinião ou interpretação sobre os principais fatos que interessam em determinado momento à população. (OLIVEIRA, 2008, p. 160)

Participação e visibilidade tornam-se então importantes para que os problemas sejam reconhecidos e transformados.

Dentre os objetivos da CPAC apresentados por Louise da Costa Lage, que analisa uma experiência de comunicação comunitária, esta deve ser vista como forma de pertencimento e sustentabilidade. Assim diz:

A grande maioria dos entrevistados concordou que as TICs (e as tecnologias tradicionais) auxiliam, e muito, no processo organizativo das comunidades em questão, e que ainda são capazes de gerar, de forma auto-organizativa, processos de sustentabilidade e pertencimento. O principal argumento foi a amplificação das informações, através desses usos, e a possibilidade de qualificação dos agentes e líderes comunitários nessa utilização, que atuam, não só como reprodutores do conhecimento, mas também como mediadores deste processo, chegando a identificá-lo como autônomo e como potencializador da aprendizagem. Esta aprendizagem geraria, em cada indivíduo, a identidade necessária para a sua reinserção no mundo contemporâneo, a partir de uma nova proposta de leitura do mesmo, intermediada pelo manejo das mídias (LAGE 2005, p. 420-421).

Com relação às práticas educativas, a autora afirma em suas conclusões, a partir de entrevistas com as comunidades, que “o maior propósito das comunidades estudadas é ampliar as possibilidades de conhecimento, segundo a ampliação dos acessos às TICs, por entenderem ser este o caminho para a inclusão social” (LAGE, 2005, p. 421).

Benevenuto Jr (2005) atesta como objetivos do canal comunitário democratizar a comunicação; ser instrumento de pressão política e reunir entidades que lutam por causas sociais, garantindo-lhes força e visibilidade. O pesquisador não deixa de apresentar os problemas que o Canal vem enfrentando para atingir esses objetivos. Quanto à democratização, por exemplo, ele destaca que “o canal comunitário, apesar de ser um instrumento de pressão política muito eficiente, está distante do acesso de quem mais necessita” (BENEVENUTO JR, 2005, p. 306) e apesar de serem discursos recorrentes na fala dos dirigentes do canal, “a preocupação com a difusão desses posicionamentos políticos, através de ações educativas para o uso dos canais comunicativos, é quase que inexistente” (BENEVENUTO JR, 2005, p. 313).

Por fim, falando sobre as mídias digitais, Barsi Lopes (2012) coloca sob o conceito de “postura cidadã” os conteúdos da CPAC. Segundo ele (BARSÍ LOPES, 2012, p. 34-35),

[...] todos os meios de comunicação atuam sob uma postura cidadã, pois a totalidade deles, bem ou mal, informa. Mas é a qualidade da informação (relacionada à origem e aos processos de produção em que foi gerada) e, principalmente, as consequências e os encaminhamentos que essa informação pode ter, no sentido de transformação estrutural – e não paliativa e pontual – de uma situação de desigualdade e exclusão, que para nós qualificam uma atividade e uma prática midiática como cidadã. A cidadania comunicativa quando alicerçada somente pelas práticas da mídia hegemônica é, na maior parte dos casos, atrofiada, por não utilizar todo o potencial de autonomia e de protagonismo que a relação entre meios de comunicação e práticas cidadãs pode possibilitar.

Como ele analisa um projeto em Fortaleza e outro em Barcelona, há objetivos diferentes. Na experiência da ONG brasileira Aldeia, busca-se a inclusão social e inclusão do jovem a partir a utilização consciente das mídias digitais, resultante na construção da cidadania. É o que garante uma das coordenadoras da ONG, Simone Lima, em entrevista ao pesquisador

Na concepção da ONG as novas tecnologias da comunicação possibilitam que a juventude possa refletir sobre o fazer comunicacional, transformar o olhar sobre o entorno local, apropriar-se das técnicas e das lógicas produtivas, debater sobre as questões que merecem ser visibilizadas nos meios, elaborar seus próprios conteúdos midiáticos e fazê-los circular através das redes, fomentando um processo de construção e representação de suas identidades (a partir de suas demandas, de seu reconhecimento dentro de uma territorialidade e de uma noção de pertencimento a uma sociedade em profunda transformação). É o acesso às mídias digitais e o manuseio da tecnologia que, na visão da associação, podem contribuir para que esses jovens possam reduzir as barreiras sociais e culturais e inserirem-se na sociedade como atores que participam e intervêm coletivamente na construção da cidadania (BARSILOPES, 2012, p. 47).

Já a experiência catalã, projeto KDM, nas palavras dos coordenadores do projeto, busca garantir entendimento e integração entre os adolescentes migrantes e autóctones, partindo da igualdade de condições e garantindo-lhes maior visibilidade e protagonismo; além de desenvolver nos jovens o desejo de se expressar, de opinar e de se tornarem cidadãos ativos (BARSILOPES, 2012, p. 47-48).

Apesar de os objetivos serem os melhores, o autor apresenta diversos problemas detectados nas conclusões.

O que parece ter ficado claro, tanto no Aldeia como no KDM – apesar das especificidades de ambas as experiências com a juventude, que na associação cearense assume um caráter mais social e no projeto catalão adquire um contorno mais técnico-estético – é a emergência de uma prática cidadã, através das mídias digitais, que se alicerça, muitas vezes, na experimentação pela experimentação, no gravar por gravar, sem que haja uma preocupação efetiva com os sentidos que mobilizam as filmagens, com

as transformações mais profundas que se buscam com as visibilidades ressignificadas e com o potencial de crítica social que reveste o produto audiovisual originado naquelas experiências. (BARSÍ LOPES, 2012, p. 434-435)

Para encerrarmos esta discussão, há ainda uma observação que pudemos fazer, principalmente nos contextos da Diocese de Juazeiro (OLIVEIRA, 2008), de Moçambique (JANE, 2006) e da análise que relaciona os jovens brasileiros e os catalães (BARSÍ LOPES, 2012): o trabalho junto a veículos de CPAC engloba também uma esfera pessoal, para além da coletiva.

Segundo Taimo (apud JANE, 2006, p. 121-122), há uma série de razões que, incentivam as pessoas a se envolverem voluntariamente com as rádios comunitárias, entre as quais destaca: “O desejo de aprender jornalismo; o desejo de aprender novas coisas; o desejo de fazer rádio; a vontade de ganhar experiência e fazer novos amigos; a esperança de conseguir um emprego na rádio ou em alguma coisa relacionada a esta; e a vontade de ajudar a comunidade a desenvolver-se”.

Oliveira (2008) também fala sobre esse envolvimento como alternativa de capacitação e futuramente de renda para uma população com tão poucas oportunidades educacionais. Para ele,

Nota-se que, por meio das entrevistas, os jovens, que participaram ou participam da experiência de ser correspondente popular, estão comprometidos com os trabalhos sociais e, depois de fazerem um trabalho voluntário, procuram exercer o trabalho de comunicação como profissionais, tirando dali sua forma de sustento (OLIVEIRA, 2008, p. 168).

No caso da pesquisa de Barsi Lopes (2012), o autor destaca que o interesse à profissionalização, talvez tenha tido até mais destaque do que outros enfoques, como a formação de uma consciência crítica e o desejo de transformação social, objetivos mais coletivos dos projetos. Assim conclui o autor:

Ficou claro, ao longo do desenvolvimento do trabalho de campo, que as expectativas em torno dos projetos, por parte dos jovens participantes, materializam-se mais através de um interesse por uma formação técnica e profissional e menos a partir da demanda por uma formação crítica para a vida e para atuar junto aos meios de comunicação, o que parece se distanciar do ideário de projetos alternativos e comunitários de comunicação que conhecemos e que têm orientado, especialmente na trajetória latino-americana, a configuração de uma comunicação popular e cidadã.

Ele não deslegitima este interesse dos envolvidos, mas aponta um distanciamento da proposta da CPAC.

Não que o desejo de se profissionalizar não seja legítimo, mas parece-nos pouco transformador, principalmente se pensarmos que nossa educação está muito mais voltada para a profissionalização e o pragmatismo e menos para o desenvolvimento crítico dos sujeitos sociais. Por outro lado, vale ressaltar, também, que os sentidos de cidadania dos jovens estão vinculados de forma muito forte à visão de trabalho e de profissionalização, relação essa que se explica pela própria situação de exclusão do mercado laboral – tanto em Fortaleza quanto em Barcelona – que eles vivem. Nesse sentido, podemos perceber, tanto no Aldeia quanto no KDM, uma forte demanda, por parte dos jovens, de inserirem-se profissionalmente no universo midiático hegemônico, processo esse que parece se descolar de uma perspectiva que enxerga as associações e os projetos socioculturais como espaços de reflexão sobre a mídia – leitura crítica – e acerca do modelo de sociedade em que vivemos (BARSILOPES, 2012, p. 433-434).

Exemplificados aqui alguns trechos que esclarecem a posição dos pesquisadores quanto às formas, conteúdos e objetivos da Comunicação popular, alternativa e comunitária, passemos a analisar os destinatários dessa comunicação.

## **7. Destinatários**

Apesar de ser uma opinião majoritariamente consensual entre os pesquisadores da Comunicação Popular de que o processo de produção e organização da comunicação é muito mais educativo, transformador e importante do que os resultados dessa recepção – cabe aqui lembrar que das 102 dissertações e teses de nossa amostra, em apenas cinco foram feitas pesquisas de recepção – decidimos elencar nas 15 teses da amostra, quem são os destinatários das mensagens de CPAC produzidas.

No geral, o que deveria ser o *target* é tão amplo que não é possível a partir de sua identificação, traçar estratégias ou ações de comunicação bem delimitadas.

Em sua maioria, as experiências são muito heterogêneas. Apresentam-se como direcionadas às classes subalternas, aos integrantes de movimentos sociais, aos líderes de bairro, às universidades, aos membros de igrejas (majoritariamente a católica), aos intelectuais e jornalistas, às comunidades rurais, aos simpatizantes e às comunidades escolares, principalmente quando se trata de processos de mídia-educação; com foco claro de conscientização e educação para as causas levantadas. Por outro lado, há um público alvo pouco citado, mas implícito, que é o poder público. Com relação a este, o veículo está dando o recado que muitas vezes as pessoas não tem a possibilidade de dar; reclamam, reivindicam, cobram atitude, esperam mudanças.

Tamanha heterogeneidade, como bem destacou Luiz Fernando Santoro com relação ao vídeo popular, faz com que a estrutura narrativa e conseqüentemente sua aceitação e eficiência da mensagem, sejam relativas; já que “o referencial sócio-cultural do público receptor permite leituras distintas da mesma mensagem, previstas ou não pelos realizadores” (SANTORO, 1988, p. 196-197).

O foco geográfico de recepção geralmente é local ou regional; até pelas baixas tiragens (no caso dos impressos) e dificuldades de distribuição (como no caso das rádios e TVs comunitárias em que há um controle do alcance do sinal). Raquel Paiva afirma, porém, que não são só alcance, custo de produção ou a quantidade da tiragem que interferem nestes processos. Segundo ela,

Não representa obstáculo conceitual para um jornal ou qualquer veículo comunitário buscar ampliação do público leitor. O que neste caso funciona como elemento diferenciador é a vinculação que a comunidade possui com o veículo. Vinculação, comprometimento e inserção total na gestão do sistema adotado: quanto mais estreita for a relação entre o veículo e os propósitos e objetivos duma comunidade, mais seus membros vão estar envolvidos em sua produção, e proporcionalmente maiores serão sua representatividade e reconhecimento como veículo comunitário (PAIVA, 1998, p. 155).

Na prática da comunicação – ainda mais na massiva e especializada -, é rotineiro que os profissionais delimitem desde o início de qualquer projeto, o público alvo para conseguirem adequar a linguagem, os tipos de textos, áudios, audiovisuais e materiais digitais, os projetos gráficos etc a este público. Representaria um desafio imenso a qualquer profissional de comunicação elaborar, por exemplo, um boletim impresso destinado a trabalhadores rurais, universitários e militantes políticos. Na subárea da CPAC este desafio perde importância, pois os vínculos de identificação e representatividade se dão mais no momento da produção do que da recepção. E se representantes dos três grupos supracitados produzem juntos, já há algo que os une, ou seja, um código que lhes é comum.

O que não se pode perder de vista é que – apesar de a comunidade envolvida ser a protagonista do processo comunicacional -, há que se olhar para a estética, para a linguagem e até mesmo para uma adequação do canal com vistas a chamar a atenção daqueles outros atores sociais que não estão diretamente relacionados dentro o público alvo, por exemplo, o poder público. Chamou-me muita atenção ao estudar um jornal popular alternativo indígena em Dourados (OTRE, 2008) que; apesar de muitos indígenas não falarem o português, e de a maioria ser analfabeta, a comunidade optou por desenvolver um jornal impresso. Percebeu-se que, apesar de o jornal falar sobre questões internas, promover participação e desenvolver a

autoestima dos jovens envolvidos, ao optarem pelo impresso, o foco de recepção era a comunidade não-indígena, pois era deles que se esperava a mudança. Também havia ali uma reclamação por parte dos indígenas de que não eram chamados a dar entrevistas na imprensa local e que a versão passada dos assuntos referentes à aldeia era quase sempre deturpada.

Para isso, os indígenas se adequaram à recepção do material nas aldeias, fazendo durante as reuniões coletivas (Aty Guasu) a leitura em voz alta dos jornais para o acesso dos analfabetos.

Da mesma forma passa a ser pensada a apropriação das tecnologias digitais. Mesmo que nas comunidades não haja ainda pleno suporte tecnológico e infraestrutural para a recepção dos conteúdos, ao visualizarem o potencial de ressonância desses meios, as comunidades vão pouco a pouco se apropriando dessas ferramentas, como no caso da pesquisa de Louise Lage (2006).

## **8. Autores referência e conceitos importantes para a subárea**

Foi possível verificar desde a pesquisa exploratória, autores recorrentes nas pesquisas de CPAC e, predominantemente, autores latino-americanos e nacionais.

Consideramos para esta quantificação de frequência dos autores nas teses não o tanto de vezes que foram citados em cada pesquisa, mas a quantidade de pesquisas em que apareceram. O máximo que poderíamos encontrar, portanto, seria um autor com 15 participações, o que não indica que ele tenha aparecido apenas uma vez em cada pesquisa. Os autores que serão apresentados no quadro abaixo (Quadro 24) tiveram presença marcante nas teses, sendo, muitas vezes, pilares para a fundamentação teórica.

Por meio deles, confirmamos o quanto a interdisciplinaridade é importante para o nosso subtema, que transita entre o cultural, o político, o social e o educacional de maneira interdependente.

Quadro 25 - Autores mais citados quanto ao total das teses analisadas.

<b>Autor</b>	<b>Nº de Teses em que foi citado</b>
Paulo Freire	12
Cicilia K. Peruzzo Jesus Martin Barbero	9
Regina Festa Carlos Rodrigues Brandão Karl Marx	8
Antonio Gramsci José Marques de Melo Mário Kaplún Néstor Canclini	7
Carlos Eduardo Lins da Silva Juan Diaz Bordenave	6
Raquel Paiva Soares Armand Mattelart Ismar Soares Leonardo Boff Manuel Castells Maria da Glória Gohn Muniz Sodré Paul Singer	5
Pedro Demo Pedro Gilberto Gomes Ciro Marcondes Filho Friedrich Engels Luiz Eduardo Wanderley Norberto Bobbio Pierre Levy Denise Cogo Luiz Ramiro Beltrán Maria Cristina Mata Pierre Bourdieu Renato Ortiz	4

Christa Berger Clodovis Boff Frei Betto Jean Baudrillard Jurgen Habermas John Downing Luiz Fernando Santoro Mike Featherstone Bernardo Kucinski Luiz Beltrão	3
---	---

O autor mais recorrente no total de teses é Paulo Freire, em 80% delas. Não surpreende o fato de o autor, um educador brasileiro que pautou suas teorias na comunicação dialógica e libertadora, ter sido tão explorado nos trabalhos sobre CPAC. Durante todo o percurso que aqui percorremos, ficou latente o poder educacional da comunicação, a importância da participação horizontal, a relação de não-autoritarismo e não-opressão que devem pautar as experiências de comunicação popular e, Paulo Freire, desponta como grande referência sobre esses vieses. “Pedagogia do Oprimido”, “Educação como prática da liberdade” e “Extensão ou Comunicação”, são obras clássicas para a subárea.

Presentes em 60% das teses, também um número bem expressivo, estão a comunicadora Cicilia Maria Krohling Peruzzo e Jesús Martín-Barbero, semiólogo, filósofo e antropólogo que se dedica a estudar comunicação e cultura. Os textos de Cicilia Peruzzo são usados, principalmente, para a conceituação da comunicação popular, alternativa e comunitária, mas também são explorados no quesito metodológico, principalmente ao falarem sobre observação participante e pesquisa-ação. Há também citações utilizadas ao conceituar participação – resultado de sua tese de doutorado em 1991 – e sobre movimentos sociais por meio de diversas publicações em revistas científicas, em eventos e por meio dos livros “Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania”, fruto da tese; e “Televisão Comunitária: Dimensão Pública e Participação Cidadã na Mídia Local”.

Jesús Martín-Barbero é focado nas teses ao falar sobre a relação entre cultura e comunicação, o popular e o massivo, sobre pesquisa em comunicação e sobre a América Latina. Geralmente é acompanhado nas teses por Nestor García Canclini e Renato Ortiz, respectivamente presentes em 46% e 26% das teses. Uma de suas obras mais expressivas é o livro “Dos meios às mediações”.

Estão em 53% das teses, Regina Festa, Karl Marx e Carlos Rodrigues Brandão. Vale lembrar que, em 1984, Regina Festa foi a responsável pela primeira dissertação sobre a

CPAC; e após a publicação do livro (Comunicação Popular e Alternativa no Brasil), em coautoria com Carlos Eduardo Lins da Silva, ganha muita repercussão e passa a ser referência para a área. O clássico sociólogo Karl Marx, mais uma vez confirma o caráter crítico da subárea e a insatisfação com o sistema econômico vigente, a quem é atribuído as desigualdades sociais e a exploração das classes subalternas; e Carlos Rodrigues Brandão, antropólogo que tematiza cultura, educação popular, campo religião, educação e pesquisa, tem destaque com os livros “Repensando a cultura” e a organização “Repensando a pesquisa participante”.

No quarto grupo de pesquisadores com bastante destaque nas teses estão Antonio Gramsci, José Marques de Melo, Mário Kaplún e Néstor García Canclini. Eles são citados em 7 (sete) das 15 teses, ou seja, em 46% delas. Gramsci aparece falando sobre hegemonia e contra-hegemonia, aculturação das classes subalternas, integração nacional, ideologia e, com destaque, sobre a importância dos intelectuais orgânicos nas experiências de comunicação popular. José Marques de Melo fala, nos anos de 1980 sobre comunicação e libertação, e posteriormente é citado devido a sua produção extensa sobre a comunicação. Mário Kaplún insere-se ao lado de Paulo Freire tematizando a comunicação educativa e participativa. Sua experiência com o cassete-forum foi amplamente apresentada como um método produção coletiva, participativa e eficaz. Néstor Canclini destaca-se na definição do popular e com os livros “Culturas híbridas” e “Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização”.

Citados em 40% das teses, estão Juan Diaz Bordenave e Carlos Eduardo Lins da Silva. Bordenave contribui para a fundamentação de diversos temas, dentre eles, a democratização da comunicação e da educação, comunicação alternativa, participação, educação libertadora e comunicação interpessoal, com diversas publicações científicas, com os livros “Além dos meios e mensagens” e “O que é participação”. Carlos Eduardo Lins da Silva, além da co-organização do livro com Regina Festa (Comunicação Popular e alternativa no Brasil), também é citado quanto ao livro “Muito além do Jardim Botânico: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores”.

No quinto bloco de autores mais referenciados estão Raquel Paiva Soares, Armand Mattelart, Ismar Soares, Leonardo Boff, Manuel Castells, Maria da Glória Gohn, Muniz Sodré e Paul Singer, que aparecem em 5 (cinco) das 15 teses. Conceituação de comunidade, teologia da libertação, mídia-educação, cultura, sociedade em rede, movimentos sociais,

economia e pesquisa em ciências sociais e comunicação contribuem para compor a base dos estudos.

Raquel Paiva, por exemplo, destaca-se a partir de sua tese defendida em 1997 e da publicação do livro “O Espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo”, passando a ser referência para a subárea, principalmente para a comunicação comunitária. Com enfoque sociológico, a autora passa por temas como a definição de comunidade, o globalismo, o societal e o comunitarismo, e, mais atualmente, fala também sobre as cidades. A organização “O retorno da Comunidade” foi outro material utilizado pelos pesquisadores como referência.

Armand Mattelart e Muniz Sodré contribuem para a fundamentação teórica das teses. “A globalização da comunicação” e “História das teorias de comunicação” são livros de Mattelart bastante citados. Muniz Sodré destaca-se com “Antropológica do Espelho” e diversas publicações científica sobre o campo da comunicação. Maria da Glória Marcondes Gohn é base conceitual para os movimentos sociais, tendo como principais livros publicados sobre o assunto (“Teorias dos Movimentos Sociais”; “Historia dos Movimentos e Lutas Sociais”, “Novas Teorias dos Movimentos Sociais”, “Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civas no Brasil Contemporâneo” e “Sociologia dos Movimentos Sociais”). Paul Singer, economista e sociólogo, contribuiu para a fundamentação sobre globalização, capitalismo, formação da classe operária e cidadania. O livro mais citado é “O capitalismo” e um texto intitulado “A cidadania para todos”, texto publicado numa organização de Jaime e Carla Pinsky (2005).

Ismar Soares aparece nas teses num primeiro momento falando sobre comunicação eclesial – devido à influência de suas pesquisas de mestrado (A Morfologia e o Conteúdo dos Boletins Diocesanos Católicos; 1980) e doutorados (Do Santo Ofício à Libertação - O discurso e a prática do Vaticano e da Igreja Católica no Brasil sobre a Comunicação) e num segundo momento seus trabalhos mais recentes sobre educomunicação. Leonardo Boff deu amparo teórico sobre a formação das Comunidades Eclesiais de Base e o papel da Igreja Católica e da Teologia da Libertação neste momento histórico tão importante para as pesquisas sobre CPAC.

Já Manuel Castells é um sociólogo espanhol que tem problematizado as configurações sociais e identitárias, permeadas pelas tecnologias. Dentre suas principais obras estão “A sociedade em rede”, “O poder da identidade” e “A era da Informação”.

Com participações em 4(quatro) das 15 teses, estão Pedro Demo (sociólogo) e Norberto Bobbio (filósofo), discutindo cidadania; Ciro Marcondes Filho, teórico da

comunicação que contribui para as formulações sobre o campo, falando sobre comunicação massiva e imprensa alternativa, tendo sido citados os livros “O capital da notícia: jornalismo como produção social de segunda”, “Política e imaginário nos meios de comunicação para massas no Brasil” e “A linguagem da sedução”. Temos ainda o filósofo Friedrich Engels, bastante citado em sua parceria com Karl Marx quando da fundação do marxismo; o sociólogo Luiz Eduardo Wanderley, falando sobre educação popular e Igreja Católica; Pierre Levy, filósofo que enfoca as relações entre internet e sociedade; Pierre Bourdieu, sociólogo francês que teve no livro “O poder simbólico” o maior referencial para a subárea; e Renato Ortiz, que fala sobre cultura. E, por fim, Luiz Ramiro Beltrán, Pedro Gilberto Gomes, Denise Cogo e Maria Cristina Mata, que formaram um tronco importante para a discussão sobre comunicação popular, alternativa e comunitária na América Latina e Brasil.

Como parte do último grupo de autores que optamos por apresentar (aqueles citados em mais de 3(três) pesquisas, estão Christa Berger, Luiz Fernando Santoro, Luiz Beltrão, Bernardo Kucinski e John Downing fortalecendo o debate sobre comunicação popular, alternativa e comunitária, sobre folkcomunicação, imprensa alternativa e sobre mídia radical alternativa; ora para diferenciar conceitos, ora para complementá-los. Clodovis Boff e Frei Betto aparecem para contribuir com as discussões sobre a Igreja Católica, as CEBs e a Teologia da Libertação, enquanto Jean Baudrillard, sociólogo, é citado nos textos que problematizavam o real e o virtual. O filósofo Jürgen Habermas contribui com o conceito de esfera pública e a teoria do agir comunicativo, que foram bastante explorados, e Mike Featherstone, sociólogo britânico que fala sobre pós-modernismo e consumo.

Dos 225 autores elencados na análise, citados direta ou indiretamente nas 15 teses, consideramos esses 42 que estão presentes em 3(três) ou mais pesquisas. Pelo que percebemos durante a pesquisa exploratória das 102 dissertações e teses (Capítulo III); os autores que aqui apareceram em destaque também foram, pelo que percebemos de maneira assistemática, os mais recorrentes naquele material.

Formam uma reunião de pensadores, educadores, sociólogos, teólogos, filósofos, antropólogos e comunicadores que contribuem não só para as discussões atuais sobre a CPAC, mas que possibilitaram a formação dessa subárea, tal como é entendida. Ao final de todo este trabalho, fica a impressão de que caminhar sem o apoio destes pesquisadores, garantem incompletude às pesquisas.

Conforme destacou Raquel Paiva ao falar sobre avanços científicos na comunicação e na comunicação comunitária, em entrevista à Maria Moraes Luz, para a Revista EPTIC, em 2009<sup>52</sup>:

As pesquisas na área da comunicação sofrem de um sintoma muito freqüente: todos são inovadores. Ou seja, nenhuma pesquisa ou pesquisador quer absorver e dar continuidade ao que o colega realizou. E obviamente esta é a maneira de se gerar conhecimento. E dessa maneira a pesquisa progride com maior velocidade. Sem realizar esta etapa do processo, tudo fica mais lento e os trabalhos em comunicação comunitária não fogem a esta regra.

[...]

Não adianta nada termos um boom de pesquisadores entrando para a área se eles não têm efetivo compromisso com a geração de conhecimento no setor e isso só é possível recuperando o que tem sido feito, acessando a bibliografia específica e propondo, finalmente projetos nas áreas ainda carentes de estudos (LUZ, 2009, p. 5).

É claro que também não haverá grandes avanços e novidades para a subárea, se as pesquisas em comunicação se dedicarem somente a ler e reler os mesmos autores. Mas retomá-los, parece ser um caminho necessário para a compreensão de toda a complexidade que está por trás da comunicação popular, alternativa e comunitária.

---

<sup>52</sup> Disponível em <http://www.seer.ufs.br/index.php/epctic/article/view/96>. Acesso em 12 de janeiro de 2015.

## CONCLUSÕES

A necessidade de definição de conceitos é uma exigência acadêmica, não dos movimentos populares. Na dinâmica do dia a dia, os processos comunicacionais, organizativos, o envolvimento da comunidade, as instâncias participativas, a definição da distribuição, forma e conteúdo se dão, na maioria das vezes, de maneira espontânea, independente da teoria. Antes de ser comunicação comunitária ou alternativa, é a comunicação popular que está em curso, a comunicação do povo e isso já lhes basta.

Apesar de termos consciência disso, sentimos a necessidade de classificação para podermos, inclusive, delimitar a amostra que, inicialmente, tinha 742 dissertações e teses, o que inviabilizaria a análise de todas. Dessa forma, revisamos os conceitos a partir de uma base teórica pré-estabelecida, mas também a partir do próprio objeto, do que as pesquisas nos traziam de informação. Reitero que esta pesquisa que tratou sobre a comunicação popular, não enfoca a comunicação popular-massiva (no nível popularesco), nem o popular-folclórico. Também não falamos, sobre imprensa alternativa, sindical, sobre jornalismo colaborativo ou sobre educomunicação, por si só. Não que os temas não nos interessassem, mas a pesquisa nos exigiu tais delimitações.

Uma de nossas hipóteses sobre a conceituação presente nas dissertações e teses era de que os pesquisadores o faziam considerando as experiências em suas especificidades, não no que as uniria teoricamente, o que dificulta a sistematização dos próprios conceitos e o avanço das pesquisas sobre a comunicação popular, alternativa e comunitária. Ela foi confirmada ao verificarmos por meio da denominação usada pelos pesquisadores, 24 formas diferentes de chamar as experiências que sintetizamos em quatro: comunicação popular e comunitária; comunicação popular e alternativa; comunicação popular, alternativa e comunitária; e jornalismo popular alternativo. Reconhecemos a dificuldade de impor categorias estanques para uma área tão plural e criativa e nem é esse nosso objetivo, mas a nosso ver, ao classificá-los segundo um entendimento consensual pode-se contribuir para o avanço das pesquisas sobre a subárea, já que facilitaria a identificação dessas pesquisas para futuras análises.

Também verificamos, metodologicamente, que, como supúnhamos, as dissertações e teses se valem com frequência de estudos de caso, não generalizáveis, devido às especificidades das práticas de comunicação popular, alternativa e comunitária; o que se deu em 32% das pesquisas. Também acreditávamos encontrar muitos trabalhos que se utilizam da pesquisa-ação ou pesquisa participante, métodos que demonstram o engajamento

característico dos pesquisadores da área. As observações participantes somaram 27%; já as pesquisas-ação resultaram em apenas 6%, talvez pelo comprometimento exigido, pela dificuldade de execução ou questionamentos quanto à sua validade como tipo de pesquisa por parte da própria comunidade científica. De toda forma, o engajamento dos pesquisadores com movimentos populares e sociais ficou demonstrado por meio das introduções das pesquisas, que muitas vezes explicitaram este contato entre pesquisadores e objetos.

Ainda quanto à metodologia, supúnhamos por meio de um primeiro olhar, que os pesquisadores da comunicação eram, por vezes, displicentes quanto ao detalhamento metodológico dos trabalhos, fato que prejudica a área principalmente no que diz respeito à confiabilidade dos resultados ou apontamentos trazidos. Esta hipótese também foi confirmada pois identificamos por meio da Análise de Conteúdo das pesquisas além do baixo índice de explicitação acerca do método que guiou a abordagem teórico-metodológica (14%); uma certa displicência de pesquisadores que não apresentam no resumo e, muitas vezes, nem na introdução, os métodos, tipos e/ou técnicas de pesquisa utilizados, sendo que é consensual essa necessidade de explicitação nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação no Brasil. Por outro lado, o gráfico que demonstra o tratamento metodológico dado às pesquisas ao longo dos 40 anos de análise (Gráfico 7) foi bem otimista quanto à atualidade, indicando um movimento em que se dedica maior relevância às questões metodológicas, o que contribui para o fortalecimento do campo comunicacional, assim como das pesquisas sobre Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária.

A nosso ver, esta tese atinge a contento os objetivos propostos no projeto de pesquisa, que apesar de modestos, possibilitaram um olhar mais palpável sobre as pesquisas dispersas em um território tão grande e em um período amplo de análises.

Identificamos, portanto que a comunicação popular e comunitária é a vertente de maior destaque na pesquisa de pós-graduação desta subárea, principalmente dos anos 1990 para cá. Atribuímos esta predominância à mudança do contexto político – da ditadura à abertura política – assim como a uma maior exploração conceitual de “comunidade”, a exemplo da tese de Raquel Paiva que se dedica a isso, e à regulamentação das rádios e TVs sob o título de comunitárias, o que influencia significativamente nas experiências analisadas, já que a legislação, de uma forma ou outra, apresenta uma nomenclatura que maquia as dificuldades e problemas da definição conceitual para algumas experiências da subárea.

Dentre os suportes analisados pelas teses e dissertações, identificamos a predominância dos estudos sobre rádios (33%), seguido das análises de jornais impressos

(15%), da televisão (11%), e do vídeo popular (7%). Cruzando as informações quanto ao tipo de comunicação (alternativa ou comunitária) e o canal utilizado, identificamos algumas tendências: rádios e TVs são predominantes nas experiências de comunicação popular e comunitária, enquanto jornal impresso e vídeo são predominantes nas experiências de cunho popular e alternativo. Mais do que coincidência, suponhamos que estes veículos por si só trazem consigo certa identidade histórica: desde os jornais de resistência impulsionados pelas CEBs e movimentos de bairro até a ampliação cultural e utilização para fins comunitários de uma emissora de rádio de baixa potência; desde os vídeos populares e marginais que por meio de uma nova estética pediam por voz até a configuração plural, coletiva e enquadrada na legislação das televisões comunitárias. Para se ter uma ideia, das 11 pesquisas sobre televisão, 8 (oito) dizem respeito a canais comunitários, segundo a legislação. Verificou-se também que, ao contrário do que acreditávamos, as mídias digitais como parte dos processos de comunicação popular não têm sido amplamente estudadas, sendo analisadas em apenas 3% das pesquisas. Esse dado pode representar, ainda, dificuldades estruturais das comunidades para o trabalho de comunicação ou de apropriação mesmo dessas ferramentas. Abre-se aqui a possibilidade de uma pesquisa interessante de ser encampada.

Quanto à distribuição das dissertações e teses sobre CPAC no País, elas foram desenvolvidas em 23 instituições, predominantemente na região sudeste (75%), seguida da região sul (15%), região centro-oeste (8%) e região nordeste (2%). As duas universidades do norte brasileiro que oferecem Pós-Graduação em Comunicação, têm cursos criados recentemente e até 2012 não haviam desenvolvido pesquisas nesta subárea: Universidade Federal do Amazonas, que iniciou a oferta do mestrado em 2008 e a Universidade Federal do Pará em 2010.

Dentre as instituições com maior relevância para a subárea, estão a Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), a Universidade de Brasília (UnB), a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp-Bauru). A nosso ver, três pontos contribuem para esse protagonismo: 1) Ano de criação do curso de pós-graduação em comunicação; 2) Contemplam linhas de pesquisa específicas ou próximas da subárea; e 3) Reúnem professores orientadores que se dedicam/dedicaram à temática.

Quanto a análise qualitativa das 15 teses, verificou-se alguns critérios que permeiam o entendimento do que venha a ser a comunicação popular, alternativa e comunitária: 1) a

definição de classes subalternas, os envolvidos diretamente com a comunicação popular; 2) a existência de agentes que dão suporte a essas classes, representados por ONGs, universidades e predominantemente pela Igreja Católica; 3) A importância da participação das comunidades nos processos de comunicação; e 4) Formas, conteúdos e objetivos que se complementam. Verificou-se ainda o papel secundário dos destinatários nestes processos populares, embora o lema seja muitas vezes “conseguir voz”. Questionamo-nos: voz apenas para falar ou voz para ser ouvida? A partir deste questionamento, acreditamos que embora os processos organizativos, participativos, de identificação e de aprendizado que são gerados nessas experiências sejam os primordiais neste contexto; geralmente há um *target* implícito não para que seja consumidor deste material, mas que veja nele um canal de diálogo, reivindicações política e resistência cultural. Esse *target* pode ser tanto o poder público que falha em muitas situações quanto a essas classes, como pode ser um grupo que os discrimine social ou culturalmente, por exemplo. São destinatários finais de quem se espera a ação: melhorias para o bairro, mais oportunidades de emprego, menos preconceitos, mais visibilidade, mais cidadania.

Por fim, categorizamos os autores que aparecem como referência para a subárea da comunicação popular, alternativa e comunitária, com base nas teses analisadas. Obtivemos uma lista de 225 autores elencados, citados direta ou indiretamente nas 15 teses, dos quais consideramos 42 que estão presentes em 3(três) ou mais pesquisas. São pensadores, educadores, sociólogos, teólogos, filósofos, antropólogos e comunicadores que são pilares para a composição da subárea. Por meio desses nomes, confirmamos o quanto a interdisciplinaridade é importante para a CPAC, que transita entre o cultural, o político, o filosófico, o social e o educacional de maneira interdependente.

Tão importante quanto estes resultados para o reconhecimento da subárea estudada, apontamos que as pesquisas de pós-graduação em comunicação no Brasil sobre comunicação popular, alternativa e comunitária oferecem diversas contribuições dentre as quais elenco: a) dão visibilidade a processos comunicacionais com objetivos divergentes do que geralmente se atribui aos sistemas de comunicação nos dias de hoje, com enfoque econômico; b) permitiram uma apropriação da universidade pelas classes subalternas, estimulando seus agentes a estudarem, analisarem e entenderem melhor suas realidades, assim como permitiram que pessoas de fora das comunidades lhes lançassem novo olhar; e c) foram essenciais para o fortalecimento da subárea, já que pudemos verificar que das pesquisas de pós-graduação emergem muitos autores que passaram a ser referências para a subárea com publicações

posteriores em livros, revistas científicas e eventos, a exemplo de Regina Festa, Pedro Gilberto Gomes, Cicilia Peruzzo, Raquel Paiva, Luiz Fernando Santoro e outros.

Apesar do pouco valor atribuído, no geral, a pesquisas teóricas como a desenvolvida nesta tese, devolvemos à comunidade acadêmica da comunicação a geração de informações que podem contribuir para pesquisas futuras, assim como a identificação dos protagonistas que encamparam o estudo sobre a temática desde 1972 a 2012. Além disso, ao realizarmos este esforço de entender a CPAC a partir dos teóricos em geral e dos pesquisadores nacionais, acreditamos contribuir para uma melhor identificação das diferenças conceituais que permeiam a subárea, fortalecendo-a ainda mais.

A partir do que já foi trilhado teoricamente nesta tese, abre-se espaço para o desenvolvimento de outras pesquisas que visem a responder: Como as classes populares classificam/enxergam suas experiências? Quais práticas são realmente fundamentais para que a comunicação popular traga benefícios às comunidades? Como vencer os desafios de atrair um público leitor sem se ajustar ao modo de produção da grande mídia? Como as mídias digitais estão contribuindo com as comunidades em um período de tanta visibilidade por meio da internet? Há uma tendência futura de a comunicação popular e comunitária se esvaziar politicamente de forma a não contribuir como forma de resistência com as classes subalternas? O que mais podemos observar nas pesquisas sobre CPAC que contribuam para o avanço da subárea?

Havia desde o início impressão de que, ao final deste percurso, a tese apresentaria todas as respostas que almejávamos sobre a produção discente stricto sensu em comunicação popular, alternativa e comunitária brasileira. Do contrário, são apontados ao final da pesquisa tantos caminhos, tantas possibilidades e tantas dúvidas que tampouco foram previstas. É com humildade que reconheço o quão extenso, trabalhoso e feliz foi este percurso, no desejo de contribuir com os estudos sobre comunicação popular, alternativa e comunitária e, conseqüentemente, para um mundo mais justo, fraterno; certa de que a comunicação é elemento chave para se chegar a este processo.

## Referências

- ABREU, Nuno Cesar Pereira de. **Boca do lixo: Cinema e classes populares**. 2002. 808 f. Tese (Doutorado em Multimeios) – Universidade Estadual de Campinas
- AFONSO, Maria Rita Teixeira. **Mídia e comunidade: estudo sobre produção e recepção da rádio Heliópolis**. 2007. 174 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.
- ALBUQUERQUE, Marina Zoppas de. **A comunicação cidadã na mídia digital: concepções e realizações do site MNDH, DH NET e CONECTAS**. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.
- ALLES, Natália Ledur. **Boca de Rua: representações sociais sobre população de rua em um jornal comunitário**. 2010. 228 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- ALMEIDA, Dalmer Pacheco. **Conversão de classe ou popular travestido? A comunicação das/nas Culturas populares: a comunidade de São Pedro**. 1999. 238 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ALMEIDA, Luana Nascimento de. **Comunicação comunitário-alternativa na capital paulista: ferramenta de ressemantização de identidade?** 2011. 155 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru.
- ALVARENGA, Clarisse Maria Castro de. **Vídeo e experimentação social: um estudo sobre o vídeo comunitário contemporâneo no Brasil**. 2004. 206 f. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Universidade Estadual de Campinas
- AMARANTE, Maria Inês. **Rádio comunitária na escola: protagonismo adolescente e dramaturgia na comunicação educativa**. 2004. 217 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.
- ANDRADE, Ana Maria Cardoso de. **Um novo texto no contexto da informação popular: os centros de documentação e comunicação**. 1989. 202 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ANSELMO, Márcia Almeida. **A representação das práticas socioculturais de crianças e adolescentes do Jornal Boca de Rua: a experiência do Boquinha**. 2009. 171 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- ASSOCIAÇÃO Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. **Recomendações da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação/COMPÓS para o PNPG 2011/2020**. Brasília, 2010. Disponível em [http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_1561.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1561.pdf).
- AZEVEDO, Dermi. Comunicação comunitária e ideologia. In: NEOTTI, Frei Clarêncio (coord). **Comunicação e ideologia**. São Paulo: Loyola, 1980.
- BAHIA, Lilian Claret Mourão. **A reconfiguração da esfera pública local pelas rádios comunitárias inter-FM e união na região metropolitana de Belo Horizonte**. 2006. 196 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

- BANDEIRA, Denize Daudt dos Santos. **Territorialidade compartilhada: comunicação e cidadania**. 2012. 165 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARRANQUERO, Alejandro; BAEZA, Chiara Sáez. Comunicación alternativa y comunicación para el cambio social democrático: sujetos y objetos invisibles en la enseñanza de las teorías de la comunicación. In: Congreso Internacional AE-IC Málaga 2010 "Comunicación y desarrollo en la era digital". **Sección: Teorías y métodos de investigación en comunicación**. 2010. p.1-25. Disponível em <http://orecomm.net/wp-content/uploads/2010/01/AEIC-Barranquero-Saez.pdf>. Acesso em 10/jun/2014.
- BARROS, Adriana Azevedo Paes. **O projeto Rádio-escola: a rádio comunitária irradiando cidadania**. 2002.231 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.
- BARSI LOPES, Daniel. **Juventude e cidadania: uso as mídias digitais na ONG Aléia, em Fortaleza, e no projeto KDM, em Barcelona**. 2012. 499 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.
- BENEVENUTO JR, Alvaro Fraga Moreira. **De Canal Comunitário a POA TV: estratégias e políticas da comunidade na TV a cabo em Porto Alegre**. 2005.351 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.
- BONIN, Jiani A.Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação. **Revista FAMECOS**.n. 37. P. 121-128. Porto Alegre, 2008.
- BORDENAVE, Juan Díaz. **Além dos meios e mensagens: introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020**. v.2. Brasília, DF: CAPES, 2010.
- BROMBAY, Simone. **Diagnósticos e perspectivas da comunicação na ONGS atuantes em questão de gênero**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BURGER, Marcelo Wanderley. **Centro de Mídia Independente: ativismo político na internet e ação direta nas ruas**. 2004. 114 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- CABRAL FILHO, Adilson Vaz. **A Formação das Comunidades de Compartilhamento Social no Centro de Mídia Independente**. 2005. 135 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.
- CAMPOS, Emilene de Oliveira. **Ativismo na rede: informação, organização e espetáculo**. 2006. 105 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- CARVALHAL, Antônio Carlos de Oliveira. **Comunicação Comunitária: uma releitura dos principais conceitos**. 2010. 156f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

CASSOL, Daniel Barbosa. **Brasil de Fato: a imprensa popular alternativa em tempos de crise**. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

CAVALCANTI, Eduardo Rubi. **Ativismo on-line: comunicação e organização política na Internet**. 2001. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

COGO, Denise Maria. **No ar... uma radio popular** : o uso dos alto-falantes como emissora popular no Brasil. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

COGO, Denise Maria. Repensando a ciência participativa na pesquisa em comunicação. In: PAIVA, Raquel (org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad. (p.149-166)

COMO participar. **Viva favela**[s.d]. Disponível em <<http://www.vivafavela.com.br/como-participar>>. Acesso em 24 de dezembro de 2014.

CONTEÇOTE, Marcelo Luis. **Comunicar para mudar: metodologias de desenvolvimento de comunidade e comunicação para a mudança social**. 2008. 226 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

CORRÊA, Franciele Zarpelon. **O Processo de produção radiofônica no projeto alunos em rede-mídias escolares: a construção de saberes, competências e cidadania no âmbito comunicativo e cultural**. 2012. 295 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

COSTA, Carmen Lúcia do Amaral. **A comunicação comunitária na construção da identidade cultural: o caso da radio carcará em Sergipe (1996-2003)**. 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

COSTA, Clóves Reis da. **Jornal O TRECHEIRO: uma comunicação alternativa para e sobre a população em situação de rua**. 2010. 148 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

COSTA, Ramon Bezerra. **Mídias Livres: um estudo sobre formas de ação política no campo midiático**. 2012. 149 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Meios alternativos de comunicação e movimentos sociais na Amazônia ocidental: (ACRE: 197181)**. 2000. 227 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

DEGANELLO, Luiz. **Condições e procedimentos para a implantação de uma televisão comunitária e a indicação de subsídios para elaboração da programação visando colaborar na solução de problemas comunitários**. 1999. 163 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

DUARTE, Pedro David Russi. **Paredes que falam: as pichações como comunicações alternativas**. 2001. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

DUARTE, Eduardo. Por uma epistemologia da Comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ELVAS, Susana; MONIZ, Maria João Vargas. Sentimento de comunidade, qualidade e satisfação de vida. **Análise Psicológica** [online]. 2010, vol.28, n.3, p. 451-464. Disponível em [http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0870-82312010000300006&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0870-82312010000300006&script=sci_abstract). Acesso em 01 de maio de 2014.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Cartografias dos estudos culturais**: Uma versão latinoamericana. Ed. on-line – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FERREIRA, Gisele Sayeg Nunes. **Rádios comunitárias e poder local**: estudo de caso de emissoras legalizadas da região nordeste do Estado de São Paulo. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERREIRA, Izabel do Rocio Costa; VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; MOYSÉS, Samuel Jorge; MOYSÉS, Simone Tetu. Diplomas Normativos do Programa Saúde na Escola: análise de conteúdo associada à ferramenta ATLAS TI. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, 17(12), 2012. p. 3385-3398.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas estado da arte. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, v. 23, nº 79, p. 257-272, agosto de 2002.

FESTA, Regina . Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. In: FESTA, Regina; LINS, Carlos Eduardo (Orgs.) **Comunicação Popular e alternativa no Brasil**. São Paulo. Edições Paulinas, 1986, p. 9 - 30.

FESTA, Regina. **Comunicação popular e alternativa**: a realidade e as utopias. 1984. 290 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo do Campo.

FIORENTINI, Dario. Rumos da pesquisa brasileira em Educação Matemática. **O caso da produção científica em cursos de Pós-Graduação**. Tese de doutorado, Faculdade de Educação da UNICAMP. Campinas, 1994.

FLEISCHMAN, Luciana. **Os novos meios do ativismo na internet**: O caso dos Centros de Mídia Independente. 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação)- Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

FLORIANI, Adriano Warken. **Os circuitos comunicativos e a construção da cidadania no ciberespaço**: a escrita de si e o intercambio de sentidos em weblogs. 2005. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FONSECA, Lucas Milhomens. **Ciberativismo e MST**: O debate sobre a Reforma Agrária na Nova Esfera Pública Interconectada. 2009. 117 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Culturas Midiáticas) – Universidade Federal da Paraíba.

FREIXO, Manuel João Vaz. **Metodologia científica**: fundamentos, métodos e técnicas. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.

FROSSARD, Flávia Lima. **A Biopolítica da Mídia Livre: produção coletiva e colaborativa na rede. Um estudo do circuito Fora do Eixo.** 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GABBAY, Marcelo Monteiro. **O Carimbó Marajoara: por um conceito de comunicação poética na geração de valor comunitário.** 2012. 371f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina:** tradução de Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

GALINDO, L. Jesús. **Movimiento social y cultura política:** discurso, conciencia, historia. Colima /México: Universidad de Colima, 1987.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIMENEZ, Gilberto. Notas para una teoría de la comunicación popular. In: **¿Que es la comunicación popular y alternativa?:** dos documentos para discusión. N. 1. 2ed. ECO Servicio de documentación: Comunicación y solidaridad, 1984.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: **Movimentos sociais no início do século XXI:** antigos e novos atores sociais. 4ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 4ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GOMES, Gilberto Pedro. **Jornalismo nas Comunidades Eclesiais de Base:** estudo de caso do jornal Grita Povo da região episcopal de São Miguel Paulista-SP. 1987. Dissertação (Mestrado em Comunicação) ECA-USP. São Paulo.

GOMES, Pedro Gilberto. **O jornalismo alternativo no projeto popular.** São Paulo: Ed. Paulinas, 1990.

GONZÁLEZ, Jorge A. (Coord.). **Cibercultur@ e iniciación en la investigación.** Ciudad de México: CNCA/IMC/UNAM-CEICH, 2007.

GONZALEZ, Jorge A. **Sociología de las culturas subalternas.** Mexicali: UABC, 1990

GONZÁLEZ, Jorge. **Pesquisa e desenvolvimento da cibercultur@ no México.** Texto recebido por maliceotre@yahoo.es em 31 de jul. de 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GUMUCIO-DRAGON, Alfonso; TUFTE, Thomas (Orgs). **Antología de Comunicación para el cambio social,** lecturas históricas y contemporáneas. La Paz: Consorcio de comunicación para el Cambio Social; Plural Editores, 2008.

GUSDORF, Georges. Prefácio. In: JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 7-27.

- JACOBI, Pedro R. Movimentos sociais urbanos numa época de transição: limites e potencialidades. In: SADER, Emir (Org). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987. p 11-23.
- JANE, Tomás José. **Comunicação para o desenvolvimento**: o papel das rádios comunitárias na educação para o desenvolvimento local em Moçambique. 2006. 195 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.
- JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- KAUCHAKJE, S. **Movimentos sociais na academia**: um olhar sobre as teses e dissertações produzidas na UNICAMP e USP entre 1970-1995. 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Campinas.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- KUNSCH, Margarida M. K.; DENCKER, Ada F. M. **Produção científica brasileira em comunicação na década de 1980**. São Paulo: Portcom-IntercomECA-USP, CNPQ, 1997.
- LAGE, Louise da Costa. **Comunicação Comunitária**: o uso das novas tecnologias de informação e comunicação como forma de pertencimento e sustentabilidade nas comunidades carentes de Porto Alegre no início do Século XXI. 2005. 618 f. . Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- LAHNI, Cláudia. **Possibilidades de cidadania associadas à Radio comunitária Juizforana Mega FM**. 2005. 293 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- LEVISOLO, Hugo. Epistemologia prática no campo da comunicação. **Revista Contracampo**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, v.1, n. 7, p. 125-140, 2º semestre de 2002.
- LIMA, Aline Fernanda. **O Jornal Pastoral da Criança como instrumento de promoção da cidadania**. 2007. 190. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.
- LOPES, Cristiano Aguiar. **Política de Radiodifusão Comunitária no Brasil**: exclusão como estratégia de contra-reforma. 2005. 164 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em Comunicação**. 6ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. O campo da comunicação: reflexões sobre se estatuto disciplinar. **Revista USP**, v.1, n.48, p. 46-57, dezembro/fevereiro 2000-2001. São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/48/04-immacolata.pdf>
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; ROMANCINI, Richard. A pós-graduação em comunicação no Brasil. In: KUNSCH, M. M. K.; MELO, J.M.de. (Org.). **Comunicação Ibero-Americana**: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação. 1ed. São Paulo: Confibercom/ ECA-USP, 2012, v. 1, p. 189-209.
- LUNAS, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: Educ, 2003.

LUZ, Maria Moraes. As rádios comunitárias como espaços contra-hegemônicos: entrevista com Raquel Paiva. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura** [online]. 2009, vol.11, n.3, p. 1-7. Disponível em <http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/96/68>. Acesso em 12 de janeiro de 2015.

MACIEL, Danielle Edite Ferreira. **Midiativismo: entre a democratização e a assimilação capitalista**. 2012. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

MALERBA, João Paulo Carrera. **Rádios Comunitárias 2.0: possibilidades e limites de rede de redes**. 2009. 180 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MARCONI, Marina A; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica** Sed. São Paulo: Cortez, 2002 p 15-43.

MARQUES DE MELO, José. **MacBride, a NOMIC e a participação latino-americana na concepção de teses sobre a democratização da comunicação**. Logos 28: Globalização e comunicação internacional. Ano 15, p.42-59, jan-jun. 2008. Disponível em [http://www.logos.uerj.br/PDFS/28/03\\_josemarques.pdf](http://www.logos.uerj.br/PDFS/28/03_josemarques.pdf).

MARQUES DE MELO, José. **Teoria e metodologia da comunicação: tendências do século XXI**. São Paulo: Paulus, 2014.

MARTINO, Luiz C. Abordagens e representação do campo comunicacional. **Revista comunicação, mídia e consumo**. vol. 3 n. 8. p.33-54. Novembro de 2006. São Paulo. Disponível em [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12218/1/ARTIGO\\_AbordagensRepresentacaoCampo.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12218/1/ARTIGO_AbordagensRepresentacaoCampo.pdf). Acesso em 03/jun/2014

MARTINO, Luiz C. O saber epistemológico sobre a comunicação. In: BARROS, Laan Mendes de; KÜNSCH, Dimas A. (Orgs.). **Comunicação: saber, arte ou ciência?** Questões de Teoria e Epistemologia. São Paulo: Ed Plêiade, 2008.

MATTIA, Olivar Maximino; LAZZAROTTO, Valentim Ângelo. **Comunicação popular: perfil, história e alternativas das falas de um povo**. Caxias do Sul: EDUSC, 1996.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes, 2002.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, 1999. p. 7-32.

MOREIRA, Fayga Naira Rocha. **Mídias, Subjetividade e Terceiro Setor: a comunicação como problema social em favelas cariocas**. 2007. 119 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MORETTI JUNIOR, João. **Rádio comunitária na era digital: a audiência no fundo de quintal**. 2003. 220 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru.

MOURA, Ana Maria Straube de Assis. **Brasil de fato: trajetória, contradições e perspectivas de um jornal popular alternativo**. 2009. 171 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

NAMBURETT, Denise Marília Augusto Dias. **Radio comunitária de Angonia: um estudo de recepção em Moçambique**. 2000. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

NOGUEIRA, Silas. **Movimentos sociais: cultura, comunicação e participação política**. 2005. 282 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

NUNES, Marisa Aparecida Meliani. **Rádios livres: o outro lado da voz do Brasil**. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, Roberto Joaquim. **Comunicação e cidadania às margens do São Francisco: os correspondentes populares da Diocese de Juazeiro- Ba (1988-2008)**. 2008. 162 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Petrópolis: vozes, 1998.

PAIVA, Raquel. Estratégias da comunicação e Comunidade Gerativa. In: PERUZZO, Cicília. **Vozes Cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina**. São Paulo: Angelara, 2004, p.57-74.

PAIVA, Raquel. Para reinterpretar a comunicação comunitária. In: \_\_\_\_\_. **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 133-148.

PEREIRA, Manuel Luís Petrik; WAINBERG, Jacques A. A Estado da arte da pesquisa em Jornalismo no Brasil: 1983-1997. **Revista FAMECOS**, v. 1, n. 11, p. 27-37, dezembro de 1999.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **A participação na comunicação popular**. 1991. 234 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. Mídia comunitária, liberdade de comunicação e desenvolvimento. In: PERUZZO, Cicília M. K; ALMEIDA, Fernando F. (Orgs.). **Comunicação para a cidadania**. São Paulo: INTERCOM; Salvador: UNEB, 2003. p. 245-264.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaboraões no setor. **Revista Palavra chave**, Colômbia, v. 11, n. 2, p. 367-379, dez. 2008a.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. Da comunicação popular à imprensa alternativa no Brasil. **Revista Humanidades**. v. 55. p.100-108, agosto de 2008b.

PERUZZO, Cicília M. Krohling; BERTI, Orlando. **As novas configurações das comunidades comunicacionais nas “comunidades de escolha”**. I Colóquio Brasil-China de Ciências de Comunicação. Evento promovido pela Intercom, 2010, Vitória (ES). Arquivo recebido por e-mail.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. Desafios da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa na Cibercultur@: aproximação à Proposta de Comunidade Emergente de Conhecimento Local. **Revista Ciberlegenda**, v. 1 , n. 25, p. 82-99,2011.

- PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Manual de normas técnicas para referências e apresentação de relatório de qualificação, tese e dissertação**. São Bernardo do Campo: POSCOM – UMESP, 2013. Disponível em <http://www.metodista.br/poscom/area-do-aluno>. Acesso em 10 de maio de 2013.
- PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação para o desenvolvimento, comunicação para a transformação social. In: MONTEIRO NETO, Aristides. **Sociedade, política e desenvolvimento - Desenvolvimento nas Ciências Sociais: o Estado das Artes ; Livro 2 -**. Brasília: Ipea, 2014. P. 161-195.
- PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla (Org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.
- PINTO, André Luis Esteves. **O cidadão: Um jornal comunitário na Era da globalização**. 2004. 163 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- RABUSKE, Edvino. **Epistemologia das ciências humanas**. Caxias do Sul: EDUCS, 1987.
- RIBEIRO, Fernanda Pereira Ferreira. **Comunicação do Oprimido: movimentos populares midiáticos nas favelas do Rio de Janeiro**. 2010. 153 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- RIGITANO, Maria Eugênia Cavalcanti. **Redes, TIC's e Ciberativismo: uma análise do centro de Mídia Independente – Brasil**. 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal da Bahia.
- ROCHA, Tatiana Gomes da. Discutindo o conceito de comunidade na psicologia para além da perspectiva identitária. In: **Global Journal of Community Psychology Practice**. v3 (4), dez/2012. p. 1-6.
- RODRÍGUEZ, Clemencia. From alternative media to citizen's media. GUMUCIO-DRAGON, Alfonso; TUFTE, Thomas. **Communication for social change**. New Jersey: Communication for social change consortium, 2006. p. 762-778.
- ROMANCINI, Richard. **O campo da Comunicação no Brasil: institucionalização e capital científico**. 2006, 505 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade de São Paulo.
- ROZA, Erick André. **Net-ativismo: comunicação e mobilização em contextos reticulares**. 2012. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SANTIAGO, Geraldo José. **Rádio comunitária: simulação de uma identidade? (estudo de caso das rádios comunitárias de Ribeirão Preto)**. 2002. 190 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru.
- SILVA, Daniella Goulart Rodrigues. **Quem te viu e quem te vê: os canais comunitários na TV a cabo**. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SANTORO, Luiz Fernando. **A imagem nas mãos: o vídeo popular no Brasil**. 1988. 306 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Adriane Lorenzon dos. **O Poder Local NO AR: a municipalização das rádios comunitárias e o fortalecimento de esferas públicas locais no Brasil.** 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília.

SILVEIRA, Ricardo de Jesus. O legado dos movimentos sociais dos anos 70-80. **Revista Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 79-94, jan./jun. 2000 (p. 79-94).

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede.** Petrópolis: Vozes, 2002.

SOUZA, Danielle Azevedo. **Os canais comunitários na lógica de mercado da TV a Cabo no Brasil.** 2011. 140 Fl. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO; Gianpaolo. **História para o ensino médio: história geral e do Brasil.** São Paulo: Scipione, 2001.

VIGEVANI, Tullo. Movimentos sociais na transição brasileira: a dificuldade de elaboração do projeto. **Lua Nova**, n. 1, p. 93-109. São Paulo. Junho de 1989..

WEBER, Maria Helena; KOBASHI, Nair Yumiko; DODEBEI, Vera Lucia Doyle. **Documento de área 2013: avaliação trienal.** Capes. Disponível em [http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs\\_de\\_area/Ciencias\\_Sociais\\_Aplicad\\_as\\_doc\\_area\\_e\\_comiss%C3%A3o\\_16out.pdf](http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Ciencias_Sociais_Aplicad_as_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf).

YAMAMOTO, Eduardo Yuji. A natureza da comunicação popular e comunitária. In: FUSER, B.; COGO, D. M; BARBALHO, A. (Orgs.) **Comunicação e Cidadania: questões contemporâneas.** 1. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2011. p. 13-34.

ZILLES, Urbano. **Teoria do conhecimento e teoria da ciência.** 2ed. São Paulo: Paulus, 2008.

**ANEXO A**

Anexo A: Programas de Pós-graduação reconhecidos pela Capes na área de Comunicação em agosto de 2013.

PROGRAMA	IES	UF
1. <a href="#">CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO</a>	UFAM	AM
2. <a href="#">CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO</a>	UNISINOS	RS
3. <a href="#">CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO</a>	USP	SP
4. <a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UFC	CE
5. <a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UNB	DF
6. <a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UCB	DF
7. <a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UFG	GO
8. <a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UFJF	MG
9. <a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UFMS – 2011	MS
10. <a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UFPE	PE
11. <a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	FUFPI – 2011	PI
12. <a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UFPR	PR
13. <a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UEL	PR
14. <a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UFRJ	RJ
15. <a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UFF	RJ
16. <a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UERJ	RJ
17. <a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	PUC-RIO	RJ
18. <a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UFSM	RS
19. <a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	FUFSE (2011)	SE
20. <a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UNESP/BAU	SP
21. <a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	FCL	SP
22. <a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UNIP	SP
23. <a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UAM	SP
24. <a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	USCS	SP
25. <a href="#">COMUNICAÇÃO E CULTURA</a>	UNISO	SP
26. <a href="#">COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA</a>	UFBA	BA

PROGRAMA	IES	UF
27. <a href="#">COMUNICAÇÃO E CULTURAS MUDIÁTICAS</a>	UFPB/J.P.	PB
28. <a href="#">COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO</a>	UFRGS	RS
29. <a href="#">COMUNICAÇÃO E LINGUAGENS</a>	UTP	PR
30. <a href="#">COMUNICAÇÃO E PRÁTICAS DE CONSUMO</a>	ESPM	SP
31. <a href="#">COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA</a>	PUC/SP	SP
32. <a href="#">COMUNICAÇÃO SOCIAL</a>	UFMG	MG
33. <a href="#">COMUNICAÇÃO SOCIAL</a>	PUC/RS	RS
34. <a href="#">COMUNICAÇÃO SOCIAL</a>	UMESP	SP
35. <a href="#">COMUNICAÇÃO SOCIAL: INTERAÇÕES MUDIÁTICAS</a>	PUC/MG	MG
36. <a href="#">COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA</a>	UFPA	PA
37. <a href="#">ESTUDOS DA MÍDIA</a>	UFRN	RN
38. <a href="#">IMAGEM E SOM</a>	UFSCAR	SP
39. <a href="#">JORNALISMO</a>	UFPB/J.P. – 2013	PB
40. <a href="#">JORNALISMO</a>	UEPG – 2013	PR
41. <a href="#">JORNALISMO</a>	UFSC	SC
42. <a href="#">MEIOS E PROCESSOS AUDIOVISUAIS</a>	USP	SP
43. <a href="#">MÍDIA E COTIDIANO</a>	UFF – 2012	RJ
44. <a href="#">MULTIMEIOS</a>	UNICAMP	SP

Fonte: [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br). Acesso em agosto de 2013

**ANEXO B**

Anexo B: Programas de Pós-graduação reconhecidos pela Capes na área de Comunicação em agosto de 2014.

ÁREA: COMUNICAÇÃO					
PROGRAMA	IES	UF	NOTA		
			M	D	F
<a href="#">CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO</a>	UFAM	AM	3	-	-
<a href="#">CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO</a>	UNISINOS	RS	6	6	-
<a href="#">CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO</a>	USP	SP	5	5	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UFC	CE	3	-	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UNB	DF	4	4	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UCB	DF	3	-	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UFG	GO	3	-	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UFJF	MG	4	-	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UFMS	MS	3	-	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UFPE	PE	4	4	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	FUFPI	PI	3	-	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UFPR	PR	3	-	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UEL	PR	3	-	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UFRJ	RJ	6	6	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UFF	RJ	5	5	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UERJ	RJ	5	5	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	PUC-RIO	RJ	4	4	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UFSM	RS	5	5	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	FUFSE	SE	3	-	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UNESP/BAU	SP	4	4	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	FCL	SP	4	-	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UNIP	SP	4	4	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	UAM	SP	4	-	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO</a>	USCS	SP	3	-	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO E CULTURA</a>	UNISO	SP	3	-	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA</a>	UFBA	BA	5	5	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO E CULTURAS MUDIÁTICAS</a>	UFPB/J.P.	PB	3	-	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO</a>	UFRGS	RS	5	5	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO E LINGUAGENS</a>	UTP	PR	4	4	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO E PRÁTICAS DE CONSUMO</a>	ESPM	SP	4	4	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA</a>	PUC/SP	SP	4	4	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO E TERRITORIALIDADES</a>	UFES	ES	3	-	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO SOCIAL</a>	UFMG	MG	6	6	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO SOCIAL</a>	PUC/RS	RS	4	4	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO SOCIAL</a>	UMESP	SP	4	4	-
<a href="#">COMUNICAÇÃO SOCIAL: INTERAÇÕES MUDIÁTICAS</a>	PUC/MG	MG	4	-	-

<a href="#">COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA</a>	UFPA	PA	3	-	-
<a href="#">ESTUDOS DA MÍDIA</a>	UFRN	RN	4	-	-
<a href="#">IMAGEM E SOM</a>	UFSCAR	SP	3	-	-
<a href="#">JORNALISMO</a>	UFPB/J.P.	PB	-	-	3
<a href="#">JORNALISMO</a>	UEPG	PR	3	-	-
<a href="#">JORNALISMO</a>	UFSC	SC	4	4	-
<a href="#">MEIOS E PROCESSOS AUDIOVISUAIS</a>	USP	SP	4	4	-
<a href="#">MÍDIA E COTIDIANO</a>	UFF	RJ	3	-	-
<a href="#">MULTIMEIOS</a>	UNICAMP	SP	4	4	-
Fonte: SNPG					
Data Atualização: <b>25/07/2014</b>					

**ANEXO C**

## Protocolo de AC para pesquisa quantitativa

Título:

Autor:

Ano:

Orientador:

Instituição:

### 1) Eixo principal:

- a) Comunicação popular e alternativa;
- b) Comunicação popular e comunitária;
- c) Comunicação popular, alternativa e comunitária;
- d) Jornalismo popular Alternativo
- e) Outro (qual)

### 2) Denominação usada pelo pesquisador

- a) comunicação popular
- b) comunicação comunitário-alternativa
- c) mídia-ativismo
- d) comunicação cidadã
- e) contrainformação
- f) comunicação comunitária
- g) informação popular
- h) comunicação popular alternativa
- i) comunicação popular e comunitária;
- j) Video popular
- k) jornalismo popular e alternativo
- l) comunicação transformadora
- m) Não denomina (embora fale sobre o processo)
- n) Comunicação alternativa
- o) Comunicação participativa
- p) Comunicação alternativa participativa
- n) Outro

### 3) Abordagem:

- a) Estudo teórico
- b) Estudo empírico

**4) Suporte**

- a) Rádio
- b) Televisão;
- c) Jornal impresso;
- d) Alto falante;
- e) Vídeo;
- f) Mídias sociais
- j) Suportes múltiplos (quais)
- k) Outro (qual?)
- l) Não se aplica (não analisa suportes específicos)

**5. Momento histórico**

- a) anos 1970
- b) anos 1980
- c) anos 1990
- d) anos 2000
- e) 2010-2012
- f) Não explicitado
- g) Outro (qual)

**6) Explicitação metodológica:**

- a) Explícita com clareza métodos e técnicas;
- b) Não explicita métodos e técnicas;
- c) Embora cite os métodos e técnicas utilizados, não o faz com clareza.
- d) Apenas explicita tipos e/ou técnicas de pesquisa

**6.1 Método explicitado**

- a) Dialético
- b) Fenomenológico
- c) Positivista
- d) Funcionalista
- e) Não se aplica
- f) outro

**7) Tipos e/ou técnicas de pesquisa**

- a) Pesquisa bibliográfica;

- b) Pesquisa documental;
- c) Pesquisa histórica
- d) Pesquisa-ação;
- e) Estudo de caso;
- f) Análise de conteúdo;
- g) Análise de discurso
- h) Observação participante
- i) Entrevista;
- j) Diário de Campo
- k) Estudo de recepção:
- l) Pesquisa etnográfica;
- m) Outro
- n) Não apresenta

### **8) Áreas correlacionadas à pesquisa**

**ANEXO D**

## Anexo D - Composição da amostra de 1972 a 1992

<b>Instituição</b>	<b>Pesquisador</b>	<b>Orientador</b>	<b>Título</b>	<b>Nível</b>	<b>Ano de defesa</b>
UMESP	Regina Festa	José Marques de Melo	Comunicação popular e alternativa a realidade e as utopias	M	1984
UNB	Carly Batista de Aguiar	Maria Angélica Madeira	CEBs: a comunicação em busca do sentido e da transformação	M	1985
USP	Pedro Gilberto Gomes	José Marques de Melo	O jornalismo nas comunidades eclesiais de base (estudo de caso do jornal Grita Povo da região Episcopal de São Miguel Paulista - SP)	M	1987
USP	Luiz Fernando Santoro	José Marques de Melo	A imagem nas mãos: o vídeo popular no Brasil	D	1988
USP	Ana Maria Cardoso de Andrade	Anamaria Fadul	Um novo texto no contexto da informação popular os centros de documentação e comunicação	D	1989
USP	Jane Brito de Jesus	Maria Nazareth Ferreira	Comunicação Alternativa: Necessidade ou Utopia? Estudo de caso: Casa da cultura de Bauru	M	1991
USP	Cicília Peruzzo	Anamaria Fadul	A participação na comunicação popular	D	1991
UMESP	Edson Silva	Jacques Marie Joseph VIGNERON	Projeto, rádio alternativa: a construção da comunicação participativa: a busca da vitória do possível	M	1992
UMESP	Marina Yolanda Chávez Vargas	Luiz Fernando Santoro	"Vejamos o que somos". Projeto de comunicação nas comunidades indígenas de Otavalo, Equador, privilegiando o uso do vídeo	M	1992
USP	Xavier Joseph Fredrick	Ismar de Oliveira Soares	A comunicação popular no Brasil sob a ótica da pesquisa acadêmica nos anos 80	M	1992
UMESP	Maria Angela Mattos	Onésimo de Oliveira Cardoso	O popular no ensino de comunicação: a trajetória do curso de comunicação da PUC- MG.	M	1992

**ANEXO E**

## Anexo E – Composição da amostra de 1993 a 2002

IES	Nome do autor	Orientador	Título do trabalho	Nível	Ano
USP	Denise Maria Cogo	José Carlos Rocha de Carvalho.	No ar... uma radio popular( o uso dos altofalantes como emissora popular no Brasil	M	1994
UFRJ	Irene Cristina Gurgel do AMARAL	Muniz Sodré	A Movimentação dos Sem-Tela: um histórico das televisões alternativas no Brasil	M	1995
Unicamp	JOSILDA MARIA SILVA DE CARVALHO	Luiz Fernando Santoro	Vídeo popular: a concepção e a prática comunicacional de grupos vinculados aos movimentos sociais e populares em Natal	M	1995
UMESP	Roberto Joaquim de Oliveira	Sandra Reimão	Igreja Católica e Comunicação Popular: um relatório de caso na zona leste da cidade de São Paulo: 1981-1992	M	1995
UFRJ	Raquel Paiva	Muniz Sodré	O Espírito comum- Mídia, Globalismo Comunidade	D	1997
UMESP	Esmeralda Villegas Uribe	José Marques de Melo	A Radio popular da Vila Nossa Senhora Aparecida: uma proposta de comunicação popular	M	1997
USP	Adrián José Padilla Fernandez	Jair Borin	Democratização do ar como exercício de cidadania	M	1999
UFRJ	Dalmer Pacheco de Almeida	Ester Kosovski	Conversão de Classe ou Popular Travestido? A cultura na/das classes populares: a comunidade de São Pedro –	D	1999
UFRJ	Achylles de Oliveira Costa Júnior	Lavina Madeira Ribeiro	Da clandestinidade à legalidade: o discurso social sobre as rádios comunitárias	M	1999
USP	Luiz Deganello	Elza Dias Pacheco	Condições e procedimentos para a implantação de uma televisão comunitária e a indicação de subsídios para elaboração da programação visando colaborar na solução de problemas comunitários.	D	1999
UMESP	VALDIR APARECIDO BOFFETTI	José Salvador Faro	Canais comunitários: construindo a democracia na TV a cabo	M	1999
USP	Pedro Vicente Costa Sobrinho	Celso Frederico	Meios alternativos de comunicação e movimentos sociais na Amazônia ocidental	D	2000
UFRJ	Denise Marília Augusto Dias NAMBURETT	Ilana Strozenberg.	Radio comunitária de Angonia: um estudo de recepção em Moçambique	M	2000
UFRJ	Letícia Barbosa Torres	RAQUEL Paiva	Canal comunitário: uma alternativa para a democratização da TV em Juiz de Fora	M	2000
USP	Daniella Goulart Rodrigues Silva	José Manuel Moran Costas	Quem te viu e quem te vê- os canais comunitários na TV a cabo	M	2000

UNISINOS	PEDRO DAVID RUSSI DUARTE	Elizabeth Bastos Duarte	PAREDES QUE FALAM....AS PICHACÇÕES COMO COMUNICAÇÕES ALTERNATIVAS	M	2001
UFF	ROGÉRIO SANTANA LOURENÇO	Tânia Conceição Clemente de Souza	Vídeo-Identidade: imagens e sons na Construção da Cidadania	M	2001
USP	Iracema Santos do Nascimento	José Manuel Moran Costas	A democratização como ela é: a experiência do canal comunitário a cabo de Porto Alegre	M	2001
USP	José Felício Goussain Murade	Mauren Leni de Roque	Do Consenso ao Dissenso no Discurso Público: o papel das Relações Públicas na construção da cidadania	M	2002
UNESP	Geraldo José SANTIAGO	CARAMELLA, Elaine da Graça de Paula	Radio comunitária: simulação de uma identidade?(estudo de caso das rádios comunitárias de Ribeirão Preto)	M	2002
UMESP	Adriana Azevedo Paes de Barros	Cicilia Peruzzo	O projeto Rádio-escola: a rádio comunitária irradiando cidadania	D	2002
UMESP	MARCOS LUIZ IMBRIZI	Cicilia Peruzzo	Rádios comunitárias e democratização dos meios de comunicação no Brasil	M	2002

**ANEXO F**

## Anexo F – Composição da amostra de 2003 a 2007

IES	Nome do autor	Orientador	Título do trabalho	Nível	Ano
UFRJ	Carmen Lucia do AmaralCosta	Raquel Paiva	A comunicação comunitária na construção da identidade cultural: o caso da radio carcará em Sergipe(1996-2003)	M	2003
UFMG	Paulo Cezar Nogueira	Maria Regina de PaulaMota	Olha você, aqui na Tv. Olha você ai : o projeto “TV Sala de espera” no contexto da televisão comunitária no Brasil	M	2003
UNESP	João Moretti Junior	Maximiliano MartinVicente	RÁDIO COMUNITÁRIA: NA ERA DIGITAL A AUDIÊNCIA NO FUNDO DE QUINTAL	M	2003
UFRJ	Jonicael Cedraz de Oliveira	Ivana Bentes	Comunicação e estratégias dos movimentos sociais rumo à cidadania./n	M	2003
UFRJ	André Luis Esteves Pinto	Raquel Paiva	O cidadão- Um jornal comunitário na Era da globalização	M	2004
USP	Márcia Detoni	Angelo Pedro Piovesan Neto	Radiodifusão comunitária: baixa potência, grandes mudanças? Estudo do potencial das emissoras comunitárias como instrumento de transformação social	M	2004
UNICAMP	Clarisse Maria Castro de Alvarenga	Fernão Vítor Pessoa de Almeida Ramos	Vídeo e experimentação social: um estudo sobre o vídeo comunitário contemporâneo no Brasil	M	2004
UMESP	Maria Inês Amarante	Cicilia Peruzzo	Radio comunitária na escola: protagonismo adolescente e dramaturgia na comunicação educativa	M	2004
UNB	Adriane Lorenzon dos Santos	Mauro Pereira Porto	O Poder Local no ar: a municipalização das rádios comunitárias e o fortalecimento de esferas públicas locais no Brasil	M	2004
PUCRS	Louise da Costa Lage	Antonio Carlos Hohlfeldt	Comunicação Comunitária: o uso das novas tecnologias de informação e comunicação como forma de pertencimento e sustentabilidade nas comunidades carentes de Porto Alegre no início do Século XXI	D	2005
UNISINOS	Alvaro Fraga Moreira Benevenuto Junior	Valério Cruz Brittos	De Canal Comunitário a POA TV: estratégias e políticas da comunidade na TV a cabo em Porto Alegre	D	2005
USP	Cláudia Lahni	Maria OtíliaBocchini	Possibilidades de cidadania associadas à Radio comunitária Juizforana Mega FM	D	2005

USP	Antonio Lúcio Rodrigues de ASSIZ	Luiz Fernando Santoro	O Papel da TVs comunitárias no fortalecimento da cidadania	M	2005
UNB	Cristiano Aguiar Lopes	Murilo Cesar Ramos	Política de Radiodifusão Comunitária no Brasil – Exclusão como Estratégia de Contra-reforma	M	2005
USP	Silas Nogueira	Maria Nazareth Ferreira	Movimentos sociais : cultura, comunicação e participação política	D	2005
UERJ	Carlos André Cantisani Maranhão	Erick Felinto deOliveira	Contingências de um diálogo possível: a linguagem da comunicação comunitária a partir da participação social	M	2006
USP	Gisele Sayeg Nunes Ferreira	Luiz Fernando Santoro	Rádios comunitárias e poder local: estudo de caso de emissoras legalizadas da região nordeste do Estado de São Paulo	M	2006
PUCSO	Cilto José Rosembach	José Luiz Aidar Prado	O jornalismo nas rádios comunitárias	M	2006
UMESP	Lilian Claret Mourão Bahia	Cicilia Peruzzo	A reconfiguração da esfera publica local pelas rádios comunitárias inter-FM e união na região metropolitana de Belo Horizonte	M	2006
UMESP	Tomás José Jane	Cicilia Peruzzo	Comunicação para o desenvolvimento: o papel das rádios comunitárias na educação para o desenvolvimento local em Moçambique	D	2006
UFMG	Simone Ribeiro de Melo	Dalmir Francisco	Comunicação Comunitária e Democracia: mobilização de jovens para a cidadania	M	2006
UMESP	Aline Fernanda Lima	Cicilia Peruzzo	O jornal Pastoral da Criança como instrumento de promoção da cidadania	M	2007
UMESP	Maria Rita Teixeira Afonso	Cicilia Peruzzo	Mídia e comunidade: estudo sobre produção e recepção da Rádio Heliópolis	M	2007
PUCRIO	Erica Cristina da SilvaGomes	Fernando AntonioResen de	(Re) Fazendo rádios comunitárias: a tensão em transformar ficção em História	M	2007
UFRJ	Fayga Naira Rocha Moreira	Janice Caiafa	Mídias, Subjetividade e Terceiro Setor: a comunicação como problema social em favelas cariocas	M	2007

**ANEXO G**

## Anexo G – Composição da amostra de 2008 a 2012

IES	Nome do autor	Orientador	Título do trabalho	Nível	Ano
UMESP	Maria Alice Campagnoli Otre	Cicilia Peruzzo	Comunicação popular-alternativa desenvolvida por jovens indígenas das aldeias do Jaguapiru e Bororó em Dourados/MS	M	2008
UNB	Maria Moraes Pereira da Luz	Nélia Rodrigues Del Bianco	A especificidade do Jornalismo nas Rádios comunitárias: a construção da notícia cidadã no contexto neoliberal	M	2008
UFF	Beatriz Brandão Polivanov	Ana Lucia Silva Enne	Rádios comunitárias: conflitos e negociações na configuração de redes de poder e identidade sociais	M	2008
UMESP	Laura Conde Tresca	Cicilia Peruzzo	Políticas locais de fomento à comunicação comunitária: os casos das prefeituras de Fortaleza, João Pessoa, Macapá, Porto Alegre e Recife	M	2008
UNISINOS	Angela Maria Zamin	Dr. José Luiz Braga	A discursivização do local-fronteira no jornalismo: estudo de caso de programas jornalísticos em rádios comunitárias	M	2008
UMESP	Roberto Joaquim de Oliveira	Cicilia Peruzzo	Comunicação e cidadania às margens do São Francisco: os correspondentes populares da Diocese de Juazeiro- Ba (1988-2008).	D	2008
UFRJ	Carla Baiense Felix.	Paulo Roberto Gibaldi Vaz	Entre Discursos: Mídia e subjetividade nos espaços populares	M	2008
UMESP	Ana Maria Straube de Assis Moura	Cicilia Peruzzo	Brasil de fato: trajetória, contradições e perspectivas de um jornal popular alternativo	M	2009
USP	Cristiane Oliveira Reimberg	Alice Mitika Koshiyama	Comunicação, educação e saúde: a ação da Pastoral da Criança para a cidadania na Arquidiocese de São Paulo	M	2009
UFRJ	Rosane de Freitas Pinheiro Serro.	Raquel Paiva	Comunicação comunitária em áreas de risco socioambiental (Um estudo de caso de comunidades do entorno de empreendimento da Petrobras)	M	2009
UFRJ	João Paulo Carrera Malerba.	Raquel Paiva	Rádios Comunitárias 2.0: possibilidades e limites de rede de redes	M	2009
UMESP	Orlando Berti	Cicilia Peruzzo	Os processos comunicacionais nas rádios comunitárias legalizadas do Piauí	M	2009
UNISINOS	Silvio Weber	Antonio Fausto Neto	Jornal “O SANTUÁRIO”: onde e como o Institucional e o Comunitário se encontram	M	2009

UFRGS	Márcia Almeida Anselmo	Karla Maria Muller	A representação das práticas socioculturais de crianças e adolescentes do Jornal Boca de Rua: a experiência do Boquinha	M	2009
UMESP	Cloves Reis da Costa	Cicilia Peruzzo	Jornal O TRECHEIRO: uma comunicação alternativa para e sobre a população em situação de rua	M	2010
UNISINOS	Daniel Barbosa Cassol	Christa Berger	Brasil de Fato: A imprensa popular alternativa em tempos de crise	M	2010
UFPE	Ana Carolina de Senna Melo e Silva	Marco Antônio Mondaini de Souza	O enigma da comunicação comunitária- segurança, segregação e vínculo a partir da experiência de grupos de comunicação em periferias do Recife	M	2010
UNESP	André Luis Lourenço	Juliano Maurício de Carvalho	Rádios comunitárias como arenas públicas	M	2010
UMESP	Marcelo de Oliveira Volpato	Cicilia Peruzzo	Configurações e tendências das rádios comunitárias do interior paulista da região de Bauru	M	2010
UCL	Sérgio Pinheiro da Silva	José Eugenio de Oliveira Menezes	Radio comunitária. Os desafios do ambiente educativo da radio Heliopolis FM	M	2010
UFRGS	Natália Ledur Alles	Miriam de Souza Rossini	Boca de Rua : representações sociais sobre população de rua em um jornal comunitário	M	2010
UNISINOS	Paulo Oscar Beheregarai Finger	Denise Cogo	O COMUNICADOR DE RÁDIO COMUNITÁRIA: Estudo de caso da rádio Ipanema Comunitária em Porto Alegre	M	2010
UMESP	Paula Takada	Cicilia Peruzzo	Linguagem e mobilização na comunicação popular comunitária	M	2010
PUC-RS	Thiana Orth	Beatriz Dornelles	As contribuições da comunicação comunitária para o processo de mobilização social: o caso da rede de atendimento à criança e ao adolescente da lomba do Pinheiro	M	2010
UFRJ	Fernanda Pereira Ferreira Ribeiro	Raquel Paiva	Comunicação do Oprimido: movimentos populares midiáticos nas favelas do Rio de Janeiro	M	2010
PUC-RS	Antonio Carlos de O. Carvalhal	Beatriz Dornelles	Comunicação comunitária: Uma releitura dos principais conceitos	M	2010
UNESP	Luana Nascimento De Almeida	Ricardo Alexinon Ferreira	Comunicação comunitário-alternativa na capital paulista: ferramenta de ressemantização de identidade?	M	2011
UFJF	Fernanda Coelho da Silva	Cláudia Lahni	Fala, Galera! Produção de fanzines com jovens da periferia de Juiz de Fora em processo de Educomunicação para a cidadania	M	2011

PUCMG	Aline Pinto Luz	Maria Ângela Mattos	Rádios comunitárias na internet: usos e apropriações de e no Radiotube	M	2011
UMESP	Alexandra Fante Nishiyama	Cicilia Peruzzo	Comunicação Comunitária e mídia-educação: áreas convergentes e distintas	M	2011
PUC-RS	Fabiano Dalcim	Doris Fagundes Haussen	Rádios comunitárias do interior gaúcho: um estudo de caso da microrregião de Sananduva	M	2011
UNB	Danielle Azevedo Souza	Cesar Ricardo Siqueira Bolaño	Os canais comunitários na lógica de mercado da TV a Cabo no Brasil	M	2011
UNB	Dioclécio Ferreira da Luz	Luís Martins da Silva	Radiojornalismo nas rádios comunitárias: conceitos e práticas	M	2011
UCB	Euclídia Dinormanda Monteiro da Silva Azevedo	Liliane Maria Macedo Machado	Mobilização social e cidadania: estudo de recepção sobre a influência do programa Viva a Vida	M	2011
UMESP	Argemiro Ferreira de Almeida	Cicilia Peruzzo	Política e estética na comunicação popular: um estudo sobre os vídeos documentários Grito dos Excluídos da Associação Rede Rua	M	2011
UFG	Carolina Abbadia Melo	Luiz Antônio Signates de Freitas.	Cidadania, entre a regra e a ruptura: o fluido movimento do vídeo popular no Residencial Real Conquista em Goiânia	M	2011
UFRJ	Renata da Silva Souza	Raquel Paiva	O cidadão: uma década de experiência ideológica, pedagógica e política de comunicação comunitária	M	2011
UFRJ	Ricardo Nascimento de Moraes	Raquel Paiva	Teatro em Comunidades: um estudo sobre a linguagem cênica popular como mediação sociocultural e comunicação comunitária	M	2012
UMESP	Taís Aranha	Cicilia Peruzzo	A radio comunitária como vetor do processo de democratização da comunicação: a experiência do projeto radio escola e as mudanças ocorridas na radio FM, em Mauá	M	2012
UEL	Juliana Oshima Franco	Florentina das Neves Souza	Memórias em movimento: o vídeo comunitário na fronteira entre realidade e representação: um estudo do projeto Roda Memória	M	2012
UMESP	Raquel Quintino	Cicilia Peruzzo	Comunicação comunitária e direito à moradia: a experiência de mobilização do movimento de moradia	M	2012

UNISINOS	Daniel Barsi Lopes	Denise Cogo	Juventude e cidadania: uso das mídias digitais na ONG Aldeia, em Fortaleza, e no projeto KDM, em Barcelona	D	2012
UFC	Zoraia Nunes Dutra Ferreira	CATARINA TEREZA FARIAS DE OLIVEIRA	COMUNICAÇÃO POPULAR COMUNITÁRIA NAS ONDAS DO OCEANO DIGITAL: ANÁLISE DO SITE DO BAIRRO ELLERY	M	2012
UFPR	ANDERSON LUIZ MOREIRA	Rosa Maria Cardoso Dalla Costa	O Perfil e a atuação dos/as comunicadores/as em projetos de educomunicação dos movimentos populares.	M	2012

**ANEXO H**

Anexo H – Teses sobre comunicação popular, alternativa e comunitária, analisadas qualitativamente

USP	Luiz Fernando Santoro	José Marques de Melo	A imagem nas mãos: o vídeo popular no Brasil	1988
USP	Ana Maria Cardoso de Andrade	Anamaria Fadul	Um novo texto no contexto da informação popular: os centros de documentação e comunicação	1989
USP	Cicília Peruzzo	Anamaria Fadul	A Participação na comunicação popular	1991
UFRJ	Raquel Paiva	Muniz Sodré	O Espírito comum- Mídia, Globalismo Comunidade	1997
UFRJ	Dalmer Pacheco de Almeida	Ester Kosovski	Conversão de Classe ou Popular Travestido? A cultura na/das classes populares: a comunidade de São Pedro –	1999
USP	Luiz Deganello	Elza Dias Pacheco	Condições e procedimentos para a implantação de uma televisão comunitária e a indicação de subsídios para elaboração da programação visando colaborar na solução de problemas comunitários.	1999
USP	Pedro Vicente Costa Sobrinho	Celso Frederico	Meios alternativos de comunicação e movimentos sociais na Amazônia ocidental	2000
UMESP	Adriana Azevedo Paes de Barros	Cicília Peruzzo	O projeto Rádio-escola: a rádio comunitária irradiando cidadania	2002
PUCRS	Louise da Costa Lage	Antonio Carlos Hohlfeldt	Comunicação Comunitária: o uso das novas tecnologias de informação e comunicação como forma de pertencimento e sustentabilidade nas comunidades carentes de Porto Alegre no início do Século XXI	2005
UNISINOS	Alvaro Fraga Moreira Benevenuto Junior	Valério Cruz Brittos	De Canal Comunitário a POA TV: estratégias e políticas da comunidade na TV a cabo em Porto Alegre	2005
USP	Cláudia Lahni	Maria Otília Bocchini	Possibilidades de cidadania associadas à Radio comunitária Juizforana Mega FM	2005

USP	Silas Nogueira	Maria Nazareth Ferreira	Movimentos sociais : cultura, comunicação e participação política	2005
UMESP	Tomás José Jane	Cicilia Peruzzo	Comunicação para o desenvolvimento: o papel das rádios comunitárias na educação para o desenvolvimento local em Moçambique	2006
UMESP	Roberto Joaquim de Oliveira	Cicilia Peruzzo	Comunicação e cidadania às margens do São Francisco: os correspondentes populares da Diocese de Juazeiro- Ba (1988-2008).	2008
UNISINOS	Daniel Barsi Lopes	Denise Cogo	Juventude e cidadania: uso das mídias digitais na ONG Aldeia, em Fortaleza, e no projeto KDM, em Barcelona	2012

**ANEXO I**

## Anexo I: Transcrição dos resumos das 15 teses analisadas

- a) **“A imagem nas mãos: o vídeo popular no Brasil”**, de Luiz Fernando Santoro (1988).

Nos últimos anos o vídeo tem sido um importante componente das lutas e movimentos populares., não apenas no Brasil mas em toda a América Latina. O autor propõe a expressão “vídeo popular” para representar essa produção de programas e formas de atuação, que têm a ótica popular como referência fundamental. Este trabalho revê a bibliografia produzida sobre o tema nos anos setenta e oitenta, e traça um panorama sobre o vídeo popular no Brasil e na América Latina. Finalmente a produção de vídeo popular é analisada, levantando questões, problemas e linhas de ação comum entre os grupos produtores, a nível nacional e regional. O ponto de partida destas reflexões é a produção de vídeo atual e constante contato do autor com os videorealizadores em encontros, reuniões e seminários, assim como um trabalho prático na área desenvolvido nos últimos dez anos.

- b) **“Um novo texto no contexto da informação popular: os centros de documentação e comunicação”**, de Ana Maria Cardoso de Andrade (1989)

Conceituação e delimitação do campo da informação popular tendo como referencial a cultura popular latino-americana e brasileira, a importância da informação nas formações sociais modernas, a atuação da igreja enquanto organizadora da sociedade e as consequências político-culturais dos movimentos sociais urbanos. A pesquisa com os Centros Populares de Documentação e Comunicação usando entrevistas, questionários e análises de seu discurso e suas práticas, permitiu sua contextualização histórica destacando os aspectos ideológicos e políticos de sua atuação. Foram estudados seus objetivos, usuários, atividades desenvolvidas, acervos e função social. Concluiu-se que os Centros Populares de Documentação e Comunicação são agências de informação que procuram suprir a falta de bibliotecas que documentem a história das lutas populares e que atendam às necessidades informacionais das classes subalternas.

- c) **“A Participação na comunicação popular”**, de Círcia Maria Krohling Peruzzo (1991)

Este trabalho é um estudo da comunicação participativa no contexto dos movimentos sociais populares do Brasil nos anos 70 e 80, com algumas inflexões para a América Latina. A partir de conceituações teóricas e das experiências históricas dos trabalhadores no que se refere à autogestão, procura-se compreender como ocorre a participação no processo de produção, planejamento e gestão da comunicação popular em experiências radiofônicas concretas. Tomando por balizas formulações e abordagens orientadas nesta perspectiva da participação, da auto-emancipação, da liberdade e da autonomia, mostra-se que a comunicação popular participativa se reveste de importância apesar de, por suas limitações, não ser predominante nem atingir níveis mais amplos no todo da sociedade. O fato é que, no âmbito dos movimentos sociais populares, ela vai ajudando a construir uma cultura democrática, em direção de uma sociedade que considere o ser humano como força motivadora, propulsora e receptora dos benefícios do desenvolvimento histórico.

- d) **“O Espírito comum: mídia, globalismo comunidade”**, de Raquel Paiva de Araújo Soares (1997)

Comunidade, enquanto forma de relacionamento humano caracterizado por interdependência, solidariedade e pertencimento territorial, é algo que se perdeu como possibilidade histórica na Modernidade. Entretanto, apesar de aparentemente anacrônico, este conceito tem sido abordado desde o século XIX por pensadores sociais de linhas teóricas diferentes. Agora, em plena era da globalização, a idéia de comunidade reaparece investida com um poder de resgate da solidariedade humana ou da originalidade social perdida. Neste quadro, formula-se a perspectiva da comunicação comunitária. Neste trabalho, empreende-se a análise do conceito, sua genealogia e suas implicações ético-político-comunicacionais para a sociedade contemporânea.

- e) **“Conversão de Classe ou Popular Travestido? A cultura na/das classes populares: a comunidade de São Pedro”**, de Dalmer Pacheco de Almeida (1999)

Estudo da comunicação e cultura baseada no referencial de classe social. A relação dialética entre poder e subalternidade. Análise dos desvios e meandros de exclusão da cultura dominante. A alteridade como identidade supostamente deteriorada. O discurso dominante sobre o popular, considerado como agonizante. Culturas populares: posturas de resistência e/ou adesão. As comunidades como territórios/... em oposição ao global. Partilha e solidariedade: categorias perante o sofrimento. Projeto político libertador e conversão de classe. O popular travestido como categoria da fraude no universo das culturas populares. Estudo de caso: a comunidade de São Pedro.

- f) **“Condições e procedimentos para a implantação de uma televisão comunitária e a indicação de subsídios para elaboração da programação visando colaborar na solução de problemas comunitários”**, de Luiz Deganello (1999)

A comunicação faz parte da vida do ser humano. Desde sua origem, o homem utilizou-se da comunicação para o tráfego de informações, sua formação, transmitir conceitos, esperanças, anseios, compartilhar e refletir sobre os fatos da realidade, promover o lazer e, principalmente, para colaborar na solução dos problemas comuns. Para isso, além dos recursos do corpo, o homem criou meios para facilitar e propagar seus propósitos. Entre esses meios (paredes das cavernas, jornal, rádio, cinema) , a televisão tornou-se um dos mais importantes e eficientes veículos e adquiriu poder inquestionável. Seu campo de atuação abrange as áreas comerciais, educativas e públicas, conseguindo atingir instantaneamente milhares de pessoas, beneficiando a sociedade em alguns momentos, prejudicando em outros. Inaugurada em 1950, em pouco mais de quarenta anos, compete com a televisão de todo o mundo. É, no momento, o principal meio de comunicação do país. Por tratar-se de meio de comunicação que procura atingir as grandes massas, nem sempre contempla nas programações os problemas regionais das pequenas localidades, das pequenas comunidades. Visto que o Brasil, é ainda formado por uma grande maioria de população pobre e miserável, urge que a televisão, com todo seu potencial, colabore para minimizar as sérias dificuldades sociais existentes. A oportunidade surge diante da possibilidade legal de implantá-las nas comunidades. A lei que permite tal pretensão já é realidade, tendo sido promulgada no dia 6 de janeiro de 1995. Ainda não é a ideal, pois, a melhor seria, a exemplo da "Lei da Rádio Comunitária", promulgada no dia 19 de fevereiro de 1998, a que permitisse as transmissões

pelo ar, em circuito aberto. Este trabalho procura demonstrar a importância da televisão e alertar para os cuidados que os responsáveis pelas televisões comunitárias devem ter no momento da elaboração da grade de programação, partindo de levantamento de problemas e necessidades da comunidade, e, não, como tem sido a prática, partindo de interesses nebulosos das operadoras, a título de exemplo, foi escolhida a cidade de Barueri, para arrolar os procedimentos capazes de alcançar os objetivos.

**g) “Meios alternativos de comunicação e movimentos sociais na Amazônia ocidental”, de Pedro Vicente Costa Sobrinho (2000)**

Este trabalho se constitui um registro e análise da importante contribuição dada pelos meios alternativos de comunicação, que circularam no Acre durante o período de 1971 a 1981, aos movimentos sociais, sobretudo aos que organizaram a luta de resistência contra o processo de ocupação predatório das áreas de fronteira, desencadeado na década de 70 pela nova frente de expansão agropastoril. Essa frente de expansão fora decorrente natural da nova estratégia de ocupação na Amazônia, de forte conteúdo geopolítico, elaborada nos anos 60 pela ditadura militar, que viera a ser conhecida como "Operação Amazônia". Nesse processo, iniciado na década de 70, milhares de trabalhadores foram expulsos de áreas que ocupavam nas florestas, para isso, empregando os fazendeiros as mais variadas formas da violência. A imprensa local fez vistas grossas aos conflitos, muitas vezes publicando versões simpáticas aos supostos donos da terra. A resistência de posseiros, seringueiros e índios, de início, individualizado ou em pequenos grupos, fora crescendo à medida que os sindicatos foram surgindo e organizando a luta contra seus opressores. Esses movimentos sociais de resistência vieram a contar com o apoio decisivo, para divulgar suas ações, dos periódicos alternativos: o boletim diocesano Nós Irmãos e o jornal Varadouro.

**h) “O projeto Rádio-escola: a rádio comunitária irradiando cidadania”, de Adriana Azevedo Paes de Barros (2002)**

O trabalho O Projeto Rádio-Escola: Rádios Comunitárias Irradiando Cidadania tem por objetivo geral observar, analisar e descrever o processo que origina o desenvolvimento do Projeto Rádio-Escola que vem sendo desenvolvido, desde 1999, no município de Vargem Grande Paulista na Grande São Paulo, entendido como uma mídia comunitária que privilegia, em seu desenvolvimento pedagógico, o processo de construção de cidadania, evidencia-se a participação como mecanismo de transformação de crianças em cidadãos críticos e reflexivos, constituindo-se numa prática viva da cidadania. A ação dialógica constitui-se objeto de análise e reflexões neste trabalho, pois um vínculo cada vez mais dialógico passa a ocupar o ambiente escolar, permitindo que crianças desenvolvam uma escuta reflexiva, uma fala questionadora e uma capacidade criativa de transmitir significados. A concepção metodológica pautou-se pela adoção de uma metodologia qualitativa, composta por um estudo de caso construído a partir da observação do participante. O Projeto, entendido como uma prática educacional renova e reestrutura o sentido da relação pedagógica na escola e em seu em torno, promovendo a capacidade crítica, produtiva e reflexiva dos seus participantes.

**i) “Comunicação Comunitária: o uso das novas tecnologias de informação e comunicação como forma de pertencimento e sustentabilidade nas comunidades carentes de Porto Alegre no início do Século XXI”, de Louise da Costa Lage (2005)**

O trabalho busca entender características históricas que mais vão marcar a era globalizada em que vivemos, num mundo considerado pós-moderno, mas que ainda não conseguiu definir seus níveis de interação e integração social, a partir dos avanços tecnológicos, da expansão dos meios de comunicação, da mundialização da cultura, da releitura do capitalismo, entre tantos outros dilemas, que ainda não deram conta de estabelecer quem e como é a nova população do planeta.

Ao longo deste estudo, buscaremos entender as correlações sociopolíticas construídas por essas pessoas que ocupam espaços desterritorializados, tentando identificar-se com um mundo através de referências construídas pela mídia globalizada, constituindo uma cultura mundializada, polissêmica e pluricêntrica, em sua mais ampla complexidade, mas que permanecem traçando suas trajetórias de vida em uma comunidade, até mesmo por uma questão de sobrevivência.

Para tanto, buscamos amparo teórico para entender e conceituar a expressão comunicação comunitária, uma vez que esta adquire hoje um novo sentido em função desta outra realidade. O nosso objeto de estudo visa entender a realidade do uso das novas tecnologias de comunicação à população carente que tenta se conectar com um mundo globalizado e evitar a exclusão.

**j) “De Canal Comunitário a POA TV: estratégias e políticas da comunidade na TV a cabo em Porto Alegre”, de Álvaro Fraga Moreira Benevenuto (2005)**

Este estudo analisa as políticas e estratégias que as organizações sociais civis adotam para gerir o canal destinado à comunidade na TV a cabo em Porto Alegre, em operação desde 1996. Esse espaço televisivo, de uso público e gratuito, é resultado de um processo de lutas empreendidas pela sociedade organizada, iniciado em 1974, na capital gaúcha, e que desembocou na regulamentação dos serviços de distribuição de sinais de televisão via cabo, com a publicação da Lei 8977, em 6 de janeiro de 1995. O trabalho usa o referencial teórico da Economia Política da Comunicação, tendo em vista o propósito de reconhecer, criticar e entender com maior profundidade os procedimentos econômicos e a política de ação empreendidos pelas entidades representativas dos diversos setores sociais, que se aglutinam na organização gestora do canal. Dessa forma, ele está composto por quatro capítulos, dando conta da revisão bibliográfica sobre o estágio atual da comunicação e o papel da informação no mundo capitalista contemporâneo. A seguir, observa-se o mercado brasileiro da televisão para definir os limites regionais do setor e identificando, assim, o ambiente onde se encontram as operadoras de TV a cabo. Faz-se também uma confrontação entre as possibilidades da comunicação alternativa e os meios tradicionais, consubstanciando os motivos da existência de um canal para circular conteúdos da comunidade. Nesse lugar, recorta-se o canal comunitário para realizar uma radiografia de sua recente história, que vai dar os subsídios para fazer a crítica a respeito das ações políticas e estratégicas empreendidas para financiar a produção de programas e as atividades de gestão do espaço. O estudo de caso, delimitado no período que compreende o segundo semestre de 1996 até o primeiro semestre de 2005, foi feito com base em entrevistas individuais, dirigidas aos membros da coordenação executiva do Canal e dois produtores. Seguiram um roteiro previamente elaborado, mas não se limitou a essas questões: novos elementos foram sendo adicionados conforme o desenvolvimento dos temas. Depois de transcritas, foram analisadas e agrupadas de acordo com as temáticas e, assim, proporcionaram o resgate da história do canal, a descrição do período atual e as perspectivas para ações visando ao financiamento da organização. Nessa etapa também foi usado o procedimento de observação participante em atividades coletivas da Associação das Entidades Usuárias do Canal Comunitário em Porto Alegre, com o objetivo de consolidar o

estudo de um objeto que se encontra em constante processo de atualização. Por fim, apresenta-se a análise crítica, oferecendo elementos para aprimorar a reflexão sobre as estratégias a serem adotadas para a sobrevivência do Canal Comunitário de Porto Alegre.

**k) “Possibilidades de cidadania associadas à Radio comunitária Juizforana Mega FM”, de Cláudia Lahni (2005)**

O estudo verifica as possibilidades de cidadania associadas à participação em uma rádio comunitária, a Mega FM - emissora comunitária do bairro Santa Cândida, município de Juiz de Fora (MG), cujo slogan é “a comunitária de verdade”. Fundada em 1997, a Mega FM reúne pessoas das classes populares, moradoras na região e atuantes nos movimentos negro e Hip-Hop, entre outros. A partir de quadro teórico, foi construído um rol de possibilidades de cidadania (entendida como exercício de direitos e defesa de sua manutenção e ampliação), estudadas no âmbito da Mega FM, por meio da análise da documentação da emissora, análise de programas radiofônicos, entrevistas com integrantes da Rádio, pela observação da participação de pessoas na emissora, de sua organização e de seu dia-a-dia. O estudo demonstra que uma rádio comunitária pode ser um espaço para a cidadania, se apresentar características que possibilitem seu exercício, tais como as encontradas na Mega FM.

**l) “Movimentos sociais : cultura, comunicação e participação política”, de Silas Nogueira (2005)**

O presente estudo buscou compreender as relações político-culturais empreendidas pelos movimentos sociais, mediante a análise de duas entidades que atuam no município e na região de Ribeirão Preto, O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e o Centro Cultural Orunmilá, dedicado à luta contra o racismo e a desigualdade. O contexto no qual se desenvolve o trabalho das duas entidades foi analisado a partir de suas profundas contradições que são, ao mesmo tempo, políticas, econômicas e sociais. Como sujeitos políticos, essas entidades desenvolvem atuações que contribuem para as mudanças tanto no contexto quanto em si próprias pois, a medida que atuam sobre uma realidade adversa, incorporam novos conhecimentos. Esse processo, que se desenvolve com intensa integração dos elementos da cultura e, ao mesmo tempo, da comunicação, tem permitido que as entidades analisadas, em consonância com outros movimentos sociais do Brasil e da América Latina, se transformem em novos mecanismos de ação e participação política. O estudo desse processo buscou revelar os aspectos mais significativos da contribuição que os movimentos sociais, no caso o MST e o C.C. Orunmilá, estão oferecendo às necessárias transformações da sociedade, inclusive no que se refere à transformação que a realidade tem demonstrado necessitar nos mecanismos do fazer e do pensar a cultura e a comunicação e, ao mesmo tempo, no fazer e pensar as formas de participação política.

**m) “Comunicação para o desenvolvimento: o papel das rádios comunitárias na educação para o desenvolvimento local em Moçambique”, de Tomás José Jane (2006)**

Trata-se de um estudo sobre as rádios e televisões comunitárias em Moçambique. São investigadas as ações implementadas tanto pelo governo como pela sociedade civil, bem como o significado que essas emissoras têm para as populações locais. O objetivo é analisar a importância e a contribuição das rádios e televisões comunitárias para a conscientização das populações moçambicanas e para a realização com vistas ao desenvolvimento local. A

metodologia privilegiou a pesquisa bibliográfica e documental, além de entrevistas semi-estruturadas junto a coordenadores das emissoras, entre outros. Foram estudadas 8 emissoras sediadas nas províncias de Zambézia, Sofala, Inhambane, Maputo e Maputo Cidade, de 2004 a 2005, além de ter sido feito um breve resgate do percurso histórico da comunicação em Moçambique nos últimos 15 anos, desde a promulgação da primeira Lei de Imprensa aprovada pela Assembléia da República. Conclui-se que as rádios e a televisões comunitárias são instrumentos de educação e conscientização das pessoas das comunidades investigadas. Elas desempenham um papel importante na vida dos cidadãos, mobilizando-os a se envolverem nas ações de combate à pobreza absoluta que se vive no seu país. São bens comunitários contribuindo para o desenvolvimento sustentável das próprias comunidades.

**n) Comunicação e cidadania às margens do São Francisco: os correspondentes populares da Diocese de Juazeiro- BA (1988-2008), de Roberto Joaquim de Oliveira (2008)**

Este trabalho apresenta um estudo de caso, apoiado em pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas, sobre os trabalhos dos correspondentes populares do Setor de Comunicação e Audiovisual (SEDICA) da Diocese de Juazeiro na Bahia, entre os anos, 1988-2008. Objetivo principal é analisar o desenvolvimento da experiência, levando em consideração o seu caráter comunitário, às relações estabelecidas entre os vários parceiros nos processos comunicativos e o significado que a experiência têm para os correspondentes envolvidos. Demonstrou-se que o trabalho do SEDICA merece destaque porque mantém como opção uma comunicação que valoriza os ouvintes e, a partir deles, constrói uma programação de caráter crítico e participativo. Sua ligação com a realidade da diocese é garantida porque suas fontes vivem a vida dura do semi-árido nordestino o que aproxima os conteúdos dos programas dos moradores, que superam as dificuldades de forma criativa, tal qual os correspondentes superam as dificuldades na produção das notícias que devem enviar periodicamente ao setor e comunicação.

**o) “Juventude e cidadania: uso das mídias digitais na ONG Aldeia, em Fortaleza, e no projeto KDM, em Barcelona”, de Daniel Barsi Lopes (2012)**

Esta pesquisa analisa os processos sociocomunicacionais tecidos pelos jovens quando eles deixam a condição de serem apenas audiência dos meios de comunicação e passam a ser, também, produtores de conteúdos midiáticos e gestores de políticas comunicacionais, através da atuação em projetos socioculturais que trabalham com a inserção cidadã de jovens em situação de exclusão, a partir dos usos das mídias digitais. Para dar conta disto, a pesquisa – de caráter qualitativo e desenvolvida sob uma perspectiva multimetodológica – realiza um estudo de dois casos específicos, nos quais se verificam essas relações entre as novas tecnologias da comunicação e as mobilizações coletivas. Os jovens informantes desta investigação participam da associação Aldeia, localizada em Fortaleza (Brasil), que trabalha com jovens moradores de periferia, em especial com rapazes e moças que vivem no Morro Santa Terezinha; e do projeto KDM, que se desenvolve em Barcelona (Espanha), e cujo foco de ação se volta para as relações de integração entre jovens migrantes e autóctonos. A pesquisa alicerça-se teoricamente a partir de determinados eixos: a construção social do conceito de juventude e a ambivalência que cerca esta faixa etária; a trajetória dos movimentos sociais e seu encontro com as questões identitárias e culturais; a concepção da

comunicação cidadã, que se dá a partir da reconfiguração dos fluxos comunicacionais; a ampliação da noção de cidadania, para além dos direitos sociais, políticos e civis; e a centralidade das mídias digitais e suas relações com o exercício cidadão, potencializadas através da emergência dos receptores-produtores de comunicação. Três aspectos centrais são levantados com a investigação: 1) a complementaridade das mídias analógicas e digitais e das relações online e offline nas práticas cotidianas dos jovens pesquisados; 2) os sentidos de cidadania voltados para uma demanda de profissionalização e de inserção no mercado de trabalho; 3) a ausência de uma perspectiva mais crítica de leitura dos meios de comunicação e de análise das estruturas sociais, o que configura uma comunicação cidadã que não tem explorado todo o seu potencial de transformação das mídias e da sociedade.